

MARIA ROSÁRIO DA COSTA BASTOS

**O BAIXO VOUGA EM TEMPOS MEDIEVOS:
DO PREÂMBULO DA MONARQUIA
AOS FINAIS DO REINADO DE D. DINIS**

Tese de Doutoramento em Ciências Humanas e Sociais, na
Especialidade de História

Orientadora:

Professora Doutora Maria José Pimenta Ferro Tavares

(Versão Definitiva)

Universidade Aberta

2006

“Veniet tempus quo ista quae nunc latent in lucem dies extrahat et longioris aevi diligentia. Ad inquisitionem tantorum aetas una non sufficit, ut tota caelo uacet; quid quod tam paucos annos inter studia ac uitia non aequa portione diuidimus? Itaque per successiones ista longas explicabuntur. Veniet tempus quo posterius nostri tam aperta nos nescisse mirentur”.

Séneca ¹

¹ Tradução Livre: “Virá o dia em que, através de um estudo continuado de muitos séculos, as coisas actualmente escondidas parecerão evidentes e a posteridade se espantará por coisas tão claras nos terem escapado”, in SÉNÈQUE – *Questions Naturelles*, Texte établi et traduit par Paul Oltramare, Tome I (Livres I-III), Paris, Société d’Édition *Les Belles-Lettres*, 1929, pp. 326-327.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	ii
ÍNDICE DE FIGURAS	iv
ÍNDICE DE TABELAS	v
SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
NOTA PRÉVIA	ix
INTRODUÇÃO	1
1. Estado da questão	1
2. Pressupostos científicos do presente estudo	4
2.1. A acuidade do tema	5
2.2. A escolha do espaço	7
2.3. Delimitação cronológica: limites <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>	8
3. Definição de objectivos	12
CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO	14
I.1. Enquadramento	14
I.2. O estado actual dos conhecimentos	18
I.3. Breve caracterização da Bacia do Vouga	22
I.4. Análise diacrónica do espaço	29
I.4.1. A antiga foz do Vouga	29
I.4.2. A formação da laguna de Aveiro	34
I.4.3. Os períodos subsequentes	42
I.5. Súpula	56
CAPÍTULO II - AS GENTES	59
II.1. Enquadramento	59
II.2. A população	62
II.3. Estruturas de fixação e ocupação do terreno	73
II.3.1. Os principais protagonistas	85
II.3.2. O povoamento do Vouga lagunar à luz das inquirições régias	104
II.3.3. A (re)organização e (re)ocupação do mosaico fundiário	120
II.4. Súpula	134

CAPÍTULO III - O HOMEM EM DIÁLOGO COM O MEIO.....	136
III.1. Enquadramento.....	136
III.2. Formas de utilização e manipulação dos recursos naturais. Intervenções antrópicas nos ambientes costeiros e bacias hidrográficas	140
III.2.1. O sal.....	140
III.2.2. Os moinhos.....	158
III.3. Integração da área nos circuitos comerciais coevos	167
III.3.1. Estradas, albergarias e pontes	167
III.3.2. Portos/pescas e navegação (marítima e fluvial).....	185
III.4. Súmula	202
CONCLUSÃO	206
6- ANEXOS	219
ANEXO I	220
ANEXO I.1 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO II	220
ANEXO I.2 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO III.....	231
ANEXO I.3 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. DINIS (TERRAS E JULGADOS).....	238
ANEXO II	255
ANEXO II.1 - IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NO BAIXO VOUGA A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO II.....	255
ANEXO II.2 - IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NO BAIXO VOUGA A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO III	260
ANEXO II.3 - IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NO BAIXO VOUGA A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. DINIS	261
FONTES, BIBLIOGRAFIA e REFERÊNCIAS ACEDIDAS <i>ON-LINE</i>	267
FONTES HISTÓRICAS	268
1. Manuscritas.....	268
2. Impressas	270
BIBLIOGRAFIA	272
1. Dicionários, corografias enciclopédias e monografias	272
2. Bibliografia Geral.....	273
3. Bibliografia Específica.....	280
REFERÊNCIAS ACEDIDAS <i>on-line</i>	284
1. Endereços electrónicos.....	284
2. e-Books	285

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Hidrografia do Baixo Vouga	23
Figura 2 - Perfil Longitudinal do Rio Vouga e seus Principais Afluentes.....	25
Figura 3 - Reconstituição da antiga costa entre Espinho e o Cabo Mondego.....	31
Figura 4 - A costa portuguesa na primeira metade do século XIV segundo Petrus Vesconte.....	44
Figura 5 - A costa portuguesa segundo a carta náutica de Agostino Dulcert (1339).....	45
Figura 6 - Posição da barra de Aveiro em várias épocas	46
Figura 7 - Pormenor da região de Aveiro segundo Álvaro Seco (1561).....	49
Figura 8 - As Ilhas da laguna de Aveiro.....	50
Figura 9 - O litoral de Aveiro em 1634.....	52
Figura 10 - A foz do Vouga e os seus canais.....	54
Figura 11 - Variação da temperatura média na Europa Oriental durante os últimos 1200 anos	68
Figura 12 - Evolução provável de crescimento da população europeia (400 A.C.-1900)	68
Figura 13 - Distribuição espacial dos mosteiros e acistérios da Reconquista e primeiros séculos portugueses no Baixo Vouga.....	82
Figura 14 - Tendências de implantação geográfica dos mosteiros e acistérios (séculos IX-X)	83
Figura 15 - Tendências de implantação geográfica (total de referências a sul de Espinho).....	84
Figura 16 - Ocupação territorial.....	111
Figura 17 - Distribuição geográfica do total de referências	114
Figura 18 - Distribuição de referências documentais no reinado de D. Dinis	116
Figura 19 - Distribuição de referências ao povoamento (N/S)	117
Figura 20 - Linhas de melhor ajuste de distancia à costa (Km).....	118
Figura 21 - Distribuição de referências em relação à Feira (N/S)	119
Figura 22 - (Re)Utilização dos solos (D. Afonso III).....	126
Figura 23 - (Re)Utilização dos solos (D. Afonso Dinis).....	131
Figura 24 - Reconstituição do antigo litoral junto à foz do Vouga	151
Figura 25 - Distribuição geográfica das marinhas por séculos	152
Figura 26 - Distribuição das marinhas por séculos (nº de referências).....	157
Figura 27 - Distribuição geográfica dos moinhos (por séculos).....	164
Figura 28 - Parte Ocidental do <i>Itinerarium Gaditanum</i>	168
Figura 29 - Tabula Peutingeriana	169
Figura 30 - A rede viária	172
Figura 31 - Pontes do Vouga e do Águeda	182
Figura 32 - Provável linha de costa (séculos IX-XIV).....	215

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do Património do Cabido Conimbricense no Baixo Vouga (1108-1306)	76
Tabela 2 - Mosteiros ou acistérios da reconquista e primeiros séculos portugueses no Baixo Vouga ...	81
Tabela 3 - Povoamento a partir das inquirições de D. Afonso II (por concelhos)	107
Tabela 4 - Povoamento a partir das inquirições de D. Afonso III (por concelhos).....	108
Tabela 5 - Povoamento a partir das inquirições de D. Dinis (por concelhos)	109
Tabela 6 - Utilização da estrutura fundiária.....	121
Tabela 7 - As marinhas e o sal	145
Tabela 8 - Os moinhos.....	162
Tabela 9 - Elementos para o traçado do litoral entre Espinho e Mira (Século IX - Primeiro quartel do século XIV).....	210

SIGLAS E ABREVIATURAS

Cart. – *Cartulário (Baio- Ferrado)*

Cf. – *confronte-se*

Cit. – *citado*

dir. - *direcção*

doc., docs. – *documento, documentos*

ed. – *edição/editorial*

Fasc. – *Fascículo*

fl, fls. – *folha, folhas*

Fund. – *Fundação*

Gav. - *Gaveta*

Introd. – *Introdução*

Mç. – *Maço*

Mil. – *Milenário (de Aveiro)*

nº - *número*

p., pp. – *página, páginas*

P.M.H. - *Portugaliae Monumenta Historica*

policop. – *policopiado*

Sep. – *Separata*

T.T. – *Torre do Tombo*

V. – *Ver, também*

v.g. – *vergo gratia*

vol., vols. – *volume, volumes*

RESUMO

A evolução da linha de costa do Baixo Vouga entre os finais do século IX e 1325 foi profundamente dependente do crescimento de uma restinga arenosa, enraizada a sul de Espinho, que, ao desenvolver-se de Norte para Sul, separou a costa do oceano e condicionou a emergente laguna de Aveiro. A este factor natural acresceu outro, de ordem político-militar, plasmado na pacificação do território decorrente da tomada definitiva de Coimbra pelos cristãos, em 1064.

Directamente relacionadas com as duas condicionantes expostas e dependentes das mesmas, estiveram as variações dos níveis de ocupação e aproveitamento dos solos, a salicultura, as pescas, o comércio e a navegação.

Temos no presente caso, um exemplo evidente da forma como o meio condiciona as actividades humanas e, por outro lado, como estas intervêm na transformação desse mesmo meio, nomeadamente através do aumento ou diminuição do abastecimento sedimentar resultante da variação da pressão demográfica e consequente intensificação das actividades produtivas.

ABSTRACT

The evolution of the Baixo Vouga coastal zone between the IXth century ending and 1325 was deeply dependent of a North-South sandy spit growing. This sandy spit was formed South of Espinho and its southward growing isolated a previously existing large bay originating the Aveiro's lagoon.

Consequences of this natural process were enlarged with a political and military event: the definitive conquest of Coimbra by the Christian army (1064) that turned the territory safe.

Changes of occupational levels and use of the natural resources are directly related to these factors (fast costal evolution and territory pacification).

This case is a good example of how environmental modifications can influence human activities, and how such activities influence (namely demographic variation and the productive activities management) influence environmental modifications.

NOTA PRÉVIA

À guisa de preâmbulo devo confessar que o trabalho que agora se apresenta foi resultado de uma indizível determinação, a tocar as raias da pertinácia, porquanto implicou uma enorme viragem na linha de investigação que vínhamos seguindo, resultando, mesmo, na alteração do tema de doutoramento já apresentado e aprovado pelo Conselho Científico da Universidade Aberta.

Tudo começou quando o nosso Amigo e colega Ulisses Miranda Azeiteiro, especialista em Zoologia Marinha, nos lançou o convite para formularmos um projecto conjunto que versasse o **estudo da zona costeira portuguesa**, no qual a análise diacrónica contribuísse para o seu mais perfeito entendimento e, por consequência, para a sua correcta gestão e desenvolvimento sustentável. Ocupadas na altura com o tratamento dos dados obtidos para a elaboração de um outro plano de doutoramento, a nossa resposta foi imediata e impulsivamente a de um redondo NÃO. Bastaram-nos porém 5 ou 10 minutos para, já perfeitamente desconcentradas e alheias ao trabalho que estávamos a realizar, indagar acerca dos fundamentos de tal projecto, capacidades do mesmo, possibilidades de interacção científica, etc., etc., etc.. Subsequentemente, a troca de impressões com investigadores de diversas áreas científicas, necessariamente com visões e métodos de análise diferentes dos nossos, não só nos estimulou como, devemos confessar, nos despertou para o enriquecimento e produtividade que uma partilha de análises multidisciplinares, primeiro, e, subsequentemente, interdisciplinares, pode trazer aos produtores de conhecimento, e ao próprio

conhecimento científico, encarado de uma forma o mais globalizante possível. Assim posicionadas, não só não resistimos a um segundo convite como, verdade seja dita, já nos entusiasmaríamos mais as propostas de estudo do litoral português do que a (sensata) prossecução do nosso tema inicial de doutoramento. Contudo, a grande viragem deu-se quando decidimos levar ao Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares da Universidade Aberta um trabalho intitulado *A zona costeira portuguesa como indicador da eficácia do poder*². Depois do inevitável trabalho de recolha e tratamento de dados, sentimo-nos irremediavelmente rendidas perante a perspectiva de análise diacrónica do litoral português. Ao abrigo do SAPIENSproj99, programa entretanto aberto pela Fundação da Ciência e Tecnologia, avançámos com a apresentação de um projecto intitulado *DATA COAST – Análise Diacrónica das Pequenas Oscilações Climáticas com Repercussão na Zona Costeira Portuguesa. Impactes Naturais e Humanos*, cuja instituição proponente foi a Universidade Aberta³, mas que contava com a Universidade do Algarve como parceira científica⁴. Independentemente da aprovação deste projecto havia que assumir, com inteira honestidade intelectual, que a nossa linha de interesse histórico se havia alterado de forma inexorável e definitiva.

Foi o tempo das grandes opções e das grandes viragens. Estávamos persuadidas a mudar o tema da dissertação de doutoramento. Não obstante os doutos e experientes conselhos de Mestres e Amigos que nos incitavam a, de forma prudente e segura, concluirmos o nosso projecto de doutoramento já encetado e, depois sim, abraçarmos

² Maria Rosário Bastos e Ulisses Miranda Azeiteiro – “A Zona Costeira Portuguesa Como Indicadora da Eficácia do Poder”, in *Discursos*, III Série, nº 2, Lisboa, Universidade Aberta, 2001, pp. 227-241.

³ Neste particular cumpre-nos explicitar os nossos mais profundos agradecimentos ao Professor Doutor António Augusto Tavares, à Professora Doutora Maria José Ferro Tavares e ao Professor Doutor João Luís Cardoso, pela forma entusiasta como acolheram a ideia, bem como pela disponibilidade prontamente manifestada para orientarem e colaborarem directamente na investigação a desenvolver. Não poderemos deixar de mencionar novamente o Professor Doutor Ulisses Miranda Azeiteiro que conosco colaborou activamente na redacção e defesa do projecto.

⁴ Neste caso seria tremendamente injusto não agradecer ao Professor Doutor Alveirinho Dias o inestimável empenho com que não só incentivou à execução do projecto como, também, o aconselhamento técnico que sempre colocou ao nosso dispor.

uma nova perspectiva de análise historiográfica, já nada havia a fazer. Como dizia Pessoa “quando Deus quer, o Homem sonha e a obra nasce”. A nossa dissertação de doutoramento haveria de ser sobre um troço do litoral português! E qual? Aquele onde fomos nadas e criadas, pois claro! A zona da laguna de Aveiro, laguna essa que, para mais, se iria formar e desenvolver no período histórico que sempre nos apaixonou: A Idade Média.

Definida a área geográfica e cronológica a estudar, foi tempo de percorrer os arquivos, exumar documentos, reler e reinterpretar as fontes publicadas, compilar e analisar estudos e monografias. Contudo, o trabalho que agora se apresenta não se esgotou no esforço individual. Ele é, em muito, reflexo do apoio de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, o acalentaram e aos quais seremos sempre devedoras.

Em matéria de reconhecimento, não podemos deixar de manifestar, desde logo, à Orientadora desta dissertação, Professora Doutora Maria José Ferro Tavares, o nosso agradecimento por todo o apoio e, obviamente, suporte científico, com que nos foi brindando ao longo do trabalho.

Aos doutos membros do Conselho Científico da Universidade Aberta cumpre-nos agradecer a presteza com que aprovaram a alteração do nosso plano de tese, assim como a aprovação de uma licença para dispensa de serviço docente, em ordem à elaboração do trabalho que agora se apresenta.

Ao Professor Doutor Alveirinho Dias, não queremos deixar de assinalar toda a nossa gratidão pela *mais-valia* científica que trouxe ao presente estudo no que concerne à sua vertente geomorfológica e morfodinâmica.

Ao Professor Doutor Ulisses Miranda Azeiteiro, “responsável primeiro” pela nossa incursão nestes assuntos do estudo da orla marítima, o nosso obrigada pelo repto

em boa hora lançado, o qual nos deu a possibilidade de trilhar um caminho de investigação que tanto nos tem apaixonado.

Às nossas Amigas e colegas Professora Doutora Teresa Noronha e Professora Doutora Adelaide Millán da Costa, o nosso sincero reconhecimento pelo estímulo e apoio com que nos agraciaram ao longo de todo o trabalho. Julgo que os respectivos comportamentos só podem radicar numa sincera amizade e essa, como é sabido, não é passível de ser objecto de agradecimento, apenas de retribuição.

Reconhecimento e apreço é o que sentimos por todo o carinho, simpatia e conforto manifestados pelos Colegas e Amigos da Delegação Norte da Universidade Aberta e do Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares desta mesma Universidade.

No meticoloso e demorado trabalho heurístico contámos, numa fase inicial, com a preciosa ajuda da Dr^a Alexandra Vidal, inicialmente na qualidade de bolsreira do IMAR e, depois, como estagiária do Instituto de Emprego e Formação Profissional/Universidade Aberta. Para ela o nosso muito obrigada!

Finalmente, não há palavras para expressar uma profunda gratidão para com a nossa família, sobremaneira o nosso filho, o qual de modo discreto mas sempre presente nos acalentou, compreendendo e desculpabilizando repreensíveis ausências e demonstrando, deste modo, uma sageza e maturidade de que não nos acreditamos merecedoras.

Não podemos nem queremos terminar este ponto sem nos curvarmos respeitosamente perante a memória de Alguém que nos “apresentou” toda a região e que, através dos recorrentes passeios dominicais, nos contaminou com o amor que sempre sentiu pelo Baixo Vouga Lagunar. Sophia de Mello Breyner Andresen escrevera “*Quando eu morrer voltarei para buscar os instantes que não vivi junto ao mar*”⁵;

⁵ Sophia de Mello Breyner Andresen – *Livro Sexto (Obra Poética)*, Lisboa, Caminho, 2003, p. 43.

espero que assim seja, ao menos através da homenagem aqui prestada. Pai, este trabalho é para ti.

INTRODUÇÃO

1. Estado da questão

Os estudos históricos de bacias hidrográficas, sobremaneira para o período medieval, assume-se, ainda, como terreno bravo onde muito, quase tudo, há a explorar. Exceção feita ao meritório trabalho de Maria Helena da Cruz Coelho, resultante de um trabalho culminado no já longínquo ano de 1983 ⁶ (embora sempre acutilante e actual), não encontramos exemplos similares, porventura mais recentes, e abrangendo a análise de outros espaços “histórico-hidrográficos” ⁷. Esta situação afigura-se extremamente lamentável porquanto, a montante (neste caso no sentido literal do termo), o insuficiente conhecimento dos espaços flúvio-navegáveis, nas suas mais variadas componentes, redundando, a jusante (novamente em sentido estrito), na criação de “hiatos científicos” no que respeita à apreensão e compreensão da evolução histórica do litoral português. Neste particular, faça-se jus aos trabalhos de Alberto Sampaio ⁸, Amorim Girão ⁹,

⁶ Este estudo, elaborado com o fito de ser apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Doutor em História seria, mais tarde, dado à estampa pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda sob o título *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. A ele nos iremos necessariamente reportar ao longo do nosso trabalho.

⁷ Não podemos, em abono do rigor, deixar de mencionar aqui um “estudo de bacia” mais recente que, embora não seja da autoria de um historiador (a quem sobressai - e com que pertinência - uma natural apetência para o rigor histórico), nem tão-pouco se reporte à época medieval, constitui uma obra notável. Referimo-nos ao trabalho de João Carlos Garcia, intitulado *A navegação no Baixo Guadiana Durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*, apresentado, em 1996, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para a obtenção do grau de Doutor em Geografia Humana e, infelizmente, ainda não publicado, por vontade expressa do Autor.

⁸ Alberto Sampaio - *Estudos Históricos e Económicos*, II vol. - *As Póvoas Marítimas*, Lisboa, Editorial Vega, 1979. A primeira edição desta obra data do já longínquo ano de 1923.

⁹ A. de Amorim Girão - *Geografia Ilustrada*, Porto, Portucalense Editora, 1941.

Fernandes Martins ¹⁰, Fernando Castelo-Branco ¹¹ ou Jaime Cortesão ¹², cujas contribuições científicas que constituíram, à época, autênticas “pedradas no charco”, carecem actualmente de continuidade e, principalmente, de actualização, à luz dos conhecimentos adquiridos desde a data das respectivas publicações até ao presente. Ora este “vazio”, este eventual desinteresse pelo estudo diacrónico dos nossos fenómenos costeiros, é tanto mais penoso quanto vivemos num país que possui mais de 800 Km de costa, a qual constitui “*um dos traços fundamentais da terra portuguesa, indissociável do seu passado histórico e do seu futuro*” ¹³. O conhecimento da orla costeira portuguesa através da História é tarefa tanto imperativa como complexa. Na verdade, implica necessariamente (e entre outros pressupostos) a análise e estudo da estrutura do relevo, isto é, das formações geológicas sujeitas à erosão, erosão esta que decorre, sobretudo, das características climáticas, da cobertura vegetal, da constituição dos solos mas, também, da rede hidrográfica e da variação de todos estes factores (interrelacionados) ao longo do tempo. Todos estes itens se relacionam e interagem uma vez que, como adverte Cortazar, “*o clima que, através das precipitações, influi no regime hidrológico e, conseqüentemente, nas possibilidades de diversos aproveitamentos da rede hidrográfica, condiciona de acordo com os níveis térmicos o desenvolvimento das plantas, e plasma, numa combinação de ambas as componentes, o quadro das modalidades de desagregação das rochas e do seu arrastar pelas vertentes*” ¹⁴. Contudo, não podemos descurar o facto de todos estes factores, quando analisados numa perspectiva diacrónica, terem de ser interpretados tomando em linha de

¹⁰ Alfredo Fernandes Martins – “A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa”, Sep. de *Biblos*, nº XXII, Coimbra, 1947.

¹¹ Fernando Castelo-Branco – “Alguns aspectos da evolução do litoral português”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 7/9, Lisboa, 1957.

¹² Jaime Cortesão – *Os factores Democráticos na Formação de Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1978. A primeira edição deste trabalho remonta a 1964.

¹³ *Portugal. Perfil Geográfico*, direcção de Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, Referênci/Editorial Estampa, 1997, p. 180.

¹⁴ Jose Angel Garcia de Cortazar – *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, p. 62.

conta os impactes das acções humanas sobre os elementos naturais (e vice-versa). Afigura-se, deste modo, por demais evidente que o papel do historiador neste domínio não é negligenciável. Pelo contrário! Em diálogo com as chamadas Geociências, a História pode consubstanciar-se num contributo extremamente válido para um conhecimento mais preciso deste país que apresenta uma tão vasta linha de costa. Para tanto, será necessário que as normalmente apelidadas “Ciências Naturais” deixem de encarar as ditas Humanidades com sobrançeria e passem, por exemplo, a englobar a análise historiográfica (e arqueológica, e geográfica...) na Geo-História, deixando esta de estar circunscrita à Estratigrafia e à Paleontologia. É que se a Geo-História tem “*por objectivo a história do nosso planeta*”¹⁵, esta não se reporta tão-só aos períodos pré-humanos ou proto-humanos, embora, quantitativamente, estes preencham a quase totalidade do tempo de existência da Terra. A Geo-História abarca, também, o período *Quaternário*, onde a presença humana se faz sentir e, porventura, com uma capacidade de manipulação que consegue alterar “num curto período de tempo” aquilo que desde a *Época Primária*, a uma distância cronológica que desafia a imaginação, a natureza se empenhou a arquitectar.

Paralelamente, compete às Ciências Humanas e Sociais lutarem contra um certo “autismo” que as tem caracterizado, afirmando, por mérito próprio, o seu papel na tão almejada interdisciplinaridade, única via para a verdadeira construção do conhecimento científico. Fazemos assim eco das palavras de Boaventura de Sousa Santos ao afirmar “*A superação da dicotomia ciências naturais/ciências sociais tende assim a revalorizar os estudos humanísticos. Mas esta revalorização não ocorrerá sem que as humanidades sejam, elas também, profundamente transformadas. (...) É pois necessário descobrir*

¹⁵ A. M. Galopim de Carvalho – *Geologia. Morfogénese e sedimentogénese*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996, p. 11.

*categorias de inteligibilidade globais, conceitos quentes que derretam as fronteiras em que a ciência moderna dividiu e encerrou a realidade”*¹⁶.

2. Pressupostos científicos do presente estudo

Em nosso entender, o estudo de uma bacia hidrográfica, seja em que perspectiva for, revela-se sempre útil, isto independentemente da abordagem cronológica escolhida (sincrónica ou diacrónica). Ontem como hoje, os recursos hídricos são fundamentais para a afirmação económica e, porque não dizê-lo sem peias, para a afirmação política de sub-regiões, regiões ou mesmo países. Basta lembrarmos as imbricadas e morosas negociações entre Portugal e Espanha, com o fito de estabelecer normativas para a utilização e gestão dos rios ibéricos, para percebermos a importância da questão em apreço.

Braudel sublinhou a importância histórica dos cursos de água ao assinalar o seu duplo papel: *“transportadores de água, de perturbações do quotidiano ou de férteis lodos, eles [os rios] constroem o essencial das planícies arábicas onde os homens virão a trabalhar duramente; instrumentos de erosão, actuam sobre os seus próprios vales, abrem caminho através das suas próprias aluviões e novamente as deslocam”*¹⁷.

Mormente no período medieval, os rios aduzem às características atrás mencionadas uma outra não menos importante: afiguram-se como meios de comunicação por excelência. Num tempo onde a rede viária é manifestamente insuficiente para dar resposta às necessidades de deslocação de pessoas e bens e onde grande parte das estradas, construídas sobretudo durante a romanização da Península

¹⁶ Boaventura de Sousa Santos – *Um discurso sobre as Ciências*, 11.ª edição, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999, pp. 43-44.

¹⁷ Fernand Braudel – *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar, 2001, p. 25.

Ibérica, se encontravam já deterioradas ou intransitáveis, a navegação fluvial assume-se como um vector de acessibilidade essencial.

Estabilizadas as fronteiras terrestres com a expulsão dos muçulmanos do Ocidente Peninsular, diminuído o perigo da pirataria islâmica - e, porventura, cristã - que assolava os portos do mar e dos rios, toda a rede fluvial portuguesa passou a ser utilizada em pleno, completando eficazmente a rede terrestre ¹⁸. “*Os rios unem, escreveu Miss Ellen Semple. ‘Unem e unificam’, poderemos nós acrescentar. É ver como na grande maioria dos casos o curso de água se torna uma linha que não quebra, antes reforça a unidade das duas margens. Desta forma respondia Amorim Girão às críticas que H. Lautensach lhe tecera a propósito da sua tese sobre A Bacia do Vouga*” ¹⁹.

2.1. A acuidade do tema

O estudo histórico do Baixo Vouga em tempos medievos, mais concretamente no período imediatamente anterior à autonomia do reino de Portugal e primeiros séculos de independência, não foi ainda realizado. Não obstante a publicação de alguns importantes trabalhos historiográficos sobre aglomerados urbanos que integravam - e integram - esta bacia hidrográfica ²⁰, quer-nos parecer que a análise deste espaço nas

¹⁸ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV* (Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 492-493.

¹⁹ João Carlos Garcia – *O.c.*, 1º vol., Porto, 1996, Introd., p. XIV, nota 3.

²⁰ Vejam-se, por exemplo os trabalhos de: P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média*, Ovar, ed. Câmara Municipal de Ovar, 1967; P^o. Aires de Amorim – *Esmoriz e a sua História*, Esmoriz, ed. da Comissão de Melhoramentos, 1986; José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, ed. Estampa, 1989, ou, dos mesmos autores, *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, ed. da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993; Maria João Violante Branco Marques da Silva – *Aveiro Medieval*, Aveiro, Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1991 e, da mesma Autora, *Esgueira. A vida de uma aldeia no século XV*, Redondo, 1994; Inês Amorim – *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII*

suas vertentes geomorfológica e hidrológica, em conexão com as vivências e acções dos homens que aí habitaram ao longo da nossa Idade Média, está ainda por realizar. O empenho em elaborar uma dissertação que abarque a compreensão de um espaço físico pela análise diacrónica das suas componentes naturais, sociais, económicas e políticas decorre da nossa convicção, cada vez mais arreigada, que a apreensão da identidade de um território só é possível se tomarmos em linha de conta as potencialidades e limitações que o meio envolvente impôs às comunidades aí instaladas, bem como à forma como essas mesmas comunidades conseguiram aproveitar e/ou transformar os condicionalismos que a natureza apresentava.

Propomo-nos, então, levar a termo uma tarefa sem dúvida complexa mas que, estamos em crer, possibilitará uma mais verosímil aproximação à complexidade do objecto de estudo histórico, numa dimensão o mais global possível, que é, no fundo, a legítima pretensão de todo o historiador. Por outro lado, devemos advertir que dispomos de importantes contributos científicos decorrentes de estudos realizados no âmbito dos mais variados ramos do saber. Assim, já em 1922 Amorim Girão publicava uma monografia sobre a Bacia do Vouga²¹, a qual veio a ser complementada e enriquecida com inúmeros estudos de âmbito geomorfológico²².

(1690-1814). *Estudo económico de um espaço histórico*, ed. da Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997. A estas obras acresce-se o contributo de muitos outros trabalhos, normalmente de carácter monográfico, publicados, sobretudo, na revista do *Arquivo do Distrito de Aveiro* e no *Boletim Municipal de Aveiro*, trabalhos estes a que iremos fazer oportunamente referência ao longo do presente estudo.

²¹ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

²² De entre uma imensidão de trabalhos compulsados salientem-se, por ora: Alberto Souto - *Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema)*, Aveiro, Livraria João Vieira da Cunha Editora, Tipografia Minerva, 1923; Carlos Krus Abecasis – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*, Lisboa, 1961; I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda – “Litoral Problems in the Portuguese West Coast”, in *Coastal Engineering*, vol. III, 1982, pp. 1951-1969; Suzanne Daveau – “A história do haff-delta de Aveiro, ou...as fraquezas do nosso ensino da Geografia”, in *Finisterra*, vol. XXIII, nº46, Lisboa, 1988, pp. 327-335; Orlando de Oliveira – *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1988; Ó. Ferreira e J. Alveirinho Dias – “Evolução Recente Alguns Troços do Litoral Entre Espinho e o Cabo Mondego”, in *Actas do 2º Simpósio Sobre a Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz*, Porto, 1991, pp. 85-95; Isabel Abrantes; Fernando Magalhães & J. M. Alveirinho Dias – “Characterisation of the surface sediments of the continental shelf and upper slope between Espinho and Aveiro”, in *Gaia*, nº 8, 1994, pp. 97-104; H. M. Granja – “Bacias Hidrográficas, Estuários e

2.2. A escolha do espaço

A formação da laguna de Aveiro é exemplar no que se refere à rapidez da evolução costeira²³. Trata-se de um fenómeno extremamente interessante que ilustra bem a influência que o desenvolvimento geomorfológico do litoral pode ter ao nível das estruturas de povoamento e da utilização dos recursos naturais.

Começemos por delimitar o espaço.

Amorim Girão, na sua *Geografia de Portugal*, já advertia: “*De Espinho até ao Cabo Mondego, é que as alterações da linha de costa se revelam de maior amplitude (...) Não apenas na parte correspondente à Ria de Aveiro, mas ainda mesmo a N. e ao S. deste acidente, as actuais lagoas de Esmoriz e de Paramos, de Mira e da Tocha, da Vela e dos Braços, testemunham o antigo domínio marinho*”²⁴. Na verdade, a geomorfologia indica-nos que a abordagem do Baixo Vouga só faz sentido quando analisada uma área mais vasta, circunscrita, *grosso modo*, entre Espinho e Buarcos. A formação e progressivo assoreamento das lagoas atrás mencionadas por Amorim Girão, foram subsidiárias do abastecimento sedimentar fluvial dos rios localizados a norte (designadamente do rio Douro) que, mercê sobretudo da deriva litoral²⁵, constituíram um agente activo na mobilização e distribuição de sedimentos pela

Lagoas Costeiras. Passado e Presente (Exemplos nas Bacias Hidrográficas no NO de Portugal)”, in Seminário *Os Estuários de Portugal e os Planos de Bacia Hidrográfica, Eurocoast-Portugal*, Lisboa, 1999, pp. 159-179; H. M. Granja; I.C. Ribeiro; G. Soares de Carvalho e M. Senos Matias – “Some Neotectonic Indicators in Quaternary Formations of the Northwest Coastal Zone of Portugal”, in *Elsevier, Phys. Chem. Earth (A)*, vol. 24, nº 4, 1999, pp. 323-336.

²³ J.M. Alveirinho Dias; Aurora Rodrigues e Fernando Magalhães – “Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos”, in *Estudos do Quaternário*, 1, APEQ, Lisboa, 1997, p. 60.

²⁴ A. de Amorim Girão – *Geografia de Portugal*, 2ª ed., Porto, Portucalense Editora, 1949-1951, p. 105.

²⁵ Por “deriva litoral” entenda-se o “caudal transportado pela ondulação no sentido longilitoral resultando da relação de equilíbrio entre o clima de agitação marítima, os sedimentos disponíveis e a orientação do litoral exposto à ondulação que aí se faz sentir”, in Maria Isabel Moreira da Silva – *Avaliação de áreas de risco entre Espinho e o Furadouro*, Aveiro, 1997, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Zonas Costeiras (policop.), p. 51.

plataforma continental da região em apreço ²⁶. Por isso mesmo, para analisar a evolução histórica medieval do Baixo Vouga ou Vouga Lagunar, aqui entendido como espaço fluvio-marítimo navegável, tivemos que eleger como objecto de estudo uma área geográfica mais ampla que a actualmente ocupada pela laguna de Aveiro, o que, aliás, contribuiu para uma percepção mais integrada de um espaço físico onde se viriam a constituir e enraizar estruturas de poder resultantes das vicissitudes políticas e militares decorrentes do processo de Reconquista e seu *terminus*. Com efeito, a partir de meados do séc. XI e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XII, a emergência de uma aristocracia inferior que se impôs na guerra da fronteira meridional, veio a conquistar domínios em regiões ainda não senhorializadas; é o caso das aquisições feitas na Terra de Santa Maria e nas regiões próximas do Vouga e do Paiva ²⁷.

Por último, não podemos deixar de sublinhar o feliz acaso consubstanciado no facto da génese da laguna de Aveiro ser cronologicamente coincidente com a origem e afirmação do estado português. Como salientou Orlando de Oliveira, “*A Ria de Aveiro e Portugal formaram-se ao mesmo tempo*” ²⁸ e, acrescentaríamos nós, o desenvolvimento de uma contribuiu, na devida proporção, para a afirmação do outro (e vice-versa).

2.3. Delimitação cronológica: limites *a quo* e *ad quem*

Quanto aos limites cronológicos seleccionados, devemos advertir que, na evidente impossibilidade de analisarmos a bacia do Vouga, desde a existência dos primeiros registos escritos que lhe são alusivos, até fixação definitiva da sua foz e abertura da barra artificial, em 1808, optámos por centrar a nossa atenção num período

²⁶ I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda – *O. c.*, pp. 1951-1969.

²⁷ José Mattoso – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. II – *Composição*, 4ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 30.

²⁸ Orlando de Oliveira – *O. c.*, p. 31.

medieval que antecedeu a independência portuguesa, bem como nos primeiros séculos do novo reino de Portugal. A esta opção não foi alheia a circunstância da formação do cordão litoral que separa a laguna de Aveiro do mar ter registado o seu principal desenvolvimento entre os séculos X e XIII ²⁹. Mais, a efectiva pujança económica do Baixo Vouga lagunar registou-se, maioritariamente neste período medievo quando:

- se começaram a consolidar ambientes propícios à produção de sal (principal riqueza da zona) pela transformação de um espaço aberto ao oceano (deste sofrendo os impactes das ondas) num espaço energeticamente bastante mais calmo, já com características lagunares, protegido por restingas arenosas e, conseqüentemente, propício à implementação das marinhas;

- paralelamente ao sal e em complemento deste, o incremento da pesca e a consolidação de rotas comerciais marítimas, a partir deste troço litorâneo ³⁰ permitiram, então, capitalizar a partir do mar rendimentos que o solo, pela sua pobreza, não facultava em termos agrícolas;

- por último, confessemos-lo sem qualquer espécie de pudor, a Idade Média foi sempre o período histórico que mais nos fascinou e em cujos parâmetros cronológicos temos vindo a desenvolver os nossos trabalhos de investigação. Ora, quando é explicitado por investigadores das ciências costeiras que “*a evolução da linha de costa é, ainda, pouco conhecida, principalmente nos períodos anteriores ao século XVI*” ³¹, devemos afirmar que nos sentimos fortemente motivadas para “agarrar o repto”, tentando contribuir para o esclarecimento da matéria.

Movidas por todos os móveis atrás expostos, designadamente no que concerne à escolha do tema e à área geográfica de enfoque cumpre-nos, ainda, explicitar as balizas

²⁹ Cf., por todos, Carlos Krus Abecasis – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*..., pp. 39-40 ou a Fig. 2 apresentada em I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda – *O. c.*, p. 1951.

³⁰ Virgínia Rau – *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Presença, 1984, pp. 95-112.

³¹ J.M. Alveirinho Dias; Aurora Rodrigues e Fernando Magalhães - *O. c.*, p. 63.

cronológicas da presente dissertação, a saber, **897** (limite *a quo*) e **1325** (limite *ad quem*). Passemos às respectivas justificações.

No caso do limite *a quo*, devemos referir que este não resulta de qualquer opção em especial. Na verdade, ele foi-nos “imposto” pela própria investigação efectuada, porquanto 897 é a data do mais antigo documento escrito por nós compulsado e respeita à doação que Gondesindo e sua mulher Adosinda fazem ao mosteiro de Pedroso de bens que possuíam no Entre-Douro-e-Vouga, com vista à fundação e concomitante dotação patrimonial do dito cenóbio ³². Este documento revelou-se muito importante em virtude de nele se referir já a Lagoa de Esmoriz, quando se lê: a "*uilla de ermoriz que est circa lagona de auille*" ³³.

No que concerne ao limite *ad quem*, este coincide com o final do reinado de D. Dinis. Na impossibilidade prática de estudar, em tempo útil, toda a evolução da zona lagunar até finais da Idade Média (por ex. até ao séc. XV, altura em que a barra natural da laguna em formação se situava junto a S. Jacinto ³⁴), optámos por colocar o *terminus* no reinado dionisino. Tal determinação prende-se com justificações das mais variadas naturezas. Do ponto de vista político-administrativo é sobejamente atestado que a acção deste monarca conflui num ponto de viragem. Carvalho Homem, para responder à questão “D. Dinis: fim ou princípio de um tempo?” afirma “*Arrumemos de vez a cómoda etiqueta da época de transição, e procuremos saber em que ponto estamos. E o ponto em que estamos tem de facto a ver com o ângulo de abordagem de um conjunto de décadas que são efectivamente um momento-chave, e que, conforme a perspectiva*

³² *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita. Diplomata et Chartae*, vol. I, Olisipone, 1867, documentos 8 e 12. Note-se que, a partir deste momento, sempre que nos referirmos a esta obra designá-la-emos somente como *P.M.H., Diplomata et Chartae*, seguindo-se o(s) número(s) dos documentos citados.

³³ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 8 e 12. Queremos advertir para o facto de todos os negritos apresentados, a partir deste momento, no corpo do texto ou em nota, serem da nossa responsabilidade.

³⁴ Carlos Krus Abecasis – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*..., pp. 39-40 ou a Fig. 2 apresentada em I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda – *O. c.*, p. 1951.

*tanto podem fechar um período como abrir outro. Coloquemo-nos assim, e antes de mais, na perspectiva de distinção entre uma Idade Média de «expansão» (séculos XI-XIII) e os tempos de «crise» (séculos XIV-XV) (...). E, de facto, deste ponto de vista, as décadas dionisinas pertencem muito mais claramente à primeira fase do que à Segunda”*³⁵. O Autor prossegue a explanação desta ideia dando como exemplo o incremento verificado em matéria de povoamento, outorga de forais ou na organização concelhia³⁶. Este facto fora igualmente atestado por Maria Rosa Marreiros ao sublinhar que *“Para efeitos de exploração e povoamento, muitos domínios da coroa foram-se sucessivamente fragmentando em pequenas unidades de exploração, sobretudo no norte e centro do País, onde os terrenos se apresentavam mais produtivos e a população mais compacta”*³⁷. Tal realidade está patente no Baixo Vouga Lagunar medievo, como veremos mais adiante neste trabalho. No momento, podemos adiantar que, v.g., na zona do actual concelho de Águeda, D. Dinis exerceu um grande esforço no sentido de promover o (re)povoamento, ocupação (arroteamentos) e aproveitamento das terras através de doações e da locação de matos e montes maninhos³⁸. A intensificação do povoamento e exploração agrícola junto do rio Águeda, um dos principais afluentes do Vouga, conduziu a um acréscimo no transporte e deposição de sedimentos carreados para a foz do rio principal ou, se quisermos, para a área da laguna de Aveiro, já em plena formação. Este factor, associado a outros de índole natural ou decorrentes da intervenção humana, vão necessariamente repercutir-se na configuração e evolução da zona litorânea da bacia do Vouga, especialmente na sua delimitação meridional. Desta

³⁵ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV ...*, pp. 161.

³⁶ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV ...*, pp. 161-162.

³⁷ Maria Rosa Ferreira Marreiros – *Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Guimarães* (Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, policop.), Vol. II, Coimbra, 1990, p. 632.

³⁸ Cf. Rosário Bastos e Alveirinho Dias – “Geodinâmica e Acções Antrópicas: dois Elementos Estruturantes na Construção da Europa” in *Discursos*, III Série, nº 4, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 55-80.

forma, as acções de Dinis tiveram impacte não só a nível político, social e económico, como, também, ao nível da morfodinâmica. Assim sendo, julgamos plausível que seja este reinado a marcar o limite cronológico superior deste trabalho.

3. Definição de objectivos

Num período de pré-formação e posterior afirmação de Portugal como reino independente, a população que se fixou no baixo Vouga foi mobilizada por uma série de transformações geomorfológicas relativamente rápidas, ao nível do litoral, cuja evolução viria necessariamente condicionar os níveis de ocupação do território e as formas de desenvolvimento económico (e relações político-sociais) aí estabelecidas. O presente trabalho procura obter, tanto quanto possível, uma visão de conjunto sobre o Baixo Vouga na cronologia anteriormente mencionada. Para o efeito, analisar-se-á o território ou, se preferirmos, os factores naturais condicionantes da fisionomia ambiental, em ordem a perceber em que medidas estes determinaram os elementos físicos (ou, se preferirmos, geomorfológicos) que caracterizavam a bacia do Baixo Vouga em tempos medievos (Capítulo I). Seguidamente, proceder-se-á à detecção da ocupação humana no espaço físico em apreço, assumindo-se como índices especialmente relevantes os níveis de povoamento do território e aferindo, tanto quanto possível, quais os protagonistas em presença (Capítulo II). Finalmente, procurar-se-ão estudar as interacções e interdependências estabelecidas entre o Homem e o (seu) Meio numa fase de amplas possibilidades económicas facilitadas pela rápida morfodinâmica e, igualmente, pela pacificação de toda a zona, mercê do avanço da Reconquista para sul (Capítulo III). Por último e através da concatenação dos elementos anteriormente

analisados, procurar-se-á contribuir para precisar e pormenorizar o desenho da provável linha de costa do Vouga lagunar em tempos medievos (Conclusão).

CAPÍTULO I - O TERRITÓRIO

I.1. Enquadramento

«A laguna (...) iria formar um acidente único, sem parceiro na Península. Tudo isto se passou nos tempos da formação da nacionalidade. Podemos dizer com orgulho que a Ria de Aveiro e Portugal se formaram ao mesmo tempo. Nasceram simultaneamente por alturas do século XII e poderíamos dizer, fantasiando um pouco, que, enquanto os nossos primeiros Reis e os seus homens iam dilatando as terras peninsulares, a Mãe-Natura ia conquistando ao mar esta jóia prodigiosa que generosamente viria ofertar às nossas terras alavarienses».

O. de Oliveira – *Origens da Ria de Aveiro* ³⁹

Na introdução do presente trabalho, ao apresentarmos o espaço em análise, justificando as razões que presidiram à sua escolha, deixámos expresso que o trecho costeiro compreendido entre Espinho e o Cabo Mondego foi aquele em que, já em tempos históricos, as alterações da linha de costa foram mais rápidas e atingiram maior amplitude em todo o território português ⁴⁰.

³⁹ Orlando de Oliveira – *O.c.*, p. 31.

⁴⁰ Cf. a introdução do presente trabalho, designadamente 2.2, intitulado “A escolha do espaço”.

Na realidade, em termos de morfodinâmica atestada para um período histórico, este segmento do litoral português apenas encontra rival nesse outro situado entre a Nazaré e Peniche, que incorporava as lagoas da Pederneira (que, na actualidade, devido ao assoreamento, deixou de existir como corpo hídrico), de Alfeizerão (que ao longo dos tempos históricos se foi reduzindo em área, dela restando, actualmente, a pequena “Concha de S. Martinho do Porto”) e de Óbidos (a única que subsiste verdadeiramente como corpo lagunar, ainda que com área muito menor da que apresentava em tempos medievais), bem como a Ilha de Peniche (entretanto transformada em península devido à construção de um tómbolo, já em tempos históricos) ⁴¹. Apesar de ambas as secções costeiras apresentarem notáveis desenvolvimentos de carácter geomorfológico durante o período pré-português e nos primeiros séculos da monarquia, a verdade é que os processos de formação do litoral foram díspares. Efectivamente, no caso da faixa costeira Nazaré-Peniche, as variações da linha de costa oceânica tiveram pequena amplitude comparativamente às registadas na zona de Aveiro, verificando-se, essencialmente, um progressivo assoreamento lagunar. Já no que se refere à ilha de Peniche (bem como à pequena ilha do Baleal), a formação dos tómbolos que as uniram ao continente, transformando-as em penínsulas, provocaram importantes modificações do litoral oceânico (que viriam a tornar inoperacional e a afastar do mar o porto medieval de Atouguia da Baleia), embora, essencialmente, de carácter localizado.

O caso da construção da laguna de Aveiro suplanta e transcende, em muito, ambas as situações aludidas, pois aqui as modificações costeiras revestiram-se de amplitude muito maior. Na zona de Aveiro o que se verificou foi a construção de uma nova linha de costa devido ao crescimento de uma restinga arenosa enraizada na zona de Espinho (e, conseqüentemente, afastada dezenas de quilómetros da existente originalmente, que

⁴¹ Alfredo Fernandes Martins – *O.c.*, pp. 28-32. Especificamente sobre o caso de Peniche cf., ainda, Mariano Calado – *Da Ilha de Peniche*, s.l., 1995.

desenhava uma ampla baía), e subsequente assoreamento sedimentar que viria a preencher não só o amplo estuário do Vouga (e os de outros rios), mas também de vastas zonas lagunares, transformando muitas vezes em terrenos emersos áreas que, outrora, correspondiam a mar aberto.

Este último sector pode (e deve, em nosso entender) ser dividido em dois subsectores, configurados, respectivamente, pelas faixas entre Espinho e Aveiro e entre Aveiro e a Figueira da Foz⁴². Efectivamente, na actualidade, cada um dos subsectores aludidos corresponde a um trecho costeiro independente, porquanto a construção da barra de Aveiro, com os respectivos molhes de entrada, os vieram a individualizar, na medida em que o fluxo sedimentar costeiro, isto é, a deriva litoral (dirigida de Norte para Sul) foi assim interrompida⁴³.

Embora com motivações diferentes, a referida individualização em subsectores faz, também, todo o sentido no que se refere à análise histórica da formação e evolução de todo este litoral pois:

a) inicialmente, na altura da formação e crescimento, de norte para sul, da restinga que viria a definir a laguna de Aveiro, o trecho setentrional era completamente independente, em termos de dinâmica costeira, do trecho meridional;

b) posteriormente, quando a laguna de Aveiro já se tinha constituído como corpo hídrico individualizado, a barra (por onde saía e entrava o fluxo de maré) definia, em muito, uma zona de fronteira entre os aludidos subsectores, sendo as relações de dependência sedimentar entre ambos que, na essência, provocavam a migração para sul da barra e a sua maior ou menor praticabilidade (pelos navios).

⁴² Dias, Ferreira & Pereira – *Estudo Sintético de Diagnóstico da Geomorfologia e da Dinâmica Sedimentar dos Troços Costeiros entre Espinho e a Nazaré*, in <http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/ebooks> (acedido em Junho de 2005).

⁴³ Dias, Ferreira & Pereira – *O.c.*.

No que ao presente estudo respeita, devemos afirmar que, dados os seus parâmetros cronológicos, a subsecção Espinho-Aveiro se encontra perfeitamente em estudo, ao contrário do que se verifica para a subsecção Aveiro-Figueira da Foz, onde a nossa análise, em termos de orla marítima atinge, como limite meridional, a zona de Mira, embora mesmo esta seja de construção geomorfológica posterior ao limite *ad quem* deste trabalho, mas cuja omissão obstaculizava ao entendimento do processo de formação da laguna de Aveiro e concomitante povoamento.

Neste capítulo procurámos analisar e compreender as questões ligadas ao desenvolvimento do meio natural do Baixo Vouga e, nesse sentido, não podemos ignorar as vicissitudes ligadas à formação e desenvolvimento da laguna de Aveiro, laguna essa onde o Vouga desagua, muito embora nem sempre tenha sido exactamente assim, como veremos. Mais, muito embora extrapolemos a área geográfica e geomorfológica da parte terminal da Bacia do Vouga, em sentido restrito, alongando-nos quer a norte (até ao sul de Espinho), quer a sul (até Mira), estamos em crer que só deste modo se conseguirá uma eficaz abordagem diacrónica deste litoral uma vez que, mais do que o processo de sedimentação decorrente do transporte fluvial, fora o próprio processo de construção da laguna (confinada por cordões arenosos que a delimitaram, como mais adiante se explicará), aquele que marcou indelevelmente não apenas o traçado costeiro deste litoral, como também a actuação antrópica daí emergente.

I.2. O estado actual dos conhecimentos

Quando nos reportámos à eleição do tema para o trabalho agora apresentado, tivemos já ocasião de expressar que um estudo integrado do Baixo Vouga não se encontrava ainda realizado ⁴⁴. Com efeito, existem obras que versam quer a bacia do Vouga, quer a formação da laguna de Aveiro, mas que se afiguram de carácter parcelar uma vez que não tomam em devida conta a documentação histórica (mormente a escrita). Paralelamente, encontramos monografias de âmbito local ou regional que, entrando em consideração com os diplomas históricos marginalizam, a mais das vezes, os dados de cariz geográfico e/ou geomorfológico ou então, na melhor das hipóteses, reproduzem ideias há muito veiculadas e repisadas, não almejando a sua reinterpretação à luz dos informes inclusos nas *fontes escritas*.

Em 1904, Adolfo Loureiro, a propósito da descrição do porto de Aveiro, traça uma rápida panorâmica histórica de Aveiro desde os tempos romanos até à sua actualidade, abstendo-se, no entanto, de entrar em quaisquer lucubrações sobre a origem e autenticidade das fontes que suportam o seu texto ⁴⁵.

No que concerne à evolução geomorfológica dos terrenos em apreço, não podemos deixar de assinalar o trabalho pioneiro de Schwalbach Lucci, intitulado *Alterações Litorais. A Ria de Aveiro*, dado à estampa no longínquo ano de 1918, no qual se esboça já uma caracterização dos terrenos, acompanhada da análise da evolução dos mesmos e respectivo impacte na configuração do litoral ⁴⁶. Trata-se, todavia, de uma abordagem basicamente de índole geológica, geomorfológica e geodinâmica. Este

⁴⁴ Cf. 2.1 da Introdução, com o título “A acuidade do tema”.

⁴⁵ Adolpho Loureiro – *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. 3-8.

⁴⁶ Luiz Fillipe de Lencastre Schwalbach Lucci - *Alterações litorais. A Ria de Aveiro*, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 1918.

mesmo estudo acabou por ser “respigado” e referido nessa autêntica tese de referência para todos quantos se interessem pela Bacia do Vouga, da autoria de Amorim Girão e datada de 1922 ⁴⁷. Aqui o Autor apresenta uma abordagem mais global e integrada da área em estudo, chegando a reportar-se, ainda que vagamente, à documentação histórica escrita (e arqueológica), designadamente quando aborda a “Ria de Aveiro” no seu passado “pré-histórico” ⁴⁸, “proto-histórico” ⁴⁹ e “histórico” ⁵⁰. Imediatamente no ano seguinte, em 1923, foi publicado um outro estudo com o nome “*Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema)*”, no qual o Autor, Alberto Souto, aborda aprofundadamente a questão da formação e desenvolvimento da laguna aveirense, muito embora centre a sua análise em matérias de cariz geomorfológico, caracterizando a rede hidrográfica circundante, descrevendo e datando os solos onde se formou a supracitada laguna, ao que aduz as diferentes fases e mecanismos conducentes à eclosão deste acidente litoral ⁵¹. Trata-se, em nosso entender, de um trabalho extremamente valioso que causa estranheza pela precocidade imposta, quer no que respeita às hipóteses aí aventadas, quer no que respeita às próprias teorias que propõe. Os atrás mencionados estudos de Amorim Girão e Alberto Souto, embora remontem ao primeiro quartel do século XX, têm sido sistematicamente utilizados (de forma explícita ou implícita) sempre que se aborda a matéria da formação e desenvolvimento da laguna de Aveiro ou de questões que lhe estão adstritas, como sejam a migração da barra natural e construção do porto de Aveiro. Com efeito, os estudos e monografias subsequentes, não aduzem muito ao que ficara já explicitado nos anos 20 do século passado ⁵².

⁴⁷ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 64-65.

⁴⁸ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 54-60.

⁴⁹ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 60-63.

⁵⁰ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 63-65.

⁵¹ Alberto Souto – *O.c.*

⁵² Somente a título exemplificativo cf., v.g., António Nascimento Leitão – *Aveiro e a sua Laguna (Estudo Comparativo de Temes Regionais)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1944; Carlos Krus Abecasis – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*..., pp. 329-363; I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C.

Acerca da verdadeira natureza da “Ria de Aveiro” muito se tem teorizado pois, na verdade, trata-se de um acidente geográfico muito peculiar, pelo que a sua classificação em termos geomorfológicos é bastante controversa. Na sua génese, não corresponde a uma verdadeira ria, à semelhança do que acontece, por exemplo, nas costas escarpadas da Galiza, nem tão pouco a um “*haff-delta*” ou delta lagunar (como, mais claramente, diríamos em português), como se pode detectar na zona do Báltico ⁵³. Como resultado de tão grande indefinição e controvérsia, a comunidade científica prefere, actualmente, utilizar o conceito mais generalista de LAGUNA, muito embora, em linguagem comum, toda a gente “*sempre disse, continua e continuará a dizer, a “Ria de Aveiro”*” ⁵⁴, assim utilizada como nome próprio e não como classificativo.

Como quer que seja, reiteramos: os estudos a que temos vindo a aludir centram-se sobretudo em questões de carácter geográfico, geológico e geomorfológico, negligenciando o contributo (ou, ao menos, o contributo aturado e submetido a uma metodologia crítica) da análise da documentação histórica. No entanto, é de realçar que a História pode e deve servir de complemento às induções de carácter geofísico, ao expressar ideias e fenómenos que pela sua monumentalidade, estranheza ou relevância, ficaram gravados na Memória Escrita (e não só, se bem que admitimos que a valência deste trabalho se consubstancie, sobretudo na reinterpretação dos diplomas históricos à luz dos dados provenientes de outros ramos científicos e vice-versa).

Do ponto de vista da abordagem histórica, é evidente que não trabalhámos a partir do completo vazio editorial. De entre as obras consultadas destacamos, desde logo, os trabalhos sobre *O Castelo e a Feira*, elaborado por José Mattoso, Luís Krus e Amélia

Miranda – *O.c.*, pp. 1951-1969; Orlando de Oliveira – *O.c.*; Álvaro Reis – *Ria de Aveiro. Memórias da Natureza*, Ovar, Câmara Municipal de Ovar, 1993.

⁵³ Suzanne Daveau – *O.c.*, pp. 327-335. Ao longo do trabalho a Autora traça um esboço do estado da questão.

⁵⁴ Suzanne Daveau – *O.c.*, p. 327.

Andrade ⁵⁵, *Aveiro Medieval*, da autoria de Maria João Branco da Silva ⁵⁶, assim como *Aveiro e a sua Provedoria no Séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, de Inês Amorim ⁵⁷. Em todas estas obras, extremamente úteis para nós, constatámos uma preocupação criteriosa no enquadramento das matérias versadas no meio natural coevo, reservando mesmo algumas páginas exclusivas à descrição do mesmo ⁵⁸. No entanto (abra-se excepção para o trabalho *O Castelo e a Feira*), não se nos afigura claro que, com o desenvolvimento dos respectivos estudos, se tenha, sempre que possível, feito o contraponto entre os comportamentos humanos e o espaço circundante, à época, atendendo em que medida os mesmos interagiram e se interinfluenciaram.

Além destes, compulsámos inúmeros artigos e pequenas monografias históricas ⁵⁹, tendo assumido especial relevância o trabalho do P^e. Miguel de Oliveira sobre *Ovar na Idade Média* ⁶⁰, bem como o do P^e. Aires Amorim acerca de *Esmoriz e a sua História* ⁶¹. Nestes registámos uma assaz completa exposição das *fontes históricas* (escritas), contrastante com uma total ausência de referências às características e evolução do espaço físico.

O certo é que não conseguimos descortinar um estudo que caracterizasse o espaço físico do Baixo Vouga e seu *hinterland* (o qual integra, obviamente, a zona ocupada pela laguna de Aveiro, na sua presente configuração), tomando em consideração dados provenientes da Geologia, da Geografia e da História.

⁵⁵ José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*

⁵⁶ Maria João Violante Branco Marques da Silva – *Aveiro Medieval...* e, da mesma Autora, *Esgueira. A vida de uma aldeia no século XV...*

⁵⁷ Inês Amorim – *O.c.*

⁵⁸ Cf. Maria João Violante Branco Marques da Silva – *Aveiro Medieval...*, nas páginas 15 a 24 e Inês Amorim – *O.c.*, onde todo o 2º capítulo é dedicado ao “Meio” (pp. 75-104).

⁵⁹ Refiram-se os trabalhos, normalmente de carácter monográfico local e regional, publicados, sobretudo, na revista do *Arquivo do Distrito de Aveiro* e no *Boletim Municipal de Aveiro*, aos quais fazemos alusão e para os quais remetemos sempre que julgamos oportuno.

⁶⁰ P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*

⁶¹ P^e. Aires de Amorim – *O.c.*

I.3. Breve caracterização da Bacia do Vouga

A área geográfica de recepção das águas pluviais que, através do rio Vouga e pela laguna de Aveiro (onde desagua), são lançadas no mar constitui a bacia hidrográfica deste rio ⁶². A bacia hidrográfica do Vouga está localizada entre 40° 15' e 40° 57' de Latitude N e 07° 33' e 08° 48' de longitude W, com uma forma alongada e orientação dominante Leste-Oeste, cobrindo uma área de 3 635 kms², inteiramente em território português, a qual é limitada, a norte, pela bacia hidrográfica do rio Douro (98 370 kms²) e, a sul, pela bacia hidrográfica do rio Mondego (6 644 kms²). O rio Vouga desenvolve o seu percurso ao longo de 148 km ⁶³.

Os principais afluentes do Vouga são, seguindo um percurso montante-jusante ⁶⁴:

- A) na margem direita, os rios Mel, Sul, Varoso, Teixeira, Arões, Mau e Caima;
- B) na margem esquerda, os rios Troço, Ribamá, Marnel e Águeda (sendo o Cértima um grande afluente do Águeda - no qual desagua depois de se espriair na Pateira de Fermentelos - assim como é o Alfusqueiro).

Para além destes e porque também desaguam na laguna de Aveiro, devem assinalar-se como componentes da bacia hidrográfica do Vouga, os rios Caster, Gonde, Fontela e Antuã (com os seus afluentes Ul e Ínsua), localizados a norte da actual cidade

⁶² Dália Lázaro – “Recursos hidroagrícolas da bacia do rio Vouga”, in *Aveiro e o seu Distrito*, nº 21, Aveiro, 1976, pp. 5-10.

⁶³ *Monografias Hidrológicas dos Principais Cursos de Água em Portugal Continental*, Direcção-Geral dos Recursos Hídricos e Aproveitamentos Hidráulicos, 1986, p. 209.

⁶⁴ A. Lopes Alves – “A bacia hidrográfica do Vouga”, in *Aveiro e o seu Distrito*, nº 23/25, Aveiro, 1977/78, pp. 9-13 e *Monografias Hidrológicas dos Principais Cursos de Água em Portugal Continental...*, 1986, p. 210.

de Aveiro, bem como o Jardim, este a sul da actual capital de distrito (para só mencionar os mais importantes) ⁶⁵.

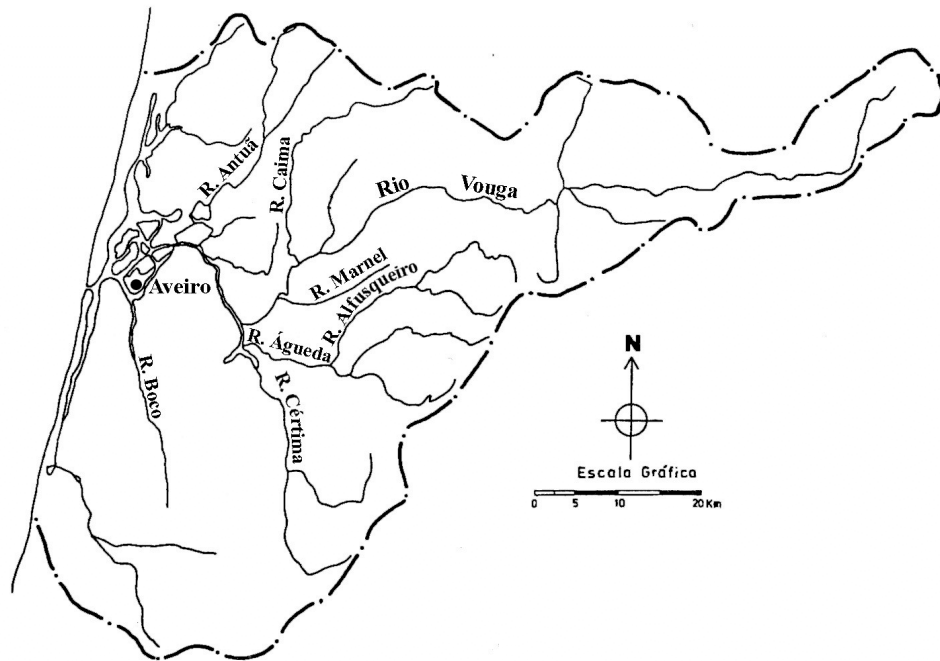


Figura 1 - Hidrografia do Baixo Vouga

In *Monografias Hidrológicas dos Principais Cursos de Água em Portugal Continental*, Direcção-Geral dos Recursos Hídricos e Aproveitamentos Hidráulicos, 1986, p. 215.

Trata-se de uma extensa região no interior da qual se verificam grandes variações, quer no que respeita à fisiografia, quer no que respeita ao tipo de solos ou, mesmo, às características climáticas ⁶⁶.

Parte dos terrenos da bacia hidrográfica do rio Vouga são formados pela Meseta Ibérica e neles predominam os solos graníticos (Arcaico e Pré-Câmbrico), assim como os solos de aluvião, compostos por depósitos marinhos e fluviais de diversos tipos, distribuídos por manchas reportáveis ao Mesozóico, Cenozóico e, mais recentemente, do Quaternário (no litoral) ⁶⁷.

⁶⁵ A. Lopes Alves – *O.c.*, pp. 9-13.

⁶⁶ Dália Lázaro – *O.c.*, pp. 5-10.

⁶⁷ A. Lopes Alves – *O.c.*, pp. 9-13.

No que se refere à altitude, o Vouga nasce na Serra da Lapa (freguesia de Quintela da Lapa, concelho de Sernancelhe, distrito de Viseu), a 950 metros de altitude e desagua na laguna de Aveiro ⁶⁸. Nos primeiros 10 km do seu percurso, o rio desce a cerca de 600 metros e entra num planalto de declive suave até aos 400 metros numa extensão de 35 km. Depois, até S. Pedro do Sul, numa extensão de 20 km, desce até à 150 metros, encaixado entre vertentes inclinadas ⁶⁹. Por outras palavras podemos afirmar que entre a sua nascente e S. Pedro do Sul, ou seja, em aproximadamente 65 kms, o leito do rio Vouga desce cerca de 800 metros. A partir de S. Pedro do Sul, a tendência é para continuar a decrescer em termos de cota, mas de forma menos abrupta, até se espriair por toda uma zona de planície, onde localiza todo o seu curso inferior.

Pontualizemos as características do Vouga desde a sua nascente, na Serra da Lapa, até à foz, na zona lagunar de Aveiro, ao longo de um percurso aproximado de 140 kms, onde o rio apresenta três secções distintas, a saber:

1ª secção - a mais recuada, compreendida entre a origem e S. Pedro do Sul, onde o Vouga se apresenta com vale estrangulado e bacia reduzida. Neste trecho o rio “*não constitui mais que uma simples linha hidrográfica, de tantas que sulcam o planalto granítico*” ⁷⁰, evidenciando um acentuado carácter torrencial. O seu curso direcciona-se no sentido N-S, para depois assumir um traçado E-W que, por fim, se torna NE-SW ⁷¹;

2ª secção – parte média, entre S. Pedro do Sul e Pessegueiro, cujos terrenos graníticos e xistosos são de idade pré-precâmbica. O rio “*continua mais ou menos apertado dentro da zona granítica, deixando por vezes estreitas faixas marginais de*

⁶⁸ A. Lopes Alves – *O.c.*, pp. 9-13.

⁶⁹ *Monografias Hidrológicas dos Principais Cursos de Água em Portugal Continental...*, p. 210.

⁷⁰ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, pp. 43-44.

⁷¹ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, pp. 43-44.

Como é evidente, a natureza e o relevo dos terrenos, associados às especificidades climáticas e aos recursos hídricos, determinaram a distribuição espacial dos cultivos e devem ter condicionado a ocupação dos terrenos ao longo da História.

No que concerne às particularidades climáticas podemos verificar que são determinadas pela latitude, altitude e pela maior ou menor proximidade do Atlântico ⁷⁵. Assim, a temperatura diminui com a latitude, aumentando com a proximidade do mar, no Inverno, e com o seu afastamento no Verão ⁷⁶. Esta mesma desigualdade entre Vouga interior e litoral é atestada para a diferença entre os dias com geada e neves que, sendo abundantes nas montanhas do interior, vão diminuindo de importância à medida que nos aproximamos da costa e avançamos para sul ⁷⁷. O regime de ventos e a precipitação encontram-se profundamente determinados pelas influências oceânicas e continentais. Assim, as influências continentais traduzem-se especialmente pelos ventos de E, de SE, ou de SSE, enquanto que as influências marítimas se manifestam por ventos O, NO e SO. Todos eles são ventos pluviosos (excepto no Verão), sendo que os de O e NO produzem fortes aguaceiros, ao passo que os de SO provocam chuvas mais duradouras ⁷⁸. Estes ventos de influência oceânica (do quadrante Oeste), os tais que induzem o aumento da pluviosidade, penetram no vale do Vouga e fazem chegar a influência atlântica a zonas bastante continentais; aliás, a própria hidrografia do Vouga a isso conduz ao apresentar uma vasta zona de bacia junto à foz, a qual se vai afunilando à medida que se avança para o interior ⁷⁹.

Pelas razões enumeradas devemos concluir que a vocação predominantemente florestal do Alto e Médio Vouga contrasta com a vocação predominantemente agrícola

⁷⁵ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 69-79.

⁷⁶ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 69-79.

⁷⁷ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 69-79.

⁷⁸ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., pp. 69-79.

⁷⁹ Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach - *Geografia de Portugal*. Comentários e actualizações de Suzanne Daveau. 2ª ed. Lisboa: João Sá da Costa, 1988, pp. 148-150.

do Baixo Vouga, onde se encontram a grande maioria das terras com boa aptidão ao regadio ⁸⁰.

A propósito das diferentes facetas que o Vouga vai assumindo ao longo do seu percurso, não resistimos a transcrever uma passagem da novela *Língua de Prata* (1929), da autoria de Samuel Maia, médico e escritor natural de Viseu ⁸¹, onde se pode ler:

“Pequeno ainda, cabendo na palma da mão, brincava com as areias, rebolava-se nos seixos brancos, aos pés da montanha sua mãe, triste e isolada, roendo mágoas que a ninguém dizia... Nada maior que uma seitoira, o Vouga ao nascer.

... Galgou precipícios, escorregou sobre rochas a suar espuma. Nenhum obstáculo tolhia o seu passo... Não o cansava a pressa da abalada. Maior distância percorria e mais vigor cobrava.

... A Planície... bebia-o, sugava-lhe o sangue, enfraquecia-o.

O Vouga mirrava, decrescia, vergando o corpo sonolento, braços inertes, passos sem vigor, a pupila embaciada.

Mas o Vouga distinguiu perto a voz do Mar a chamá-lo.

... Vagaroso, num passo de velho, se chegou ao Grande Senhor mar que o recebeu afável e depois de saber as mágoas que sofrera lhe prometeu levá-lo a novas terras, a outros continentes, percorrer as montanhas, dominar os píncaros, liberto do peso do corpo, transfigurado, mais lindo do que nunca fora”.

No entanto, nem sempre foi assim. A bacia do Vouga, designadamente no que respeita à sua feição ocidental ou costeira, sofreu alterações ao longo do período histórico, alterações essas que se iniciaram com maior amplitude em tempos medievos. Com efeito, ainda antes da formação de Portugal e nos primeiros séculos da independência, verificar-se-iam muitas mudanças estruturais no trecho costeiro onde

⁸⁰ Dália Lázaro – *O.c.*, pp. 5-10.

⁸¹ Martim Sousa - *Samuel Maia: do prazer-sabor do vinho ao calor da literatura (seduções na obra do médico-escritor de Viseu)*, in http://www.ipv.pt/millennium/16_spec4.htm (acedido em Maio de 2005).

assenta a actual laguna de Aveiro. O próprio rio Vouga não desaguava onde o faz actualmente nem, tão pouco, o fazia para a laguna (como no presente) e isto, pelo simples facto de a laguna ainda não estar sequer formada. Daqui se depreende a pertinência da expressão de Orlando de Oliveira ao afirmar que “*a Ria de Aveiro e Portugal se formaram ao mesmo tempo*”⁸²; daí, igualmente, o fascínio intelectual que encontramos nesta temática, dentro dos parâmetros cronológicos propostos.

⁸² Orlando de Oliveira – *O.c.*, p. 31.

I.4. Análise diacrónica do espaço

O Vouga e toda a sua bacia hidrográfica nem sempre apresentaram o seu aspecto actual ao longo da História. Das três secções que se podem distinguir ao longo do curso do rio, as duas últimas, correspondentes ao Médio e Baixo Vouga, evidenciam características geomorfológicas que induzem a considerar uma evolução assinalável dos terrenos com base nos depósitos sedimentares aí encontrados. Com efeito, aludimos já ao facto de, no seu curso médio, se detectarem solos cuja composição permite inferir que, em tempos, foram lacustres ⁸³, mormente junto às actuais desembocaduras dos rios Cértima e Agadão ⁸⁴ (que, juntamente com o Alfusqueiro, formam o rio Águeda ⁸⁵). O Baixo Vouga, por seu turno, assenta em terrenos modernos, sobretudo no litoral cuja construção, já o referimos, foi bastante recente ⁸⁶.

I.4.1. A antiga foz do Vouga

Quanto ao rio principal, o Vouga, também ele acabou por, no seu curso inferior, ser influenciado pela geodinâmica consubstanciada na formação da laguna de Aveiro ⁸⁷ e, posteriormente, em inícios do século XIX, pela acção do Homem que lhe desviou o seu curso natural.

A documentação medieval por nós compulsada faz referência a alguns dos cursos de água que actualmente desembocam na laguna de Aveiro, como sejam, o rio Sul ⁸⁸, o

⁸³ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, pp. 44-45.

⁸⁴ Cf. figura 1.

⁸⁵ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, p. 53.

⁸⁶ Acerca da natureza dos terrenos do curso inferior da bacia do Vouga cf. A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, pp.1-14, com especial destaque para a carta geológica da p. [6].

⁸⁷ Foi, simultaneamente, agente activo na construção do litoral interior da referida laguna, depositando aí os sedimentos transportados ao longo do seu percurso.

⁸⁸ *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. II, docs. 272 e 223.

Caima ⁸⁹, o Antuã ⁹⁰ e o Águeda ⁹¹. À época, estes, à semelhança do que se passava com o rio principal, desaguavam directamente no oceano. Com efeito, Adolfo Loureiro, já em 1904, quando caracterizava o delta do Vouga escrevia o seguinte: *“Para o interior d’esta faixa litoral ficava o grande estuário do Vouga, que pelo seu fundo e superfície era um verdadeiro mar interior, no qual as correntes fluviaes e as das chuvas foram depositando os seus nateiros e alluviões, e levantando terrenos de uma fertilidade extraordinária, cortados por esteiros, canaes e vallas, e entremeados por lagos e pântanos profundos, que, ao mesmo tempo que recebiam as aguas das terras baixas e alagadiças, estabeleciam um labirinto de vias aquáticas e de comunicações navegáveis”* ⁹². Ou seja, antes da formação da laguna de Aveiro, onde actualmente o Vouga desagua, o rio lançava as suas águas numa espécie de “grande baía”. Alberto Souto ao justificar a preexistência do delta interior do Vouga relativamente à formação da laguna de Aveiro afirma: *“o delta do estuário interior e da foz primitiva e verdadeira do Vouga, precedeu o distendimento do cordão litoral arenoso que hoje separa a Ria do Oceano. Nem de outra fôrma se compreenderia a existência do vasto areal das Gafanhas e que desde o Canal de Oudinot ou barra actual se prolonga ininterruptamente até Mira. Sobre a origem marinha dessa acumulação, que denuncia a segunda linha de posições ocupadas pelo mar em relação á terra em fase de recuo das aguas oceânicas para oeste, não há divergencia”* ⁹³. Baseando-se nas evidências geológicas, o Autor reconstituiu a rede hidrográfica entre Espinho e o Cabo Mondego,

⁸⁹ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 137, onde se refere explicitamente que o Ossela (actual freguesia do c. Ol. de Azeméis) ficava na margem do Caima (*“in villa que uocidant osella subtus monte codale secus ribulo caima”*) e, ainda, *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. III, doc. 461.

⁹⁰ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 557 e *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Edição da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924, p. 2 a 6.

⁹¹ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 238 e *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Edição da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924, pp. 405-409 e 430-442.

⁹² Adolpho Loureiro – *O.c.*, p. 9.

⁹³ Alberto Souto – *O.c.*, pp. 101-102.

antes da formação do actual delta do Vouga e do sistema lagunar de Aveiro, cujo traçado passamos a apresentar.

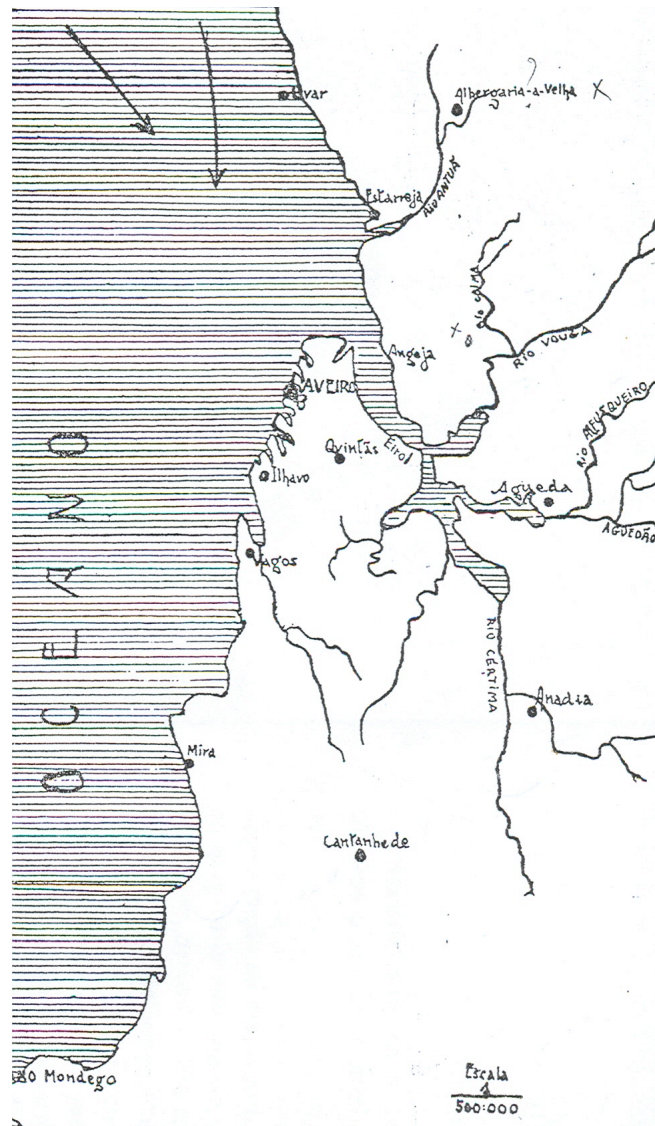


Figura 3 - Reconstituição da antiga costa entre Espinho e o Cabo Mondego

In Alberto Souto – *Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema)*, Aveiro, Livraria João Vieira da Cunha Editora, Tipografia Minerva, 1923, s/p.

Aos estudos geomorfológicos acrescem os relatos documentais coevos. Sabemos que nos inícios do século XII o Vouga desembocava próximo de Esgueira, tal como nos é demonstrado por uma doação de 1103, quando o doador situa o bem a alienar “*in uilla quam appellantur isgeira que habet iacencia secus foce uauca prope*

littora maris”⁹⁴. Para os finais deste mesmo século XII, existem duas descrições extremamente elucidativas (de 1182 e 1183) que colocam a foz do Vouga entre Canelas e Fermelã, eventualmente em terras do Roxico, de onde se avistavam, para nascente, os montes de Albergaria-a-Velha (em Mesão Frio⁹⁵) e, para poente, a curta distância, a foz do Vouga no Oceano. Isto mesmo surge claramente nas seguintes passagens documentais: “*in villa quae appellatur Rivus Sicus, territorio Sanctae Mariae, inter Cannellas et Fermellanam, subtus monte Mansione Frígida nuncupato, in litore maris oceani, Vauga flumine discorrente ipsaequae introitum ejus in mari ab Orientali parte nom multum eminius intuente*” e, ainda, “*subtus monte qui propter heremini magnitudinem vocatur Mansio Frígida, secus litus maris oceani et ostium quo Vauga flumen intrat in mare*”⁹⁶.

Fica desta forma claro que o **rio Vouga desaguava então na zona do actual “Bico da Murtosa”** (concelho da Murtosa), à época ainda configurado numa grande reentrância.

Uma vez mais remetemos para Alberto Souto quando afirma que “*um dos mais persitentes desaguadouros do rio neste período deltaico, deve ter sido o canal que se vê ainda entre a Ribeira de Pardelhas, o Porto do Bico [na Murtosa] e a Ilha da Testada, entre Salreu e Canelas, onde desembocam os esteiros destas duas localidades, os de Veiros, Estarreja e o Antuã*”⁹⁷.

Quanto à foz do Antuã, esta ficava claramente expressa num diploma de 1078, onde se lia “*in uilla que dicent riu siccu [...] inter villa que dicent fermellana et uilla*

⁹⁴ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 9.

⁹⁵ A propósito da localização de Mesão Frio cf. P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*, pp. 54-56.

⁹⁶ Foram gorados todos os esforços envidados no sentido de encontrar os diplomas originais transcritos por Miguel de Oliveira. Por isso mesmo, fomos obrigadas a recorrer à citação documental do Autor atrás mencionado. P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*, p. 60.

⁹⁷ Alberto Souto – *O.c.*, p. 108.

que uocitant Kanellas et subtus kastro rekaredi ribulo antuana prope litore maris”⁹⁸, ou seja: o Antuã sua fase terminal ou foz corria em “Rio Seco”⁹⁹, entre Canelas e Fermelã (actuais freguesias do c. Estarreja).

Já no século XII, as bulas pontifícias que definiram o limite meridional do bispado do Porto também não deixavam margem para dúvidas quanto à foz do rio ao estabelecerem que esse mesmo limite meridional confinava “*ad antoanum flumen et per ipsium fluium sicut descendit ad mare oceanum*”¹⁰⁰ ou “*ubi nascitur fluius antusiana qui antena dicitur per ipsum fluium sicut descendit ad mare oceanum*”¹⁰¹. Quanto à localização litoral de Fermelã, ao tempo, não parece haver margem para controvérsia uma vez que ainda nos finais do século XIII, por ocasião da inquirições de 1284 tiradas no julgado de Figueiredo e, especificamente na freguesia de S. Miguel de Fermelã, se podem comprovar alusões que atestam a entrada de água salgada nas terras de cultivo¹⁰². Com efeito, as testemunhas inquiridas relataram que “*um caseiro de Grijó meteu-se no lugar de Lodeiro e começou a cultivar «o juncal onde cobre a água salgada»*” e que “*um fidalgo chamado Afonso Nunes Doutiz lavra[va], no termo de Fermelã e Canelas, «herdamentos que cobre o esteiro de mar», e explora[va] a herdade de Cebolelas, situada entre dois braços do Vouga*”¹⁰³. Possivelmente estes dois braços do Vouga correspondiam ao dito rio e ao Antuã, uma vez que num passado não muito

⁹⁸ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 557.

⁹⁹ Actualmente encontramos ainda os topónimos “Roxico Norte” e “Roxico Sul” que identificam lugares pertencentes à freguesia de Fermelã, no concelho de Estarreja (A. C. Amaral Frazão – *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 1981, p. 695). Estamos persuadidas que “Roxico” decorre da corrupção do topónimo “Rio Seco”, apresentado na documentação medieval, tal como o estava o P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*, p. 60.

¹⁰⁰ *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Edição da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924, p. 2.

¹⁰¹ *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, p. 4.

¹⁰² P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*, p. 61.

¹⁰³ P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*, p. 61.

remoto, ambos desaguavam no mesmo espaço, correspondente à zona do actual “Bico da Murtosa”¹⁰⁴.

Julgamos, deste modo, ter chegado o momento de atentarmos com algum pormenor nas fases e mecanismos da construção lagunar da região em apreço neste trabalho, designadamente no que se refere à laguna de Aveiro e, subsidiariamente, às lagunas de Esmoriz-Paramos e de Mira.

I.4.2. A formação da laguna de Aveiro

O litoral, ontem como hoje, apresenta uma mutabilidade acentuada, tendendo para um equilíbrio dinâmico, cujas características estão em constante modificação/adaptação. Para tanto contribuem sobremaneira não só as modificações geomorfológicas aí verificadas como, também, as actividades antrópicas exercidas no ambiente natural, num processo de interacção e interdependência entre o Homem e o Meio.

O aproveitamento dos recursos naturais facultados pela constituição e desenvolvimento da laguna de Aveiro é um exemplo lapidar da interligação entre o Homem e a Natureza. No período medievo em estudo, a população coeva beneficiou da morfodinâmica existente no segmento costeiro onde se veio a constituir a laguna, muito embora não tenha contribuído directamente (à época) para esse mesmo processo costeiro. Explicitado de outra forma, podemos afirmar que o Meio influenciou e condicionou o comportamento da população arreigada no trecho litoral da futura laguna de Aveiro, embora o inverso já não seja verdade¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Podemos mesmo aventar a hipótese de o rio Antuã ter deslocado ligeiramente o seu leito terminal, instalando-se na antiga chanfradura do Vouga – o *Rio Velho* – entretanto desviado para sul pela abertura do *Rio Novo do Príncipe*, como veremos mais adiante.

¹⁰⁵ O impacto das acções antrópicas na construção deste litoral lagunar deve colocar-se a um nível distinto, a saber, o da pacificação do território com a estabilização da fronteira a sul, decorrente da conquista definitiva de Coimbra pelos cristãos. Este facto propiciou as condições necessárias à efectiva ocupação dos terrenos e consequente exploração e rentabilização dos recursos que a nova configuração costeira (que, entretanto, se vinha a desenhar) oferecia.

O trecho costeiro compreendido entre Espinho e as proximidades do Cabo Mondego é de formação geológica recente (Quaternária), sendo o litoral exclusivamente arenoso, por oposição ao que existe a norte de Espinho, onde a costa é baixa, estando os afloramentos cobertos por praias arenosas (que, aliás, têm vindo a perder quantidade significativa de areia, deixando à vista os afloramentos atrás referenciados), ou, no promontório natural do cabo Mondego, onde as praias estão limitadas por arribas vivas e escarpadas ¹⁰⁶. Com efeito, todo o segmento costeiro aludido acaba por ser marcado, do ponto de vista fisiográfico (e antrópico) pela existência de **corpos lagunares**, dos quais sobressai, pela sua dimensão espacial e importância sócio-económica, a **laguna de Aveiro**.

A progressão para sul de um cordão arenoso enraizado na zona de Espinho (onde termina a costa rochosa baixa) não só esteve na génese da formação, desenvolvimento e da própria delimitação da laguna de Aveiro como, em última análise, foi a causa primeira da configuração de um novo trecho litoral.

Começemos então por abordar a área de onde arrancou a restinga atrás aludida. Neste segmento costeiro deparamos imediatamente com a existência de uma laguna, a de Esmoriz-Paramos, vulgarmente conhecida por “Barrinha de Esmoriz”, a qual subsiste até à actualidade. No entanto, o figurino da actual laguna constitui um resquício de uma antiga lagoa, de dimensão superior à que actualmente apresenta, tendo sido objecto, já ao longo do período histórico, de um intenso assoreamento que a confinou às coordenadas actuais.

A armadilha de pesca descoberta na praia adjacente à actual carreira de Tiro de Silvalde (freguesia do c. Espinho), datada dos séculos I/II d.C., veio comprovar que, à

¹⁰⁶ Dias, Ferreira & Pereira – *O.c.*, pp. 18 e 23 (acedido em Junho de 2005).

época, este corpo lagunar se encontrava ainda desassoreado ¹⁰⁷. Com efeito, apesar da grande indefinição subjacente à estrutura arqueológica encontrada em Silvalde, “*tudo leva a crer que se trata de uma armadilha fixa de pesca da época romana, funcionando em meio lagunar, podendo admitir-se a hipótese de aproveitar o efeito resultante do fluxo intermitente das marés*” ¹⁰⁸. A ser assim, a laguna nos primeiros séculos da Era Cristã estava, ainda, em contacto directo com as águas do Atlântico.

Já em tempos medievos, mais concretamente entre os séculos IX e XIII, a dita laguna surge referida nos documentos históricos, assumindo a designação de lagoa de Ovil (ou similar). A sua primeira referência escrita remonta a 897, sendo aí mencionada como “*lagona de Auille*”, próxima de Esmoriz (“*uilla de ermoriz que est circa de lagona de Auille*”) ¹⁰⁹. Num diploma de 922, a aí designada “*lagona de Auuil*”, é novamente situada quando se refere que “*de Portugal dedit aliam in ecclesiam lagona de Auuil uocabulo sancta cruce*” ¹¹⁰; por “*Portugal*” deve aqui entender-se a actual Vila Nova de Gaia ¹¹¹, equivalendo “*sancta cruce*” - e este dado é relevante - a um lugar da actual freguesia de Esmoriz (c. Ovar) ¹¹² e não a Santa Cruz de Silvalde ¹¹³ que, ao tempo, já não albergava a laguna nos seus terrenos, como demonstram os vestígios geológicos e arqueológicos aí encontrados. Tais vestígios permitem deduzir “*a existência de um estrato argilo-turfoso, dos séculos IX e X, [...] que terá acabado por se transformar num meio do tipo pantanal e sofrido um rápido ensecamento, facto que*

¹⁰⁷ F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – “A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho)”, Separata de *O Arqueólogo Português*, série IV, 6/7, 1988-1989, pp. 187-226.

¹⁰⁸ F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – “A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho)”..., p. 221.

¹⁰⁹ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 12.

¹¹⁰ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 25.

¹¹¹ P^o. Miguel de Oliveira – “A Vila de Ovar. Subsídios para a sua História até ao século XVI”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, 1936, p. 23 e e P^o. Aires de Amorim – *O.c.*, p. 20.

¹¹² A. C. Amaral Frazão – *O.c.*, p. 708.

¹¹³ A. C. Amaral Frazão – *O.c.*, p. 708. Para esta região tende a identificar-se Santa Cruz com Santa Cruz de Silvalde (cf. Arlindo de Sousa – *Povoamento Medieval de Entre Douro e Vouga (Fontes Toponómicas)*, Lisboa, 1961, p. 38 e P^o. Aires de Amorim – *O.c.*, p. 21, o que, a determinada altura, nos estava a induzir em erro.

se documenta pela presença de espécies arbóreas datadas dos séculos X/XI”¹¹⁴. Isto equivale a dizer que a laguna que outrora (nos inícios da era cristã) tinha por limite setentrional terrenos de Silvalde, ficou (entre os séculos X e XI) confinada a Paramos (onde ainda tem o seu limite Setentrional), em virtude do assoreamento lagunar verificado entre estas duas localidades. Este assoreamento deve ter decorrido do aumento de débito sedimentar, quer fluvial (rios e pequenos cursos de água que desaguavam na laguna), como marítimo (crescimento do cordão litoral arenoso, como veremos, de seguida e com mais pormenor a propósito da laguna de Aveiro).

Já delimitada a norte na região de Paramos, a laguna permanecia inequivocamente em contacto directo com o mar, como se comprova pelo documento de 1037, onde se pode ler a expressão “*discurrente ribulo que dicent lagona usque se infundit in mare*”¹¹⁵. É certo que, segundo o P^e. Aires de Amorim, o “*ribulo laguna*” deve identificar-se com o rio que banhava Silvalde e que lançava as suas águas directamente no mar. Contudo, poder-se-á considerar que, mesmo no século XI, o rio Silvalde desaguasse na laguna, a sul da localidade que lhe dera o nome, estando o corpo lagunar onde encontrara a sua foz em contacto com o oceano. Aliás, é o próprio Autor que faz equivaler o “*ribulo laguna*” ao rio de Silvalde ao afirmar que “*a lagoa era formada, no século XVIII por quatro rios de curso perene, chamados Silvalde, Paramos, Cortegaça e Maceda ou Lambo*”, o que equivale a dizer que era **na laguna** que desembocavam os referidos rios, pelo que não nos parece despropositado assumir que tal facto ocorresse já no século XI. Deste modo, afigura-se-nos despiciendo insistir no verdadeiro significado da expressão “*ribulo laguna*”, uma vez que o importante, de facto, é que estava em contacto directo com o Atlântico.

¹¹⁴ F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – *O. c.*, p. 196.

¹¹⁵ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 296.

Encontrado o limite setentrional da antiga laguna de Esmoriz-Paramos, atentemos, agora, no seu limite meridional. Ficou, até ao momento, documentada a expansão medieval da Lagoa de Ovil entre Silvalde e Esmoriz. Resta saber até onde espriavam as suas águas, ao sul. Parece que o seu limite foi, outrora, Cortegaça. Esta mesma localidade, na qualidade de detentora de um corpo lagunar, surge assinalada nas Inquirições de 1288 ao referir-se “*da freegesia de Esmoriz e dele da freegesia de Corteguaça, contra o mar, a huma lagoa*”¹¹⁶. Equivale isto a dizer que nos finais da *Centúria de Duzentos* a laguna atingia como limite meridional Cortegaça. À época o próprio rio homónimo¹¹⁷ desaguava para a laguna. O mesmo se verificava com o rio de Paramos¹¹⁸ que, nascendo em Lourosa (actual freguesia do c. Feira) aumentava “*o seu caudal em Moselos, Lamas, Paços de Brandão, Oleiros e Esmoriz, morrendo em Paramos, na lagoa*”¹¹⁹. Era a partir de Paços de Brandão que tomava o nome de Rio Maior¹²⁰, designação profusamente referida nos diplomas medievais compulsados¹²¹.

Do exposto se conclui que, nos alvares da nacionalidade e inícios da monarquia portuguesa, a laguna de Esmoriz-Paramos se encontrava em progressivo assoreamento muito embora apresentasse, ainda, uma dimensão muito mais vasta que a actual (a sul espriava-se até Cortegaça). Sublinhe-se, ainda, o facto de ter estado em contacto directo com o oceano.

No entanto, o acidente costeiro que marcou inexoravelmente toda a área do Baixo Vouga foi, sem dúvida, a laguna de Aveiro. Ao invés do verificado para o caso da

¹¹⁶ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 217; P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*, p. 103 e P^o. Aires de Amorim – *O.c.*, p. 105.

¹¹⁷ O rio de Cortegaça desaguava na laguna medievá de Ovil, para onde corria desde a nascente, em S. João de Ver, passando por Riomeão (dando o nome à localidade). Surge nos diplomas dos séculos X e XI com a designação de *rivulo/ribulo mediano* (*P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 110 e 220) ou *mellano* (T.T., *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso*, Caixa 1, Maço 1, doc. 4).

¹¹⁸ T.T., *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso*, Caixa 1, Maço 1, doc. 14 e *P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 394 e 399.

¹¹⁹ P^o. Aires de Amorim – *O.c.*, p. 232.

¹²⁰ P^o. Aires de Amorim – *O.c.*, p. 232.

¹²¹ T.T., *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso*, Caixa 1, Maço 1, doc. 19, também em *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 535 e, ainda, os docs. 209, 268, 295, 287 e 281.

laguna de Esmoriz-Paramos, não encontramos para o período em apreço neste trabalho qualquer referência documental que aluda explicitamente à laguna de Aveiro. Nem de outro modo poderia ser uma vez que, na época analisada, não existia efectivamente este corpo lagunar. A área que actualmente ocupa correspondia, então, apenas, a uma vasta baía que, a noroeste estava limitada por essa tal restinga arenosa em rápido crescimento. Consequentemente, não era passível de lhe ser atribuída a expressão “laguna” ou “lagoa” e, muito menos, de caracterização por via da escrita. Sendo assim, compete-nos recorrer sobretudo aos dados geomorfológicos completando-os, sempre que possível, com referências exaradas da documentação medieval que nos facultem informações complementares, ainda que por referência indirecta.

Reportemo-nos à grande baía onde, como sabemos, desembocava o Vouga ¹²². A laguna de Aveiro implantou-se nesta chanfradura, a qual se inseria numa grande baía então existente, entre o norte de Ovar (Cabanões, à época) e as proximidades do Cabo Mondego, cuja formação e respectiva delimitação se ficou a dever ao desenvolvimento de um cordão arenoso ou restinga que a separou da costa marítima então existente. A assumpção desta flecha arenosa enraizada a sul de Espinho começou a evidenciar-se por volta do século X ¹²³. Aliás, só assim se explica que já em 929 existissem marinhas em Válega (actual freguesia do c. Ovar) ¹²⁴, cuja exploração pressupunha que aí chegassem as águas marinhas mas, paralelamente, que estivessem ao abrigo da acção directa do oceano. Tal facto só poderia decorrer da protecção conferida pela flecha arenosa atrás mencionada.

¹²² Cf. o exposto em I.4.1.

¹²³ Quer-nos parecer que a evolução desta restinga se deverá ter feito a partir do limite meridional da lagoa de Ovil que, como sabemos, ainda em finais do século XIII atingia o território de Cortegaça. Ficamos, contudo, a aguardar estudos geomorfológicos e arqueológicos que corroborem esta nossa hipótese (que, a existirem, são do nosso completo desconhecimento).

¹²⁴ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 35.

O crescimento da restinga ficou a dever-se, em grande medida, ao débito dos sedimentos transportados pelo Douro e por outros rios nortenhos para as respectivas embocaduras, sedimentos esses que foram carreados para sul mercê, sobretudo, da deriva litoral. Alberto Souto advertia para a circunstância ao afirmar: *“Entretanto mais areias se alinhavam do norte para o sul e se juntavam formando uma plataforma costeira que a pouco e pouco se estendia para o mar, descendo tão suavemente como a inclinação das camadas margosas e calcareas submersas. E as restingas crescem, formadas pelas areias provenientes não só da desagregação e fragmentação das rochas das altas montanhas da bacia hidrográfica, mas das terras ribeirinhas e da corrente do Douro”*¹²⁵. E, ainda a propósito da formação da restinga, esclarece o mesmo Autor que *“nos pontos em que a costa é baixa as ondas começam a rebentar mais ao largo, e portanto a demenir de intensidade, vindo afinal amortecer-se na areia ou cascalho da praia. O resultado é que, em vez de atacarem a margem, depositam junto dela os detritos que traziam em suspensão, e lhe tinham servido de instrumento demolidor em outros pontos. Este material é o que o próprio mar tinha arrancado em pontos distantes, ou que os cursos de água lhe tinham levado do interior das terras. [...] Os detritos que o mar transporta ao longo das costas depositam-se a jusante das partes salientes, ou nas partes em que o fundo é baixo, tendendo em qualquer dos casos a alinhar-se com a corrente. O depósito forma assim uma espécie de cordão paralelo à costa. Daqui o nome de **cordão litoral**”*¹²⁶. Na verdade, a costa localizada a sul de Espinho, sendo baixa e arenosa, reunia as condições propícias à deposição dos sedimentos transportados pelo mar, cuja acumulação originou a formação do dito cordão litoral ou restinga, de orientação NNE-SSW, o que se ficou a dever à direcção da

¹²⁵ Alberto Souto – *O.c.*, p. 70. A questão volta a ser tratada com especial acuidade por Carlos Krus Abecasis – “The history of a tidal lagoon inlet and its improvement (the case of Aveiro, Portugal)”, in *Proceedings of the Fifth Conference on Coastal Engineering*, 1955, p. 329-363 e, posteriormente, por I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda (1982) – *O.c.*, pp. 1951-1969.

¹²⁶ Alberto Souto – *O.c.*, pp. 69-71, em nota.

onda dominante do quadrante NW ¹²⁷. É evidente que o crescimento deste cordão litoral foi proporcional ao aumento da deposição sedimentar nesse mesmo litoral. Poder-se-á, ainda, conjecturar que, nos primeiros séculos portugueses, o Pequeno Ótimo Climático, associado ao crescimento demográfico então verificado (e especialmente sensível numa zona sobrepovoada como era, e ainda é, o Entre-Douro-e-Minho) e consequente ampliação das áreas agricultadas, provocou um aumento da quantidade de sedimentos debitados pelo Douro e rios minhotos a barlamar, o qual se repercutiu necessariamente no crescimento da restinga para sul, a sotamar ¹²⁸.

Os estudos geomorfológicos apontam para o facto de, por volta de 1200, o cordão litoral ter já alcançado a zona da actual praia da Torreira ¹²⁹, onde teria permanecido a maior parte do século XIII ¹³⁰. Serve esta constatação para explicar o facto de, ao longo dos séculos X, XI, XII e XIII, pelo menos, toda a costa compreendida entre Ovar e Vagos demonstrar uma intensa actividade salífera ¹³¹, com incursões em território actualmente considerado perfeitamente interior, designadamente em S. João de Loure, Alquerubim e Sá. No entanto, este golfo já se deveria encontrar em fase de assoreamento dado que, entre o primeiro quartel do século XI e inícios do século XIV ¹³², se encontra perfeitamente documentada a existência de uma ilha junto a S. João de Loure (actual freguesia do c. de Albergaria-a-Velha). Referimo-nos à *Ilha*

¹²⁷ Relativamente à agitação marítima característica da costa ocidental cf. v. g., *Roteiro da Costa de Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1990, p. 2-6.

¹²⁸ Relativamente à correlação verificada entre o crescimento do cordão litoral, as pequenas oscilações climáticas e as actividades antrópicas, cf. J. A. Dias, T. Boski, A. Rodrigues e F. Magalhães – “Coast Line Evolution in Portugal since the Last Glacial Maximum until Present: a Synthesis” in *Marine Geology*, 170, 2000, p. 182.

¹²⁹ O mais antigo traçado da evolução da restinga arenosa que veio a delimitar a laguna de Aveiro é da autoria de Diamantino Antunes do Amaral – “A laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro”, in *Aveiro e o seu Distrito*, nº 6, Aveiro, Publicação Semestral da Junta Distrital de Aveiro, 1968, p. 37, redesenhado por Orlando de Oliveira - *O.c.*, p. 34.

¹³⁰ Diamantino Antunes do Amaral – *O.c.*, p. 37.

¹³¹ Cf. o ponto III.2.1 do presente trabalho.

¹³² *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 257; *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 3; *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. I, doc. 52 e vol. II, doc. 183 e *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, fl. 35 vº, p. 138.

de Pignero¹³³ ou Ilha do Vouga¹³⁴ evocada nos diplomas medievais e assim localizada em 1108 ao referir-se “*quomodo extremat illa deTrasmondi et vadit per mediam illam insullam de Vauga et extremat cum Lali [...] et habet jacentiam in uillaquam uocitant Lauri prope litus maris territorio Colimbriensi discurrere rivulo Vauga subtus castro Marnel*”¹³⁵.

Julgamos que a análise da configuração do Vouga Lagunar não fica completa se negligenciarmos as principais modificações costeiras verificadas nos períodos posteriores ao limite cronológico imposto a esta dissertação.

I.4.3. Os períodos subsequentes

À medida que avançamos no tempo alarga-se a panóplia de informações alusivas não só à representação do litoral português, como à evolução do trecho costeiro no qual se implantou a laguna de Aveiro.

Começemos pela cartografia histórica. Se é certo que os dados decorrentes da observação destas peças cartográficas devem ser analisados com a máxima cautela pela circunstância de encerrarem muitas inexactidões e incorrecções (involuntárias ou, por vezes, intencionais) quanto à dimensão, orientação e limites das regiões representadas¹³⁶, a verdade é que os mesmos não podem deixar de evidenciar aproximações à realidade e/ou representações mentais do objecto representado. Desta

¹³³ A “*insulla de pignero*” (*Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 3 e *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, fl. 35 vº, p. 138) ou “*insulla de Vauga*” (*Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. I, doc. 52 e vol II, doc. 183).

¹³⁴ *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol II, doc. 183.

¹³⁵ *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol II, doc. 183.

¹³⁶ As técnicas cartográficas eram muito rudimentares comparadas com as modernas. São disso exemplo os chamados Mapas T-O, dos quais existem numerosos manuscritos para o período compreendido entre os séculos VIII e XV, e que constituíam “*simples diagramas em que a parte vertical do T correspondia ao Mediterrâneo, os dois braços aos rios Tânaís (Dom) e Nilo, e o O ao oceano circundante. Isto era uma tentativa para reconciliar a tradição bíblica do «circuito da terra» com os seus «quatro cantos», o T dividindo o círculo em três partes, a maior ou semicírculo representando a Ásia, e os dois quartos de círculo a Europa e a Ásia*” (*Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. xxi).

forma, ainda que com as devidas reticências, não é possível negligenciar a observação diacrónica da configuração dos litorais no período histórico, mormente do português e, no vertente caso, com especial incidência na costa situada entre Espinho e o Cabo Mondego.

Tributários do legado da profícua cartografia do “Mundo Antigo”, os primeiros mapas da “Europa Cristã” revelam novas características ¹³⁷. De entre estes “novos cartógrafos” sobressai a figura de Petrus Vesconte, um genovês que produziu o primeiro atlas náutico conservado até ao presente, para além de inúmeras peças cartográficas que evidenciam já algum profissionalismo e rigor ¹³⁸. Foi precisamente a partir de uma carta-portulano de Petrus Vesconte, desenhada *ca.* de 1320, onde figura a representação do Mediterrâneo Central (orientada com o Este para o topo, no original), que se retirou o pormenor respeitante à costa portuguesa dos inícios de *Trezentos*.

¹³⁷ Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I..., p. xxiv; Peter Whitfield – *The Charting of the Oceans*, Califórnia, Pomgranate Artbooks, 1966 in http://terra.antiqua.free.fr/cartes_monde_auteurs.html (acedido em Julho de 2005); http://www.ethicalatheist.com/docs/flat_earth_myth_ch8.html (acedido em Julho de 2005) e <http://expositions.bnf.fr/ciel/catalan/portulan/port2.htm> (acedido em Julho de 2005).

¹³⁸ Cf. referências da nota anterior.

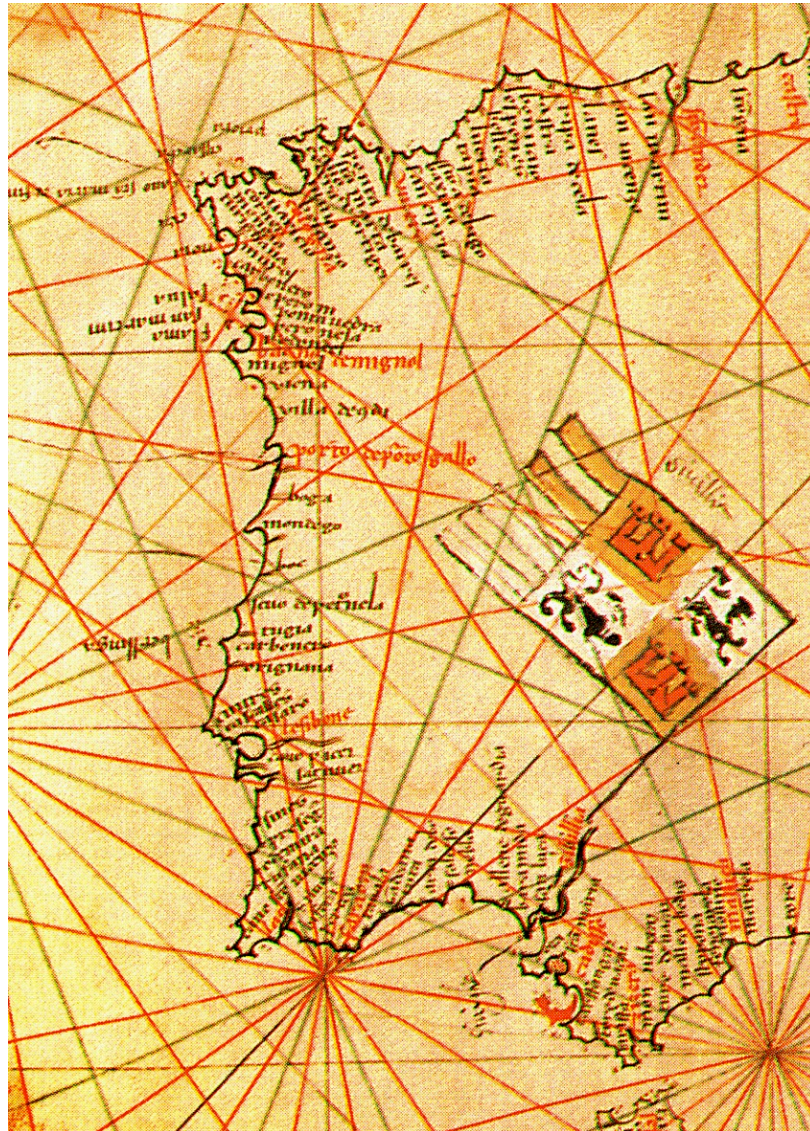


Figura 4 - A costa portuguesa na primeira metade do século XIV segundo Petrus Vesconte
Ampliação da carta da Europa Ocidental de Pietro Vesconte in Peter Whitfield – *The Charting of the Oceans*, Califórnia, Pomegranate Artbooks, 1966, p. 18.

Como se pode visualizar, o perfil litorâneo era diferente do actual, apresentando uma costa bastante recortada, evidenciando chanfraduras acentuadas, onde pontuava a forte penetração do oceano nas embocaduras estuarinas.

Semelhante constatação pode ser alcançada a partir da análise da da carta náutica de Agostino Dulcert.

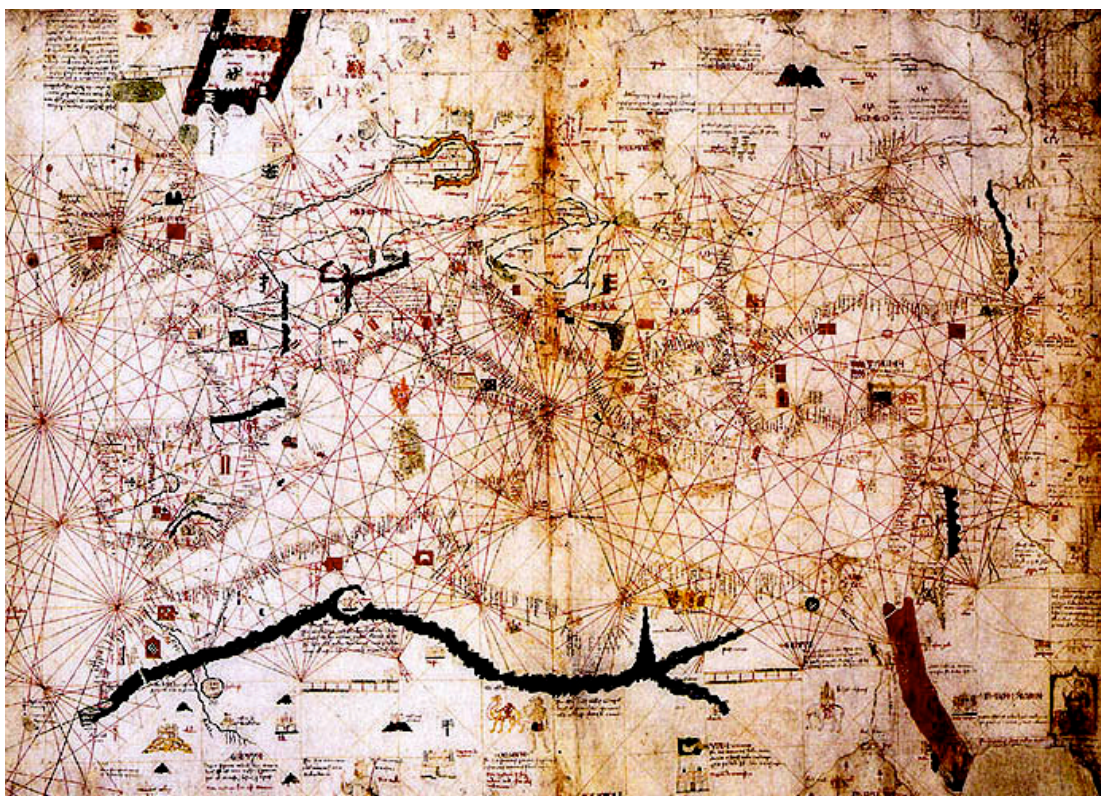


Figura 5 - A costa portuguesa segundo a carta náutica de Agostino Dulcert (1339)

In <http://www.capurromrc.it/mappe/!0112dulcert.html> (acedido em Julho de 2005)

A cartografia dos séculos XV e XVI corrobora o traçado costeiro de *Trezentos*¹³⁹, o que nos leva a inferir que, apesar da atenção crítica que deve estar subjacente à interpretação destas peças, parece inquestionável o facto de, em tempos relativamente próximos da actualidade (designadamente no período medieval), o litoral português assumir uma configuração muito mais recortada que a actual.

Esta asserção assume especial acutilância na zona da laguna de Aveiro. A restinga arenosa que arrancara a partir da zona arenosa da costa de Espinho prosseguiu a sua marcha em direcção ao sul, atingindo, no século XV, a região perto da qual se situa, ao presente, a ermida de Nossa Senhora das Areias, sensivelmente em frente à actual praia de S. Jacinto.

¹³⁹ Jaime Cortesão – *O.c.*, p.62. Isto mesmo pode ser amplamente comprovado em, vg., <http://bell.lib.umn.edu/map/PORTO/CAN/mainp6.html> (acedido em Julho de 2005) e M. Moleiro – *The Art of Perfection* in http://www.moleiro.com/facsimile/AM/pt/Atlas_Miller.html (acedido em Julho de 2005) ou os *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, em vol. I (estampas 2, 3, 6, 7, 15, 23 e 43) ou no vol. 2 (estampas 99, 110, 117, 122, 127 e 198) e volume de Estampas (estampa 127).



Figura 6 - Posição da barra de Aveiro em várias épocas

In Diamantino Antunes do Amaral – “A laguna: Vida, Morte e Ressurreição de Aveiro”,

Aveiro e o seu Distrito, nº 6, Aveiro, 1968, p. 37.

Estamos convencidas que a curtíssima distância percorrida pela restinga entre o século XIII (localizada em frente à actual praia da Torreira) e o século XV (localizada em frente à actual praia de S. Jacinto), deve ter estado relacionada com o agravamento das condições climáticas, especialmente acutilante no século XIV ¹⁴⁰, o qual contribuiu de forma decisiva para a emergência da conhecida trilogia das “fomes, pestilências e

¹⁴⁰ Cf. a figura 11, inserta no próximo capítulo.

guerras” *trecentistas*, as quais ao levarem a um decréscimo na demografia e, conseqüentemente, ao desincentivo das actividades antrópicas, provocou uma redução da erosão dos solos e, portanto, uma diminuição dos sedimentos acarretados pela rede fluvial e, posteriormente transportados pelo mar.

A arqueologia náutica parece ter vindo a consolidar não só o traçado da deslocação da barra natural, no que respeita à sua localização e cronologia, bem como o processo de assoreamento do interior da laguna. Assim, a descoberta de um navio datado do século XIV, afundado junto à actual zona do terminal *Roll on - Roll of* do porto de Aveiro ¹⁴¹, pode indiciar a existência de um porto natural em frente a S. Jacinto, ao largo do qual se dera o naufrágio. Já para a *centúria* seguinte foram encontrados achados não só junto à zona do actual porto de Aveiro ¹⁴² como, também, no canal de Mira ¹⁴³ e na foz deste mesmo canal ¹⁴⁴. A análise sedimentológica destes vestígios (que entretanto tem vindo a ser efectuada) pode datar os ritmos de assoreamento interno da laguna de Aveiro. Infelizmente, para a zona e período em análise, a Arqueologia Náutica ainda não encontrou qualquer vestígio.

Como quer que seja, uma premissa nos parece evidente: a partir de finais do século XIV e, sobretudo, nos séculos seguintes, todo o litoral da laguna (interno e externo) apresentava uma acelerada morfodinâmica, constatável:

- na já referida migração da barra natural;
- na formação e desenvolvimento de ilhas e canais;

¹⁴¹ Este achado foi designado por Ria de Aveiro F.; cf. Francisco J. S. Alves; Maria Luísa P. Blot; Paulo J. Rodrigues; Rui Henrique; João G. Alves; A. M. Dias Diogo e João P. Cardoso – *Vestígios de naufrágios da antiguidade e da época medieval em águas portuguesas*, 2005, in http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/Naufragios/folder/TFAplus_Nazare_Pt (acedido em Abril de 2006).

¹⁴² Este achado foi designado por Ria de Aveiro G., in http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/Naufragios/folder/TFAplus_Nazare_Pt (acedido em Abril de 2006).

¹⁴³ Este achado foi designado por Ria de Aveiro E, in http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/Naufragios/folder/TFAplus_Nazare_Pt (acedido em Abril de 2006).

¹⁴⁴ Este achado foi designado por Ria de Aveiro A, in http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/Naufragios/folder/TFAplus_Nazare_Pt (acedido em Abril de 2006) e *Um Mergulho na História. O navio do século XV Ria de Aveiro A*, Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo, 2004.

- na progressiva colmatação do golfo interior de que hoje apenas restam as Fermentelos, Frossos e Taboeira ¹⁴⁵.

Para os séculos XV e XVI encontrámos referências documentais escritas explícitas às ilhas de Aveiro. Tal foi o caso da “Ilha da Testada”, que em 1407 foi doada por D. João I a D. Frei Álvaro Camelo, meirinho-mor na comarca de Entre-Douro e Minho, com a condição do beneficiário aí criar entre oito a dez éguas ¹⁴⁶. Neste mesmo diploma a referida ilha surge confinada “*de huã parte com a vea do Vouga e da outra parte com a vea que vay pera Cabanões e da vea que vem pela passagem de Cacia e vay contra o mar*” ¹⁴⁷, o que equivale a dizer que, paralelamente ao surgimento das ilhas na laguna de Aveiro, se ia definindo o sistema de canais e veias de água que hoje formam a sua complexa rede interior.

Para finais do século XV, mais concretamente em 1494, temos menção escrita de outra ilha da laguna, aforada por D. João II a Diogo Pires do Porto, sem qualquer designação específica, sendo apenas referido que se localizava “no termo de Aveiro” ¹⁴⁸, ou seja, a sul da Testada (tratar-se-ia, eventualmente, da Ilha do Poço ou da Ilha de Sama).

Com certeza que, por esta altura, estaria já formada a maior e mais importante das ilhas da laguna, a saber, a Ilha do Monte Farinha, porquanto, em 1537, a sua posse foi adjudicada a D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra, que se opusera em tribunal às pretensões do mosteiro de Lorvão que a reivindicava para si ¹⁴⁹.

A propósito da formação das ilhas, Alberto Souto refere “*tudo leva a crêr que entre os areais de Ovar-Estarreja-Murtosa e os areais da Gafanha se abria o delta e que nesse largo espaço o Vouga esbracejava, misturando as suas aguas com as do mar*

¹⁴⁵ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, p. 55.

¹⁴⁶ *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, Lisboa, 1904, p. 61, doc. 1.

¹⁴⁷ *Archivo Historico Portuguez...*, vol. II, doc. 1.

¹⁴⁸ T.T., *Estremadura*, Livro 6, fls. 226-227.

¹⁴⁹ Diamantino Antunes do Amaral – *O.c.*, p. 39.

por entre as insuas das suas aluviões e as restingas costeiras que hoje são a Testada, a Gaga, o Amoroso, a Moacha, a Ilha Gaivota e Monte Farinha”¹⁵⁰.

Este “novo litoral” aparece representado tanto no mapa de Álvaro Seco, de 1561, como no excerto de uma peça cartográfica, datado de finais do século XVI ou inícios do século XVII¹⁵¹.



Figura 7 - Pormenor da região de Aveiro segundo Álvaro Seco (1561)

In *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, Estampa 198.

¹⁵⁰ Alberto Souto – *O.c.*, p. 104.

¹⁵¹ Este é um fragmento do mapa de Portugal (continental) desenhado em pergaminho e cortado para servir de capa a um livro, pelo que só se conservou a parte respeitante à zona de Aveiro. O tipo de letra e estilo de mapa apontam para a datação compreendida entre finais de *Quinhentos* e o dealbar da *centúria* seguinte, in Carmen Manso Porto – *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia, departamento de Cartografía e Bellas Artes, 1999, pp. 30-31.

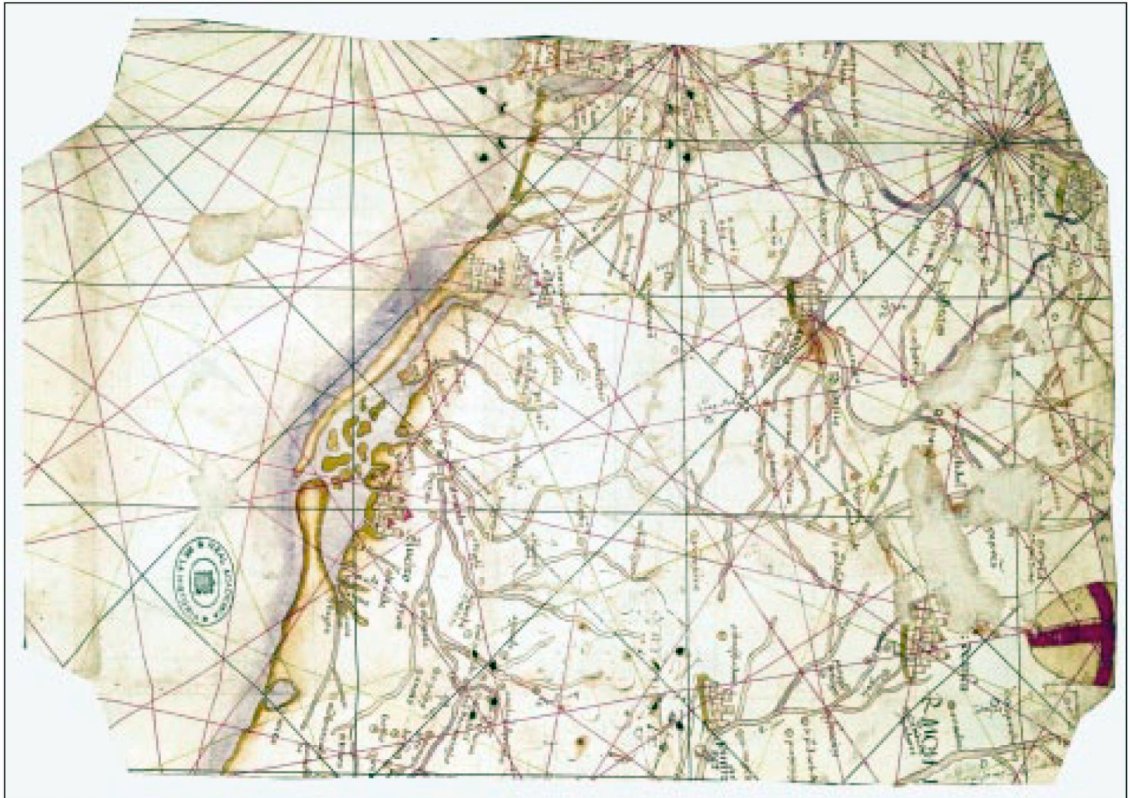


Figura 8 - As Ilhas da laguna de Aveiro

In Carmen Manso Porto – *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia, departamento de Cartografía e Bellas Artes, 1999, pp. 30.

Pesem embora as devidas cautelas que devem presidir à fiabilidade das ilações retiradas da análise deste tipo de documentos, não podemos deixar de salientar alguns aspectos que nos parecem relevantes.

Desde logo, surge-nos uma evidente profusão de ilhas situadas no interior da laguna, mormente em frente ao delta do Vouga (à época situado um pouco a norte de Aveiro e a noroeste da sua actual embocadura), bem assim como a meridião dessa chanfradura. Esta situação não é de estranhar se tomarmos em consideração que:

- a) Uma parte significativa dos sedimentos carreados para o litoral eram transportados pelos principais cursos de água (o Vouga e, a sul deste, o Águeda e o Marnel) que aí desaguavam. Ora o mecanismo de deposição sedimentar que facilitou a formação das ilhas tornou-se mais célere se atentarmos que a própria laguna, segundo esta representação, estava já

perfeitamente delimitada a sul pela acumulação arenosa que deu origem ao cabedelo da Gafanha ¹⁵²;

- b) O cordão litoral progredia rapidamente para sul , obstaculizando o contacto do oceano com o interior da laguna e, conseqüentemente, dificultando a remoção das acumulações sedimentares pela acção directa das ondas.

Aveiro vivia então a sua “idade de ouro”. A vila, conjuntamente com o ducado de Coimbra, foi doada a D. Pedro que se revelou “*um dos impulsionadores da muralha e um dos protectores da actividade piscatória e comercial*” ¹⁵³. A maré alta da fortuna transferiu-se para Aveiro que “*com a rapidez de um relâmpago se transformou num centro mercantil e marítimo de primeira grandeza «no meio de uma vasta e próspera região agrícola, salineira e piscatória»*” ¹⁵⁴. Esta asserção é ilustrada por uma representação de 1632, da autoria de Pedro Teixeira.

¹⁵² “*Ao abrigo das dunas de Ovar, construídas pelas correntes, pelas vagas e pelos ventos, com os materiais fornecidos pelo Douro, pelo Vouga e pelo mar, os lodos do Bunheiro e do actual delta, tinham as mais favoráveis condições para procurarem o repouso dos fundos da Ria*” ... “*Entrementes, ao sul das bocas do Vouga, formára-se, também, um outro cabedelo, uma grande ilha ou restinga ou praia de areias que o vento veio sacudindo para as bordas do continente*” (Alberto Souto – *O.c.*, pp. 78-79). Ao presente chama-se Gafanha a “*tôda a região arenosa dos concelhos de Ílhavo e Vagos com cêrca de 25 quilómetros de comprimento por 5 de largura, abraçada do Norte ao sul (lado poente) pelo rio Mira e do Norte ao sul (lado nascente) pelo rio Boco, afluentes da Ria-de-Aveiro, e confinado pelo Sul com uma linha que, saindo dos Cardais de Vagos, vai fechar ao Norte do lugar de Poço-da-Cruz, freguesia de Mira*” in Padre João Vieira Rezende - *Monografia da Gafanha*, 2ª Edição, Correcta e Aumentada, com prefácio do Doutor Orlando Ribeiro, Coimbra, Publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, 1944, p. 1.

¹⁵³ Maria João Violante Branco Marques da Silva – *Aveiro Medieval...*, p. 76. No que respeita às medidas concretas tomadas por D. Pedro na sua vila de Aveiro veja-se, ainda, a p. 77 deste mesmo estudo.

¹⁵⁴ Diamantino Antunes do Amaral – *O.c.*, pp.39-40.



Figura 9 - O litoral de Aveiro em 1634

O Atlas de Pedro Teixeira. Porto, barras e paisagens litorais da Península Ibérica em 1634
in <http://www.arqueotavira.com/Mapas/Teixeira/Index.html> (acedido em Maio de 2006)

A figura mostra toda a zona com um aspecto muito aprazível, entrecortada por canais, onde pontuavam as marinhas de sal. Aí, os aglomerados urbanos jaziam a par de áreas florestadas e, certamente, de campos agrícolas. A barra natural é situada a

Poente de Vagos, o que é consentâneo com a ideia de que na década de 40 do século XVII estaria por terras da actual Vagueira ¹⁵⁵.

A partir do momento em que a barra atinge os areais de Mira a história da região afigura-se trágica, assistindo-se ao entupimento cíclico da mesma, o que, quando acontecia, transformava toda a área “*num vasto pântano onde as marés mal se faziam sentir, resultando daqui a impossibilidade da agricultura e do fabrico do sal, e o aparecimento de graves epidemias*” ¹⁵⁶. A própria laguna de Mira ¹⁵⁷, acabou por deixar de estar em contacto com águas marinhas. Tal facto fez não só com que a laguna passasse a comportar exclusivamente água doce como, também, precipitou o seu assoreamento interno levando a que o antigo corpo lagunar se dividisse em dois, a saber, a “Barrinha de Mira” e, esse outro, cujo nome parece indiciar os tempos em que a linha de costa era mais recuada, conhecido por “Lago do Mar” ¹⁵⁸.

Depois de várias tentativas falhadas, a questão só foi ultrapassada em 1808 com a construção da barra artificial, implantada no local onde ainda permanece. A empresa foi entregue pelo Príncipe Regente ao Eng. Reinaldo Oudinot e a seu genro o Eng. Luís Gomes de Carvalho que, em 1802, dirigiram as obras da barra do Douro e que ficavam, igualmente, incumbidos de “*realizarem um projecto para abertura e estabilização da barra de Aveiro*” ¹⁵⁹.

Em 1815, a abertura de um leito artificial ao curso terminal do Vouga esteve em conexão com as obras de fixação da nova barra de Aveiro. A construção do chamado *Rio Novo do Príncipe*, criou uma nova foz ao rio colocando-a a sudeste da tradicional

¹⁵⁵ Cf. a figura 6.

¹⁵⁶ Francisco Ferreira Neves – “Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro”, sep. do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXII, Aveiro, 1956, pp. 5 e 6.

¹⁵⁷ A primeira referência escrita inequívoca para esta laguna data de finais do século XV quando, em 1483, D. João II faz Rui Soares seu couteiro-mor (*História Florestal, Aquícola e Cinegética...*, vol. III, doc. 162).

¹⁵⁸ P^o. Manuel Alves – *Subsídios para a História de Mira*, Mira, Ed. da Paróquia de Mira, 1990, p. 10.

¹⁵⁹ Orlando de Oliveira – *O. c.*, p. 36.

desembocadura (situada na zona do actual “Bico da Murtosa”, como sabemos ¹⁶⁰). Na verdade, o *Rio Velho*, isto é o canal natural por onde o Vouga seguia o seu sinuoso trajecto até à foz, não tinha cava suficiente para dar rápido escoamento às enxurradas que lhe afluíam em períodos de “grandes cheias”, como acontecia antes da abertura nova barra de Aveiro ¹⁶¹.



Figura 10 - A foz do Vouga e os seus canais

Bartolomeu Conde – O Rio Novo do Príncipe. Causas e Vantagens da sua construção em 1815

In <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/bconde/Pg005100.htm> (acedido em Maio de 2006)

¹⁶⁰ Cf., entre outros, A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, pp. 65-67; Alberto Souto – *O.c.*, p 109; P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média...*, p. 61.

¹⁶¹ Bartolomeu Conde – O Rio Novo do Príncipe. Causas e Vantagens da sua construção em 1815, in <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/bconde/Pg005100.htm> (acedido em Maio de 2006).

Aberta a barra artificial de Aveiro, criado um novo canal por onde o Vouga faz desaguar as suas águas, revitalizada a economia da região e, por isso tudo, controlada a acção nefasta que o Meio veio a impor sobre a mesma, não tem o Homem sabido preservar o que conseguira tão árdua e obstinadamente.

Terminemos com as sempre acutilantes palavras de Amorim Girão quando autenticamente desabafa: *“Os marítimos teem como certo o vaticínio que um dia há-de vir, em que toda essa zona será um contínuo areal sem vegetação e sem vida, vaticínio de cuja possibilidade científica a ninguém é lícito duvidar: na mão do homem está apenas retardar esse fatal desenlace, com todo o seu cortejo de desastradas conseqüências”*¹⁶².

¹⁶² A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, p. 68.

I.5. Súmula

O sector costeiro compreendido entre Espinho e o Cabo Mondego foi aquele em Portugal onde, ao longo dos tempos históricos, as transformações geomorfológicas se revelaram mais rápidas e relevantes. Com efeito, sobretudo a partir da época medieval, todo esta costa foi alvo de profundas modificações que culminaram, em última análise, na construção de uma nova costa com um litoral oceânico traçado no que, anteriormente, era mar. Constituído por praias baixas e exclusivamente arenosas, por contraponto com o que se verificava (e ainda se verifica) quer a norte (com predominância de afloramentos rochosos, embora frequentemente cobertos por depósitos arenosos de pequena espessura), quer a sul (onde a costa  rochosa com arribas vivas e escarpadas), o segmento costeiro em foco reuniu as condições favoráveis à implantação e crescimento de um cordão litoral que marcou indelevelmente não são a sua configuração como, igualmente, a ocupação e desenvolvimento de toda a área circundante.

No que respeita ao estudo fisiográfico do trecho costeiro em análise, nas suas componentes geológicas, geográficas e, mesmo, arqueológicas, cumpre assinalar uma panóplia de trabalhos de referência, alguns remontantes ao primeiro quartel do século XX, cuja valência científica se revela de tal forma relevante que, ainda hoje, se afiguram incontornáveis para todos quantos abordem a evolução histórica do Baixo Vouga e seu entorno. Não obstante, tais trabalhos não incorporam um tratamento historiográfico, sendo que sempre que se reportam  documentação histórica escrita o fazem de forma superficial e despreziosa. Paralelamente, há que referir a existência de um conjunto de monografias históricas, de maior ou menor relevância, mas com uma

abrangência espacial que nunca (pelo menos que tenhamos conhecimento) englobou toda a zona inserida no curso terminal do Vouga e seu litoral envolvente o que, como deixámos expresso, pressupõe a análise de um trecho costeiro muito mais vasto que a mera embocadura do rio.

Durante a Idade Média começou a verificar-se um conjunto de alterações de carácter geomorfológico que influenciou, se não mesmo condicionou, toda a região. Note-se que as alterações aludidas tiveram na sua base a implantação e crescimento de um cordão litoral, construído com sedimentos debitados pelo rio Douro e outros rios nortenhos, os quais foram transportados em deriva litoral para sotamar, isto é, para sul. Convém lembrar que, segundo alguns estudos, durante o Pequeno Ótimo Climático Medieval se deve ter verificado um aumento do transporte sedimentar (resultado não só de novas características meteorológicas, provavelmente com regime pluviométrico diferente do anterior), mas também do crescimento demográfico com o consequente aumento das áreas cultivadas e concomitante desflorestação. Decorrentes do crescimento da restinga arenosa enraizada a sul de Espinho e se que foi desenvolvendo para Meridião, importa destacar os seguintes fenómenos:

- 1- assoreamento da zona setentrional da medieva laguna de Ovil (actual laguna de Esmoriz-Paramos) que, embora ainda estivesse activa na zona de Silvalde nos primeiros séculos cristãos, se encontrava em processo de rápida colmatação, factor que explica a colonização arbórea aí constatada para os séculos X e XI;
- 2- formação da laguna de Aveiro, à época configurada pela existência de uma grande baía na qual desaguavam o Antuã, o Vouga e também os seus afluentes Águeda e Cértima. No seu NW foram-se desenvolvendo ilhas mercê, reafirmamos, do crescimento para sul do cordão litoral, mas

também, muito possivelmente, das alterações climáticas e suas consequências ao nível demográfico e silvo-agrícola que, à semelhança do verificado em Silvalde, deverão, também aqui, ter-se repercutido num acréscimo de sedimentos transportados pelo Vouga (e seus afluentes) e debitados no litoral;

- 3- A existência de um golfo ou “mar interior” que penetrava terrenos actualmente situados em áreas consideravelmente interiores (como S. João de Loure, Alquerubim e Sá) onde, ao tempo, a entrada de águas marinhas e a protecção conferida pelo desenho litoral permitiam a salicultura;
- 4- o enclausuramento da antiga laguna de Mira que, uma vez separada do oceano, passa a comportar exclusivamente água doce e, mais do que isso, fica seccionada em duas.
- 5- a inexorável migração da barra natural com os seus cíclicos entupimentos, levando a que, a partir do século XVIII, a região de Aveiro entrasse em declínio profundo, materializado em miséria e morte, situação que só viria a ser ultrapassada em inícios da *centúria* seguinte com a abertura da barra nova.

Assim foi a dinâmica costeira da região em foco. Na realidade poderíamos fazer uso de uma célebre divisa porquanto aqui, efectivamente, “ a natureza pôs e o Homem dispôs”, pelo menos enquanto a geodinâmica costeira o permitia claramente, como passaremos a explicar.

CAPÍTULO II - AS GENTES

II.1. Enquadramento

“A capacidade pouco vale sem oportunidade”.

Napoleão Bonaparte ¹⁶³

Na construção de qualquer paisagem importa considerar a acção dos elementos naturais e humanos. Já Heródoto, parafraseando os gregos seus antecessores que integraram a expressão de Hecateu de Mileto, se referia ao Egipto como “um Dom do Nilo”¹⁶⁴; era-o, com toda a certeza, mas foi igualmente aquilo que dele fizeram os egípcios. Se é certo que a geomorfologia influencia o curso das civilizações históricas, é igualmente irrefutável o poder do Homem como agente e construtor da História. Longe vão os tempos do determinismo patenteado pelos geógrafos *oitocentistas* que “(...) *pretenderam explicar as paisagens apenas em função das condições naturais: dureza e permeabilidade das rochas, estrutura do solo e do subsolo, temperaturas e precipitações, ventos e climas. Em vão, sem dúvida: todos estes factores físicos constituem apenas o quadro em que o homem agiu, a partir do momento em que se estabilizou (...)*” ¹⁶⁵.

¹⁶³ Napoleão Bonaparte, cit in <http://www.cfaraujo.eng.br/pensam.html> (acedido em Setembro de 2004).

¹⁶⁴ António Augusto Tavares – *Civilizações Pré-Clássicas*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p. 31.

¹⁶⁵ Dupâquier in Fernand Braudel – *A Europa*, Lisboa, Terramar, 1996, p. 64.

Homem e Natureza estabeleceram, desde o aparecimento daquele, um binómio no qual a sobrevivência e êxito do primeiro dependem, sobretudo, dos seus conhecimentos técnicos, da sua capacidade interventora, em suma, do engenho humano. Aquilo que as chamadas Ciências da Terra designam por “acções antrópicas” (influência activa do Homem no processo ambiental), pode suceder no sentido das sociedades intervirem aproveitando os recursos que o ambiente lhe oferece ou, em situações adversas, procurando contornar os obstáculos que a Natureza lhe apresenta ¹⁶⁶. No entanto, a distinção entre Meio Físico e Acções Antrópicas, como elementos modeladores da paisagem, é, na verdade, extremamente difícil de estabelecer. A complexidade de ambos os fenómenos, os quais se interpenetram e interagem, leva a que só por razões metodológicas e meramente conceptuais se conceba e analise cada um *per se*. De facto, na maior parte dos casos, torna-se extremamente difícil depurar aquilo que resulta de factores meramente naturais daquilo que decorre directamente da intervenção humana. Esta dificuldade assume especial pertinência quando:

- a) nos reportamos a um período onde escasseiam os registos coevos (escritos e não escritos);
- b) se tem como objecto de análise o litoral, cuja morfodinâmica é extremamente rápida e complexa.

Pesem embora as dificuldades respeitantes à abordagem temporal e espacial da temática desta dissertação, não quisemos deixar de compartimentar (e não seccionar de forma estrita e monolítica) o estudo dos elementos forçadores da evolução da paisagem, muito embora estejamos conscientes da falácia desta divisão. Aliás, se alguma novidade se detectar no presente trabalho, ela consubstanciar-se-á, exactamente, na relação

¹⁶⁶ Isto aplica-se quer para o bem quer para o mal, uma vez que as consequências das tais acções antrópicas ora resultam em sucessos fundamentais para a prossecução da própria espécie humana, ora redundam num aparente sucesso que a médio e longo prazo acarretam efeitos danosos quando não irreparáveis (cf. Rosário Bastos e Alveirinho Dias – *Geodinâmica e Acções Antrópicas: dois elementos estruturantes na construção da Europa*, in *Discursos*, III Série, nº 4, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 55-80).

diacrónica estabelecida entre Meio Físico e Acções Antrópicas presentes no Baixo Vouga, à época do início da constituição do litoral lagunar.

II.2. A população

Na reconfiguração da costa medieval, situada entre Espinho e Mira, as oscilações climáticas tiveram, por certo, um papel extremamente relevante quer ao nível da geodinâmica, quer ao nível da população (entendida aqui como densidade demográfica). Já Braudel evidenciava a importância do clima na construção das paisagens históricas ao equipará-lo a “um director de orquestra” ou “actor violento” ou, pelo menos, dominador, capaz de tudo por em causa ¹⁶⁷. Detectar o papel do clima no devir histórico implica o registo e análise dos estados do tempo em períodos de longa duração. Assim, a climatologia cimenta-se na acumulação dos elementos fornecidos pela meteorologia (que analisa, em intervalos cronológicos curtos, os estados de tempo através dos fenómenos atmosféricos como sejam a temperatura, a precipitação, o vento, e outros) para poder fazer um estudo da respectiva variabilidade no decurso de uma cronologia de longa duração ¹⁶⁸. Surge aqui uma evidente e frustrante dificuldade tendo em consideração que os indicadores meteorológicos, de cuja análise cumulativa e serial resulta a climatologia, são tanto mais difíceis de apurar quanto mais recuamos no tempo. A época medievá não foge à regra, pelo contrário. Sendo conhecido que só com a modernidade das “Luzes” se descobriram instrumentos de medição meteorológica ¹⁶⁹, como chegar ao conhecimento do clima medieval, suas eventuais oscilações e consequentes impactes? Só existe uma maneira: o recurso aos chamados indicadores

¹⁶⁷ Fernand Braudel – *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade...*, p. 40.

¹⁶⁸ “If we measure and observe these weather elements over a specified interval of time, say for many years, we would obtain the average weather or the climate of a particular region. Climate, therefore, represents the accumulation of daily and seasonal weather events (the average range of weather) over a long period of time” (C. Donald Ahrens – *Meteorology Today. An Introduction to Weather, Climate, and Environment*, 6th Edition, 1999, U.S.A., Brooks/Cole, p. 15).

¹⁶⁹ C. Donald Ahrens – *O.c.*, p. 16.

indirectos (ou *proxy-data*, na já vulgarizada expressão anglo-saxónica) ¹⁷⁰, como por exemplo:

- análise dos registos dos sedimentos depositados no fundo dos lagos e lagunas, bem como dos depósitos sedimentares oceânicos ¹⁷¹;
- análise cartográfica (que nas representações medievais e modernas tem que ser efectuada com cuidado extremo);
- estudo dos poléns e registos fossilizados datados através da utilização da radiocronologia ¹⁷².
- observação dos anéis que permitam aferir o ritmo do crescimento das árvores (dendrocronologia e dendroclimatologia);
- análise da micro-fauna e micro-flora, designadamente pela observação das paleotantocenoses (comunidades mortas há muito tempo), como as de foraminíferos, que se revelam excelentes indicadores ambientais (ex: temperatura da água, salinidade, disponibilidade alimentar, etc.) ¹⁷³;

¹⁷⁰ Para este facto alertaram já, entre outros, Emmanuel Le Roy Ladurie – *Histoire du climat depuis l’an mil*, 2 vols., Paris, Flammarion, 1983; Pierre Alexandre – *Les climats en Europe au moyen âge: contribution à l’histoire des variations climatiques de 1000 à 1425, d’après les sources narratives de l’Europe Occidentale*, Paris, Éditions de l’Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1987; H. H. Lamb – *Climate, History and Modern World*, second edition, London, Routledge, 1995.

¹⁷¹ Alguns trabalhos recentes parece terem identificado o registo de oscilações climáticas históricas, nomeadamente do *Pequeno Ótimo Climático* e da *Pequena Idade do Gelo*, em testemunhos verticais de sedimentos (*cores*) colhidos na plataforma continental do Norte de Portugal e da Galiza, com base em estudos micro-paleontológicos (foraminíferos), sedimentológicos e mineralógicos. É o caso, por exemplo, de Maria Virgínia Alves Martins – *Margem Continental NW Ibérica: Estudo de mudanças paleoceanográficas e paleoclimáticas durante o Quaternário*, Aveiro, 2003, (Dissertação de Doutoramento em Geociências, apresentada no Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, policop.).

¹⁷² Exemplos de aplicação em Portugal são, entre vários outros, o trabalho de C. R. Janssen, e R. E. Woldringh – “A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal”, in *Finisterra*, vol. XVI, nº 32, Lisboa, 1981, pp. 299-309 e o de José Eduardo Mateus – “Lagoa Travessa: A Holocene Pollen Diagram from the South-West Coast of Portugal”, in *Revista de Biologia*, nº 14, Lisboa, 1989, pp. 17-94. Um exemplo de aplicação do C-14, na região em estudo, é F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – *O.c.*, pp. 187-226.

¹⁷³ Maria Virgínia Alves Martins – *O.c.*.

- recurso a representações pictóricas conducentes à detecção de alterações na paisagem (iconografia, azulejaria, estatuária..., mais frequentes para o período moderno);
- observação do estado de conservação das rochas utilizadas na construção de monumentos ¹⁷⁴;
- as manifestações religiosas como sejam as procissões pedindo “a graça” da chuva, ou agradecendo esta mesma mercê ¹⁷⁵ ou, ainda, para actos públicos de penitência e preitos de gratidão face à ocorrência de catástrofes naturais como sejam os terramotos ¹⁷⁶;
- alteração do calendário litúrgico da Igreja Católica, no sentido de acautelar a efectivação das procissões em períodos de estio ou, pelo menos, onde a previsibilidade da ocorrência de precipitação seja baixa (ex: no séc. XX, a alteração da procissão de S. Sebastião, tradicionalmente decorrente a 20 de Janeiro – e portanto sujeita a ver a sua solenidade perturbada pela chuva - para outra data, normalmente já na Primavera ou Verão, dependente da decisão das respectivas paróquias) ¹⁷⁷;

¹⁷⁴ No caso português, Aires de Barros procurou “*averiguar com alguma minúcia o que se passa com as rochas granito-gnaissóides e alcalinas por um lado e com as rochas básicas por outro, em situações tão diferentes da evolução geoquímica como as que são ditadas por ambientes climáticos temperados e por situações de tipo equatorial*” (Luís Aires-Barros – *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Petrologia e Geoquímica da Universidade Técnica de Lisboa, 1991, pp. 95-331). Este estudo dá especial enfoque à alterabilidade das rochas usadas na construção do Mosteiro da Batalha, Sé-Velha de Coimbra, Palácio do Raio em Braga (construção barroca do séc. XVIII, reinado de D. João V) e do mosteiro dos Jerónimos..

¹⁷⁵ Mariano Barriendos & Javier Martin-Vide – “Pluviometric Indices and the Construction of Climatic Series in Spain”, in *The Second International Climate and History Conference*, Climatic Research Unit, University of East Anglia, Norwich, UK, (7-11) September, 1998, pp. 8-9.

¹⁷⁶ José Marques – “Estados do tempo e outros fenómenos na região de Braga, no século XVIII”, separata da Revista Cultural *Bracara Augusta*, Vol. L, Braga, edição da Câmara Municipal de Braga, 2001/02, pp. 115-124.

¹⁷⁷ Maria João Alcoforado; Maria de Fátima Nunez & João Carlos Garcia – “Climate and Humam Societies in Southern Portugal During the Late Maunder Minimum and the Early Instrumental Period”, in *The Second International Climate and History Conference*, Climatic Research Unit, University of East Anglia, Norwich, UK, (7-11) September, 1998, pp. 6-8.

- implementação de posturas municipais extraordinárias em ordem a precaver os impactes negativos de uma sucessão de “tipos de tempo” fora do comum (ex. foram mesmo implementadas medidas restringindo ou até proibindo a venda de comida e a utilização da água) ¹⁷⁸;
- e, finalmente, o mais aprofundado possível trabalho heurístico e hermeneúutico feito em fontes medievais escritas, abarcando fontes que vão da cronística à epistemografia, passando, obviamente, por todos os documentos – inéditos ou publicados – vistos sob a óptica dos informes climatológicos ¹⁷⁹.

Apesar dos estudos de climatologia histórica se encontrarem relativamente desenvolvidos em alguns países além fronteiras, em Portugal, pelo contrário, são muito poucas as informações disponíveis e, para o período medieval, manifestam-se praticamente inexistentes. Já Oliveira Marques, nos finais da década de 60, na sua *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, apontava para a necessidade do estudo das variações do clima nos tempos históricos, considerando que “*o pouco que ainda se tem feito neste capítulo permite já, não obstante, avaliar das perspectivas imensas abertas ao labor do estudioso*” ¹⁸⁰. Adverte, ainda, de forma pertinente, para o perigo de transpor, *a priori*, modelos transpirenâicos, porque já estudados e testados, para a realidade nacional ou, se quisermos, mediterrânea (em sentido lato). É que,

¹⁷⁸ João Alcoforado; Maria de Fátima Nunez & João Carlos Garcia – *O.c.*, pp. 6-8.

¹⁷⁹ O leitor atento objectará imediatamente, e com toda a pertinência, que nenhum desses índices por si só é válido e seguro. Naturalmente! Só recorrendo ao cruzamento dos dados e fazendo apelo a um forte esforço interdisciplinar nos conseguiremos aproximar com maior verosimilhança do clima ao longo da História. É um esforço que, em nossa opinião, não só vale a pena tentar, como é imperativo fazê-lo.

¹⁸⁰ A. H. de Oliveira Marques – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1978, p. 33. O referido trabalho de Oliveira Marques para esta época histórica continua a ser actual e indispensável muito embora sejam de louvar outros contributos para o estudo da climatologia portuguesa, entretanto dados à estampa. Referimo-nos, especialmente, a Maria José Ferro Tavares – “Os sinais dos tempos: para o estudo do clima e do litoral português”, in *Actas do Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos (Geologia, História, Arqueologia e Climatologia)*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004, pp. 451-515 e José Marques – “Estados do tempo e outros fenómenos na região de Braga, no século XVIII”..., pp. 97-194.

verdade se diga, “(...) a situação da Europa Meridional (Península Ibérica, Itália, Grécia) pode considerar-se bastante diferente da do resto da Europa. Os maiores perigos que o clima oferece para as colheitas residem, no primeiro caso, na escassez de chuvas durante o período de crescimento das plantas, ou seja, no Inverno e na Primavera; enquanto no segundo, eles estão exactamente no excesso de precipitação durante esse mesmo período. Assim, um ano húmido pode ser prejudicial para o Norte Europeu, acarretando fracas colheitas e fome consequente, e extremamente benéfico para os países do Sul, trazendo abundância e fartura”¹⁸¹. Corroborando esta ideia e à luz dos conhecimentos científicos actuais há, ainda, que tomar em linha de conta uma outra abordagem, embora nada esteja elaborado para o período medievo, nem compita, tão pouco, ao historiador fazê-lo isoladamente. Com efeito, sabe-se hoje que o clima na bacia norte-atlântica, e especificamente na Europa, é determinado pela Oscilação do Atlântico Norte (*North Atlantic Oscillation*), a qual pode ser aferida pelo índice NAO, baseado na diferença da pressão atmosférica ao nível médio do mar, normalizada para o período 1901-1980, entre Stykkissholmur/Reykjavik (Núcleo de baixas pressões da Islândia) e, segundo os diversos autores, Ponta Delgada (anticiclone dos Açores), Lisboa ou Gibraltar. Um índice positivo da NAO reflecte pressão abaixo do normal na parte norte do Atlântico Norte e/ou pressão acima do normal do Atlântico Norte central, o que provoca a circulação, na Europa do Norte, no Inverno, de ventos fortes associados a massas de ar quente e húmido, provocando grande precipitação. Paralelamente, no sul da Europa, no Inverno, a precipitação é fraca e há frio. Quando o índice NAO é negativo passa-se o inverso. Deste modo, parece haver respostas inversas entre o norte e o sul da Europa: é muito provável que quando faz frio ou há chuva excessiva no norte,

¹⁸¹ A. H. de Oliveira Marques – *O.c.*, p. 35.

haja pouco frio e pouca chuva no sul, em função da NAO ¹⁸². A reconstituição do índice NAO encontra-se já efectuada para algumas regiões, remontando aos inícios do século XVI, sendo que as conclusões daí decorrentes parecem apontar para o facto de haver uma correlação directa entre os níveis da temperatura e pluviosidade e a Oscilação do Atlântico Norte ¹⁸³, situação que, tudo indica, se deveria verificar igualmente durante a Idade Média. Aliás, Humbert Lamb enuncia esta ideia quando detecta um pico de aquecimento na Europa medieva, entre 1100 e 1300, com repercussões distintas entre o Norte e o Sul. Enquanto para várias zonas do Reino Unido e Europa Central os Verões apresentaram, em média, uma temperatura superior à actual (no primeiro caso em cerca de 0,7 e 1,0 °C, e 1,0 a 1,4 °C na Europa Central), no Mediterrâneo, no Mar Cáspio e na Ásia Central, o impacte deste aquecimento a norte vai-se fazer sentir através de um aumento da humidade, a qual varia consoante as regiões em apreço. Tal facto parece explicar-se pela deslocação da faixa anticiclónica subtropical (deserto) que, saindo do seu eixo tradicional (que vai dos Açores à Alemanha ou Escandinávia), provocou a infiltração de uma frente fria que, vinda do sul, atingiu quer a Europa Oriental quer a Europa Ocidental e, até mesmo, a Ásia Central ¹⁸⁴. O Autor vai mais longe quando estabelece uma relação directa entre os picos de aquecimento e o crescimento demográfico, revolução agrícola e progressos tecnológicos verificados na Europa medieval ¹⁸⁵. Na verdade, parece existir uma conexão entre o crescimento demográfico e o Pequeno Ótimo Climático, pelo que a relação causa-efeito não pode ser escamoteada.

¹⁸² Martin Visbeck - *The North Atlantic Oscillation*, in <http://www.lido.columbia.edu/NAO> (acedido em Janeiro de 2003).

¹⁸³ Para os casos de França e Suíça cf. Danny de Vries - *Burgundian Historical Climate Data*, in http://www.unc.edu/deps/anthro/french/projects/climate/data_histclim (acedido em Junho de 2005).

¹⁸⁴ H. H. Lamb - *O.c.*, pp. 172-186.

¹⁸⁵ H. H. Lamb - *O.c.*, p. 180.

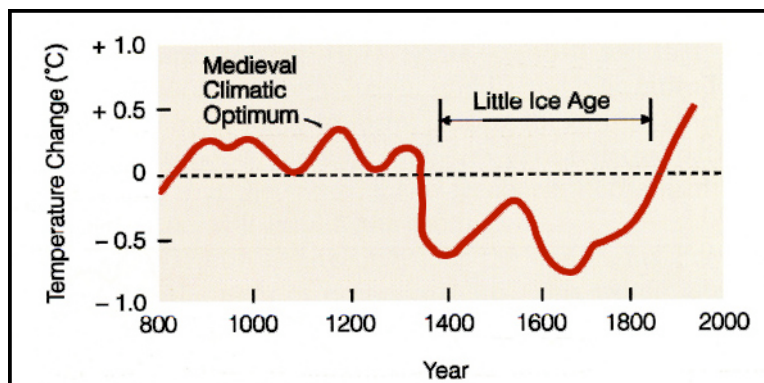


Figura 11 - Variação da temperatura média na Europa Oriental durante os últimos 1200 anos
 In C. Donald Ahrens – *Meteorology Today. An Introduction to Weather, Climate, and Environment*, 6th Edition, U.S.A., Brooks/Cole, 1999, p. 509.

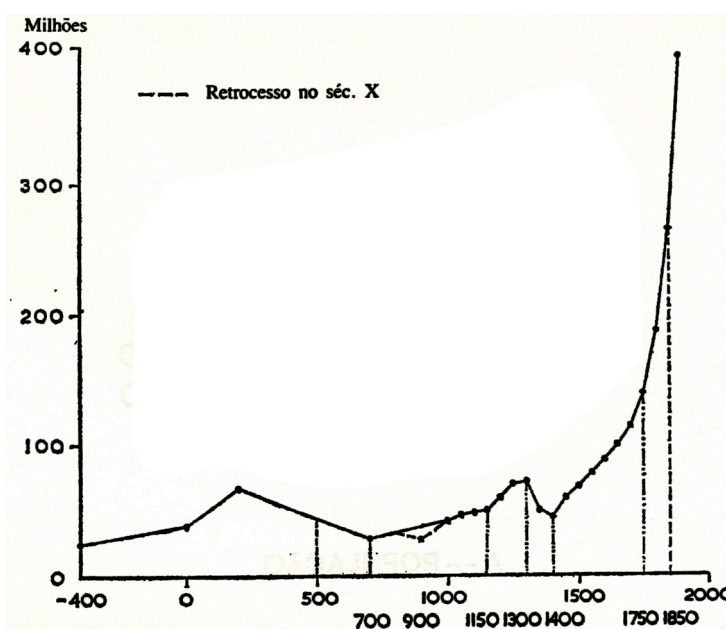


Figura 12 - Evolução provável de crescimento da população europeia (400 A.C.-1900)

In B. H. Slicher van Bath – *História Agrária da Europa Ocidental (500-1860)*, 3ª edição, Editorial Presença, 1984, p. 82.

Paralelamente, não podemos esquecer o papel da componente demográfica na intervenção humana sobre a paisagem. Efectivamente, a pressão demográfica enforma a necessidade de exploração dos recursos naturais, assim como a diminuição da mesma

levará a um certo laxismo face ao aproveitamento desses mesmos recursos. Simplificando podemos equacionar a situação da seguinte forma ¹⁸⁶:

Quando se regista um crescimento demográfico, verifica-se um aumento

- da mão-de-obra disponível;
- nos níveis de consumo, sobretudo dos bens essenciais e, por consequência, subida dos preços, nomeadamente dos cereais;
- na procura de terras agrícolas, seja à custa da área florestada, da drenagem de paúis, da ocupação de solos com uma diminuta capacidade produtiva, ou de outros mecanismos quaisquer;
- na procura de pastagens para o gado;
- na procura de madeira para construir casas, embarcações, dependências e alfaias agrícolas e para o carvão.

O resultado de todo este processo pode manifestar-se:

⇒ **a curto prazo**

- efectiva satisfação das necessidades do aumento da procura;

⇒ **a médio prazo**

- deterioração dos índices de produtividade dos terrenos agrícolas, cuja capacidade se encontrava comprometida pela lei dos “rendimentos decrescentes” ¹⁸⁷;

- degradação do coberto vegetal através da queima ou corte de bosques, matas, brenhas e charnecas, desestruturando o frágil equilíbrio entre *ager* e *saltus*;

- acréscimo dos acarreios sedimentares continentais (e consequente aumento dos caudais sólidos transportados pelos rios), provocando grandes

¹⁸⁶ Esta ideia fora já exposta em Rosário Bastos e Alveirinho Dias – *O.c.*, pp. 63-64.

¹⁸⁷ Fernand Braudel – *A Europa...*, p. 97.

modificações da geomorfologia costeira através, por exemplo, da acumulação de areias no litoral, da formação de restingas, do assoreamento de canais e, mesmo, do encerramento e colmatação de barras.

Ex contrario, uma diminuição do contingente populacional terá o efeito oposto, ou seja, um decréscimo da mão-de-obra disponível, o abandono de terras e matos (e, por consequência a expansão dos maninhos) e a diminuição do abastecimento sedimentar fluvial e, conseqüentemente, do fornecimento de sedimentos transportados para a costa. Por isso mesmo, afigurou-se-nos importante aferir a incidência do Pequeno Ótimo Climático e coincidente aumento populacional verificados além fronteiras na zona do Vouga Lagunar.

Mau grado todos os esforços levados a cabo, não conseguimos exarar das fontes compulsadas dados relativos à enunciação de “estados de tempo” que tivessem atingido o Baixo Vouga no período em estudo neste trabalho. A única referência directa, escrita, que possuímos reporta-se ao ano de 1190, caracterizado por um Inverno prolongado e excepcionalmente pluvioso a que se seguiu um estio igualmente anómalo, desembocando num surto de fome e mortalidade que afectou todo o reino, com particular incidência no norte do país e, concretamente, numa parte substancial do território em análise no presente trabalho, consignado na terra de Santa Maria. Este facto é-nos relatado por Rui de Pina, na *Crónica do Rei D. Sancho I* onde pode ler-se: *“loguo em esse mês [de Fevereiro] comessou grande invernada de chuyva e durou ata o primeyro dia do mês de Junho, em tal guisa que todos os meses e fruytas [d]estroyo. E depois que cessou a chuiva, veio aos meses grandes multidoes de vermes, que as comeu ata a terra. E foi tão grande o estyo, que durou ata XV dias por andar de Janeyro. E cessando o estio, veo tan grande pestelemça e dor nos homens da terra de Santa Maria, bispado do Porto, que em cada hum lugar hu moryon muitos ficavom três.*

*E aveo mais grande dor nos homens da terra de Bragaa, em tal guisa que lhe parecy a que ardiom dentro de sy mesmos, e asy moryon. E foy tão grande fame a esta sazom no regno de Portugal, que dela muitos moriom. E comiom os homens ervas e os agroes, asy como bestas”*¹⁸⁸.

A situação atrás referida enquadra-se perfeitamente no postulado genérico enunciado por Pierre Alexandre que, na senda de H. Lamb, do qual apreendeu a metodologia científica, designadamente no que concerne à utilização dos “índices” decenais de temperatura e pluviosidade sazonais para o estudo das oscilações climáticas na Europa medieval, aponta a seguinte tendência: entre 1150-1330 verifica-se a predominância de um clima invernal medianamente frio, registando-se fases muito rudes em meados do século XII, inícios do século XIII e primeiro quartel do século XIV. As temperaturas primaveris da Europa Ocidental conheceram, depois de um longo período quente (1220 a 1310), um arrefecimento espectacular ao longo do século XIV, o qual atinge o seu pico por volta de 1340-1350¹⁸⁹. Contudo, este dado, isoladamente, não basta para concluir o que quer que seja. No entanto, se aduzirmos os dados de cariz geomorfológico patenteados no rápido crescimento da restinga arenosa que veio a delimitar a laguna de Aveiro e a potenciar, a norte, a progressiva colmatação da laguna de Ovil (actual laguna de Esmoriz-Paramos) e, a sudoeste, o preenchimento do golfo interior hoje residualmente observável nas pateiras de Fermentelos, Frossos e Taboeira, podemos induzir que, à semelhança do que se verificava na restante Europa, também no Baixo Vouga se deve ter registado uma confluência entre a melhoria das condições climáticas e correlativo aumento populacional. Todavia, na análise da região em apreço,

¹⁸⁸ *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. Carlos da Silva Tarouca, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952, pp. 170-171.

¹⁸⁹ Pierre Alexandre – *O.c.*, p. 807.

temos de entrar em linha de conta com outra ordem de factores que decorrem do processo político-militar inerente à Reconquista Cristã ¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Neste ponto particular remetemos novamente para H. Lamb quando aponta para a coincidência temporal verificada entre a construção das magistrais catedrais medievais ou as cruzadas e o pico de aquecimento: “*it seems that the great period of building the cathedrals in the Middle Ages, in what Kenneth Clark has called the first great awakening in European civilization, and the sustained outburst of energy of the European peoples, which produced among other things the more controversial activities of Crusades, coincided with an identifiable maximum of warmth of the climate in Europe*”(H. Lamb – *O.c.*, p. 180). Ora, actualmente, tende a inserir-se o processo da reconquista cristã peninsular no movimento genérico das cruzadas, como se pode ler em *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV ...*, pp. 13-15. Mais se afirma que “*Em toda a Europa Ocidental havia facilidade no recrutamento de mercenários para o combate anti-islâmico. O surto demográfico favorecia a proliferação de filhos segundos, destituídos de terra ou possuidores apenas de patrimónios pouco rendos. A França constituía, a este respeito, um alfobre considerável*” (*Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV ...*, p. 13) e, deste modo, “*a intervenção na Península Ibérica era, para os senhores franceses, nomeadamente para os filhos segundos, um meio compensador de proveito e glória*” (*Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV ...*, p. 15), como se verificou nos casos de D. Raimundo e D. Henrique.

II.3. Estruturas de fixação e ocupação do terreno

No processo de progressão para sul da Reconquista Cristã, a faixa territorial compreendida entre o Douro e o Mondego assumiu especial relevância. Com efeito, é sabido que os grandes rios constituíram autênticas fronteiras naturais que demarcaram linhas de conquista, a partir das quais não só se organizaram estratégias de povoamento (que asseguravam a defesa das populações e das culturas) como, também, se projectavam novas investidas. Nesta região inter-fluvial, a qual abarcava (e abarca) os limites espaciais em análise no presente estudo, a interrupção do domínio e poderio cristão foi muito longa, estendendo-se desde o século VIII até finais do século XI ou meados do seguinte ¹⁹¹. Com efeito, a conquista e posse de Coimbra, aqui encarada como zona de charneira entre cristãos e muçulmanos, de cuja conquista e pacificação dependia a estabilidade e desenvolvimento do Baixo Vouga (situado a norte), foi alvo de vicissitudes várias no processo e progresso da Reconquista.

Encetada a expulsão dos muçulmanos do território peninsular, Coimbra foi reconquistada uma primeira vez por D. Afonso III de Leão, em 879, mas, nos finais do século X, voltou à posse islâmica por acção de Almansor, para só em 1064 as armas de Fernando Magno a tornarem definitivamente cristã ¹⁹². Em 1080, a diocese foi restaurada, recebendo como primeiro bispo D. Paterno ¹⁹³. Tal facto demonstra que a consolidação da fronteira meridional cristã em Coimbra se afigurava já sólida, o que fora perfeitamente sublinhado quando, em 1131, o primeiro monarca português aí se

¹⁹¹ Robert Durand – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tâge aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, Fund. Caloute Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982, p. 31.

¹⁹² Entre muitas referências possíveis veja-se, por exemplo, Fortunato de Almeida - *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 89; Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, vol. I, p. 6 ou José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade - *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, pp. 120-125.

¹⁹³ Fortunato de Almeida - *O.c.*, vol. I, p. 89.

estabeleceu e a partir de onde iniciou uma acção militar agressiva contra o Islão, que veio a resultar na conquista de Santarém e Lisboa (1147) e na mais que duplicação do território sob sua alçada ¹⁹⁴.

A questão da restauração das dioceses foi extremamente importante uma vez que estas funcionaram, obviamente, como centros disciplinadores e revitalizadores do culto cristão mas, também, note-se, como pólos de fixação das populações, erigindo estruturas produtivas próprias capazes de dinamizar a própria economia. Assim, não fora despicienda a questão que opôs o prelado principal da mitra portuense ao seu homólogo de Coimbra, em virtude da contenda tida por causa da linha limite das respectivas dioceses. Tentemos reconstituir os factos!

No período anterior às invasões muçulmanas, ou seja, durante o domínio suevo e visigodo, Coimbra assumira um papel de especial destaque ¹⁹⁵. Com a bem sucedida campanha militar muçulmana, a Península Ibérica acabou por ser totalmente dominada pelo Islão (à excepção de uma pequena faixa indómita situada nas Astúrias). Tal realidade levou à total desarticulação das prévias estruturas administrativas (e não só), resultando na desestruturação das circunscrições diocesanas suevas. Do processo de contra-ofensiva cristã, iniciado ainda no século VIII, processo esse que, como é sabido, apresentou maior precocidade na faixa ocidental da Península Ibérica, resultou não só a tomada definitiva de Coimbra (em 1064) como a consequente restauração da sua diocese (em 1080) ¹⁹⁶. Dada a importância desta circunscrição diocesana em tempos suevos, o Pontífice Pascoal II, logo nos alvares do século XII, através da bula *Apostolicae sedis*, atribuiu a D. Maurício, prelado da mitra conimbricense, o governo das catedrais de Viseu e Lamego “até que a diocese de Coimbra recuperasse as terras

¹⁹⁴ José Mattoso – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I - *Oposição*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 74.

¹⁹⁵ Fortunato de Almeida - *O.c.*, vol. I, pp. 63-64 e 89.

¹⁹⁶ Fortunato de Almeida - *O.c.*, vol. I, p. 89.

que lhe pertenciam e ainda estavam em poder dos mouros, ou até que aquelas igrejas pudessem ter bispos próprios”¹⁹⁷. Foi esta circunstância que despertou o desagrado de D. Hugo, primeiro bispo da restaurada diocese portuense (1112-1136)¹⁹⁸, que se mostrou descontente com a dimensão e réditos da mitra que lhe fora entregue, sobretudo por comparação aos seus homólogos “vizinhos” de Braga e Coimbra. Nesse sentido, D. Hugo sustentou calorosas contendas com o arcebispo de Braga e com o bispo de Coimbra. Relativamente ao primeiro, logo em 1115, conseguiu que Pascoal II o isentasse da jurisdição do metropolitano e o deixasse apenas sujeito ao papado e seu legado *a latere*¹⁹⁹. No que concerne a Coimbra, o bispo do Porto fez valer as fortes relações que mantinha com os prelados peninsulares de origem francesa, a cujo grupo pertencia o arcebispo de Toledo, à época legado apostólico, dignidade que lhe conferia autoridade para sancionar as pretensões territoriais almejadas por D. Hugo, designadamente no que se referia ao alargamento da sua circunscrição diocesana para sul, acolhendo terras então sob a administração da mitra conimbricense²⁰⁰. O desiderato foi plenamente conseguido quando, também em 1115, Pascoal II redefiniu os limites do bispado do Porto distendendo-o até ao rio Antuã, ao consignar como seu *terminus meridional* o “*montem magnum ad antuanum flumen et per ipsum fluuium sicut descendit ad mare oceanum*”²⁰¹. De nada valeram os protestos do bispo de Coimbra. Efectivamente, crê-se que nesse mesmo ano de 1115²⁰², o Sumo Pontífice ordenara a D. Gonçalo, bispo de Coimbra, que entregasse a D. Hugo a antiga parte da sua diocese,

¹⁹⁷ Fortunato de Almeida - *O.c.*, vol. I, pp. 89-90. Viseu recebe o seu primeiro bispo com a diocese restaurada em 1144 (Fortunato de Almeida - *O.c.*, vol. I, p. 94), sendo que situação similar se deve ter verificado, por volta dessa data, em Lamego (Fortunato de Almeida - *O.c.*, vol. I, p. 92).

¹⁹⁸ P^e. Miguel de Oliveira – *História eclesiástica de Portugal*, 3ª Edição, Lisboa, União Gráfica, 1958, p. 445.

¹⁹⁹ P^e. Miguel de Oliveira – *O.c.*, p. 93.

²⁰⁰ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade - *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 32.

²⁰¹ *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, p. 2.

²⁰² Trata-se de uma “data crítica” apontada por João Pedro Ribeiro nas suas *Dissertações Chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal* (in *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, p. 5).

porquanto a nova fronteira meridional da circunscrição diocesana do Porto ficava “*inter Antuana et Dorium*”²⁰³. Não se terá resignado o prelado conimbricense mas pouco poderia fazer pois, em 1120, o papa Calisto II corroborou a determinação do seu antecessor na Santa Sé²⁰⁴. Desta forma se viu o singelo rio Antuã catapultado para uma esfera de grande importância ao figurar como marco divisório entre os territórios diocesanos de Porto e Coimbra²⁰⁵.

A documentação do cabido da sé de Coimbra parece reflectir que, a partir da definição definitiva do limite setentrional da diocese conimbricense, existiu uma certa preocupação em concentrar as possessões do cabido a sul do Antuã, ao menos no que ao âmbito geográfico deste estudo diz respeito.

Gostaríamos, igualmente, de realçar que apenas apresentamos as referências explícitas ao cabido de Coimbra e respectivas personalidades que inequivocamente o integravam, negligenciando os dados que, embora incorporados no referido fundo arquivístico, não evidenciam explicitamente os elementos que compunham o cabido de Coimbra como intervenientes directos nos diplomas²⁰⁶.

Tabela 1 - Distribuição do Património do Cabido Conimbricense no Baixo Vouga (1108-1306)

Fonte	Data	Local	Tipo de Documento	Objecto	Outorgante	Destinatário
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 2, doc. 38</i>	1108, Mar., 15	Loure (Fr. c. Albergaria-a-Velha)	Venda	1 Herdade	<i>Menendua Fraldiquiz</i> com sua mulher e <i>Goldegeva</i> com seus filhos	D. Mauricio, bispo de Coimbra
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 3, doc. 10</i>	1110	Sever (c. Sever do Vouga) e Santa Maria Feira (c. Feira)	Doação (testamento)	Herdades	<i>Iohannes Gondisindiz</i>	Sé de Coimbra

²⁰³ *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, pp. 5 e 6.

²⁰⁴ *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, p. 4.

²⁰⁵ A propósito dos territórios diocesanos cf. Paulo Merêa e Amorim Girão - *Territórios Portugueses no século XI*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1948, pp. 5-18, com especial enfoque para a questão do alargamento do “território portugalense”, nas páginas 9 e 10.

²⁰⁶ Fosse como outorgantes, destinatários, parte envolvida em permutas, ou outras situações patenteadas.

Tabela 1 (Continuação)						
Fonte	Data	Local	Tipo de Documento	Objecto	Outorgante	Destinatário
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 4, doc. 23</i>	1136, Abr.	Canedo (Fr. c. Feira)	Doação	Terça parte da igreja de S. Pedro de Canedo	D. Bernardo, bispo de Coimbra, com o consentimento de D. João, prior do cabido e dos cônegos	<i>Gundisalvi Diaz</i>
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 13, doc. 2</i>	1240, Jan., 24	Vagos (c. Vagos)	Carta do Bispo	Ermida de Santa Maria de Vagos	Bispo de Coimbra	Cabido da Sé de Coimbra
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 13, doc. 3</i>	1240, Jan., 25	Vagos (c. Vagos)	Acordo	Ermida de Santa Maria de Vagos	Bispo e Cabido de Coimbra (de uma parte)	Mosteiro de Grijó (da outra parte)
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 6, doc. 299 (2)</i>	1279, Maio, 15	Travaçô (Fr. do c. Águeda), Segadães (Fr. do c. Águeda) e Esgueira (Fr. do c. Aveiro)	Escambo (sic)	Bens e Herdades	<i>D. Maria Petriz, vizinha de Coimbra</i>	<i>Petro Martini, filho de Maria Petriz</i>
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 6, doc. 299 (4)</i>	1292, Nov.	Travaçô (Fr. do c. Águeda), Segadães (Fr. do c. Águeda) e Esgueira (Fr. do c. Aveiro)	Venda	Casais	<i>Iohanis Martini "Çapatarius", vizinho de Coimbra, como executor do testamento de Menendi Guncalvi</i>	João Pedro, Mestre Escola de Coimbra
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 6, doc. 299 (3)</i>	1295, Maio	Cabanões (lugar fr. Travaçô, c. Águeda)	Venda	1 Casal	<i>Iohanes Iohanis, dito Mourisco e Dominica Didaci, sua mulher</i>	João Pedro, Mestre Escola de Coimbra
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 1, doc. 21</i>	1296, Jun.	Cabanões (lugar fr. Travaçô, c. Águeda)	Venda	Herdade	Vicente Pombeiro, marido e procurador de Catarina Martins	João Pedro, Mestre Escola de Coimbra
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 1, doc. 43</i>	1297, Jun.	Cabanões (lugar fr. Travaçô, c. Águeda)	Doação	Herdade	<i>Martim Stevam d' Avelaal</i>	João Pedro, Mestre Escola de Coimbra
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 6, doc. 299 (5)</i>	1297	Cabanões (lugar fr. Travaçô, c. Águeda)	Venda	1 Cortinhal	<i>Iohane Anes</i> dito Mourisco, juiz de Vouga, e <i>Domingas Diaz</i> , sua mulher	João Pedro, Mestre Escola de Coimbra
T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 6, doc. 299 (6)</i>	1306, Jun., 14	Cabanões (lugar fr. Travaçô, c. Águeda)	Aforamento	1 Terra arroteada	Cabido da Sé de Coimbra	Domingos Simões, mulher e descendentes

Ficamos, deste modo, com um leque bastante reduzido de referências. Pese embora essa limitação não queremos deixar de salientar:

1 – A aquisição pelo bispo de Coimbra, de uma herdade situada em Loure, "*in solum de Vauga*", "*prope litus maris*", "*territorio colimbriensi discurrente ribulo vauga subtus castro Marnel*"²⁰⁷, ou seja em pleno litoral da época, no golfo interior a que já nos referimos no capítulo I da presente dissertação, constituindo, por isso, local apetecível e rentável.

2 – O facto de a partir de 1115, quando a diocese de Coimbra viu sua fronteira setentrional fixada no Antuã, não encontrámos qualquer posição a norte deste rio, seja por parte dos bispos, cabido, ou de algum dos seus membros, como é o caso do seu Mestre-Escola que parece concentrar o seu património no actual concelho de Águeda, com especial destaque para o lugar de Cabanões "*in Ripa d'Agueda*". A única referência posterior a 1115 alusiva a um local situado a norte do Antuã reporta-se a 1136, com a doação que D. Bernardo, bispo de Coimbra, com o consentimento de todo o seu cabido, fez a Gonçalo Dias da terça parte da igreja de Canedo (no actual concelho da Feira), o que poderá corroborar a ideia atrás expressa de alienação de património então já incorporado na diocese do Porto.

3- A interpenetração de várias entidades eclesiásticas num mesmo espaço, como fica patente nos dois registos de 1240 (de 24 e 25 de Janeiro). No primeiro diploma, o bispo de Coimbra outorgou uma carta em que referia não querer prejudicar o cabido a propósito dos réditos da ermida de Santa Maria de Vagos. Fez, ainda, menção do acordo estabelecido com o mosteiro de Grijó, da diocese do Porto, relativamente aos

²⁰⁷ A datação deste diploma coloca problemas. Efectivamente o pergaminho encontra-se bastante manchado e, por isso, a leitura da data torna-se equívoca. A era assinalada é a da M C X VI (correspondente ao ano de 1078), não se percebendo se o X está aspado e, conseqüentemente vale 40, o que altera a data para o ano de 1108). Contudo, dado que o bispo assinalado é D. Maurício (que esteve a dirigir a diocese de Coimbra entre 1099 e 1108 (cf., v.g., *Bispos de Coimbra* em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese de Coimbra](http://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese_de_Coimbra), acedido em Junho de 2006) parece-nos que este documento só poderá ser de 1108.

rendimentos da dita ermida que, embora pertencendo ao prior e convento do cenóbio citado²⁰⁸, estava inscrita na diocese de Coimbra. Em consequência, o documento de 25 de Janeiro retrata o acordo estabelecido entre o bispo e cabido da sé de Coimbra e o mosteiro de Grijó, em virtude dos tributos que a ermida de Vagos deveria pagar ao cabido da sé conimbricense²⁰⁹.

Quanto à diocese vizinha e “rival”, a do Porto, devemos referir que não só beneficiava da complacência papal, como acima ficou patente, como também dos governantes do condado portugalense. A prová-lo ficou-nos a doação que D. Teresa fez ao bispo do Porto, em 1120, do burgo portuense “com toda a jurisdição, rendas e direitos; e de outras vezes doou-lhe os mosteiros de Bouças e de Santa Marinha de Crestuma e a igreja da Régua”²¹⁰. Note-se que os governantes do condado portugalense e, *a posteriori*, do recém-formado estado português, tinham todo o interesse em efectuar este tipo de legados uma vez que quer as igrejas cardinalícias, quer os institutos monásticos, quer as próprias igrejas paroquiais (sufragâneas de uns e de outros), constituíam forças importantes do país, capazes de fixar a população e motivar a economia. Sublinhamos, novamente, a ideia segundo a qual, à época, os institutos religiosos (regulares e seculares) ultrapassavam em muito a sua tarefa de reorganização e revigoração da doutrina cristã²¹¹. Na verdade, incorporaram objectivos bem mais mundanos consubstanciados na chamada e fixação das populações, provindas sobretudo de zonas onde se verificava um excedente demográfico (mormente no Entre-Douro e Minho²¹²), que aqui encontravam locais já completamente pacificados, os quais

²⁰⁸ T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de S. Salvador de Grijó, Colecção Costa Basto*, nº 12, fls. 7-7 vº.

²⁰⁹ Entre os referidos tributos refere-se o sal das salinas feitas e por fazer (“*salis de salinas facis et faciendis*”; cf. T.T., Cabido da Sé de Coimbra, 1ª incorporação, Maço 13, doc. 3).

²¹⁰ Fortunato de Almeida - *O.c.*, vol. I, p. 94.

²¹¹ Cf. o que atrás afirmámos a propósito da restauração das dioceses ou, ainda, embora se circunscreva à importância das casas monásticas, o que nos é referido por Robert Durand – *O.c.*, pp. 296-297.

²¹² Cf., v.g., a análise da densidade populacional desta região em *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portugalense à crise do Século XIV ...*, p. 170.

ofereciam, sobretudo a uma aristocracia inferior, possibilidades de riquezas e poder que lhes estavam vedados em zonas perfeitamente senhorializadas ²¹³, o que desembocava numa inevitável redinamização dos sectores produtivos e da economia em geral.

Mas não eram só monarcas e governantes que se sentiam impelidos a fundar ou dotar institutos religiosos e, mais concretamente, mosteiros. Também a nobreza laica, possidente, via nestes legados uma forma de afirmação terrena e salvação eterna. A esse propósito refere José Mattoso: “*o mosteiro era, pois, um pólo de família. Punha o patrono em relação com reis, com outros nobres e com inferiores*” ²¹⁴, para além de bispos e de outros mosteiros, desempenhando “*a função de mediador social, de amplificador de interesses, no tempo e no espaço, de transmissor de ideias e noções culturais, do ponto de encontro entre diversas camadas e forças sociais*” ²¹⁵. Por isso, “*cada família estava ligada a um ou mais mosteiros, que constituíam, portanto, o centro espiritual onde se perpetuavam as tradições da linhagem, e assim contribuíam para guardar e ampliar o património simbólico que lhes assegurava o prestígio e a protecção divina*” ²¹⁶.

As motivações acima enunciadas também servem para explicar a enorme profusão de cenóbios e acistérios implantados na região do Baixo Vouga - e seu entorno - durante a Reconquista e no período imediatamente subsequente à fundação de Portugal como estado independente (excepção feita ao mosteiro de S. Pedro de Canedo ²¹⁷).

²¹³ José Mattoso – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. II, p. 30.

²¹⁴ Do mesmo Autor, cf. “Cluny, Crúzios e Cistercienses na Formação de Portugal”, in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 104.

²¹⁵ Cf. nota anterior.

²¹⁶ Cf. nota anterior.

²¹⁷ *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico*, dirigido por A. S. A. B. de Pinho Leal, 2º vol., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1873-1890, pp. 86-87.

Tabela 2 - Mosteiros ou acistérios da reconquista e primeiros séculos portugueses no Baixo Vouga

Nome do Cenóbio	Localização/concelho (na toponímia actual)	Data da mais antiga referência documental cotejada	Fonte
S. Cristóvão	Na actual freguesia de Sanguedo, c. Feira	897	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 12
S. Miguel Arcanjo	Em Azevedo de S. Vicente Pereira, c. Ovar	897	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 12
S. Mamede de Lorvão	Penacova	907 ou 911	Ruy de Azevedo – <i>O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã</i> , p. 22
S. Salvador de Grijó	Vila Nova de Gaia	922	Cartulário Baio-Ferrado, doc. 130
Santa Marinha	Estarreja ou Avanca	922	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 25.
Santa Maria de Lamas	Águeda	961	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 84
Santo André e S. Cristóvão	Sever do Vouga	964	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 87 e Livro Preto da Sé de Coimbra, doc. 139
Vacariça	Mealhada	1002	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 191
S. Martinho de Anta	Espinho	1037	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 296
Cedrim	Sever do Vouga	1050	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 350
Sá e S. Julião	Actual Prozelha, c. Feira	1050	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 78
S. Pedro de Cesar	Oliveira de Azeméis	1068	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 471
S. Pedro de Pedroso	Vila Nova de Gaia	1080	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 589
Santa Maria de Arouca	Arouca	1091	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 746
Santo Isidoro de Eixo	Aveiro	1095	<i>Portugaliae Monumenta Histórica, Diplomata et Chartae</i> , doc. 819
S. Martinho de Cucujães	Oliveira de Azeméis	1139	<i>Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios</i> , doc. 174.
S. Pedro de Canedo	Feira	1304	<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> , pp.317-331

Para uma melhor percepção da dispersão geográfica destes cenóbios, veja-se a sua representação cartográfica.



Figura 13 - Distribuição espacial dos mosteiros e acistérios da Reconquista e primeiros séculos portugueses no Baixo Vouga

Quer-nos parecer que estes mosteiros não seriam de fundação muito remota, eventualmente dos tempos suevos, ou, na expressão de José Marques, “*de raiz e tradição visigóticas*”²¹⁸ (situação que, a ter existido, pressupunha a sobrevivência dos respectivos cenóbios às incursões muçulmanas durante cerca de dois séculos), devendo antes tratar-se de novos núcleos monásticos, que cresceram à medida que os progressos da Reconquista o permitiam.

A análise de tendência dos ritmos de implantação geográfica dos mosteiros e acistérios do Baixo Vouga parece, aliás, comprovar que os mesmos acompanharam o avanço das tropas cristãs.

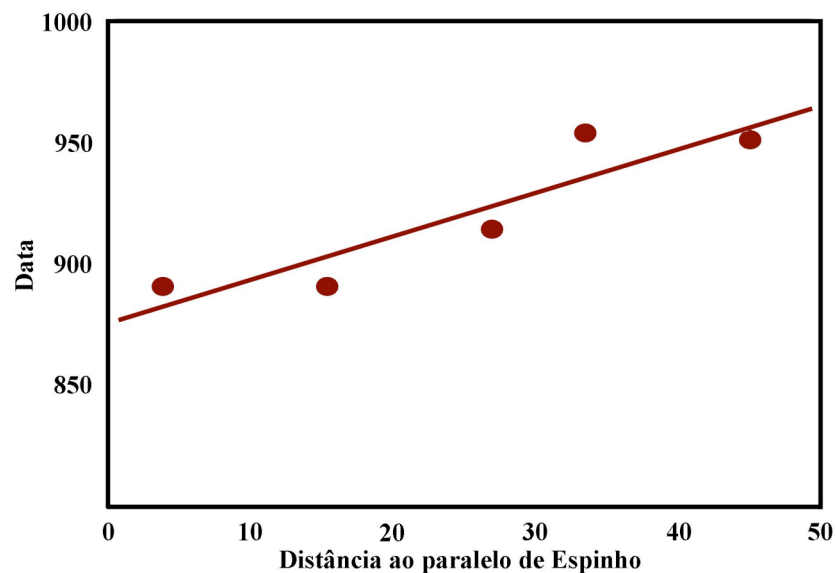


Figura 14 - Tendências de implantação geográfica dos mosteiros e acistérios (séculos IX-X)

Com efeito, a recta de regressão sugere que quanto mais se avança para sul, mais tardia foi a implantação de casas monásticas no Baixo Vouga, o que corrobora a hipótese atrás expandida.

Ao aduzirmos a estes dados os concernentes aos séculos XI, XII e XIII (negligenciando a referência absolutamente isolada de 1304, para S. Pedro de Canedo), verificamos que a tendência constatada para os séculos IX e X perde expressividade.

²¹⁸ José Marques – *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 622-623.

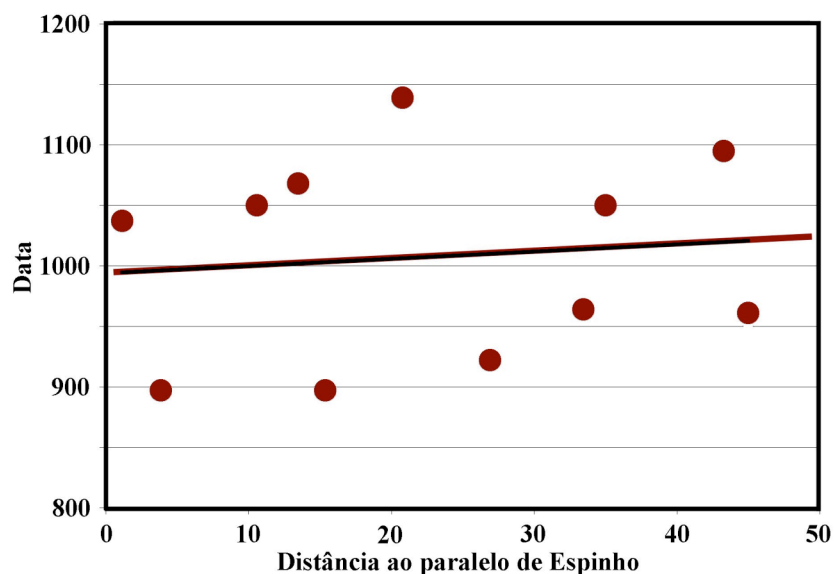


Figura 15 - Tendências de implantação geográfica (total de referências a sul de Espinho)

Contudo, se representarmos somente os séculos XI e XII constatamos que se volta a verificar um resultado semelhante ao dos dois séculos anteriores, a saber, uma tendência para a implantação monástica seguir uma orientação norte-sul.

Tal facto, leva-nos a formular a hipótese de, após uma “primeira vaga” de fundação e implantação de mosteiros e acistérios que acompanharam o ritmo evolutivo da reconquista cristã no Baixo Vouga, se ter seguido uma “segunda vaga” do mesmo fenómeno, facilitada pela pacificação do território em questão, assim como pela nova dinâmica resultante da restauração da diocese de Coimbra (1080). Na prática, este segundo momento terá consolidado os sucessos e progressos do primeiro. Assim, os mosteiros funcionaram não só como centros espirituais e culturais como, à semelhança do que afirmamos a propósito da restauração das dioceses, autênticos bastiões de revitalização económica, promovendo à (re)organização e amanho das parcelas fundiárias.

II.3.1. Os principais protagonistas

A procura de fontes históricas escritas inéditas respeitantes ao espaço e tempo em análise revelou-se algo decepcionante, quer no que respeita à quantidade de diplomas angariados, quer no que respeita à riqueza de informação constante nesses diplomas, face à linha de raciocínio que procurámos seguir. Assim, a maior parte dos documentos manuscritos com relevo para o presente trabalho provêm dos núcleos arquivísticos da Torre do Tombo, com especial destaque para os fundos monásticos, sobretudo de Pedroso e Lorvão (e, residualmente, Arouca e Grijó).

No que respeita aos limites geográficos e temporais que nos importam considerar, o mais antigo pergaminho inédito que encontrámos pertence ao cartório do mosteiro de S. Pedro de Pedroso e data de 1013, relatando uma doação feita ao mosteiro de uma herdade situada em Esmoriz ²¹⁹.

Do conjunto dos diplomas analisados neste fundo, muito embora não apresente alusão directa ao mosteiro de Pedroso, queremos realçar desde já o inventário dos bens de Gonçalo Viegas, com data de 1077, onde se encontra elencado o rol das propriedades que este detinha em diversos lugares como S. Maria de Lamas, Padazães, Vouga, Parrelães, Paramontanos, Valongo, Recardães, Paradela e outros ²²⁰. Porém, o pergaminho afigurou-se-nos especialmente curioso por nele se explicitar que no ano em que Fernando Magno tomou Coimbra, mandou examinar quais eram as herdades e terras que pertenciam ao filho do dito Gonçalo Viegas e lhas mandou restituir porque achou serem as mesmas declaradas no dito inventário. Mais se pode ler que, em 1077, Cid reclamou a D. Paio Gonçalves as suas herdades do tempo de D. Sesnando que era

²¹⁹ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 1, doc. 4.

²²⁰ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 1, doc. 20. Este documento encontra-se publicado em *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 549.

seu inimigo e era senhor de toda a Terra de Santa Maria e de Coimbra ²²¹. Estas alusões consubstanciam a ideia de que a pacificação do território pela conquista de Coimbra, em 1064, teve impacte na reorganização patrimonial e no próprio equilíbrio das forças sociais então implantadas ou em vias de implantação no Baixo Vouga.

Até finais do século XIII (e à semelhança do que atrás referimos para a documentação do Cabido da Sé de Coimbra, não porque esse seja o limite cronológico inferior do nosso estudo, mas porque a documentação assim o impôs), dispomos de cerca de meia centena de documentos avulsos que traduzem a implantação e imposição do poder do mosteiro de Pedroso na zona em apreço. Este processo decorreu da aquisição de património, com os direitos jurídicos e sociais que lhe estavam subjacentes, resultante de doações, vendas, escambos e acordos.

São 18 as doações registadas para um período compreendido entre 1013 e 1264 ²²², das quais 3 são feitas por testamento ²²³. Em termos geográficos, aludem a locais incorporados nos actuais concelhos de Ovar (mais concretamente à freguesia de Esmoriz), Feira, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha e Águeda, sendo que em 2 dos casos as alusões espaciais são vagas. Nesta circunstância encontram-se as doações que Pelagio Tolquidiz fez ao mosteiro de Pedroso, em 1118, da quinta parte das herdades que possuía desde o Leça até ao Águeda ²²⁴ ou, aqueloutra, de 1131, pela qual Sueiro Goliz deixou ao dito mosteiro toda a herança que recebeu de seus pais, no termo de Vouga e no termo de Santa Maria, com a condição de o enterrarem nessa instituição monástica e, se morresse no campo de batalha para onde o

²²¹ Cf. nota anterior.

²²² T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 1, docs. 4 e 34; Cx 1, Mç. 2, docs. 18, 31 e 38; Cx 1, Mç. 3, docs. 1, 3, 4 e 38; Cx 1, Mç. 4, docs. 19 e 26; Cx 2, Mç. 5, docs. 21, 28 e 32; Cx 2, Mç. 6, docs. 12 e 21; Cx 2, Mç. 7, doc. 23 e Cx 2, Mç. 2, doc. 32.

²²³ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 2, doc. 36; Cx 2, Mç 5, doc. 28; Cx 2, Mç 8, doc. 32.

²²⁴ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 2, doc. 31.

mandasse El Rei D. Afonso, fossem buscar o seu corpo para o sepultarem no dito mosteiro²²⁵.

No que respeita a vendas, apurámos 13 registos, abarcando um período compreendido entre 1019 e 1217²²⁶. Em termos espaciais, detectámos que os mais antigos diplomas (1019-1161) se inscrevem em locais pertencentes aos actuais concelhos de Espinho (Paramos) e Ovar (Esmoriz e Cabanões), num total de 7 documentos²²⁷, havendo, no entanto, que salientar o facto de o mosteiro de Pedroso nunca surgir como interveniente no contrato. Já quanto aos restantes 6 documentos observados (1174-1217), o referido mosteiro apresenta-se como comprador de propriedades insertas nos actuais concelhos da Feira (2 vezes em Lourosa e 1 em Gaiates)²²⁸ e Águeda (Lamas do Vouga)²²⁹, sendo as duas outras vendas efectuadas entre pessoas particulares e respeitantes a bens situados no actual concelho da Feira (Espargo e Gualtar)²³⁰.

Já quanto aos 4 escambos analisados²³¹ todos eles apresentam os religiosos de Pedroso como intervenientes directos na troca de propriedades. Em 1103 (22 de Fevereiro), Patrina Eriz entregou ao citado mosteiro metade das propriedades que lhe ficaram de seu pai, em Vila Cova (muito provavelmente no lugar que pertence à actual freguesia de Pedroso, no concelho de Gaia), recebendo do dito mosteiro uma propriedade em Cabanões “*sub loco civitas Sancta Maria prope litore maris et discurrente rivulo Ovaré*”²³².

²²⁵ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 3, doc. 4.

²²⁶ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 1, docs. 5, 6, 7, 14, 19 e 32; Cx 1, Mç 3, doc. 36; Cx 1, Mç 4, docs. 11 e 16; Cx 2, Mç 5, docs. 19, 20 e 29; Cx 2, Mç 6, doc. 8.

²²⁷ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 1, docs. 5, 6, 7, 14, 19 e 32; Cx 1, Mç 3, doc. 36.

²²⁸ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 5, docs. 1 e 20 e Cx 2, Mç 6, doc. 8.

²²⁹ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 5, doc. 29.

²³⁰ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 4, docs. 11 e 16.

²³¹ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 2, doc. 5; Cx 1, Mç 4, doc. 20; Cx 2, Mç 5, doc. 22; Cx 2, Mç 7, doc. 22.

²³² T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 2, doc. 5.

Em 1188, Madreona deu ao mosteiro de Pedroso um casal situado acima do rio Marnel e uma sessega onde habitava Martinho Pelaiz de Valle, recebendo, em troca, o casal em que morava Pedro Mancipio e uma herdade em que Lourenço, o filho da outorgante, plantou uma vinha. Todo este património pertencia à actual freguesia de Lamas do Vouga (concelho de Águeda) ²³³.

No escambo de 1213 (Dezembro), Martinho Gonçalves e Maria Viegas, sua mulher, deixaram ao mosteiro de Pedroso 4 casais menos um quarto que tinham em *Lourosa et Pedri*, termo de Cambra, bem como 30 morabitanos, contra a entrega, por parte do dito mosteiro, de 3 casais em Loure "*in termino Vauge*" ²³⁴.

Finalmente, em 1264, Pedro de Unhão e Maria Anes, sua mulher, deram ao mosteiro de Pedroso todos os bens e direitos que possuíam no couto de Assilhó, termo de Vouga, e na Póvoa e na Ermida e em Fontão (tudo no actual concelho de Albergaria-a-Velha) e receberam do dito mosteiro um casal, também ele, em Fontão ²³⁵.

Pela apresentação efectuada até ao momento fica-nos a ideia que o património fundiário pertencente ao mosteiro de Pedroso se fixava numa área compreendida entre os actuais concelhos de Espinho e de Águeda, provindo não só de doações como da compra e venda ou, ainda, permuta de propriedades. Não se descortina uma clara estratégia de concentração patrimonial em torno da sede monástica. No entanto, quando analisamos os acordos que o mosteiro estabeleceu com outras pessoas ou os litígios em que esteve envolvido, conseguimos perceber uma orientação pois, ao menos a partir de finais do século XII, existe por parte de Pedroso o cuidado, se não de alargar, ao menos de conservar e pugnar pelo património e direitos que julgava seus. Assim, em 1195, fora estabelecido um acordo entre os religiosos de Pedroso e Álvaro Anes pelo qual se pôs fim a uma contenda surgida entre as partes a propósito de uma herdade de

²³³ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 4, doc. 20.

²³⁴ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 5, doc. 22.

²³⁵ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 7, doc. 22.

Loure (freguesia do actual concelho de Albergaria-a-Velha). Antes disso, o abade e convento de Pedroso haviam apresentado agravo ao rei, o qual mandou lançar inquirição para apurar a quem pertencia de direito a referida herdade. Concluiu-se que a jurisdição desta propriedade era do mosteiro de Pedroso pelo que, face a um requerimento de Álvaro Anes, se determinou ficar este, em sua vida, com metade da herdade, a qual, à sua morte deveria regressar integralmente para a posse do mosteiro ²³⁶. Dois anos mais tarde, em Março de 1147, Loure voltou a estar em foco mas agora por outro motivo. Os religiosos de Pedroso firmaram um acordo com Afonso Dias e a sua mulher no sentido de estes últimos abdicarem de tudo o que detinham no couto do mosteiro, devendo à morte da última pessoa do casal, todo o património que ali possuíam regressar à posse do referido mosteiro. Para firmar o acordo deviam entregar a S. Pedro de Pedroso a terça parte dos casais que tinham em Figueiredo (lugar da freguesia de Pedroso, no concelho Gaia) recebendo em troca, e durante as suas vidas, casais que o mosteiro detinha em Loure (como vimos, freguesia do actual concelho de Albergaria-a-Velha) e em Alheira (lugar da freguesia de Pedroso, no concelho Gaia) ²³⁷.

De 1248 datam dois diplomas que reiteram que o mosteiro de Pedroso se mantinha a pugnar pelos seus haveres e prerrogativas. Assim, a 19 de Agosto do mencionado ano, foi estabelecido um acordo entre os responsáveis de Pedroso e D. Fernando, para pôr fim à contenda centrada na posse e jurisdição de umas propriedades "*in ripa de Vougga*", as quais o dito mosteiro dizia que lhe pertenciam e D. Fernando trazia emprazadas. Para firmar o pacto, o referido D. Fernando comprometeu-se a renunciar a todo o alegado direito sobre as referidas propriedades, bem como a deixar ao mosteiro, depois da sua morte, 1 casal que possuía no lugar de

²³⁶ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 4, doc. 24.

²³⁷ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 4, doc. 30.

Soutelo (lugar da actual freguesia de Macinhata do Vouga, no concelho de Águeda), recebendo, como contrapartida, 2 casais em Macinhata (do Vouga).

Nesse mesmo ano de 1248, voltou Pedroso a pedir justiça, a propósito de herdades de Esmoriz, alegadamente usurpadas por Pedro Martins e D. Sancha, sua mulher. Por esse facto, o abade queixou-se ao rei, D. Afonso III, o qual ordenou a Gonçalo Anes, chamado Coronel, vigário na Terra de Santa Maria, que apurasse a verdade junto de testemunhas idóneas locais. Daqui resultou terem sido restituídas ao mosteiro de Pedroso muitas das propriedades reclamadas ²³⁸.

Não se esgotam aqui as relações estabelecidas entre o monarca atrás referido e os religiosos de Pedroso, a propósito das reivindicações destes últimos. Com efeito, duas cartas exaradas da chancelaria régia demonstram a intervenção directa de D. Afonso III na averiguação do património e direitos do mosteiro que temos estado a analisar. A primeira carta está datada de 1265 e por ela o monarca ordenou ao juiz da Feira que tirasse inquirição das herdades que o mosteiro de Pedroso possuía em Paramos (e outros lugares) ²³⁹. A segunda missiva, de 1267, explicita que o mesmo monarca ordenara ao juiz de Vouga que fizesse vir perante si os filhos de Estevão de Vouga, por causa de umas herdades que seu pai, em vida, trazia emprazadas do mosteiro de Pedroso e que agora, após a morte daquele, não as queriam entregar ²⁴⁰.

Mais tarde, em 1270 (13 de Fevereiro), deparamos com mais um acordo, desta vez entabulado entre S. Pedro de Pedroso e Martinho Pedro, no qual se estabelecem os mediadores que deviam intervir para ficar dirimida a contenda havida por causa de umas propriedades situadas em Esmoriz ²⁴¹.

²³⁸ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 6, doc. 26.

²³⁹ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 7, doc. 26.

²⁴⁰ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 6, doc. 26.

²⁴¹ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 7, doc. 36.

O cenóbio de Pedroso, em particular, parece especialmente empenhado em afastar as “ameaças laicas” ao seu património, como pode depreender-se da leitura de um fragmento do acordo estabelecido com Estevão Rodrigues de Vila Maior, na pessoa do seu procurador, a propósito do contencioso que envolve casais sítos em locais pertencentes aos actuais concelhos de Águeda e Albergaria-a-Velha, onde se menciona que nas herdades que Pedroso possuía no Vouga “*nom posem cavaleiros, escudeiros ou donas*”²⁴².

Terminamos a análise dos pergaminhos de S. Pedro de Pedroso fazendo uma alusão à evolução da dispersão do património aí evidenciada. É interessante notar que para os documentos mais antigos, os do século XI, as referências ao território em estudo neste trabalho se centram, basicamente, em locais que integram o actual concelho de Ovar (com destaque para Esmoriz e Cabanões). Todavia, nos dois séculos seguintes essas mesmas referências alargam-se a lugares que, no presente, pertencem aos concelhos de Espinho, Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Albergaria-a-Velha e Águeda²⁴³. Estamos em crer que este sentido geográfico de ocupação territorial deve prender-se não só com as possibilidades de exploração dos recursos litorais que o crescimento da restinga arenosa implantada a sul de Espinho ia oferecendo²⁴⁴ mas, também, com a ocupação de espaços que ainda não tivessem sido tomados por outros protagonistas, fossem eles laicos ou eclesiásticos. Serve esta asserção de mote para

²⁴² T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 8, doc. 31.

²⁴³ A dispersão patrimonial de Pedroso por todo o Baixo Vouga (e não só) foi constatada para uma época muito posterior quando, a propósito da análise do Tombo de Propriedades de 1575, Isilda Monteiro refere que a dita fonte lhe permitiu “*uma visão radiográfica do Entre Douro e Vouga*” (Isilda Braga da Costa Monteiro – *A administração Jesuíta do mosteiro de Pedrosode 1560 ao finais do século XVII*, Porto, Universidade Portucalense, 1993, p. 20). Para uma visão mais abrangente da distribuição do património cf. Isilda Braga da Costa Monteiro – *O.c.*, pp. 56-69.

²⁴⁴ O que é válido para Espinho, Ovar e, nessa altura, também para Albergaria-a-Velha e uma franja setentrional de Águeda. Nestes dois últimos casos, não directamente por causa da restinga, mas em virtude do grande golfo que inundava com águas marinhas terrenos que actualmente são perfeitamente interiores.

passarmos à abordagem da documentação avulsa proveniente do cartório do mosteiro de Lorvão, com incidência na análise espacial e temporal aqui levada a efeito.

As relações entre os mosteiros de Pedroso e Lorvão plasmaram-se não só ao nível económico, pela partilha de património num mesmo espaço, o do Vouga lagunar (o que *per se* não é invulgar uma vez que ali se miscigenavam vários protagonistas), mas também ao nível formal e institucional. Com efeito, foi para Pedroso que se retiraram os beneditinos de Lorvão ²⁴⁵ quando D. Teresa, filha de D. Sancho I, ao ver desfeito o seu casamento com Afonso IX de Leão, decidiu assumir a vida monástica e instalar-se em Lorvão, obrigando ao desalojamento dos religiosos que ali se encontravam ²⁴⁶.

Do ponto de vista que aqui nos importa considerar, o da mera implantação territorial, assinala-se que no caso de Lorvão, ao contrário do que acontecia com S. Pedro de Pedroso, as referências toponímicas consignada nos manuscritos concentram-se em locais que pertencem ao actual concelho de Aveiro. O feixe cronológico abarcado pelos documentos inéditos situa-se entre os meados do século XII e os da centúria seguinte e respeita aos costumeiros diplomas coevos de doações (tão-só ou *post mortem*, através de testamentos) ²⁴⁷, vendas ²⁴⁸ e aforamentos ²⁴⁹. Outra diferença relativamente aos documentos do mosteiro de Pedroso é a de que, no caso de Lorvão, os religiosos e, posteriormente, as religiosas deste instituto, tiveram sempre uma intervenção directa no teor dos documentos, ora como outorgantes, ora como destinatários dos contratos jurídicos aí consignados. E, em alguns dos casos, quão

²⁴⁵ Maria Alegria Fernandes Marques – “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVIII, Coimbra, 1980, p. 246.

²⁴⁶ Maria Alegria Fernandes Marques – *O.c.*, pp. 255-257.

²⁴⁷ T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç 3, docs. 37 e 39; Mç 4, doc. 1; Mç 6, docs. 6 e 39; Mç 7, docs. 1 e 4 e 24; Mç 9, doc. 4.

²⁴⁸ T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç 4, doc. 4; Mç 5, doc. 39; Mç 6, docs. 1, 13, 19, 26 e 28. Existem outras 3 doações cujos locais assinalados são de difícil identificação já que quer o topónimo “Soutelo” (T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç 6, doc. 35), como o topónimo “Vila Cova” (T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç 6, doc. 36 e 37) apresentam uma série de localizações possíveis pelo que, sem mais, não podemos aferir a qual delas se refere o texto.

²⁴⁹ T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç 6, doc. 6; Mç 7, doc. 25; Mç 9, docs. 2 e 8.

importante fora a substância dos contratos em que o mosteiro foi interveniente! Veja-se o exemplo da doação de 1194, pela qual D. Teresa entregou a Lorvão toda a Esgueira, a qual recebera de seu pai D. Sancho I ²⁵⁰. Contudo, em 1223, a mesma doação voltou a ser feita a favor das monjas de Lorvão, agora por iniciativa de D. Branca, irmã da primeira outorgante ²⁵¹. Tal facto decorreu, com certeza, da tomada de posição do irmão de ambas, D. Afonso II, que, uma vez assumido o trono, recusou a entrega dos senhorios testados às infantas por D. Sancho I, em nome da preservação da integridade do património régio ²⁵². E quão importante seria o valor efectivo desta doação uma vez que sabemos que, à época, as salinas dessa franja litorânea estavam já em plena e rentável actividade ²⁵³.

Na partilha de espaços e poderes, rivalizaram com Pedroso e Lorvão, para além dos pequenos mosteiros e acistérios a que nos referimos anteriormente ²⁵⁴, outras instituições monásticas ²⁵⁵. A concorrência entre os diferentes cenóbios conduziu à estabilização da relação de poder estabelecida entre os mesmos, acabando por prevalecer aqueles que se vieram a revelar mais fortes, com especial destaque para Pedroso, Grijó, Arouca, Lorvão e Santa Cruz de Coimbra ²⁵⁶. Nota-se que estes

²⁵⁰ T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç 7, doc. 1.

²⁵¹ T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç 9, doc. 4.

²⁵² José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 38.

²⁵³ Cf. o que, mais adiante, se explicitará acerca das marinhas e do sal.

²⁵⁴ Cf. o que explicitámos acerca da respectiva distribuição espacial durante o período da Reconquista e primeiros séculos portugueses.

²⁵⁵ Como indicador da multiplicidade de institutos monásticos instalados na região em análise, cf. o anexo II com as tabelas e gráficos elaborados a partir dos dados insertos nas Inquirições de D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis.

²⁵⁶ Esta ilação decorre da análise da documentação monástica avulsa compulsada e, igualmente, da contagem do número de referências feitas aos mosteiros com implantação no Baixo Vouga, elaborada a partir dos dados insertos nas Inquirições de D. Afonso II, D. Afonso III e D. Dinis a que fizemos menção na nota anterior. Não podemos, aqui, deixar de remeter para o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho sobre o mosteiro de Arouca, ou essoutro sobre Lorvão, da autoria de Maria Leonor Ferraz Oliveira Silva Santos e, ainda que para um período posterior ao analisado nesta dissertação, o trabalho de Luís Carlos Amaral dedicado à gestão agrária praticada pelos religiosos de Grijó na segunda metade do século XIV. Cf., respectivamente, Maria Helena da Cruz Coelho – *O mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977; Maria Leonor Ferraz Oliveira Silva Santos – *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001; Luís Carlos

mosteiros tinham as respectivas sedes relativamente próximas do Baixo Vouga ²⁵⁷, o que seria garante de eficácia na constituição, defesa e administração de gentes e haveres.

Com os mosteiros, muitas vezes contra os mosteiros, pugnaram pelo controle deste espaço as chamadas ordens religiosas-militares ²⁵⁸, a nobreza e os próprios monarcas ²⁵⁹ o que, inevitavelmente, criou competição e querelas. Entre outros muitos exemplos possíveis, assinala-se o aceso conflito pela posse e jurisdição dos coutos de Antuã (actual Estarreja) e Avança (actual freguesia desse concelho de Estarreja), o qual colocou em confronto o mosteiro de Arouca e D. Afonso III. A resolução da contenda mereceu mesmo a intervenção papal, depois da abadessa de Arouca ter enviado uma missiva ao Sumo Pontífice solicitando-lhe que não favorecesse El Rei na sua pretensão de lhes tomar Antuã e Avança ²⁶⁰. Em 1274, D. Afonso III acabou por desistir das suas pretensões reconhecendo ao mosteiro a posse dos ditos coutos ²⁶¹. Mas não era só do monarca que se podia agravar a abadessa de Arouca. Os próprios representantes da coroa a nível local perpetravam uma série de abusos nas possessões do cenóbio. Isso

Amaral – *S. Salvador de Grijó na Segunda metade do século XIV. Estudo de gestão agrária*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

²⁵⁷ Os mosteiros de Grijó e Pedroso tinham as respectivas sedes no actual concelho de Vila Nova de Gaia, o de Arouca tinha a sua sede no actual concelho homónimo, Lorvão estava sediado em Penacova e Santa Cruz de Coimbra tinha sede no actual concelho de Coimbra.

²⁵⁸ A ordem do Hospital era a mais implantada no território do Baixo Vouga, ao menos ao tempo de D. Afonso II e segundo as inquirições de 1220, apresentando um total de 30 referências directas que aludiam aos actuais concelhos de Espinho, Cortegaça, Ovar, Feira, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Aveiro e Águeda. Seguiu-se-lhe a ordem do Templo, com um total de 11 referências para os actuais concelhos de Cortegaça, Feira, Ovar, Oliveira de Azeméis, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Águeda (cf. Anexo I.1). A implantação das demais ordens religiosas-militares no espaço do Vouga lagunar não apresenta expressividade (cf. Anexo I.1), assim como a perdem hospitalários e templários, à medida que avançamos no tempo (cf. Anexos I.2 e I.3). A supremacia patrimonial do Hospital na Terra de Santa Maria fora já constatada por José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 162.

²⁵⁹ Esta matéria não é nova e fora já objecto de análise por parte de Autores que se debruçaram sobre zonas do Baixo Vouga em tempos Medievos. Cf., p. ex., o que a propósito da zona de Aveiro e seu termo refere Maria João João Violante Branco Marques da Silva – *Aveiro Medieval...*, pp. 55-66 e , da mesma Autora – *Esqueira. A vida de uma aldeia no século XV...*, pp. 41-53 ou, ainda, para a medieva *Terra de Santa Maria* o que assinalam José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, pp. 117-173.

²⁶⁰ O traslado desta carta encontra-se em T.T., *Arouca*, Gav. 1, Mç. 6, doc. 2.

²⁶¹ T.T., *Arouca*, Gav. 1, Mç. 1, docs. 18 a 22.

mesmo fica patente na carta que D. Dinis enviou aos mordomos da Feira, em 1292 (Julho), advertindo-os para não comerem as galinhas dos casais que o mosteiro detinha nesse julgado, galinhas essas que só lhes deveriam ser entregues para sustento da corte, quando essa para lá se deslocasse²⁶². Uma outra carta dionisina, esta de 1303 (Maio, 3), revelava, na essência, preocupação semelhante. Nesta, o monarca ordenava aos seus monteiros do julgado de Figueiredo e termo de Aveiro que não fizessem nojo aos caseiros do mosteiro de Arouca, em Antuã, nem lhes tomassem os seus maninhos para aí criarem porcos monteses²⁶³.

Vários eram os protagonistas em presença. Vários eram os interesses em jogo, como espelha a análise dos dados apresentados, bem assim como os constantes nas inquirições régias. Estas últimas incorporam um riquíssimo manancial de informes que vão do âmbito administrativo até dados de natureza fiscal, populacional e social. A propósito da polivalência das informações contidas nesse tipo de documentação e, também, da pouca utilização que se tem dado aos indicadores demográficos aí expressos, referia Oliveira Marques que “*não se aproveitou, em geral, o contributo demográfico*” emergente desta documentação.²⁶⁴

Constituindo-se como instrumentos conducentes à almejada centralização administrativa e fortalecimento do poder régio, as inquirições têm por base inquéritos feitos, inicialmente, em determinadas faixas do território nacional incidindo sobre pessoas e/ou instituições (como sejam institutos religiosos). Com base no depoimento de testemunhas, devidamente acreditadas e ajuramentadas, naturais da região sob a qual recaía o inquérito, procuravam os monarcas conhecer melhor o território que governavam e, concomitantemente, impedir ou corrigir abusos perpetrados contra o

²⁶² T.T., *Arouca*, Gav. 1, Mç. 1, doc. 34.

²⁶³ O traslado desta carta régia encontra-se em T.T., *Arouca*, Gav. 1, Mç. 1, doc. 25.

²⁶⁴ “Inquirições”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 330.

património régio, fosse a nível fundiário, financeiro ou jurisdicional. Deste modo intentava-se a um só tempo aumentar os proventos da coroa (em géneros ou em moeda) e afirmar a soberania do monarca em questão ²⁶⁵. Em Portugal, as Inquirições assumiram um carácter sistemático a partir do reinado de D. Afonso II, prolongando-se por toda a Centúria de *Duzentos* e alargando-se à seguinte ²⁶⁶. Percebe-se que tenha sido este o monarca que introduziu as Inquirições em território português:

- sendo um homem limitado fisicamente, diminuído pela doença, ou não ficasse na História com os epítetos de “*O Gordo*” ou “*O Gafo*”, D. Afonso II cedo percebeu que a sua autoridade só poderia ser imposta aos súbditos através de mecanismos administrativos e fiscais ou, se quisermos, “de forma intelectual”, e nunca através da liderança executiva da guerra para a qual estava fisicamente incapacitado, mas que, até então, era o principal meio de afirmação da *potestas* dos monarcas;

- parece ter integrado a corrente que vigorava na Europa coeva, no sentido de lançar mão de disposições legais que conduzissem à centralização administrativa e, conseqüentemente, ao cercear das crescentes e perigosas pretensões senhoriais.

Assim, em 1220, foram lançadas as primeiras Inquirições Gerais que, apesar de gerais, apenas incidiram nos territórios do Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e norte da Beira ²⁶⁷. Esta geografia cadastral não é de espantar se atentarmos que era exactamente aí que se concentrava a grande mancha de domínio senhorial, fosse ele laico ou eclesiástico. Daí que D. Afonso III tenha intensificado este tipo de inquéritos, especialmente em 1258, quando os seus oficiais percorreram uma vez mais as regiões do Entre-Douro-e-Minho (Entre Cavado e Minho, Entre Douro e Ave, Entre Cavado e Ave), Trás-os-Montes (Entre Douro e Tâmega, Terras de Barroso e Chaves e região de

²⁶⁵ “Inquirições”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, p. 330.

²⁶⁶ Cf. nota anterior.

²⁶⁷ “Inquirições”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, pp. 329-330.

Bragança) e Beira Alta (Seia, Gouveia, bispados de Lamego e Viseu e Trancoso) ²⁶⁸. Focaram-se, novamente, os grandes redutos senhoriais, o que nos permite duvidar da eficácia dos inquéritos anteriores. Foi efectivamente com D. Dinis que as inquirições se alargaram a todo o território português, o qual, como é sabido, desde o tratado de Alcañices, assumira já a configuração que ainda hoje apresenta. Na verdade, estabelecidas as fronteiras do reino, a preocupação do monarca focalizou-se, é certo, na defesa e povoamento do mesmo mas, igualmente, na gestão desse mesmo território e suas gentes. Tal facto reflectir-se-ia numa conduta altamente intervencionista quer a nível normativo e fiscal, como a nível administrativo, jurídico, social e patrimonial.

Neste domínio, o Baixo Vouga medieval não constituiu excepção à tendência geral, reflectindo os desideratos da centralização político-administrativa régia expressa nas inquirições. Para a faixa territorial e cronologia em estudo, encontramos-as desde o reinado de D. Afonso II até ao de D. Dinis, incidindo em parcelas administrativas que, muitas vezes, por coincidirem nos diferentes inquéritos, nos permitem induzir, ainda que timidamente, dada a fragmentação e dispersão de informações (tanto a nível cronológico como geográfico), uma aproximação aos níveis de povoamento da zona retratada.

Com efeito, temos inquirições para os anos de 1220 ²⁶⁹, 1251 ²⁷⁰, 1282 ²⁷¹, 1284 ²⁷² e 1288 ²⁷³, correspondendo as duas primeiras aos reinados de D. Afonso II e D. Afonso III, respectivamente, e as últimas três à titulação de D. Dinis.

²⁶⁸ Cf. nota anterior.

²⁶⁹ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, pp. 243-244 e 285-291. Aduza-se, ainda o inquérito conhecido por *De Hereditatibus Ordinum (in Terra de Sancta Maria)*, datado de 1220 (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pp. 72-74) e que se consubstancia no arrolamento dos padroados e bens das igrejas, omitindo informações respeitantes a reguengos e foros (cf. José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, pp. 41-45).

²⁷⁰ P^o. Miguel de Oliveira – “Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, Separata da Revista *«Lusitania Sacra»*, tomo VII, 1964-1966, pp. 11-41.

²⁷¹ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, Aveiro, 1943, pp. 82-87.

²⁷² José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, pp. 206-224.

Cada um destes inquéritos revela procedimentos e propósitos específicos, em muito dependentes da conjuntura vigente em cada um dos períodos. Assim, as inquirições mandadas lançar por D. Afonso II, efectivaram-se num momento de conturbação sócio-política, decorrente da forte campanha anti-senhorial protagonizada pelo monarca e que encontra como expoentes de oposição as suas irmãs ²⁷⁴, bem como o arcebispo de Braga, que na altura era D. Estêvão Soares da Silva, figura emblemática da fortíssima nobreza do Entre-Douro-e-Minho ²⁷⁵. Pretendia o monarca a subjugação política, administrativa e fiscal de um estrato social extremamente possante e, por consequência, perigoso. Intentou fazê-lo através de um cadastro patrimonial que aquilatasse das prerrogativas e imunidades reivindicadas pelos senhores, em ordem a preservar, garantir e aprofundar a supremacia do poder régio. Assim surgiram as inquirições de 1220. Na sequência destas, D. Afonso III voltou a promulgar inquirições para a mesma zona. Parece que, tanto num como noutra reinado, não fora fortuita a escolha desta área geográfica como pioneira para o lançamento dos ditos inquéritos. A sul do Douro, aparentemente não existiam grandes casas senhoriais e, deste modo, a resistência às informações a prestar seria menor; paralelamente, deixava-se um claro aviso a eventuais pretensões e abusos adstritos a franja nobiliárquica e eclesiástica do norte ²⁷⁶.

As directrizes de centralização conducentes à submissão de uma determinada franja social atingiram o seu expoente em tempos dionisinos. A recorrência das inquirições, mormente no início do reinado de D. Dinis, podem revelar, à vez, alguma

²⁷³ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, pp. 249-254 e, dos mesmos Autores, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, pp. 191-217.

²⁷⁴ Cf. o que se referiu na p. 93 acerca da doação de Esgueira ao mosteiro de Lorvão, efectuada sucessivamente por D. Teresa (1194) e por D. Branca (1223).

²⁷⁵ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 38.

²⁷⁶ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 46.

ineficiência e ineficácia dos inquéritos anteriores, mas, também, um inabalável espírito interventivo e disciplinador.

Também do ponto de vista formal se denota uma evolução na apresentação dos lugares sobre os quais recaíram os inquéritos. Com efeito, nas inquirições de D. Afonso II e de D. Afonso III, as informações vêm arroladas por *villae* e freguesias²⁷⁷, enquanto nos textos dionisinos o âmbito de abrangência territorial dos interrogatórios se alarga a Terras e Julgados²⁷⁸, designadamente à Terra de Vouga e aos Julgados de Figueiredo, Cabanões, Fermedo e Feira. Na Terra de Vouga são apresentadas informações datadas de 1282, respeitantes aos actuais concelhos de Albergaria-a-Velha, Feira, Águeda, Anadia e Aveiro, enquanto para os julgados acima mencionados os elementos recolhidos se balizam entre 1284 e 1288 e agrupam os actuais concelhos de Estarreja, Oliveira de Azeméis (Julgado de Figueiredo), Ovar (Julgado de Cabanões), Arouca (Julgado de Fermedo), Feira, S. João da Madeira e Gaia (Julgado da Feira)²⁷⁹. Sabendo-se que os julgados, na expressão de Santa Rosa Viterbo, eram “*nas inquirições reais, desde el-rei D. Afonso II até el-rei D. Dinis*” sinónimos de concelhos, terras ou termos²⁸⁰, que entender então por “Terra” no léxico medieval português?

As palavras “Terra” e “Território” aparecem frequentemente nos documentos medievais como sinónimos ou, ao menos, com a mesma função diplomática. Decorrente do vocábulo latino *territorium*, a expressão era empregada para designar o alfoz da urbe, isto sensivelmente até ao século IX. A partir de então - e até ao século XII - a

²⁷⁷ Para o reinado de D. Afonso II, cf. *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pp. 243-244 e 285-291. Aduza-se, o *De Hereditatibus Ordinum*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pp. 72-74; para o reinado de D. Afonso III cf. P^o. Miguel de Oliveira – “Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”..., pp. 11-41.

²⁷⁸ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, pp. 82-87; José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, pp. 206-224 e pp. 249-254 e, dos mesmos Autores, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, pp. 191-217.

²⁷⁹ Cf. Anexo I.3

²⁸⁰ Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, edição crítica por Mário Fiúza, volume II, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1984, p. 340.

palavra *territorium* figura nos diplomas medievos como expressão da situação jurídica e económica de uma determinada parcela de terreno a que aludiam os actos e contratos.

Porém, nos séculos XII e XIII, a formação e afirmação do estado português veio a exigir a tomada de medidas políticas, jurídicas e administrativas conducentes à eficácia no governo do recém-formado estado. Neste sentido, esclarece Alexandre Herculano: “*todo o reino estava dividido em distritos ao mesmo tempo administrativos e militares chamados terras, a que era proposto como chefe supremo um nobre, denominado o rico-homem ou tenente («ricushomo», «diveshomo», «tenens») e, muitas vezes senhor da terra («dominus terre»). Ao mesmo tempo esses terrenos constituíam comarcas judiciais, julgados («judicatum») cujo magistrado tinha simplesmente o nome de juiz ou o de juiz da terra («judex», «judex terre»). Junto do rico-homem e do juiz um oficial do fisco, o mordomo, sobremordomo ou mordomo-mor («maior», «maiordomus», «supermaiordomus», «maiordomus maior») entendia na arrecadação dos direitos reais, designação que se applicava em geral aos réditos do estado”²⁸¹. Saliente-se, contudo, que a orgânica acima citada não era homogénea e linear. Para tanto, basta recordar que a extensão de terreno dos ditos distritos ou Terras, a mais das vezes, não era uniforme e contínua, havendo casos em que se sobrepunham e entrecortavam²⁸². Além disso, existiam, também, duas espécies de “territórios”, a saber:*

- os diocesanos, sobre os quais não nos iremos deter e a que já aludimos a propósito da delimitação das dioceses de Porto e Coimbra;

- os outros de cariz laico e administrativa (a que subjaz o plano político e fiscal), estes sim, alvo da nossa atenção imediata. Aqui existe uma *nuance* no emprego das

²⁸¹ Alexandre Herculano – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, Tomo III, Livraria Bertrand, 1982, p. 409.

²⁸² Paulo Merêa e Amorim Girão - *Territórios Portugueses no século XI*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1948, pp. 5-18.

expressões “território” e “terra” porquanto, frequentemente, esta última se apresenta como circunscrição que ocupa uma dimensão física mais reduzida ²⁸³.

No vertente caso, a “Terra de Vouga”, como aparece designada nos textos medievos dos finais da centúria de *Duzentos* e, com especial ênfase, na centúria seguinte, deveria ter a sua raiz na “*Ripa Agata*” leonesa. A transformação do singelo “*Ripa Agata*”, ou “*in Ripa Agata*”, numa nomenclatura muito mais incisiva como era “Terra de Vouga”, pode indiciar as significativas alterações administrativas que terão marcado o período imediatamente anterior e imediatamente posterior à afirmação da nacionalidade ²⁸⁴. Mas de onde provém a designação “Terra de Vouga”? Parece-nos que não é muito estranho que uma determinada faixa territorial assumia o nome de um curso de água (eventualmente aquele que é mais relevante na altura) pois já nos séculos X e XII fora, provavelmente, o rio Águeda que funcionou como referência para a localização de uma dada área. Assim, pode formular-se a hipótese, embora sem suporte documental explícito, da “Terra de Vouga” ter ido buscar o nome ao rio que por ali corria, eventualmente (como ao presente) o mais significativo da zona, tanto em termos de caudal como de extensão. A ser assim, a “Terra” teria depois transmitido a mesma designação a uma pequena povoação que viria a afigurar-se como sede desta circunscrição, situada próxima da anterior cabeça ou *civitas* dos tempos do “*Ripa Agata*” que se fixara em Marnel ²⁸⁵. Como quer que seja, relativamente a esta questão de “filiação” onomástica, e apesar do que anteriormente expressámos no que respeita à

²⁸³ Cf. nota anterior.

²⁸⁴ “Vouga”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 36, Lisboa-Rio de Janeiro, Verbo, pp. 670-680.

²⁸⁵ “Vouga”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 36, Lisboa-Rio de Janeiro, Verbo, pp. 670-680. Situado no cabeço do Vouga, Marnel assumia igualmente a designação de Lamas do Vouga (*P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 84), localizada na margem esquerda do rio com o mesmo nome (cf. A. G. da Rocha Madahil – *Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga. Terraço Subjacente à Ermida do Espírito Santo, ou da Vitória*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941, pp. 15-67 e Augusto Soares de Sousa Baptista – “Senhores do Marnel”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. XIII, 1947, p. 270). Lamas do Vouga é actualmente uma povoação e freguesia do concelho de Águeda, situada a cerca de 7 Kms a NNO da sede concelhia (“Lamas do Vouga”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. XI, pp. 1371).

descontinuidade geográfica das “terras” e “territórios” podemos, por imperativos de facilidade interpretativa, delimitar a vasta circunscrição do Vouga medievo da seguinte forma:

- a norte, estendia-se até ao histórico rio de Antuã (limite antigo das dioceses portugalense e conimbricense);

- a sul, estendia-se até ao Buçaco;

- a nascente, confrontava com o Caramulo e serras vizinhas;

- a poente, confinava com o oceano.

A "Terra de Vouga" abrangia a totalidade dos actuais concelhos de Anadia, Águeda, Aveiro, Ílhavo, Vagos, Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha²⁸⁶.

As suas Terras limítrofes eram:

* a norte - as Terras de Santa Maria e de Sever;

* a sul - as Terras de Montemor e de Coimbra;

* a nascente - as Terras de Lafões e Besteiros.

Fica assim claro que se tratava de uma extensa circunscrição, que só viria a ser cerceada em tempos de D. Fernando I²⁸⁷.

Não obstante, a análise do Baixo Vouga desde o preâmbulo da monarquia até finais do reinado de D. Dinis implica, necessariamente, a assumpção de mais duas Terras ou Territórios que, à semelhança da de Vouga, se assumiam como importantes circunscrições administrativas de então.

A sul da Terra de Vouga presumivelmente implantava-se a Terra de Águeda, circunscrição administrativa que, a ter existido, fora definitivamente eliminada no século XIII²⁸⁸. Isto mesmo nos é atestado pelo chamado “Rol das Cavalarias do

²⁸⁶ “Vouga”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 36, pp. 670-680.

²⁸⁷ Cf. nota anterior.

²⁸⁸ “Vouga”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 36, p. 674.

Vouga”²⁸⁹, o qual se consubstancia numa inquirição tirada na Terra de Vouga, em 1282, onde não só são referidas povoações que actualmente incorporam Aveiro, Ílhavo, Vagos e Águeda, como aludem a Santa Maria de Lamas²⁹⁰ (actualmente Lamas do Vouga, freguesia do c. Águeda) que, à época configurava mesmo a sede da Terra de Vouga²⁹¹. Note-se que a designação de Santa Maria de Lamas se equiparava à de Marnel, outrora sede de todo o território voucense, como se depreende de uma alusão datada de 961 na qual se explicita que o “*monasterium de Marnelle que uocacitant sancta maria de lamas*”²⁹². Desta forma, a inclusão de Santa Maria de Lamas patente numa inquirição destinada exclusivamente à Terra de Vouga permite perceber que, pelo menos no último quartel do século XIII (o inquerito data de 1282, como atrás referimos), Águeda já incorporava a referida Terra, à qual cedeu a própria sede.

Já a norte, a Terra de Vouga confinava com a Terra de Santa Maria. A questão da fronteira meridional entre as Terras de Santa Maria e de Vouga é, porém, complexa, como já vimos. Relembremos a contenda que opôs os bispos do Porto e de Coimbra, na qual imbricadas questiúnculas de cariz político e eclesiástico se misturavam com a forte ambição pessoal do primeiro prelado portuense. Como sabemos, a questão chegou à Santa Sé e o prelado portuense acabou por ver satisfeitos os seus intentos, quando duas bulas papais (de 1115 reiterada pela de 1120) estabeleceram como limite sul da diocese do Porto o rio Antuã²⁹³. Nestes diplomas papais estabelecem-se com rigor os limites da Terra de Santa Maria ao estipular-se como fronteira norte o rio Douro, encontrando-se as restantes demarcações dependentes do rio Antuã, porquanto se fixa como fronteira nascente o monte Codal, onde nasce o rio Antuã, acompanhando o

²⁸⁹ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 82.

²⁹⁰ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, pp. 82-87.

²⁹¹ A. G. da Rocha Madahil – *O.c.*, pp. 15-67.

²⁹² P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 84.

²⁹³ *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, pp. 1 e 2.

trajecto deste mesmo curso fluvial até à sua foz (fronteira sul), à época em contacto directo com o oceano (fronteira ocidental)²⁹⁴.

Tomemos, pois, como base espacial de análise dos dados, as zonas centro e sudoeste da antiga Terra de Santa Maria (no território compreendido entre Espinho e o curso do rio Antuã), bem assim como a medieva Terra de Vouga na sua implantação noroeste e central (sensivelmente até Mira, a poente, e Anadia numa área mais central).

II.3.2. O povoamento do Vouga lagunar à luz das inquirições régias

Dada a exiguidade dos dados constantes em cartórios documentais particulares ou mesmo em fundos monásticos, os elementos para os quais vamos seguidamente remeter fundamentam-se, basicamente, em informações retiradas de inquirições régias lançadas para a região em apreço neste trabalho. Estamos conscientes das limitações adscritas a este tipo de abordagem, necessariamente parcelar, não nos eximindo, contudo, de assumir explicitamente. Entendemos que as ditas inquirições se não podem ser assumidas como uma expressão global da evolução do comportamento demográfico patente no Baixo Vouga, podem espelhar de forma minimamente fidedigna as tendências e ritmos evolutivos da população, devendo ser encaradas como uma espécie de “amostragem”. Mais advertimos para o facto de nos termos socorrido de publicações dos textos manuscritos. Contudo, mereceram da nossa parte total confiança as leituras e transcrições documentais de Autores como o P^o. Miguel de Oliveira (inquirições de D. Afonso II e D. Afonso III) ou, ainda, José Mattoso, Luís Krus e Amélia Andrade (estes últimos para a Feira nas inquirições dionisinas), cujos conhecimentos e experiência ao nível paleográfico não conseguiríamos, estamos certas, suplantar.

²⁹⁴ Cf. nota anterior.

Nos textos analisados negligenciamos outras informações, seguramente interessantes e sugestivas, para nos centrarmos nos dados que poderiam fornecer indicações no que diz respeito não só ao povoamento como, também, à posse e ocupação dos terrenos. Por agora interessa focar a atenção no primeiro aspecto, ou seja, nos informes conducentes a uma aproximação dos níveis e ritmos de ocupação populacional. Obviamente que os dados que vamos apresentar devem ser entendidos somente como **ordens de grandeza** já que a própria natureza das fontes nada mais permite. Assim, agrupamos as informações por concelhos (actuais, naturalmente), assumindo como variáveis a expressa menção ao facto dos locais a que aludem se encontrarem, ao tempo, ermos ²⁹⁵, povoados ou apresentando uma situação que designámos por “mista”, isto é, que apresentam herdades povoadas e herdades ermas ²⁹⁶ ou, então, já estiveram povoados e na altura estavam ermos ²⁹⁷. Para aferir da ocupação dos terrenos como indicador do crescimento demográfico verificado, à época, um pouco por toda a Europa ²⁹⁸, utilizamos registos patentes em expressões como: têm daganhas ²⁹⁹, devem ser dadas a cultivo ³⁰⁰ e fizeram-se arroteamentos, apresentados sob

²⁹⁵ No actual concelho de Estarreja, na Póvoa do Carvalhal, em 1284 existiam quatro casais “*e est huum hermo*” ou, na mesma data, no actual concelho de Ovar, é apresentado um casal reguengo que “*est despoblado (...) e perde o el Rey □ês que nom foy pobrado*” (José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, pp. 215 e 221, respectivamente).

²⁹⁶ Em 1220, em *Fontes Planas*, sita em Figueiredo de Susão (actual concelho de Oliveira de Azeméis), existiam “*ijj [casais] populatus et unum casale hermum*” (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, p. 285). Em 1251, “*in Villa de Feira casalia inter herma et populata*” (P^o. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 11 e 29, trad. Português), ou, na mesma data e no mesmo concelho, encontramos, em Lourosa “*septem casallia, et est unum hermum*” (P^o. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 15 e 31, trad. Português). E sucedem-se os exemplos pelo que apenas assinalaremos mais um, respeitante ao reinado de D. Dinis: “*quantos casaes auia el Rey na aldeya de Auranca e quaes eram hermos e quaes pobrados (...) el Rey há y xxx casaes antre hermos e pobrados*” (José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, p. 206).

²⁹⁷ Ex.: em 1251, na freguesia de Romariz (actual concelho da Feira), o “*termino de Mouquim est inde tertia domini Regis, et fuit jam populata*” (P^o. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 25-26 e 39, trad. Português).

²⁹⁸ Cf. figura 12.

²⁹⁹ Entenda-se por “daganhas”, “deganhas”, ou expressões similares, as terras bravias e tomadas dos maninhos para serem cultivadas (Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário...*, volume II, p. 167). A título de exemplo refiram-se para 1251, as terras reguengas de S. Vicente de Pereira no actual concelho de Ovar (P^o. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”...,

diferentes formas mas com um sentido comum, sendo esta última situação exclusiva – pelo menos explicitamente – do reinado de D. Dinis ³⁰¹.

Mais se acrescenta que assumimos como povoadas todas as localidades que se encontram assinaladas (não obstante as matizes atrás referidas), a que acrescentamos, a título suplementar, a menção à sua condição de incorporarem terras ermas ou em vias de povoamento. O resultado obtido foi o que adiante se apresenta.

pp. 11 e 30, trad. Português), ou aquelas de Macinhata de Seixa e Nogueira do Cravo, ambas no actual concelho de Oliveira de Azeméis, onde se assinala a existência de daganhas. Situação semelhante verifica-se no reinado de D. Dinis, por exemplo no actual concelho de Ovar, onde existiam daganhas, sendo que um herdamento era do rei (José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, 1993, pp. 223 e 224).

³⁰⁰ Em Romariz (actual concelho da Feira), em 1251, existia uma terra que “*fuit jam populata et debem jam dare dominus Rex ad lavrare*” (P^o. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 25 e 39, trad. Português).

³⁰¹ Exemplos: em 1282, na freguesia de S. Lourenço do Bairro, sita no actual concelho de Anadia, existiam duas propriedades reguengas arroteadas, dizendo a testemunha inquirida que as “*uiu in mote e in mato*” (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, Aveiro, 1943, p. 83); para a mesma data, em Requeixo, actual concelho de Aveiro, disseram as testemunhas que “*arôperô desta Eygreia in no mote e valarô no huum loghar que nunca uirô aroto*” (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 85); por último, em 1284, em Loureiro (actual concelho de Oliveira de Azeméis), na aldeia de Gontemil, os “*jugueyros desta aldeya arromperam roteas pera pam*” (José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, p. 210).

Para as inquirições de D. Afonso II:

Tabela 3 - Povoamento a partir das inquirições de D. Afonso II (por concelhos)

DATA	CONCELHO (Topónimo Actual)	POVOAMENTO (nº de referências)			FONTE
		ERMO	POV.	MISTO	
1220	FEIRA	-	26	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	-	11	1	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	ESTARREJA	-	7	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	ALBERGARIA-A-VELHA	-	3	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	ÁGUEDA	-	10	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	ANADIA	-	5	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	AVEIRO	-	4	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	ÍLHAVO	-	1	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	VAGOS	-	1	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	GAIA	-	3	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	OVAR	-	11	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
1220	ESPINHO	-	2	-	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244 e pp. 285-291
TOTAL		0	84	1	

Compilamos um total de 84 registos, respeitantes a terrenos que hoje integram o distrito de Aveiro. A zona com maior número de referências (26) é a de Santa Maria da Feira, seguida de Ovar e Oliveira de Azeméis (ambas com 11 registos), sendo que esta

última integra uma situação mista, designadamente com a assumpção de casais ermos e povoados, muito embora a esmagadora maioria seja deste último teor.

Para as inquirições de D. Afonso III:

Tabela 4 - Povoamento a partir das inquirições de D. Afonso III (por concelhos)

DATA	CONCELHO (Topónimo Actual)	POVOAMENTO (n° de referências)			FONTE
		ERMO	POV.	MISTO	
1251	FEIRA	–	26	5	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, separata de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11-41.
1251	OVAR	–	7	2	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, separata de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11-41.
1251	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	–	9	–	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, separata de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11-41.
1251	S. JOÃO DA MADEIRA	–	1	–	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, separata de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11-41.
1251	GAIA	–	2	–	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, separata de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11-41.
1251	ESPINHO	–	3	–	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, separata de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11-41.
TOTAL		0	48	7	

Também neste reinado os concelhos para os quais se verifica um maior número de registos continuam a ser Santa Maria da Feira (26), Oliveira de Azeméis (9) e Ovar (7). Tal facto não é despreciando, se considerarmos que o inquérito estudado incidu apenas na Terra de Santa Maria – e não sobre todo actual distrito de Aveiro, como o anterior - e, mesmo assim, quase iguala os números apurados para 1220. Esta situação poderá indiciar um acréscimo demográfico verificado a partir do segundo quartel do século XIII, pelo menos para a zona em análise.

Há ainda que ressaltar a circunstância de ter aumentado o número de referências às situações que designamos por “povoamento misto”, com incidência exclusiva nos actuais concelhos da Feira e Ovar. Poder-se-á deduzir que esta situação se deve ao facto

de as fontes se tornarem mais eloquentes e completas à medida que avançamos no tempo e que a estrutura administrativa régia se vai depurando. É uma hipótese! Contudo não devemos descartar uma outra hipótese interpretativa alicerçada numa deslocação do excedente populacional sediado na margem direita do Douro ³⁰², então atraído para terras mais meridionais, beneficiárias de amplos privilégios, definitivamente pacificadas e, não menos importante, economicamente atractivas, mercê da geodinâmica que enformou todo um troço litoral, entre Espinho e Mira, durante a Idade Média. Aliás, os próprios inquiridos expressava a necessidade de um maior e melhor aproveitamento dos terrenos ao dizer, exactamente no reinado de D. Afonso III, que determinada terra “*fuit jam populata et debem jam dare dominus Rex ad lavrare*” ³⁰³.

Para as inquirições de D. Dinis:

Tabela 5 - Povoamento a partir das inquirições de D. Dinis (por concelhos)

DATA	CONCELHO (Topónimo Actual)	POVOAMENTO (nº de referências)			FONTES
		ERMO	POV.	MISTO	
1284- 88	ESTARREJA	1	5	2	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	–	17	1	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	OVAR	1	24	1	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	AROUCA	–	3	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	FEIRA	–	29	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.

³⁰² José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 75.

³⁰³ P. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 25 e 39, trad. Português.

Tabela 5 (Continuação)					
DATA	CONCELHO (Topónimo Actual)	POVOAMENTO (nº de referências)			FONTES
		ERMO	POV.	MISTO	
1284- 88	ALBERGARIA-A-VELHA	–	6	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	ÁGUEDA	–	8	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	ANADIA	–	8	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	AVEIRO	–	5	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	ÍLHAVO	–	1	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	VAGOS	–	1	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	ESPINHO	–	2	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	GAIA	–	3	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
1284- 88	S. JOÃO DA MADEIRA	–	1	–	Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , pp. 206-217, 219-224, 248-254 e <i>Idem – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-217.
TOTAL		2	111	4	

No reinado dionisino deparamos com uma área inquirida bastante mais vasta, sendo que o próprio tipo de inquérito é, no seu conteúdo, mais abrangente. Contudo, centrando-nos no mote principal na nossa análise, observamos que os concelhos (actuais) com maior número de referências voltam a ser Santa Maria da Feira (29), Ovar

(24) e Oliveira de Azeméis (17). Note-se que para o caso de Ovar, dispomos de uma fonte específica, a saber, a Inquirição ao Julgado de Cabanões ³⁰⁴.

A referência a terrenos ocupados, para os três reinados que temos estado a analisar, pode expressar-se graficamente.

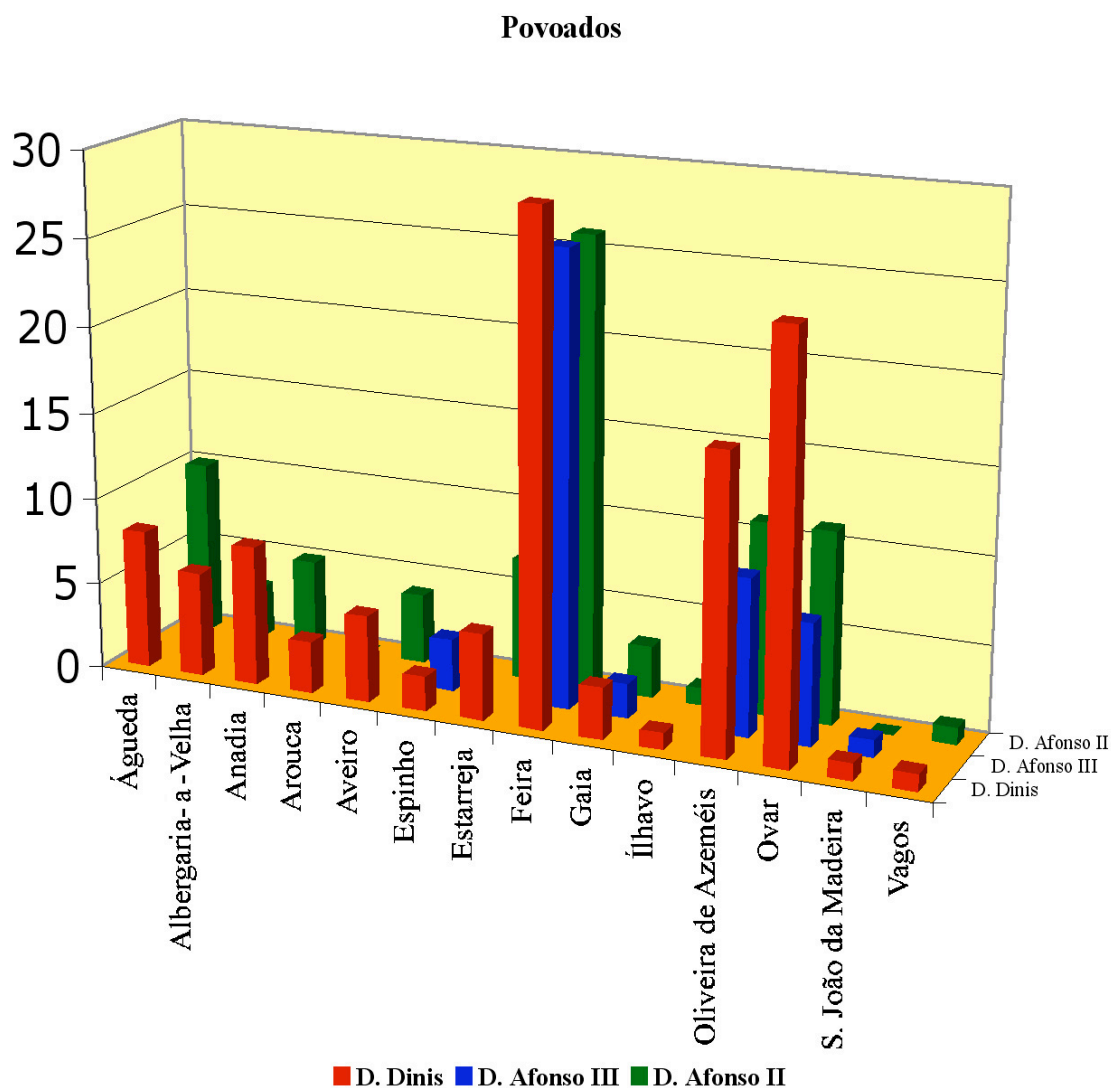


Figura 16 - Ocupação territorial

Convém salientar que só para o reinado de D. Dinis é que conseguimos detectar alusões explícitas a casais ermos o que - como o que deixámos escrito para o reinado de D. Afonso III - pode estar relacionado com uma maior precisão da fonte, ou com a detecção de indícios de um decréscimo de povoamento pontual, patenteado no

³⁰⁴ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, pp. 219-224.

abandono de propriedades outrora povoadas ou, ainda, com ambos os factores combinados, sendo esta última a hipótese que se nos afigura mais credível.

Por último, devemos destacar o facto de encontrarmos novamente referências a tipos híbridos de ocupação / povoamento dos terrenos. Assim a “ocupação mista” (como por nós foi designada) assume aqui a sua mais lata profusão em abrangência geográfica. Se para o reinado de D. Afonso III encontramos um total de sete casos, para o de D. Dinis o número é apenas de quatro mas incorpora uma propriedade em Oliveira de Azeméis ³⁰⁵, o que é novidade face aos informes anteriores que somente assinalavam “situações mistas” para Estarreja e Ovar ³⁰⁶.

Feitas estas observações, enunciemos algumas hipóteses interpretativas dos dados.

Consensualmente assume-se que o período compreendido entre os séculos XI e XIII se caracteriza por uma expansão demográfica, durante a qual a Idade Média, genericamente falando, teria atingido o seu apogeu ³⁰⁷. O território pré-português e português, terá acompanhado a tendência global de crescimento, tanto ao nível rural como urbano ³⁰⁸.

No caso das inquirições do Baixo Vouga medieval analisámos informações para um período compreendido entre 1220 e 1288 isto é, segundo os pressupostos enunciados, em plena propensão para um aumento do contingente populacional. E, na verdade, consideradas as especificidades e áreas de abrangência das fontes compulsadas, nada nos permite contrariar a inserção do *hinterland* lagunar de *Duzentos* na conjuntura expansionista nacional e europeia. De reinado para reinado aumentam não só os números absolutos de registos como a respectiva abrangência cadastral (o que não

³⁰⁵ Na aldeia de Loureiro (freguesia de Loureiro, concelho de Oliveira de Azeméis) “*a y viij casaes (...) e huum he hermo*” (José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, p. 211).

³⁰⁶ Para uma visão mais abrangente vejam-se os anexos I.1, I.2 e I.3.

³⁰⁷ Veja-se, por todos, B. H. Slicher van Bath – *O.c.*, p. 82.

³⁰⁸ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV ...*, pp. 166-184.

é de espantar, quanto mais não seja pela própria riqueza de informações decorrente do aperfeiçoamento dos inquéritos). Visualizemos a distribuição geográfica das referências!

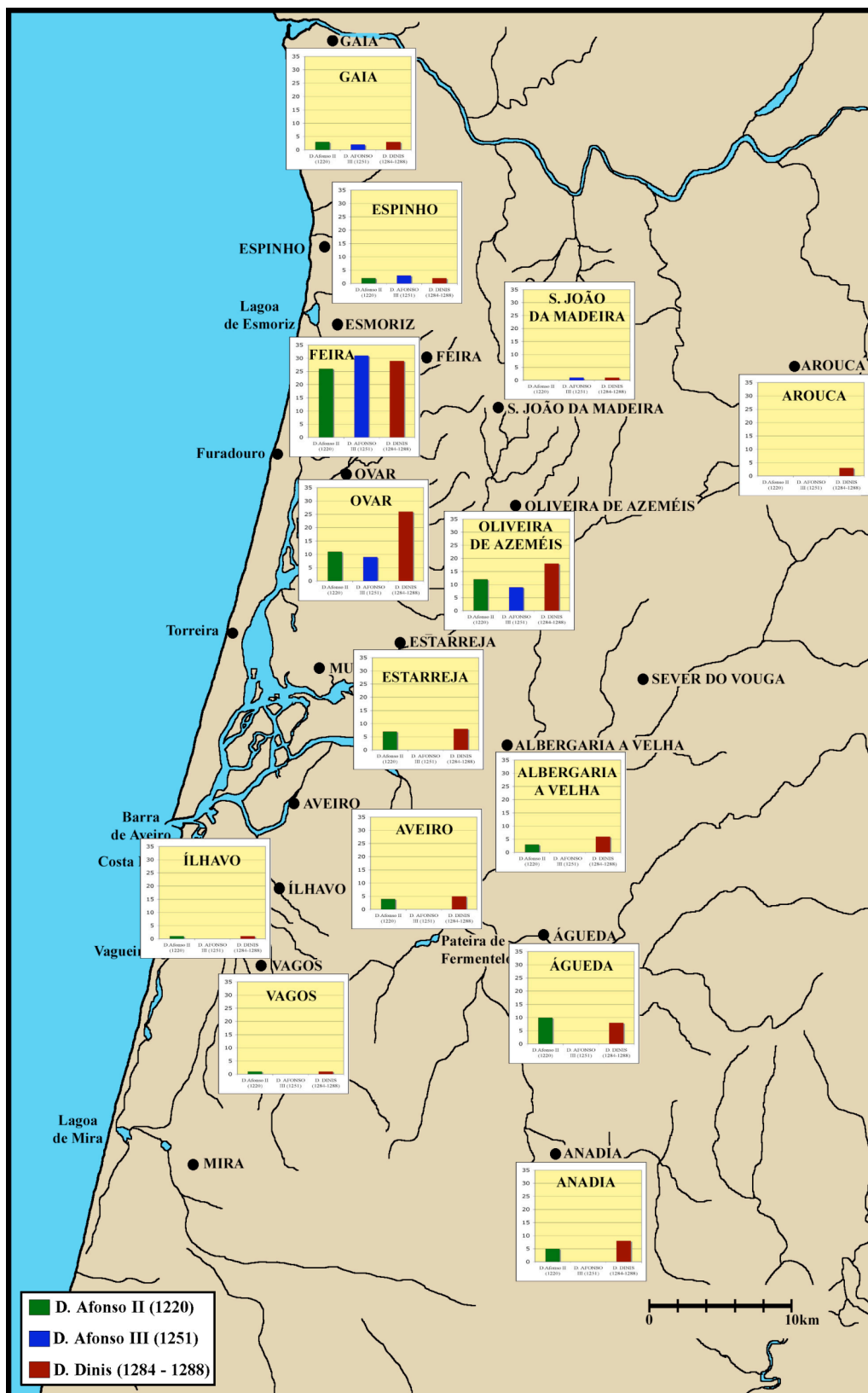


Figura 17 - Distribuição geográfica do total de referências³⁰⁹

³⁰⁹ Muito embora os registos respeitantes a Gaia, Arouca e Anadia não pertençam ao Baixo Vouga, em sentido estrito, optámos por inserir estes dados já compilados, assumindo a opção de, eventualmente, pecarmos por excesso.

Analisando o número total de referências obtido para cada um dos reinados constatamos:

- 1) a existência de três grandes áreas documentadas, designadamente, Santa Maria da Feira, Ovar e Oliveira de Azeméis;
- 2) uma maior profusão de registos concernentes ao reinado de D. Afonso II e, sobretudo de D. Dinis, com excepção do que se verifica um pouco em Espinho e, sobretudo, na Feira, onde a marca de D. Afonso III se faz sentir com maior acuidade.
- 3) a sul de Estarreja os dados são muito fragmentários, à parte de Águeda que, como veremos mais adiante, foi alvo de uma estratégia clara de (re)ocupação/(re)aproveitamento dos solos por parte de D. Dinis.

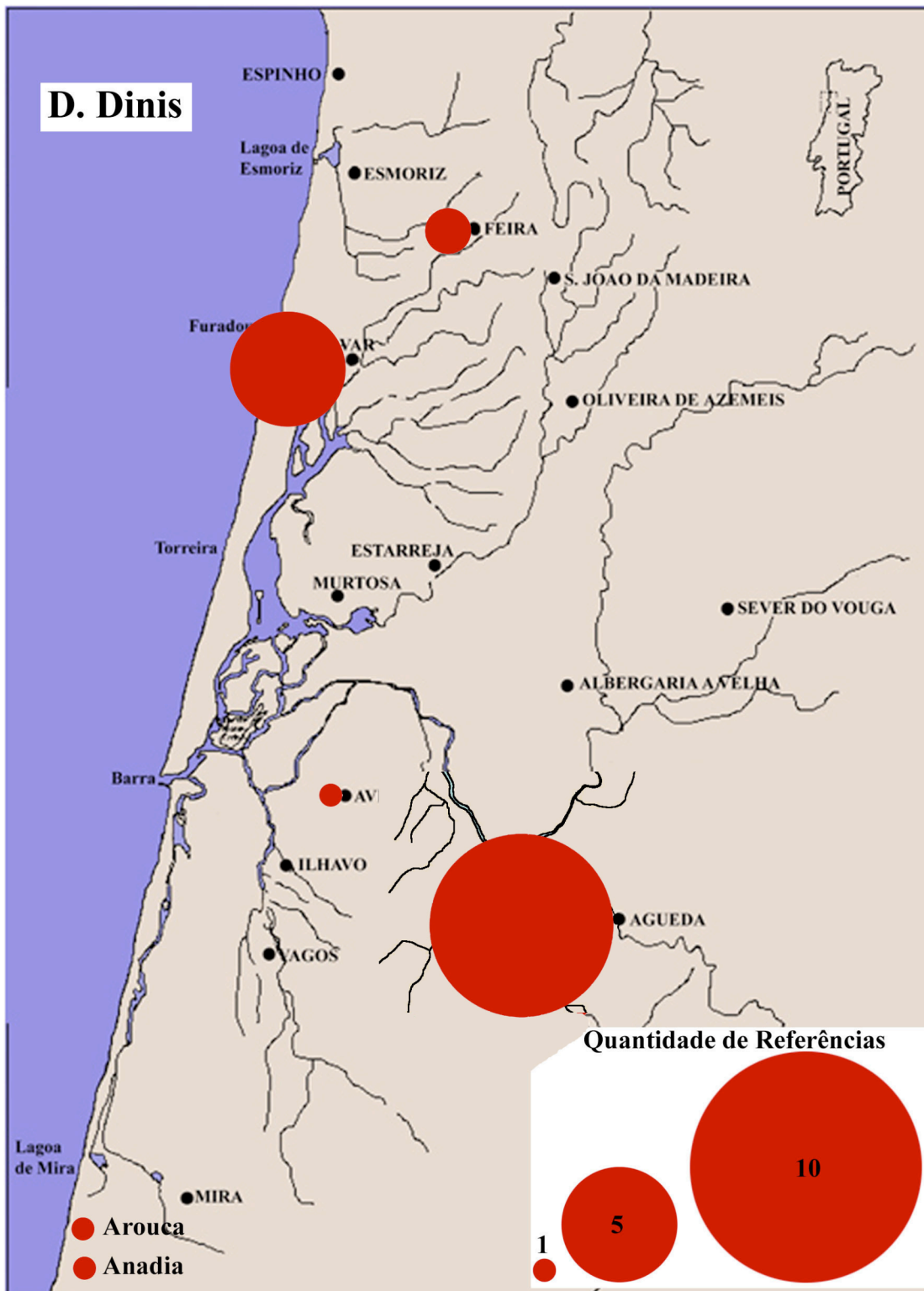


Figura 18 - Distribuição de referências documentais no reinado de D. Dinis

Quais as hipóteses interpretativas para estes enunciados?

1) A distribuição Norte/Sul

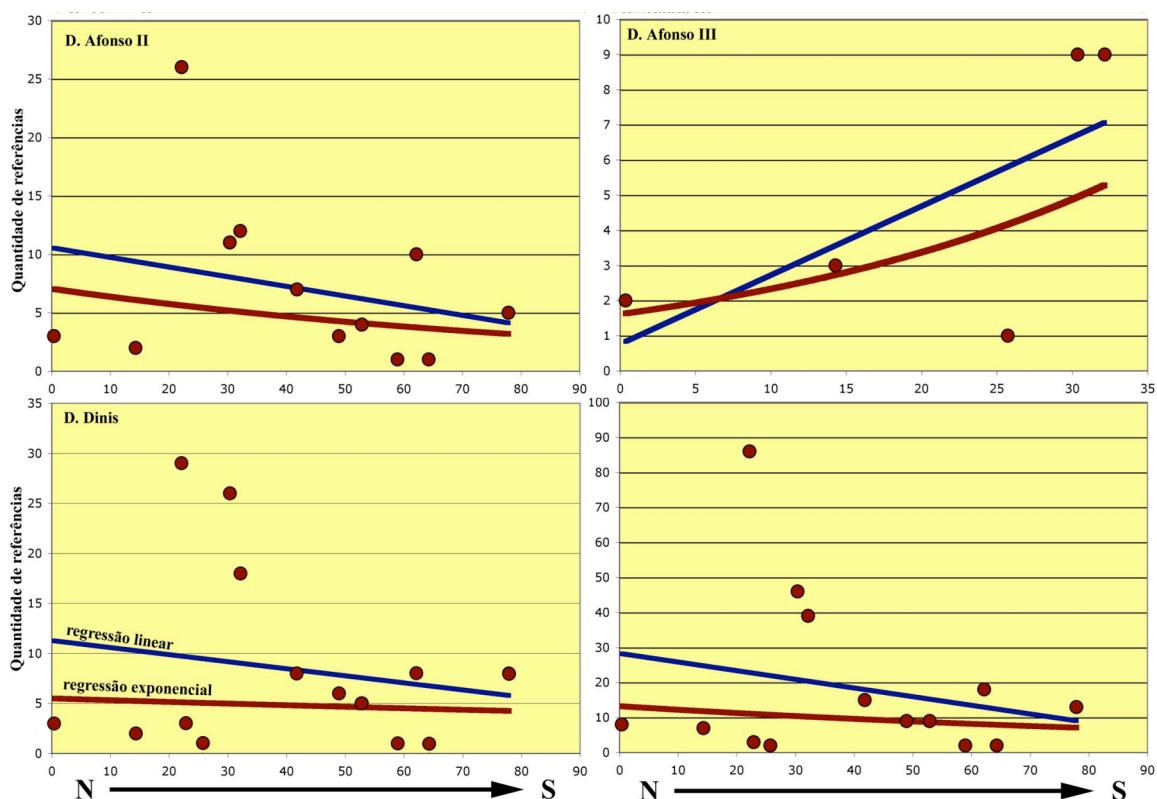


Figura 19 - Distribuição de referências ao povoamento (N/S)

segundo a distância recta a Gaia (em km), estando também representadas as linhas de melhor ajuste, correspondendo a linha azul à recta de regressão e a vermelha a uma regressão exponencial

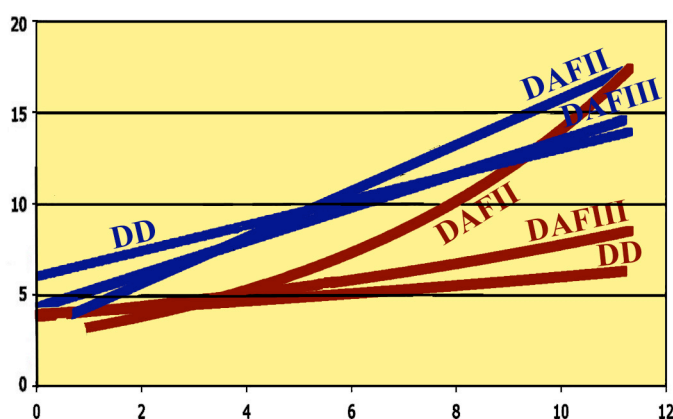
Genericamente podemos constatar que o maior número de dados estão associados às zonas sitas a Setentrião, diminuindo à medida que avançamos para Sul. Tal facto poderá decorrer do acompanhamento da tendência de evolução da marcha da Reconquista tão bem apresentada por José Mattoso para, entre outras, as regiões próximas do Vouga na segunda metade do século XI e primeiras décadas do seguinte³¹⁰ e, particularmente evidenciada para a Terra de Santa Maria, quando refere a migração para Sul de cavaleiros da nobreza minhota e de camponeses de Além-Douro “assentando-se, preferencialmente, nas povoações a cujos habitantes, eram concedidos

³¹⁰ José Mattoso – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, vol. II, p. 30.

direitos e privilégios impossíveis de alcançar na sociedade senhorial nortenha, e que os persuadiam a desbravar terras ainda desocupadas”.³¹¹

É certo que o reinado de D. Afonso III parece contrariar esta tendência. Contudo, a própria escassez de dados, aliada à especificidade da fonte histórica (a inquirição abrange tão-só a Terra de Santa Maria) faz com que esta situação se esbata por ser aglutinada pelas ocorrências respeitantes aos outros dois reinados analisados.

2) A distribuição Litoral/Interior



**Figura 20 - Linhas de melhor ajuste de distancia à costa (Km).
A azul rectas de regressão; a vermelho regressões exponenciais.
DAFII – D. Afonso II; DAFIII – D. Afonso III; DD – D. Dinis**

Pela figura acima apresentada constata-se que as rectas de melhor ajuste vão sendo progressivamente menos inclinadas, justificando que o contraste entre a ocupação do interior e do litoral tivesse esbatido à medida avançamos no tempo³¹². Tal facto decorrera, provavelmente da progressiva importância da exploração de recursos ligada à orla costeira, atestada à saciedade em casos como o de Ovar. Aí, o crescimento da restinga norte, propiciou a formação de uma zona oceânica relativamente abrigada, favorável à prática da salicultura e impulsadora da pesca para além de, naturalmente,

³¹¹ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 75.

³¹² Os Autores citados na nota precedente já haviam detectado, para o século XIII, um elevado índice de ocupação radicado na orla costeira da Bacia do Vouga (José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, pp. 73-74).

constituir uma zona de relativo abrigo às práticas de pirataria e corso perpetradas no então porto marítimo de Ovar³¹³.

3) A distribuição em relação à sede da Terra ou Território

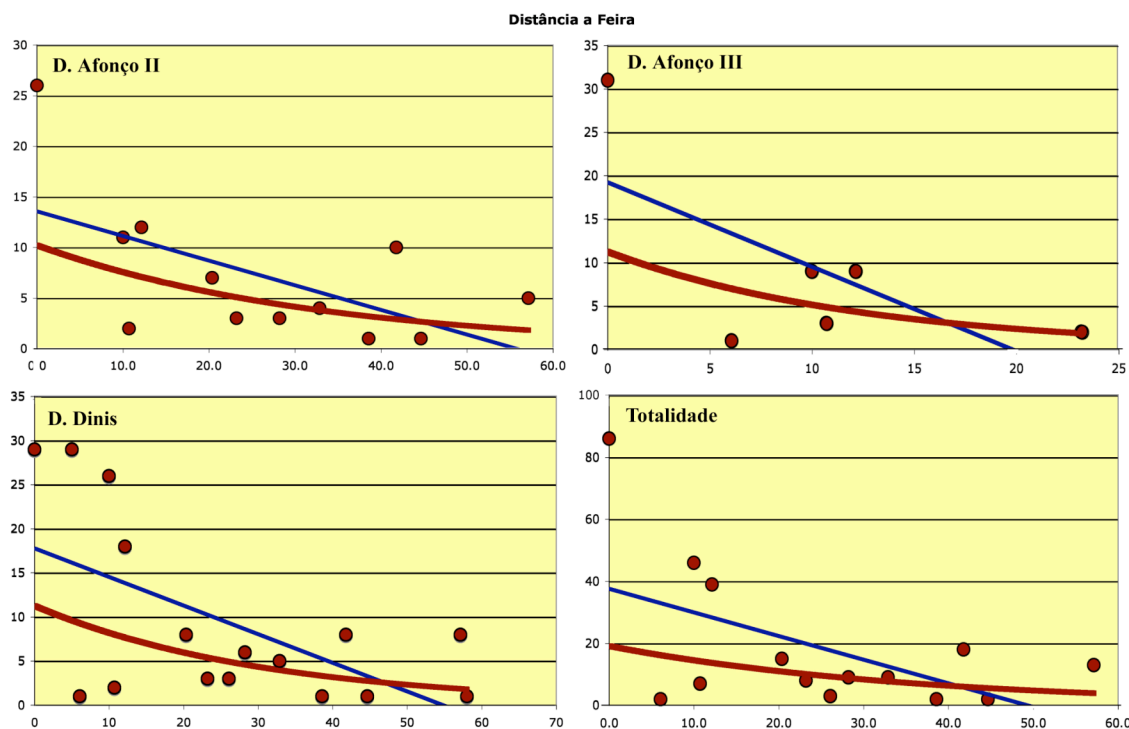


Figura 21 - Distribuição de referências em relação à Feira (N/S)

segundo a distância recta (em km) a Feira, estando também representadas as linhas de melhor ajuste, correspondendo a linha azul à recta de regressão e a vermelha a uma regressão exponencial

Quanto maior é a distância da sede ou “cabeça” da Terra da Feira, menor é, tendencialmente, a quantidade de referências. Este facto não é de estranhar porquanto a maioria da documentação compulsada incide sobre este domínio administrativo. Veja-se o exemplo de parte da documentação régia de D. Afonso II³¹⁴ ou, mais eloquente ainda, o caso específico de D. Afonso III, cujos dados emanam exclusivamente da inquirição feita na Terra de Santa Maria³¹⁵. Também para D. Dinis as fontes

³¹³ A referência ao porto de Ovar surge já para o remoto ano de 922 (cf. *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 25). Note-se que por volta de 1200 a barra natural situar-se-ia, já, frente à Torreira (Orlando de Oliveira – *O.c.*, p. 34), formando-se um pequeno golfo marítimo entre a extremidade sul da flecha arenosa e Ovar.

³¹⁴ “Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, vulgarmente conhecido por *De Hereditatibus Ordinum*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pp. 72-74.

³¹⁵ P^e. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 11-41.

documentais se enraízam nesta mesma circunscção ³¹⁶ da Feira, embora não se esgotem aí ³¹⁷.

Justifica-se, assim, a incidência de referências alusivas à Feira e seu entorno. O mesmo não é extensível à outra sede de Território da zona do Baixo Vouga medievo, a saber, a Terra de Vouga, com o seu centro em Marnel ou Lamas do Vouga ³¹⁸, já que o manancial das fontes escritas compulsadas não evidencia uma confluência de registos para essa região que permita uma equiparação com o verificado para a Feira.

Face ao exposto sublinhe-se a seguinte ideia: no Baixo Vouga, durante o século XIII (período abrangido pelas inquirições régias analisadas) parece existir uma relação entre a amenização climática e os níveis de povoamento no litoral, sobretudo nos terrenos situados a Norte, o que estava naturalmente correlacionado com a progressiva formação de uma zona húmida protegida (com todos os recursos a ela inerentes), associada a algum aumento de terreno emerso. Daí a progressiva ocupação das zonas costeiras, com especial enfoque nos terrenos situados a Norte.

Paralelamente, ter-se-á verificado a preocupação de um maior e mais eficaz aproveitamento dos solos. Isto mesmo foi para nós claro ao analisarmos, complementarmente às inquirições régias, outro tipo de documentação.

II.3.3. A (re)organização e (re)ocupação do mosaico fundiário

Não é pretensão deste trabalho aludir especificamente às práticas agrícolas nem aos meios de produção. Como é sabido, especialmente por todos os que se dedicam à

³¹⁶ “Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade - *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, pp. 191-217 e “Inquirições de D. Dinis no Julgado de Figueiredo”, in *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos...*, pp. 206-224.

³¹⁷ “Inquirição na Terra de Vouga”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, pp. 82-87.

³¹⁸ Cf. o que atrás se referiu, neste mesmo capítulo, nas pp. 101 e 103 acerca da circunscção da Terra de Vouga.

história agrária, o estudo das matérias acima designadas chegava e sobejava para uma dissertação autónoma. Portanto, fica claro que não é nosso intuito analisar o tipo de produtos cultivados, a produtividade/rentabilidade dos terrenos em função das culturas aí praticadas ou, mesmo, o montante dos foros a solver junto das várias entidades detentoras do domínio pleno das propriedades; pela sua importância, pela abundância de dados e pelo tratamento particular que os mesmos requerem, esse estudo exige e merece um trabalho individualizado que não se compadece com as baias temáticas desta dissertação nem, tão-pouco, com os limites de tempo adscritos à sua elaboração. Interessa-nos, sim, a análise das áreas geográficas de produção, em função das oscilações sócio-políticas e demográficas registadas na zona em apreço, em tempos pré-portugueses e nos alvares da formação e afirmação do novo reino.

O Baixo Vouga, no que concerne à reestruturação do mosaico fundiário, mais uma vez pauta a sua conduta pela tendência geral: alargam-se e reorganizam-se campos e parcelas de cultivo.

Quais foram as tendências dessa (re)organização e/ou (re)aproveitamento da estrutura agrária? Sobre que tipo de solos incidiram? Qual a sua distribuição geográfica? É sobre essas matérias que nos debruçaremos seguidamente!

Tabela 6 - Utilização da estrutura fundiária

DATA	REINADO	LOCAL	DAGANHAS	ARROTEIAS	MATO MANINHO	MONTE MANINHO	TEXTO	FONTE
1251	D. Afonso III	Souto (c. Feira)	X				“(…) <i>a reguengo de daganem</i> (…)”	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 13 e 29 (trad. Português).
1251	D. Afonso III	Fornos (c. Feira)	X				“(…) <i>jacet ragaengo de daganam</i> (…)”	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 13-14 e 29-30 (trad. Português).

Tabela 6 (Continuação)								
DATA	REINADO	LOCAL	DAGANHAS	ARROTEIAS	MATO MANINHO	MONTE MANINHO	TEXTO	FONTE
1251	D. Afonso III	S. Vicente Pereira (c. Ovar)	X				<i>“(…) in ipsa villa jacet vester regalengum de degañas (...)”</i>	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 14 e 30 (trad. Português).
1251	D. Afonso III	Macinhata de Seixa (c. Oliv. Azeméis)	X				<i>“(…) dant decem teigas de cevada pro degana que lavrant in Paredes (...)”</i>	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 18 e 33 (trad. Português).
1251	D. Afonso III	Nogueira do Cravo (c. Oliv. Azeméis)	X				<i>“(…) in Nogueira de Auana habet deganas (...)”</i>	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 23 e 37 (trad. Português).
1251	D. Afonso III	Romariz (c. Feira)	X				<i>“(…) fuit jam populata et debet eam dare dominus Rex ad lavrare (...)”</i>	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 25-26 e 39 (Português).
1282	D. Dinis	S. Lourenço do Bairro (c. Anadia)		X			<i>“(…) duas roteas de Paredes que ouuiu diser que son de reghaego (...)”</i>	“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, pp. 83-84.
1282	Dinis	Requeixo (c. Aveiro)		X			<i>“(…) diserõn estes que arõperõ desta Eygreija in no mõte e valarõ no hum loghar que nunqua uirõ aroto (...)”</i>	“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282, Dez., 27	D. Dinis	Recardães (c. Águeda)		X			[D. Dinis doa a Clemente Peres a sua arroteia sita em Carvalhais]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 58vº
1284	D. Dinis	Loureiro (c. Oliv. Azeméis)		X			<i>“(…) estes jugueyros desta aldeya [Gontemil] arromperon roteas pera pam (...)”</i>	“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc. XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 210-213.
1284	D. Dinis	(presumível c. Ovar) (A)		X			<i>“(…) arrompeo Joham Pinto huma cortinha de mato maninho (...)”</i>	“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc. XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.
1284	D. Dinis	Aldeia de Ozões (presumível c. Ovar) (A)	X				<i>“(…) ha hi el Rey herdamento de deganas (...)”</i>	“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc. XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.
1284	D. Dinis	S. Donato (c. Ovar)	X				<i>“(…) ha hi el Rey herdamento de degana (...)”</i>	“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc. XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.

Tabela 6 (Continuação)								
DATA	REINADO	LOCAL	DAGANHAS	ARROTEIAS	MATO MANINHO	MONTE MANINHO	TEXTO	FONTE
1284	D. Dinis	Sande (c. Ovar)	X				“(…) <i>ha herdamento de deganas</i> (...)”	“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc. XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 224.
1284, Jan., 4	D. Dinis	Carvalhais (c. Águeda)			X		[D. Dinis concede carta de foro a Clemente Pires, Estêvão Mendes e Abril Martins, suas mulheres e sucessores, do seu mato de Carvalhais]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 87
1284, Jan., 4	D. Dinis	Fontainha de Marnel (c. Águeda)			X		[D. Dinis concede carta de foro a João Pires e Pedro Pires, suas mulheres e sucessores, do seu mato maninho do Marnel]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 87vº
1284, Jan., 4	D. Dinis	Monte de Marnel (c. Águeda)			X		[D. Dinis concede carta de foro a Martim Martins, mulher e sucessores, do seu mato maninho sito em Marnel]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 87
1284, Fev.	D. Dinis	Terra e julgado de Santa Maria (c. Feira ?) (B)	X				Pedro Martins de Currais promete “ <i>fazer e pobrar com seu corpo e com seu aver hum casal em maninho com seu termho no herdamento d’ El Rey</i> ”	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fls. 104-104vº
1288, Jul., 15	D. Dinis	“Costa do Gadal”, julgado de Vouga (presumível Espinhel, c. Águeda) (C)		X	X		[D. Dinis afora para sempre a João Martins, dito das Brinchas, mulher e sucessores, o seu mato maninho e também um campo “ <i>pera fazer arrotea</i> ”]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 238 vº
1289, Jan., 26	D. Dinis	Terra e julgado de Santa Maria (c. Feira ?) (B)	X				[D. Dinis afora para sempre a Estêvão Pires, mulher e sucessores, a sua valada, ficando os foreiros obrigados a “ <i>povoarem e lavrarem o dito herdamento por XX anos per sy ou per outrem</i> ”]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 1, fl. 249 vº
1291, Fev., 26	D. Dinis	Riba de Aguada (c. Águeda)			X		[D. Dinis concede carta de foro a Martim Viegas, Domingos Domingues, mulheres e sucessores, do um mato maninho]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fl. 2
1294, Jan., 12	D. Dinis	(?) Julgado de Vouga (D)		X	X		[D. Dinis concede carta de foro a Martim Domingues e mulher, de um reguengo com seu mato maninho]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fl. 66 vº
1295, Maio, 6	D. Dinis	Termo de Antas (?), julgado de Vouga (D)			X		[D. Dinis concede carta de foro a Martim Martins e mulher, de um mato maninho]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 2, fls. 98-98vº

Tabela 6 (Continuação)

DATA	REINADO	LOCAL	DAGANHAS	ARROTEIAS	MATO MANINHO	MONTE MANINHO	TEXTO	FONTE
1306, Jun., 14	D. Dinis	Cabanões (c. Águeda)		X			O cabido da sé de Coimbra afora a Domingos Simões, mulher e seus descendentes, 1 terreno para ai "lavar e arromper pera pam" e se, o quiserem, fazerem vinha	T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares</i> , Mç. 6, doc. 299 (6)
1311, Dez., 3	D. Dinis	Freguesia Santa Eulália (c. Arouca)		X			[D. Dinis concede carta de foro a Domingues Pires, de uma arroteia]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 56
1314, Jan., 12	D. Dinis	Fr. S. Vicente (provavelmente S. Vicente de Pereira, c. Ovar)			X		[D. Dinis concede carta de foro a Martim Gonçalves de um monte maninho]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 59vº
1314, Jan., 20	D. Dinis	(?) Julgado de Vouga (D)		X			[D. Dinis concede carta de foro a João Martins e mulher, de uma arroteia]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 66
1314, Jun., 21	D. Dinis	S. Cristovão de Macinhata (c. Águeda)				X	[D. Dinis concede carta de foro a Pedro da Cova e mulher, de um monte maninho]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 67
1315, Abr., 19	D. Dinis	S. Cristovão de Macinhata (c. Águeda)				X	[D. Dinis concede carta de foro a Pedro Anes e mulher, de um monte maninho]	T.T., <i>Chancelaria D. Dinis</i> , Livro 4, fl. 71

NOTAS DA TABELA:

- A) Assumimos que se tratam de referências alusivas ao actual concelho de Ovar uma vez que se apresentam inscritas no julgado de Cabanões (actualmente Cabanões é apresentado como correspondendo a Válega, freguesia do concelho de Ovar) e, também, porque se arrolam imediatamente após a descrição de propriedades situadas em Válega e imediatamente antes de outras que localizadas na, ao tempo, aldeia de Ovar, hoje sede do concelho.
- B) Não nos é possível descortinar, com exactidão, a localização geográfica concernente a estes registos. Sabemos apenas que se trata de propriedades inscritas na Terra de Santa Maria; para o segundo caso sabemos, igualmente, que o outorgante do diploma de Fevereiro de 1284 é o juiz dessa circunscrição e, assim, assumimos, por defeito, tratarem-se de informações a incorporáveis no cadastro do actual concelho de Santa Maria da Feira.
- C) Desconhecemos a localização exacta do património régio. No entanto, como o locatário era morador em Espinhel, actual freguesia do concelho de Águeda, e como seria pouco prático esse mesmo locatário habitasse longe do património do qual recebera o domínio útil (concedido pelo monarca), assumimos que quer o monte maninho, quer o campo a arrotear se situariam, de igual forma em Espinhel.
- D) Nos presentes casos não nos foi possível, de todo, localizar geograficamente as referências. O facto de sabermos que todas pertencem ao julgado do Vouga é, por si só, demasiado incipiente.

Relativamente ao reinado de D. Afonso III apenas descortinámos seis registos (3 para localidades pertencentes ao actual concelho de Santa Maria da Feira, 2 para topónimos que integram o actual concelho de Oliveira de Azeméis e um para

S. Vicente de Pereira, actual freguesia do concelho de Ovar). Todos os ditos registos aludem à antiga Terra da Santa Maria, facto que se prende directamente com a natureza da fonte compulsada, a saber, as “Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”³¹⁹. Mais relevante é a circunstância de todos eles fazerem menção a daganhas (que, como já explicitámos, são terrenos de cultivo tomados a bravios e maninhos³²⁰), com excepção do termo de Mouquim, pertencente a Romariz (actual freguesia do concelho da Feira) onde “*est inde tertia domini Regis, et fuit jam populata et debet eam dare dominus Rex ad lavrare*”³²¹. Mais uma vez a “palavra de ordem” é reocupar, reorganizar. Não sabemos se relativamente às daganhas, as terras tinham sido outrora objecto de cultivo (depois abandonadas em virtude das incursões muçulmanas e subsequentes investidas cristãs), ou se vão ser agricultadas *ab initio*. O certo é que esta predisposição para angariar novas áreas agrícolas parece ser uma realidade tanto para a zona costeira (Ovar), como para locais mais interiores (Feira e Oliveira de Azeméis). No primeiro caso, é óbvio que o crescimento da restinga norte e conseqüente formação de um litoral abrigado, terá constituído um autêntico chamariz para a instalação de gentes e haveres, ao passo que nas regiões mais interiores, só o crescimento demográfico, associado à definitiva pacificação e consolidação das estruturas territoriais cristãs, mormente com a reconquista de Coimbra em 1064, explicarão esta premência na reconstituição fundiária.

³¹⁹ P^o. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 11-41.

³²⁰ Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário*..., volume II, p. 167.

³²¹ P^o. Miguel de Oliveira – “*Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria*”..., pp. 25-26 e 39, trad. Português.

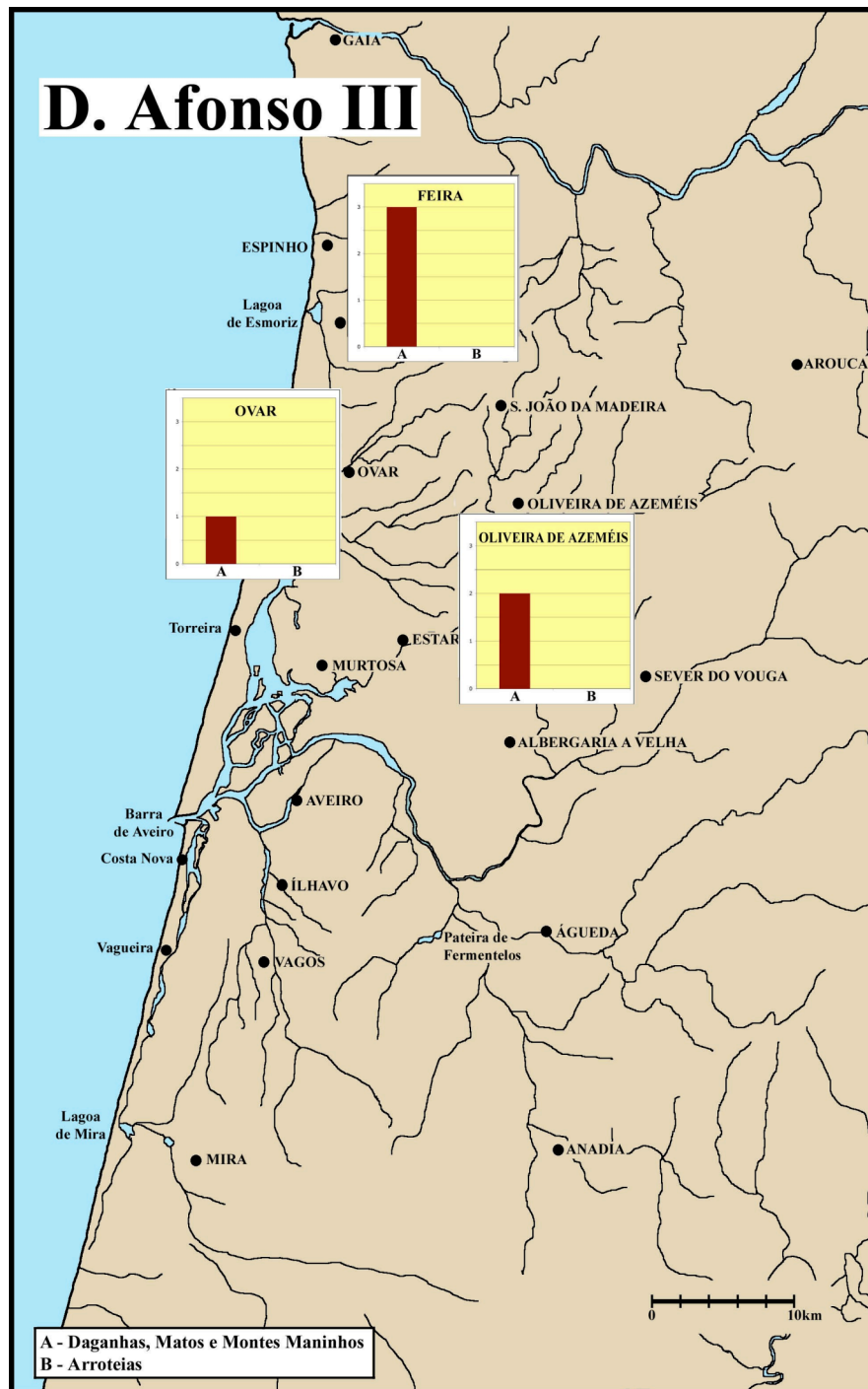


Figura 22 - (Re)Utilização dos solos (D. Afonso III)

O reinado dionisino afigura-se mais generoso em informações e isto quer no que respeita à natureza dos solos ocupados (ou a ocupar), quer no que respeita à sua disseminação por terras do Baixo Vouga. Se é certo que a documentação analisada é

mais abrangente do ponto de vista territorial ³²², é igualmente verdade que o tipo de informes aí constantes são um pouco mais elucidativos.

Comecemos a nossa análise pela própria terminologia documental.

Os textos estabelecem uma distinção clara entre terras de arroteia, daganhas, matos e montes maninhos. Será que os diplomas reflectem a situação *ipso facto*? Em teoria, a resposta é, logicamente, dada pela afirmativa. Porém, na prática, a realidade apresenta-se bastante mais complexa.

É certo que “*houve um movimento de arroteias nos tempos mais antigos, à medida que a Reconquista se ia completando*”, mas “*qual a extensão que essas arroteias terão tido e até que ponto não representam uma restituição à cultura de áreas devastadas pelo acaso da guerra, eis o problema que se nos afigura dever pôr-se*” ³²³. Mas, então, qual seria a efectiva diferença, por ténue que fosse, que fazia com que em alguns casos se refiram especificamente as daganhas, noutros os maninhos (montes ou matos) e, noutros, ainda, as arroteias? Uma característica era comum a todos estes terrenos: à época não estavam a ser aproveitados! A questão que se põe é se alguma vez o teriam sido. Neste particular, as ilações inferidas pela leitura dos documentos nem sempre são inequívocas.

Casos há em que o ganho de terras aráveis ao maninho é irrefutável, como aquele em que as testemunhas da Inquirição na Terra de Vouga, feita em 1284 e respeitante à freguesia de Requeixo (actual concelho de Aveiro), afirmavam que “*arõperõ desta Eygreija in no mõte e valarõ no huum loghar que nunca uirõ aroto e nõ sabem cuga erdade est. E o priol fes hy bacelo*” ³²⁴. Aqui, se alguma vez o terreno fora cultivado, fora já há tanto tempo que a memória dos habitantes locais não o recorda pois

³²² Basta ver-se as entradas por “Local” e “Fonte” da tabela supra, designada: “Utilização da Estrutura Fundiária”, para os anos de 1282 a 1315.

³²³ A. H. de Oliveira Marques – *O.c.*, pp. 62-63.

³²⁴ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 85.

afirmaram que “*nunqua uirõ aroto*”³²⁵, nem tão-pouco sabiam a quem pertencia e, portanto, poderemos até admitir tratar-se de baldios que só então foram desbravados, delimitados (valados) e amanhados, destinando-se ao cultivo da vinha, pela feitura de um bacelo. Note-se que, actualmente, Requeixo se situa um pouco a noroeste da Pateira de Fermentelos, pelo que, à data, se deveria localizar na margem esquerda do tal golfo ou mar interior referido por Amorim Girão³²⁶. Assim, não nos parece descabido formular a hipótese de só então se terem arroteado estas terras, pelo simples facto de, por um lado se tratarem de terrenos relativamente recentes, resultantes do progressivo assoreamento de zonas de aluvião e, por outro lado, só então a pressão demográfica local a isso impelir.

Noutros casos, porém, a situação afigura-se bastante mais complexa. Assim, quando Pedro Martins de Currais, da Terra de Santa Maria, se comprometeu a “*fazer e pobrar com seu corpo e com seu aver huum casal em maninho com seu termho no herdamento d’ El Rey*”³²⁷, não sabemos com rigor se se tratara de uma reocupação e reaproveitamento de solos régios, então dados a concessão, ou se fora um convénio estabelecido para o povoamento de uma parcela fundiária nunca antes cultivada. O mesmo se diga relativamente ao contrato que o monarca fizera a favor de João Martins, dito das “Brinchas”, sua mulher e sucessores, pelo qual lhes aforava um mato maninho e também um campo “*pera fazer arrotea*” (*Costa do Gadal*, presumivelmente no actual concelho de Águeda)³²⁸. Uma outra situação advém do aforamento de uma valada régia (sita na Terra de Santa Maria), feito a Estevão Pires sua mulher e sucessores, ficando

³²⁵ Cf. nota anterior.

³²⁶ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, p. [58].

³²⁷ T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fls. 104-104vº.

³²⁸ T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 238vº.

estes com a obrigação de “*povoarem e lavrarem o dito herdamento por XX annos per sy ou per outrem*”³²⁹.

Nos três casos atrás apresentados inclinamo-nos fortemente para a hipótese de se tratarem de terras cultivadas de novo, ou cuja ocupação e utilização tinham sido abandonadas há tanto tempo que se perdera na memória dos homens e, portanto, era como se fossem agora povoadas e amanhadas pela primeira vez. A própria menção específica ao vocábulo “arroteias” a isso nos conduz. Por outro lado, a obrigatoriedade de povoarem e lavrarem os terrenos concedidos, constante do clausulado dos contratos e assumida, ainda que tacitamente, pelos enfiteutas leva-nos a supor que estes locais foram objecto de uma nova estratégia económica, pelo menos no que aos tempos medievos portugueses respeita, porquanto, desde o reconhecimento de Portugal como reino independente (em 1143, como é sabido) até finais do século XIII (data dos três registos agora em análise), mediaram cerca de 150 anos. Foram esses anos de luta, de conquista e, uma vez aplacada a fase bélica, anos de afirmação do poder régio³³⁰. Mas fora também um tempo de crescimento populacional, como vimos anteriormente. Por isso, havia a necessidade de ganhar novas terras de cultivo que fizessem face ao aumento da procura de bens essenciais.

Onde é que D. Dinis, monarca que não por acaso tomara na História o cognome de *Lavrador*, empreendeu a tarefa de reestruturação do mosaico fundiário? Atentemos na representação seguinte, deixando desde já a ressalva seguinte: subdividiram-se os dados em duas categorias, respeitando criteriosamente a terminologia dos diplomas consultados:

³²⁹ T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 249vº.

³³⁰ A estratégia económica consubstanciada na concessão de terras para arrotear não foi exclusivamente praticada pelos monarcas. Veja-se, por exemplo, o caso do aforamento de uma herdade em Cabanões (lugar da actual freguesia de Travaçô, no concelho de Águeda), datado de 1306, feito pelo cabido da sé de Coimbra a Domingos Simões, mulher e descendentes, onde se estipula não só a obrigatoriedade de fazer arroteamento, como se vai mais longe ao impor o tipo de cultivo que aí deve ser praticado, a saber, cereais e, eventualmente, vinha - T.T., *Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares*, Mç. 6, doc. 299 (6).

1 – daganhas, montes e matos maninhos;

2 – arroteias.

Pelo que atrás se expôs, estamos cientes que esta forma de catalogar as informações é passível de polémica. Contudo, preferimos “pecar por excesso” e, deste modo individualizar as “arroteias” uma vez que, quanto aos demais, presumimos tratar-se de maninhos ou baldios, então reaproveitados e reutilizados, presunção esta que não é lícita quando extrapolada para os arroteamentos.

Feita esta necessária advertência, apresentemos as referências dionisinas, agora cartografadas.

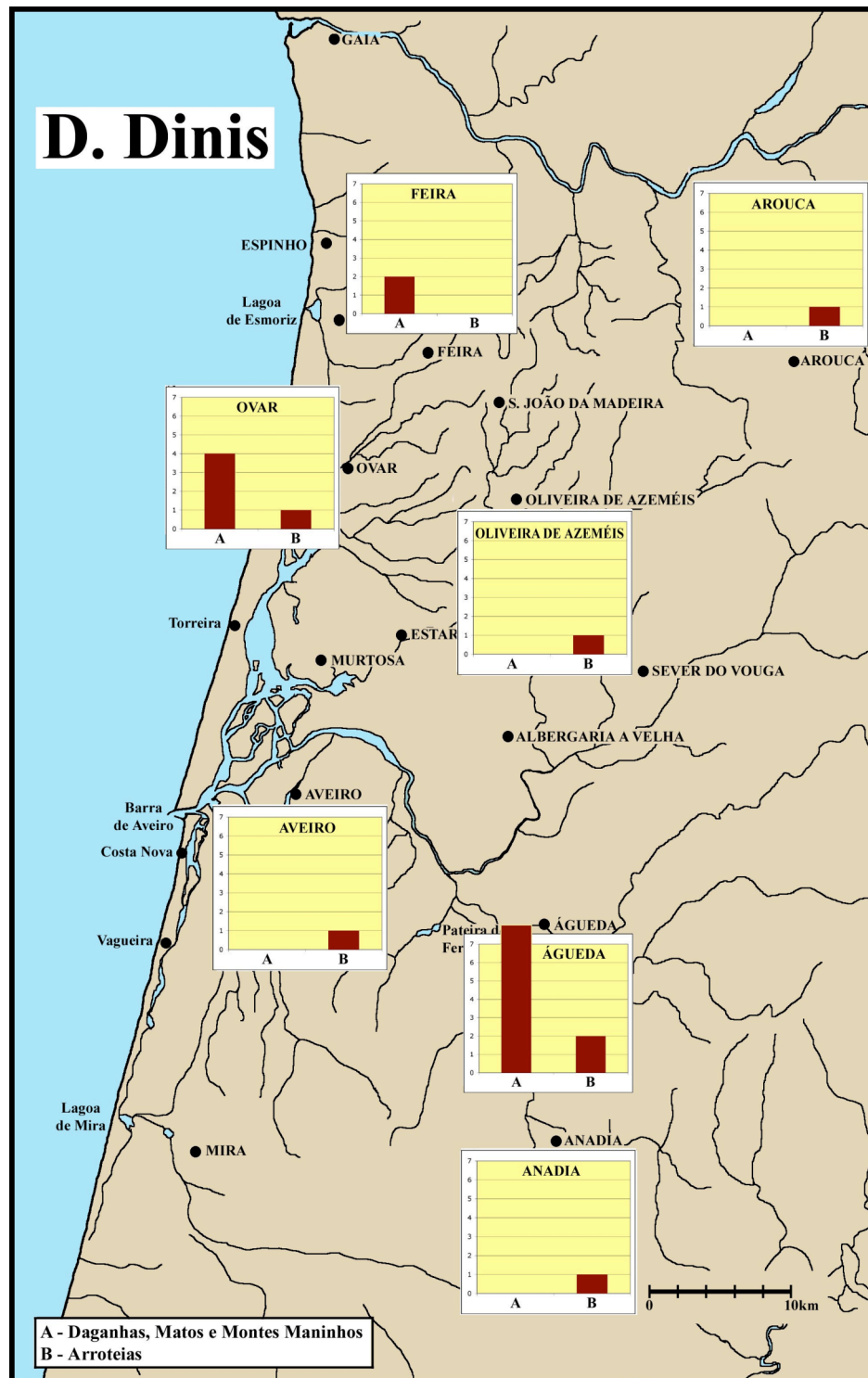


Figura 23 - (Re)Utilização dos solos (D. Afonso Dinis)

A acção empreendedora de D. Dinis faz-se sentir um pouco por todo o Baixo Vouga. Contudo, temos que destacar três grandes núcleos: Feira, Ovar e Águeda. Nos casos da Feira e de Águeda não temos grandes dúvidas quanto à estratégia de reocupação e reorganização do mosaico fundiário levada a termo pelo monarca. Hoje

como então, estes locais incorporam os “pontos nevrálgicos”, os centros de decisão, actualmente consubstanciadas na sede do concelho e, ao tempo, plasmados na “cabeça” das terras ou territórios (respectivamente de Santa Maria e de Vouga). Eram, pela sua relevância autênticos pólos aglutinadores de gentes e fazendas, sujeitos a uma ocupação ancestral e consolidada. Assim se deverá explicar a opção pelo reaproveitamento e reutilização dos maninhos, outrora ocupados e cultivados, quando os tempos foram de feição e a conjuntura bélica o permitira. Já no que respeita a Ovar, a fixação populacional deveria ser igualmente bastante antiga. Basta pensarmos que no século X possuía um activo porto marítimo³³¹ ou, ainda, no crescimento da restinga no sentido norte/sul (o que propiciara um autêntico golfo e abrigo natural) para percebermos a ancestralidade do povoamento owarenses. Daí não se nos afigurar nada estranho a escolha da reocupação e reordenamento da estrutura agrária (dirigida aos maninhos), em detrimento das arroteias. Outra pequena nota radica no caso de Aveiro. Muito embora só tenhamos alusão a uma arroteia, não quisemos negligenciar esta referência. Uma hipótese explicativa deste arroteamento pode gravitar em torno da crescente afirmação do povoado e da necessidade implícita de conquista de novas terras de cultivo, feita, eventualmente, à custa de terrenos ganhos ao golfo que, à época, se estendia para sul, para lá da actual Pateira de Fermentelos³³². Paralelamente, é conhecido o empenho dionisino face a Aveiro pois “*negociada que foi a posse de dois terços da vila que pertenciam «às ordens», D. Dinis tomou a cidade no seu património e tutelou a sua organização a todos os níveis*”³³³.

Finalmente, e muito embora não integrem a área geográfica focada no presente trabalho, fazemos menção a Arouca e Anadia, cuja reorganização fundiária, como seria de esperar para zonas interiores, se fizera através do amanho de solos que, muito

³³¹ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 25.

³³² A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, pp. 58-59.

³³³ Maria João Violante Branco Marques da Silva – *Aveiro Medieval...*, p. 66.

possivelmente, haviam sido cultivados, noutros tempos, mas que, entretanto foram deixados em baldio.

Concretizando: onde é que o D. Dinis investiu preferencialmente?

Parece-nos óbvio que o fez em território perfeitamente favorável e promissor, as Terras de Santa Maria e de Vouga. Deveria tratar-se, na verdade, de uma zona que lhe era favorável porque, não se situando na imbricada teia senhorial do Entre-Douro-Minho, podia neste espaço captar e capitalizar os recursos humanos excedentários provenientes dessa região nortenha e servir, à vez, de bloqueio, exemplo e “balão de ensaio”, face a eventuais pretensões expansionistas almejadas pela hierarquia nobiliárquica e clerical, perfeitamente instalada a Setentrião. Paralelamente tratava-se de uma faixa territorial “bafejada pelos favores da natureza”, tendo em conta que ao longo de toda a sua extensão oceânica se estavam a registar alterações que, em muito, beneficiariam não só a economia local e regional, mas também a nacional.

II.4. Súmula

No presente capítulo pretendeu-se demonstrar que a demografia, plasmada no povoamento do Vouga lagunar através da implantação e ocupação dos terrenos levada a termo por entidades diversas, teve uma enorme importância na modelação da paisagem.  evidente que para épocas recuadas, como seja o período medieval, não poderemos utilizar a expressão “demografia” com total propriedade, uma vez que esta é, por definição, a ciência que estuda a estatística das populações humanas e, como é sabido, as fontes históricas disponíveis para a Idade Média carecem de dados numéricos que possibilitem uma análise estatística “*tout court*”. Na realidade, os informes medievos raramente são acentuadamente de cariz qualitativo e, muito pouco quantitativo, sendo que quando se apresentam com dados numéricos, estes devem ser sujeitos a uma crítica tenaz porquanto, a mais das vezes, os números assumem um carácter simbólico e não real. Porém, as dificuldades apresentadas não devem inibir o estudioso de tentar uma aproximação ao traçado de curvas que reflectam a evolução populacional, quanto mais não seja pela explicitação de valores tendnciais.

 desta forma que a historiografia europeia tem vindo a caracterizar o período compreendido entre os finais do século VIII e os inícios do século XIII, da Era Cristã, como sendo de expansão demográfica. Entre os séculos XI e XIII, a Europa medieval atingiu o seu apogeu demográfico e Portugal acompanhou a tendência geral, tanto ao nível rural como urbano. Esta fase coincide com o chamado Pequeno timo Climático, durante o qual se verificou uma melhoria das condições meteorológicas, situação que se afigurou decisiva como base de sustentação para o crescimento demográfico.

No presente caso, não podemos descurar o papel exercido pelo avanço da Reconquista Cristã para sul (designadamente com a tomada de Coimbra) e a concomitante pacificação, estabilização e reorganização do território. A estabilização da fronteira meridional terá sido fulcral no processo de implantação das diferentes forças sociais em presença no terreno. A análise do ritmo de instalação das comunidades monásticas no Baixo Vouga comprova que as mesmas acompanharam a evolução dos sucessos militares cristãos.

A tendência de expansão ao nível populacional, materializada na efectiva ocupação territorial, é constatável no Baixo Vouga especialmente nos séculos XII e XIII, onde podemos constatar a propensão para um acréscimo de povoamento, o qual se acentuou progressivamente nos sentidos Norte/Sul e Interior/Litoral (através dos dados compilados a partir das inquirições régias).

Por último, à suavização das condições climatéricas e ao avanço da Reconquista deve aduzir-se um terceiro elemento que terá funcionado como catalizador do povoamento na região; referimo-nos à rápida evolução geomorfológica e ambiental verificada neste trecho costeiro, a qual propiciou condições naturais para uma mais eficaz e mais rentável exploração dos recursos naturais.

CAPÍTULO III - O HOMEM EM DIÁLOGO

COM O MEIO

III.1. Enquadramento

“Em todas as épocas, o meio natural apresenta linhas de resistência. O que varia de uma época para a outra é o nível das técnicas utilizadas, que corresponde ao número de sucessos ou de derrotas do homem para vencer uma ou outra dessas linhas de resistência”.

GUY FORQUIN – História Económica do Ocidente Medieval³³⁴

Alfredo Fernandes Martins, no seu trabalho *“A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa”*, refere: *“o traçado do litoral português tem variado no período histórico, continuando a modificar-se nos nossos dias. Mas não vamos daí inferir que se verificaram grandes mudanças nos últimos oito séculos, pois salvo na **secção de entre Douro e Mondego**, é igualmente irrefutável que as variações foram insignificantes no ponto de vista cartográfico”*³³⁵. Encarando o conjunto do litoral atlântico medievo, poderíamos, eventualmente, ressaltar uma outra secção que, aliás, o Autor vem a abordar posteriormente na obra referida e cuja

³³⁴ Guy Forquin – *História Económica do Ocidente Medieval*, 3ª ed., Lisboa, Ed. 70, 1986, p. 32.

³³⁵ Alfredo Fernandes Martins – *O.c.*, p. 7.

morfologia era substancialmente diferente da actual; referimo-nos ao conjunto das três lagoas: Pederneira, Alfeizerão (a actual “Concha de S. Martinho do Porto) e Óbidos, bem como ao recorte da então ainda provável Ilha de Peniche e reentrância de Atouguia ³³⁶. Não sendo nosso objecto de estudo este trecho litoral, a ele aludimos para sublinhar que, como evidencia Fernandes Martins, conjuntamente com a dita “*secção de entre Douro e Mondego*”, estamos em presença de dois segmentos de costa que evidenciaram uma notável evolução morfodinâmica ao longo do período histórico e, neste, com especial incidência durante a Idade Média e o dealbar da Época Moderna. Tal facto prende-se, provavelmente, com fenómenos de natureza geo-climática mas, estes mesmos, podem (e são), a mais das vezes, potenciados pelas actividades antrópicas (e vice-versa). Se é certo que há cerca de 3000 anos o mar atingiu, *grosso modo*, o nível médio que actualmente apresenta ³³⁷ e que de então para cá não se registaram alterações climáticas substantivas ³³⁸, é muito provável que algumas pequenas oscilações climáticas se viessem a repercutir na densidade de ocupação do território e respectiva exploração dos recursos naturais ³³⁹.

Na orla costeira da Bacia do Vouga, ao crescimento da restinga arenosa enraizada a sul de Espinho, a qual, por si só, criava um ambiente naturalmente protegido da agitação oceânica e propício ao desenvolvimento de práticas e exploração marinhas, veio juntar-se um afluxo de povoamento induzido quer pelo aumento demográfico (seguramente potenciado pelo Pequeno Ótimo Climático, verificado um pouco por

³³⁶ Alfredo Fernandes Martins – *O.c.*, pp. 28-32.

³³⁷ J.A. Dias – “Registos da Migração da Linha de Costa nos últimos 18 000 anos na Plataforma Continental Portuguesa Setentrional”, in *Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, 1985, pp. 281-295; do mesmo Autor - - *Dinâmica sedimentar e evolução recente da plataforma continental setentrional portuguesa*, Lisboa, 1987, (Dissertação de Doutoramento, policop.); J.A. Dias, Aurora Rodrigues e Fernando Magalhães - *O.c.*, pp. 53-66; J.A. Dias, T. Boski, A. Rodrigues e F. Magalhães – *O.c.*, pp. 177-186.

³³⁸ Rosário Bastos e Alveirinho Dias- *O.c.*, pp. 58-59.

³³⁹ Esta situação foi comprovada por H. Lamb para muitas outras regiões do globo e para uma cronologia alargada (cf. H. Lamb – *O.c.*, em toda a segunda parte do trabalho, designada, exactamente, “Climate and History”, pp. 111-264.

toda a Europa), quer por um outro elemento, particularmente importante para esta região, materializado na deslocação da fronteira de guerra para sul. Todos estes factores combinados, acabaram por concorrer para uma intensificação na ocupação do Baixo Vouga, o que também contribuiu para a alteração do *facies* dos terrenos actualmente lagunares.

Com efeito, o nível de ocupação populacional verificado na faixa mais ocidental da Bacia do Vouga fez com que se introduzissem modificações nos terrenos adjacentes quer ao rio principal, quer aos seus afluentes, aumentando, por exemplo, a descarga de sedimentos carreados pelo Vouga e depositados junto à sua foz. Este factor, combinado com o crescimento da restinga, a norte, e com o débito de sedimentos dos grandes rios nortenhos, transportados para sul mercê da deriva litoral, propiciou as condições para a construção da laguna de Aveiro. A esse propósito referia Alberto Souto, no longínquo ano de 1923: “*A acção do Douro, contribuindo para o preenchimento da reintrancia ou estuário do Vouga e assoreamento de costas tanto ao sul, e a acção do próprio Vouga fazendo depositos de areias e lodos, muito ao norte e ao sul da sua primitiva embocadura não deve surpreender-nos*”³⁴⁰ e, continua, “**O Douro** atravessando regiões montanhosas e graníticas, onde cavou na rocha rebarbativa um profundo vale, **arrastou para o mar quantidades incalculáveis de areias e cascalhos que projectara a grande distancia.** A corrente marítima carregou esses productos para o sul, alinhando-os ao longo da praia rochosa, onde constantemente revolvidas pelas ondas, foram correndo para a foz do Vouga. Aqui encontraram condições propicias à reunião em bancos compactos e **formaram restingas, parceis e elevações.** **Desde os tempos**

³⁴⁰ Alberto Souto – *O.c.*, pp. 70-71. Este assunto viria a ser respigado, entre outros, por I. B. Mota Oliveira, A. J. S. F. Valle e F. C. C. Miranda - *O.c.*, pp. 1951-1969.

históricos, se constata que a areia, pela sua mobilidade e abundâncias tem produzido grandes alterações nas paisagens marinhas”³⁴¹.

Em suma: as actividades antrópicas praticadas a montante da Bacia do Vouga, resultantes de uma intensificação dos cultivos e do desbravamento e/ou reaproveitamento de matas e baldios, aliadas, necessariamente, à morfodinâmica litoral (mais ou menos independente da intervenção humana ³⁴²), contribuíram para a construção da laguna de Aveiro e, como bem dizia Fernandes Martins, para a alteração do litoral português no período histórico. Em resultado do novo desenho da linha de costa, abriu-se ao Homem a possibilidade de explorar facilmente uma panóplica de recursos naturais, de entre os quais o sal foi um exemplo por excelência.

³⁴¹ Alberto Souto – *O.c.*, pp. 72-74.

³⁴² Se atentarmos que a formação da laguna de Aveiro também decorreu dos sedimentos debitados a norte pelo Douro (e rios minhotos) e debitados muito mais a sul (cf. as duas notas de rodapé anteriores), então, também por esse factor, não podemos afirmar taxativamente que a morfodinâmica deste trecho costeiro foi independente da intervenção humana (só que neste particular esta produzira-se a setentrião).

III.2. Formas de utilização e manipulação dos recursos naturais. Intervenções antrópicas nos ambientes costeiros e bacias hidrográficas

III.2.1. O sal

A importância do sal ao longo da História é irrefutável. Na verdade, “*poucos produtos se permitem tão facilmente ao armazenamento e especulação*”³⁴³ como o sal. Em épocas em que a conservação de alimentos, bem como o seu transporte de médio e longo curso, se afigurava tão difícil, coube ao sal o papel providencial de protelar a deterioração de provisões facilmente perecíveis como o peixe e a carne. A possibilidade de fazer e explorar marinhas constituía, à época, uma *mais-valia* inigualável, marcando indelevelmente não só as economias locais como, também, as regionais, nacionais ou, mesmo, supra-nacionais. Virgínia Rau nos seus magistrais “*Estudos sobre a história do sal português*” refere: “*Com sobressaltos diversos, que faziam fugir as gentes da beira-mar assolada por piratas mouros e normandos, progrediu, lenta mas tenazmente o desenvolvimento das povoações do litoral e das fainas de pesca e salineira*”³⁴⁴. Modestamente, não poderíamos estar mais de acordo e atrever-nos-íamos a sublinhar a ideia de que a fixação de gentes na orla costeira terá sido, em grande medida, potenciada pela possibilidade de rentabilização desses mesmos locais ao nível da produção e, sobretudo, da exportação do sal, esse autêntico “*ouro branco*”³⁴⁵ dos tempos históricos. É certo que a ocupação do litoral privilegiou, desde sempre, as zonas estuarinas e lagunares abrigadas, as quais constituíam, desde logo:

³⁴³ Inês Amorim – *O.c.*, p. 312.

³⁴⁴ Virgínia Rau – *O.c.*, p. 54.

³⁴⁵ A feliz expressão é da autoria de Michel Mollat e encontra-se citada em José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII...*, p. 91.

- Um segmento costeiro mais ou menos recôndito onde a defesa, não só de corsários e piratas, como das investidas do mar, estava naturalmente facilitada. Na realidade, não era imperioso existir um porto propriamente dito, bastando a ocorrência de um ancoradouro seguro, protegido da agitação marítima e, como tal, assumindo-se como uma zona de abrigo para as embarcações (nomeadamente aquando dos temporais).

- Um porto ou entreposto comercial fluvio-marítimo privilegiado, encontrando-se numa posição de charneira para a comunicação com o interior (através dos rios e outras localidades situadas na orla costeira).

- Um manancial de recursos piscícolas altamente aliciantes, decorrentes do facto de estas zonas estuarinas e lagunares proporcionarem maior facilidade e segurança para a pesca (quando comparadas com os litorais oceânicos, constantemente fustigados pelas ondas). Além disso, aí se encontram as chamadas “águas de transição” (no que se refere ao grau de salinidade e temperatura), caracterizáveis por uma grande riqueza e variedade de peixes e bivalves.

A estas vertentes aduz-se uma quarta, consubstanciada na **produção e exploração de sal**. Evidentemente que nem todos os redutos estuarinos possibilitaram a salicultura, uma vez que a mesma exige condições naturais muito específicas para a implantação e sucesso das respectivas marinhas; em condições ideais estas devem:

- estar em zonas abrigadas da acção directa das ondas marítimas, mas de modo a que aí chegue a água salgada e se faça sentir o efeito das marés;

- situar-se numa região plana, quase ao nível do mar, permitindo que os diferentes tanques sejam baixos e largos;

- colocar-se em zonas marginais aos estuários e lagunas, onde os sedimentos são vasosos, o que permite a impermeabilização das marinhas;

- implantar-se em regiões de clima em que a evaporação bruta exceda a precipitação bruta, para que a água salgada se possa facilmente volatilizar, propiciando a precipitação dos sais dissolvidos.

Ora, como é óbvio, nem todas as secções litorais reúnem, ou reuniam, o conjunto de condições atrás enunciado; por isso mesmo, nem todas produzem ou produziam sal. Poder fazê-lo era um valor acrescido, sobretudo numa altura em que este produto desempenhava um papel fundamental, como deixámos escrito. No período que agora nos importa focar, o norte da Europa, por exemplo, não dispunha dos quesitos para se auto-abastecer de sal. Conseguia suprir as suas necessidades a partir da importação de países meridionais e, deste modo, *“no século XIII, a expansão e comércio do sal abrange não só a Inglaterra e a Flandres, mas também regiões marginais do mar do norte e do Báltico”*³⁴⁶. Portugal, ao tempo da sua estruturação e afirmação como estado independente e soberano, teve o privilégio de contar com vários pontos salíferos ao longo da sua extensa orla oceânica. Mais, dada a proliferação destes centros salíferos, foi possível escolher e adaptar as estruturas produtivas, bem como os inerentes centros exportadores, aos avanços da Reconquista. Constata-se que os grandes focos produtores do sal medievo português se vão deslocando para sul, em consonância com as vitórias cristãs conseguidas em futuro território português.

Pelo que se referiu até ao momento, parece-nos evidente depreender que os ritmos de produção de sal e deslocação para sul dos seus principais núcleos geradores, estiveram profundamente dependentes de factores militares, políticos, económicos e demográficos mas, também, da evolução geodinâmica litoral que, em conjunto, lhes ditaram a sorte.

A zona do Baixo Vouga Lagunar nos alvares da nacionalidade foi, por excelência, uma região profundamente ligada ao sal, quando não dependente do mesmo (sob o

³⁴⁶ Virgínia Rau – *O.c.*, p. 90.

ponto de vista económico, claro está). Aliás, aquele que se viria a tornar (e ainda é) o fulcro geo-político e administrativo de toda a região – Aveiro – cresceu e impôs-se com o sal e pelo sal. Sobre as origens de Aveiro muito se tem escrito, todavia fazemos eco da opinião de Albertina Valentim Oliveiros ao afirmar: “*Velha feitoria fenícia? Povoação fundada pelos gregos ao sul da foz do Vouga? Ou pelos celtas e turdetanos? Célebre cidade luso-romana? Actual representante da antiga Talábriga? O que de momento se pode afirmar é que a sua origem está ligada à existência de sal na região, pois era grande a importância deste produto na economia das antigas populações*”³⁴⁷.

A ancestral *Alavarium* alti-medieva³⁴⁸ “*de pouca ou nenhuma importância, pela sua posição nada privilegiada para a guerra, sem castelos ou até mesmo muralhas que a defendessem das constantes arremetidas dos mouros, só algumas décadas mais tarde poderia vir a florescer, mercê do seu comércio próprio, da sua navegação e da sua agricultura*”³⁴⁹ e, sublinharíamos nós, do seu sal e sempre do seu sal. Aveiro, “*nascida para ser grande na paz*”³⁵⁰, congregou, a dado tempo, um conjunto de factores que lhe permitiram prosperar.

Por ora, e voltando à questão dos factores geomorfológicos conducentes à possibilidade de exploração do sal do Baixo Vouga, nos alvares da nacionalidade, há que evidenciar a existência de:

- núcleos costeiros protegidos, abrigados do fustigo das ondas oceânicas, mas relativamente próximos do mar para aí chegar a indispensável água salgada;
- zonas estuarinas (Vouga e golfo interior) cujos sedimentos argilosos conferiam a indispensável impermeabilidade de molde a aí serem implantadas marinhas;

³⁴⁷ Albertina Valentim Oliveiros – “Aveiro no século XV”, in *Boletim Municipal de Aveiro*, Ano II, nº 4, Aveiro, 1984, p. 17.

³⁴⁸ Não nos importa aqui e agora reflectir sobre a origem e etimologia de Aveiro. A esse respeito remetemos para o artigo de F. Ferreira Neves – “Origem e Etimologia de Aveiro”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, 1936, pp. 81-88.

³⁴⁹ Albertina Valentim Oliveiros – *O. c.*, p. 18.

³⁵⁰ Cf. nota anterior.

- terrenos relativamente planos que em muito facilitavam a implantação de tanques para a feitura do sal.

Contudo, quis a fortuna que a estas benfazejas condições naturais se juntassem outros elementos de ordem antrópica, como sejam a pacificação do território e o crescimento demográfico. Com efeito, a deslocação do campo de batalha para sul, com a conquista de Coimbra, levou a que os terrenos a norte do Mondego apresentassem a segurança e estabilidade propícias à consolidação de gentes e povoados. A própria restauração da diocese, em 1080 ³⁵¹, foi disso um espelho inequívoco, tendo em conta que a nomeação do bispo D. Paterno ³⁵² para a titulação desta circunscrição eclesiástica pressupunha não só a estabilidade do território como constituía, ela própria, um elemento de aglutinação e reestruturação do mesmo. Contudo, não fora a zona de Coimbra uma daquelas que mais reflectiu a instabilidade resultante das investidas muçulmanas e consequentes retaliações cristãs, porquanto “*Segundo antigos escritores, a cidade de Coimbra foi uma daquelas em que durante a ocupação árabe se conservaram cristãos, os quais, como os restantes moçárabes, pagavam seus tributos. Não há dúvida que a catedral de Coimbra teve então bispos, pois de alguns existe memória certa*” ³⁵³. Por isso, o território compreendido entre o Douro e o Mondego, apresentou uma certa tranquilidade relativa, não obstante a diocese do Porto só ter sido restabelecida em 1114 ³⁵⁴ e não obstante, igualmente, as disputas internas entre os prelados portuense e coninbricense em ordem à definição da fronteira que fixava, respectivamente, o limite meridional e setentrional das referidas dioceses ³⁵⁵. Todavia, estamos em crer que estas lutas intestinas não impediram a continuidade da labuta

³⁵¹ Fortunato de Almeida - *O.c.*, 1º vol., p. 89.

³⁵² Cf. nota anterior.

³⁵³ Fortunato de Almeida - *O.c.*, 1º vol., p. 78.

³⁵⁴ Fortunato de Almeida - *O.c.*, 1º vol., p. 93.

³⁵⁵ *Censual do Cabido da Sé do Porto...*, fls. 1-1vº.

quotidiana por parte das populações ribeirinhas, labuta essa onde se inseria a implementação e amanho das marinhas, como veremos.

Quanto ao crescimento populacional, não nos iremos alongar neste ponto em particular, remetendo, sim, para o que ficou expresso no Capítulo II deste trabalho. Aí apontámos uma tendência de crescimento demográfico para a zona em apreço, aliás, em consonância com o que se passava um pouco por toda a Europa . Tal facto viria a ter uma incidência óbvia no aumento do índice de procura de bens, o que não pode deixar de se relacionar com a intensificação dos salgados, de mais fácil conservação e, por isso, em melhores condições para o comércio de média e longa distância.

Pareciam reunidas as condições para a produção e exportação do “sal do Vouga” pois *“com o tipo de costa concorriam também um clima favorável e as necessidades económicas da população, que aumentava e se expandia apesar das agruras sem fim. Não admira, portanto, que o salgado do Vouga fosse, desde cedo, lugar privilegiado para a exploração e comércio do sal”*³⁵⁶. Atentemos nos dados!

Tabela 7 - As marinhas e o sal

DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
929, Ago., 31	-	Venda	Válega (c. Ovar)	Venda que o presbítero Toresário faz ao abade do mosteiro de Moreira das suas salinas “ <i>cum suis muris et maris</i> ” sitas em Dagaredi (Válega actual)	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 35
959, Jan., 26	-	Doação	Aveiro	Doação que Mumadona Dias faz ao mosteiro de Guimarães das salinas que possui em Aveiro	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 76 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc.1
1050		Relação de bens	Sá (entre Recardães e Espinhel, c. Águeda)	Herdades de D. Gonçalo e D. Flamula em Riba Vouga	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 378 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 3

³⁵⁶ Virgínia Rau – O.c., p. 58.

Tabela 7 (Continuação)					
DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
1057, Nov., 18	-	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Gendo, sua mulher e seus filhos Donelo e Tedo, doam ao mosteiro da Vacariça 51 talhos de marinha que possuíam em Esgueira	<i>Livro Preto</i> , vol. I, doc. 110 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 4
1059	-	Inventário de bens	Alquerubim (c. Albergaria-a-Nova)	Ao fazerem o inventário do seu património D. Fernando e D. Sancha sua mulher referem as salinas de Alquerubim, junto ao rio Vouga	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 420
1078	-	Venda	Rio Seco (entre Canelas e Fermelã, c. Estarreja)	Venda de Rio Seco, onde existem marinhas	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 557
1078, Ago., 20	-	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Donelo doa ao mosteiro da Vacariça 5 talhos de salinas	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 559
1100, Jun., 13	-	Doação	Sá (entre Recardães e Espinhel, c. Águeda)	Doação ao mosteiro de Lorvão. Entre os bens doados conta-se uma marinha	<i>P.M.H., D.C.</i> , doc. 936 e <i>Milenário de Aveiro</i> , Vol. I, doc. 8
1137, Abr.	D. Afonso Henriques	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Doação feita pelo bispo de Coimbra ao arcebispo Martinho de uma marinha que possuía em Esgueira	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 13 e <i>Livro Preto</i> , vol. II, doc. 263
1148, Fev.	D. Afonso Henriques	Doação	Aveiro	Doação feita por <i>Suaris Pelaiz e Onega Pelaiz</i> , sua mulher, ao mosteiro de Santa Cruz, de uma herdade " <i>in territorio de Vauga iuxta Aveiro</i> ", " <i>cum marinas omnibus que ad eam pertinerent</i> ".	T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares</i> , Cx. 27, Rolo 1, doc. 52
[1164 ?]	D. Afonso Henriques	Arrolamento de propriedades	Cacia (c. Aveiro)	Excerto de rol de propriedades do mosteiro de Lorvão	T.T., <i>Lorvão</i> , Livro 555, doc. s/nº
1165, Maio	D. Afonso Henriques	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	Maria Mendes doa ao mosteiro de Lorvão 4 talhos de marinha	T.T., <i>Antiga Coleção Especial, Lorvão</i> , Mç. 3, doc. 39
1166	D. Afonso Henriques	Doação	Esgueira (c. Aveiro)	<i>Gonçalvus Pelaiz</i> doa ao mosteiro de Lorvão 8 talhos de marinha " <i>in loco qui vocitant Palacio</i> "	T.T., <i>Antiga Coleção Especial, Lorvão</i> , Mç. 4, doc. 1
1168, Nov.	D. Afonso Henriques	Doação	Aveiro	Vários proprietários de Aveiro doam à Sé de Coimbra marinhas de sal no Esteiro de Aveiro e também no termo da vila	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 16

Tabela 7 (Continuação)					
DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
1192	D. Sancho I	Doação	Cacia (c. Aveiro)	Mendo Achia e Maria Pais ,sua mulher, doam ao mosteiro de Lorvão o castro de Cacia; fazem referência a marinhas	T.T., <i>Antiga Coleção Especial, Lorvão</i> , Mç. 6, doc. 39 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 25
1194, Ago.	D. Sancho I	Testamento	Cacia (c. Aveiro)	Testamento de Pedro Peres Farinha a favor do mosteiro de Lorvão; faz referência a marinhas	T.T., <i>Antiga Coleção Especial, Lorvão</i> , Mç. 7, doc. 4 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 26
1200-1201	D. Sancho I	Inquirição	Verdemilho (c. Aveiro)	Depoimentos das testemunhas inquiridas fazem referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 27
1203, Jun.	D. Sancho I	Testamento	Esgueira (c. Aveiro)	Testamento de Frei Pedro de Vouga a favor do mosteiro de Lorvão, ao qual deixa 15 talhos de marinha que possuía na Figueira da Fonte de Esgueira	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 28
[1204], Ago., 18	D. Sancho I	Doação	Vagos	O monarca doa ao mosteiro de Grijó a sua ermida de Stª Mª de Vagos com as suas marinhas	<i>Documentos de Sancho I</i> , doc. 154
1216, Jan, 1	D. Afonso II	Doação	Aveiro	D. Pedro Afonso e sua mulher doam ao mosteiro de Tarouca mil moios anuais do sal que tinham em Aveiro	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, docs. 32 e 42 e <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro 5, fl.73 e Livro 6, fls. 27vº-28 e 28vº-29.
1220	D. Afonso II	Inquirição	Marinha de Salgueiro (lugar da Fr. de Pardilhó, c. Estarreja)	Em Marinha de Salgueiro o mosteiro de Vila Covas possui 4 casais	<i>Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria</i> , in “Arquivo do Distrito de Aveiro”, vol. II, p. 72.
1223, Ago.	D. Sancho II	Doação	Aveiro	A Infanta D. Sancha doa ao mosteiro de Celas a Terça parte de Aveiro; faz referência a salinas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 35
1240, Jan., 25	D. Sancho II	Acordo	Vagos	Acordo estabelecido entre o cabido da sé de Coimbra e o mosteiro de Grijó acerca da ermida de Vagos. Entre os bens sujeitos a tributação refere-se o sal das marinhas feitas e por fazer	T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares</i> , Mç. 13, doc. 3

Tabela 7 (Continuação)					
DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
1251	D. Afonso III	Inquirição	Cabanões (Lugar da Fr. e c. Ovar)	Inquirição acerca das salinas de Cabanões e respectivos foros pagos ao rei	T.T., <i>Chancelaria de D. Afonso III</i> , Livro 1, fl. 47 vº e <i>Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria</i> , sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 16-17 e 32 (trad. Português).
1268, Out.	D. Afonso III	Inquirição	Cabanões (Lugar da Fr. e c. Ovar)	Inquirição acerca das salinas de Cabanões e respectivos foros pagos ao rei e à sé do Porto	T.T., <i>Chancelaria D. Afonso III</i> , Livro 1, fl. 47vº
1275, Jun.	D. Afonso III	Confirmação de doação	Aveiro	O bisneto de Pedro Afonso confirma a doação que o seu bisavô tinha feito ao mosteiro de Tarouca de mil moios de sal de Aveiro)	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 44
1280	D. Dinis	Doação	Aveiro	Vários salineiros de Aveiro doam ao mosteiro de Tarouca marinhas que possuíam (especificam os nomes das salinas)	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 46
1282	D. Dinis	Inquirição	Freguesia de S. João de Loure (c. Albergaria-a-Velha)	O inquirido afirma que Estevão Rodrigues tem um reguengo a que chamam Salinas	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1284	D. Dinis	Inquirição	Matelas, no julgado de Cabanões (Cabanões: Lugar da Fr. e c. Ovar)	O Rei deve receber os seus direitos “das marinhas feitas e por fazere de totalas bemfeitorias que se fizerem hu cobre mar”	<i>Inquirições no Julgado de Figueiredo</i> , Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 221.
1284	D. Dinis	Inquirição	Matelas “a par de S. Miguel”, no julgado de Cabanões (Cabanões: Lugar da Fr. e c. Ovar)	Direitos do Rei sobre a marinha de Matelas	<i>Inquirições no Julgado de Figueiredo</i> , Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 221.
1284	D. Dinis	Inquirição	Sapa, no julgado de Cabanões (Cabanões: Lugar da Fr. e c. Ovar)	Direitos do Rei sobre a marinha de Sapa	<i>Inquirições no Julgado de Figueiredo</i> , Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 221-222.

Tabela 7 (Continuação)					
DATA	REINADO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO	FONTE
1296, Dez.	D. Dinis	Emprazamento	Aveiro	O mosteiro de Tarouca empraza várias propriedades que possui em Aveiro, fazendo referência a marinhas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 52
1306, Maio, 31	D. Dinis	Permuta	Aveiro	O monarca permuta com o mosteiro de Tarouca a terça parte de Aveiro, pelo que os 1000 moios de sal devem agora ser entregues ao rei	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 57
1306, Jul., 4	D. Dinis	Doação	Aveiro	D. Pedro Afonso e sua mulher doam ao mosteiro de Tarouca 1000 moios de sal de Aveiro, anualmente	T.T., <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro 5, fl. 73 e Livro 6, fls. 27 ^o -28 e <i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, docs. 32 e 42
1306, Jul., 4	D. Dinis	Aforamento	Aveiro	O mosteiro de Tarouca afora casas herdamentos e marinhas que detem em Aveiro	T.T., <i>Chancelaria de D. Dinis</i> , Livro 5, fl.s. 76-76 ^v e Livro 6, fl. 29
1313, Fev., 11	D. Dinis	Arrendamento	Aveiro	O monarca arrenda 2 marinhas de Aveiro que pertenceram ao mosteiro de Celas	<i>Milenário de Aveiro</i> , vol. I, doc. 59

O mais antigo registo que possuímos para as marinhas do Baixo Vouga data de 929 e consigna a venda feita pelo presbítero Toresário ao abade do mosteiro de Moreira de umas salinas “*cum suis muris et maris*”, sitas em Dagaredi (actualmente designado Válega, freguesia do concelho de Ovar) ³⁵⁷. Detenhamo-nos um pouco mais neste diploma. Na verdade, ele antecede em três décadas a tão propalada doação que a poderosíssima Mumadona Dias fez ao mosteiro de Guimarães das suas salinas de Aveiro, em 959 ³⁵⁸. Por outro lado, a expressão “*cum suis muris et maris*” ³⁵⁹ revela:

- os dois elementos estruturantes de uma salina, designadamente, os muros (no interior dos quais se retinha a água em condições de grande tranquilidade e sem se

³⁵⁷ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 35. Todos os documentos que passaremos a citar, pelas suas alusões a marinhas ou sal, encontram-se na tabela supra.

³⁵⁸ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 76 e *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 1.

³⁵⁹ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 35.

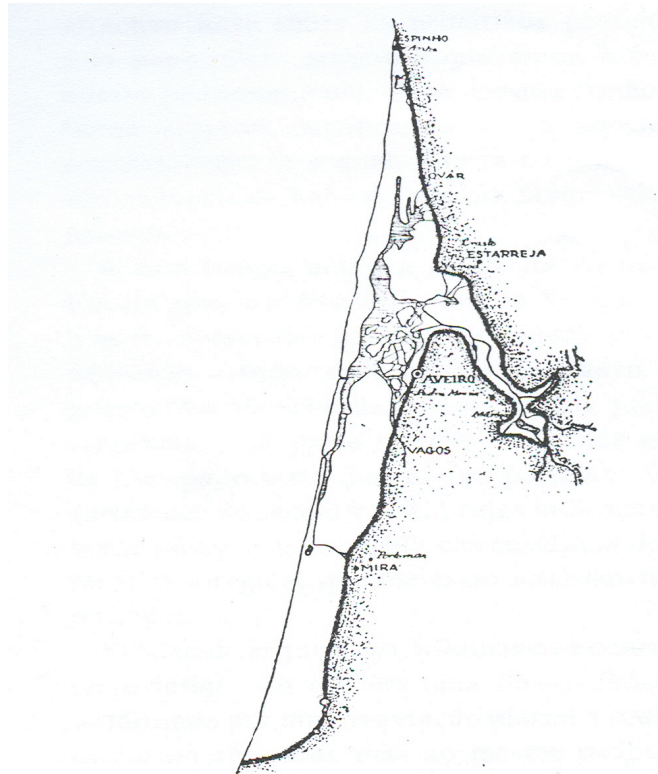
registarem novas penetrações que diluíssem a salmoura) e a disponibilidade de água salgada (sem a qual, obviamente, não haveria sal);

- que Válega, ao tempo, era uma localidade bordejada por águas marinhas, elas próprias, “objecto de venda” na medida em que todo o sal trazido pelas mesmas para os muros das marinhas estava a ser alienado. Como quer que seja, convém frisar que, em 929, a restinga norte que arrancara a partir da região de Espinho, tinha já comprimento suficiente para permitir que Válega correspondesse a uma zona protegida, ao abrigo da acção directa do oceano, inserta na margem direita de um golfo marinho, onde era possível construir marinhas.

Trinta anos depois, surge-nos, então, a famosa referência às marinhas de Mumadona Dias em Aveiro. Isto prova que, no século X, Aveiro também se encontrava em circunstâncias análogas às de Válega, apresentando-se como uma zona protegida mas usufruindo directamente da água salgada proveniente do Atlântico. Esta circunstância deveria resultar da protecção conferida a sul, pelo cabedelo da Gafanha, o qual alinhava com os depósitos anteriores situados a norte da embocadura do Vouga, marcando a fase deltígena³⁶⁰.

Tais referências, aliadas às que recolhemos para o século XI, parecem reiterar o traçado que A. Girão fez da grande baía e de um Golfo interior, patente, ainda, em tempos históricos.

³⁶⁰ Alberto Souto – *O.c.*, pp. 79 e 98.



RECONSTITUIÇÃO DO ANTIGO LITORAL JUNTO DA FOZ DO VOUGA.

Esc. 1:750.000

A zona tracejada indica a directriz provável da antiga linha da costa. Serviu-se o A., para a organização d'êste esbôço, de observação feitas *in loco*, da distribuição dos monumentos pre-históricos, e ainda de vários documentos antigos que ao assunto interessam, rebuscados sobretudo nos *Port. Mon. Historica*. Entre êsses documentos, alguns dos quais vão citados no texto, importa destacar um de 1059 referente à existência de salinas em Alquerubim, outros de 1050 e 1077 em que se denomina ainda « *costa marina* » o local onde assenta Aveiro, e outro de 1095, que, falando de uma antiga igreja de S. Cristóvão, junto de Ílhavo, faz alusão à « *occidentalem plagam in ripa maris ubi vocant ripas altas inter villas sociam (Soza) et itauum (Ílhavo)* », mostrando como perdurára a lembrança da primitiva extensão do domínio marinho para o interior.

Figura 24 - Reconstituição do antigo litoral junto à foz do Vouga

In A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. [58].

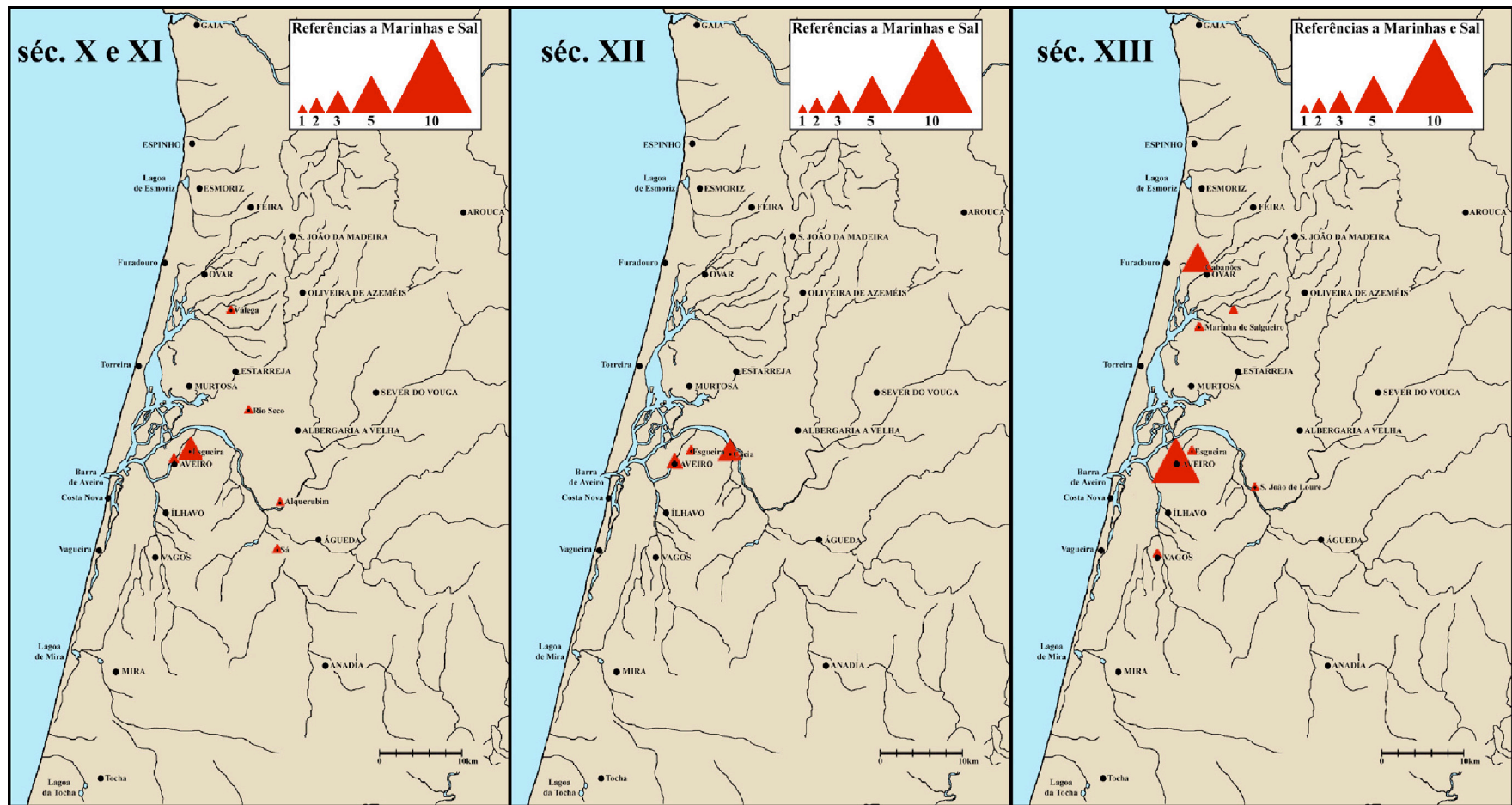


Figura 25 - Distribuição geográfica das marinhas por séculos

No século XI, Aveiro e seu arrabalde já se impunham como um apreciável centro produtor de sal porquanto, em 1057, Gendo, sua mulher e seus filhos Donelo e Tedo, doaram ao mosteiro da Vacariça 51 talhos de marinha que possuíam em Esgueira ³⁶¹ e, mais tarde, em 1078, foi o próprio Donelo quem voltou a beneficiar o dito mosteiro da Vacariça com uma doação “*pro anima*” de outros 5 talhos de marinhas que possuía, igualmente em Esgueira ³⁶².

Por seu turno, as marinhas de Alquerubim e Sá comprovam que, à época, o golfo interior era ainda de água salgada, de molde a viabilizar a produção activa de sal.

Paralelamente, as salinas de Válega e Rio Seco permitem deduzir o contorno coevo da baía (futura laguna de Aveiro).

Aveiro encontrava-se numa zona charneira importante pois, de um lado, confrontava com a parte terminal do golfo interior e, do outro, confrontava com o mar. Provavelmente, os sedimentos debitados pelo golfo e pelo Vouga iam-lhe conferindo uma progressiva protecção face à acção directa das ondas marítimas; aliás, é muito possível que Esgueira, onde existe o maior número de referências para este período, estivesse na zona de transição entre o golfo e a baía.

No século XII, a zona de Aveiro iria ver reforçada a sua preponderância como centro salífero, designadamente com o reforço de marinhas em Esgueira ³⁶³ (mas

³⁶¹ *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. I, doc. 110.

³⁶² P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 559. Parece razoável supor que Donelo era o filho de Gendo, o qual terá recebido, à morte de seu pai, marinhas em Esgueira (onde o mesmo detinha salinas, como ficou comprovado pela doação feita em 1057, a favor do mosteiro da Vacariça), dispondo, então, destes bens como objecto de nova doação.

³⁶³ *Milenário de Aveiro*, vol. I, docs. 13 e 16; *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. II, doc. 263; T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorrão*, Mç. 3, doc. 39; T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorrão*, Mç. 4, doc. 1.

também em Aveiro) e, sobretudo, com a assunção de Cacia, situada em pleno golfo, como produtora de sal ³⁶⁴.

A inflexão da linha de costa que se fazia sentir a N-NE de Aveiro, sensivelmente à latitude da actual embocadura do Vouga, proporcionava a implantação de marinhas em Esgueira e Cacia, devendo estas situar-se na margem esquerda do golfo interior mencionado por Amorim Girão (atrás reproduzido) e, conseqüentemente, em contacto com águas marítimas, embora protegidas da acção directa das mesmas.

Na *Centúria de Duzentos* constata-se dois grandes núcleos de marinhas, nomeadamente, **Aveiro** e **Cabanões** (actual concelho de Ovar). E como nos parece medonha a dimensão de Aveiro como centro produtor de sal! Em 1216, D. Pedro Afonso e sua mulher doaram ao mosteiro de Tarouca 1000 moios anuais do sal que tinham em Aveiro ³⁶⁵. Se 1 moio correspondia a cerca de 60 alqueires ³⁶⁶ e cada alqueire equivalesse entre 14 a 18 quilos ³⁶⁷, estamos a falar de uma produção média/anual da ordem das 840 a 1000 toneladas, o que era absolutamente assombroso. E quão apreciável deveria ser quer a produção destas salinas, quer a sua tradução em rendimento (obtido através da venda do sal), pois D. Dinis, em 1306, permutou com o referido mosteiro de Tarouca a sua terça parte de Aveiro, pelos tais 1000 moios anuais de sal que, a partir de então, deveriam ser entregues ao monarca ³⁶⁸.

A par da região de Aveiro, emergiu Cabanões (Ovar) e, também ali, a produção de sal era invejável porquanto nas Inquirições de Afonso III que recaíram sobre este local se refere que o monarca teria direito a um milheiro de sal em marinhas, das quais nada

³⁶⁴ TT, *Mosteiro de Lorvão*, Livro 555, doc s/nº e *Milenário de Aveiro*, vol. I, docs. 25 e 26.; T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç. 6, doc. 39 e *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 25; T.T., *Antiga Colecção Especial, Lorvão*, Mç. 7, doc. 4 e *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 26.

³⁶⁵ *Milenário de Aveiro*, vol. I, docs. 32 e 42; T.T., *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 5, fl. 75 e Livro 6, fls. 27 vº-28 e 28vº-29.

³⁶⁶ Pº. Miguel de Oliveira – *O.c.*, p. 8 e Inês Amorim – *O.c.*, p. 313.

³⁶⁷ “Pesos e Medidas”, in *Dicionário de História de Portugal...*, vol. V, p. 71.

³⁶⁸ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 57.

recebia anteriormente ³⁶⁹. Voltando aos cálculos e assumindo que 1 milheiro equivalia a cerca de 75 alqueires ³⁷⁰ (relembrando: 1 alqueire = entre 14 e 18 quilos ³⁷¹), chegamos a valores anuais da ordem de entre 13 a 10 toneladas de sal. Já D. Dinis não receberia igual tributo pelas salinas de Cabanões, distinguindo-se as marinhas velhas das marinhas novas, menos oneradas, pois “*som peores de deffender ao mar e levam com elas mayor affam e mais custa e os que emprenderom no compeço filharom melhor logar e mais perto*” ³⁷². Por este depoimento, incluso na Inquirição feita ao julgado de Cabanões, em 1284 ³⁷³, fica-se igualmente a saber que, à data, esta zona sofria a influência das ondas, ainda que protegida pelo cordão arenoso que se ia desenvolvendo em direcção ao sul.

No século XIII, para além de Aveiro e Cabanões (Ovar) pontuavam, ainda, outros pequenos núcleos salíferos como os de Salgueiro (na actual freguesia de Pardilhó, concelho de Estarreja ³⁷⁴), S. João de Loure (actual freguesia do concelho de Albergaria-a-Nova) e Vagos. Todos, sem excepção, beneficiaram da consolidada pacificação do território, do aumento da procura decorrente do crescimento demográfico e, sobretudo, da evolução geodinâmica deste trecho litoral; e foi nesta última que o Baixo Vouga encontrou a raiz da sua especificidade. É que, em boa verdade, no século XIII, todo o Além-Douro tinha o seu território solidamente pacificado. Além disso, não vale a pena repisar a evidência dessa ser, na altura, uma região sobrepovoada onde o crescimento da procura parece evidente. Também é certo que nas embocaduras do

³⁶⁹ T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro 1, fl. 47 vº e Pº. Miguel de Oliveira – “Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”..., p. 16 e 32.

³⁷⁰ Inês Amorim – *O.c.*, p. 313.

³⁷¹ “Pesos e Medidas”, in *Dicionário de História de Portugal* ..., vol. V, p. 71.

³⁷² T.T., *Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de S. Salvador de Grijó, Colecção Costa Basto*, nº 12, fls. 22 vº - 23 vº, publicado Pº. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média* ..., p. 98 e José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos* ..., p. 222.

³⁷³ Cf. nota anterior.

³⁷⁴ O topónimo Salreu, persistente como uma das actuais freguesias do concelho de Estarreja, poderá advir, exactamente da profusão de marinhas implantadas numa região que, na época em análise, ainda se encontrava nas margens da grande baía onde se veio a constituir a laguna de Aveiro.

Minho, do Lima ou do Cávado era possível produzir sal ³⁷⁵. Mas, o que demarcou as marinhas do Vouga das suas congéneres nortenhas foi a rápida geodinâmica do seu litoral ³⁷⁶. Tanto a norte, com o crescimento da restinga que, por volta de 1200, se encontrava já em frente da actual praia da Torreira ³⁷⁷, como a sul, mercê do desenvolvimento do cabedelo da Gafanha (compreendido entre a actual barra e o Cabo Mondego) ³⁷⁸, como a este ou, melhor, sudeste, com o golfo interior ³⁷⁹, os salgados do Vouga tinham condições naturais de excepção para se afirmarem e autenticamente aniquilarem os seus rivais de Além-Douro ³⁸⁰. E foi exactamente isso que aconteceu ³⁸¹, mormente no século XIII, durante o qual as marinhas do Vouga atingem a sua plenitude. Não descuremos que a norte as salinas estavam implantadas em meios estuarinos localizados na parte terminal de bacias hidrográficas, onde a pluviosidade média tende a ser grande e o regime fluvial pode ser afectado pelas cheias de Inverno, o que não devia ser apanágio do Baixo Vouga que, assim, não registaria um período em que as águas eram salobras, nem seria tão facilmente agastado pela danificação ou até destruição das próprias marinhas, durante as cheias mais violentas.

³⁷⁵ Virgínia Rau – O.c., pp. 54-55.

³⁷⁶ Também deveriam concorrer para o efeito condições que não se apresentariam substantivamente diferentes das actuais, designadamente ao nível geomorfológico (com solos aplanados), sedimentológico (abundância de material argiloso), climático (menor precipitação e temperaturas médias superiores) e demográfico (densidade populacional mais baixa, com conseqüente menor competição pelo espaço).

³⁷⁷ Orlando de Oliveira – O.c., p. 34.

³⁷⁸ Orlando de Oliveira – O.c., p. 32.

³⁷⁹ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico ...*, p. [58].

³⁸⁰ A propósito de trabalhos arqueológicos que relevam a ancestralidade das salinas nortenhas cf. Carlos Alberto Brochado de Almeida - “Salinas Medievais entre o Cávado e o Neiva”, Separata da Revista *Bracara Augusta*, Tomo XXXII – Fasc. 75-76 (87-88), Braga, 1989 e Fernando Augusto Pereira da Silva e Isabel Figueiral – “Escavações arqueológicas em Lavra: as salinas romano-medievais da praia de Angeiras”, Separata do *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*, nº 30, 1986.

³⁸¹ Cf. Virgínia Rau – O.c., p. 60.

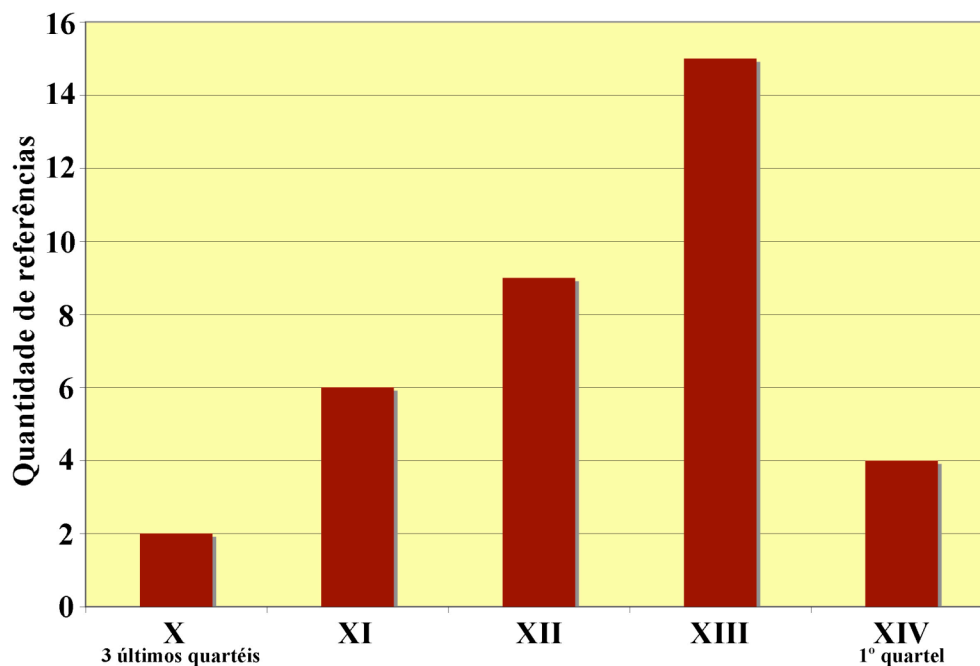


Figura 26 - Distribuição das marinhas por séculos (nº de referências)

Com uma rentabilidade assinalável “é evidente que uma corrente de tráfego ligaria desde logo a embocadura do Vouga a todos os lugares costeiros onde as pescarias e o comércio faziam do sal um produto de primeira necessidade, ao mesmo tempo que a navegação ocorria ao local onde ele abundava”³⁸².

O sal fora a glória dessa tal região “nascida para ser grande na paz”³⁸³. Esse sal do Vouga que, outrora, se impusera aos centros do Entre-Douro-e-Minho, viria a padecer da concorrência de centros produtores localizados mais a Meridião³⁸⁴ à medida que a Reconquista avançava e se consolidavam os territórios a sul do Mondego. E a desventura pode bem ter-se iniciado no dealbar de *Trezentos* pois, logo em 1311, o monarca arrendou a João Macieira, pelo prazo de trinta anos, duas marinhas em Aveiro, “que nom foram rendadas por que jaziam em de mortorio”³⁸⁵. O facto destas marinhas estarem votadas ao abandono parece-nos indiciar que já não seria grande a apetência

³⁸² Virgínia Rau – O.c., p. 59.

³⁸³ Albertina Valentim Oliveiros – Virgínia Rau – O.c., p. 17.

³⁸⁴ Acerca dos centros salíferos: do Mondego, dos trechos litorais lagunares compreendidos entre Nazaré e Peniche, do Tejo e do Sado, cf. Virgínia Rau – Virgínia Rau – O.c., pp. 60-65.

³⁸⁵ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 59.

pelo seu amanho. Tal situação fica expressa quando foram concedidos ao locatário os privilégios:

1- da isenção do pagamento da renda do primeiro ano ³⁸⁶;

2- da obrigatoriedade por parte do monarca de entregar, de imediato, ao supra mencionado João Macieira 50 libras “*pera refazer as ditas marinhas*”, uma vez recebido o foro de “*dous quinhões*”, dos cinco em que deveriam ser repartidos a produção anual do sal das referidas marinhas (ficando os restantes três quinhões para o arrendatário) ³⁸⁷.

Estes incentivos contratuais demonstram, à evidência, que a exploração do sal do Vouga (ou, ao menos, o de Aveiro) já não era tão rentável como fora, provavelmente em virtude do aumento da oferta deste produto, decorrente da expansão e pujança das marinhas sitas a sul do Mondego.

Mas o sal não esgotou a exploração dos recursos naturais do Baixo Vouga. A situação naturalmente estratégica e privilegiada permitiu outras formas de “rentabilização do Meio”.

III.2.2. Os moinhos

Na economia medieval, caracterizada por uma estrutura fortemente ruralizada, onde a produção de grão e posterior trituração do mesmo se afigurava absolutamente fundamental para o regime alimentar coevo, a “indústria” moageira assumiu, necessariamente, um papel de relevo. Não nos importa aqui traçar, em pormenor, as linhas de evolução dos artefactos construídos para a preparação da farinha. Convém, todavia, assinalar que inicialmente se teria recorrido às atafonas ou moinhos de mão, sobretudo em regiões assoladas por secas estivais, de ventos irregulares ou

³⁸⁶ Cf. nota anterior.

³⁸⁷ Cf. nota anterior.

recorrentemente fustigadas por ataques inimigos, os quais impediam o recurso à água ou ao vento como força motriz de laboração dos engenhos ³⁸⁸. Porém, sempre que as condições naturais e bélicas o permitiam, utilizava-se o moinho e, originariamente, o moinho de água. Este mesmo parece que foi trazido pelos romanos para a Península Ibérica, sendo a sua utilização e divulgação, muito possivelmente, intensificada durante as invasões muçulmanas ³⁸⁹. O facto é que nos séculos X, XI e XII, o moinho de água se encontrava já amplamente divulgado na zona ocidental da península, como o comprovam os registos documentais da época ³⁹⁰. Paralelamente ao moinho de água “*de rodízio horizontal, o outro instrumento de moagem utilizado no Portugal medievo foi a azenha, de roda vertical e possuindo maior força*”, cuja implementação no espaço peninsular parece dever-se exclusivamente ao muçulmanos, porquanto os romanos não a deverão ter conhecido ³⁹¹. Os moinhos de água e as azenhas localizavam-se, em regra, nas margens ribeirinhas a fim de utilizarem a força das águas para a moagem do grão.

De entre os moinhos hidráulicos medievos há que destacar três engenhos em particular que, pela sua especificidade, assumiram designação própria:

- As azenhas, nas quais se pressupunha a existência de uma roda de irrigação, na qual caía a água, cuja força fazia accionar o processo de moagem ³⁹².

- Os “moinhos de enxurrada” que se implantavam em ribeiras e riachos que secavam no Verão e, conseqüentemente, só laboravam quando os caudais o permitiam ³⁹³.

- Os “moinhos de maré” que, como o próprio nome indica, moíam à força do fluxo e refluxo das águas decorrentes, respectivamente, da preia-mar e baixa-mar.

³⁸⁸ “*Azena*” in Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário ...*, volume I, p. 697.

³⁸⁹ A. H. de Oliveira Marques – *O.c.*, p. 193.

³⁹⁰ Cf. nota anterior.

³⁹¹ Cf. nota anterior.

³⁹² Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário ...*, volume I, p. 698.

³⁹³ A. H. de Oliveira Marques – *O.c.*, p. 194.

Construídos em terrenos estuarinos e em zonas abrigadas que permitissem represar as águas, estes engenhos possuíam sobre os seus congéneres duas grandes vantagens, a saber, a sua constância e previsibilidade, ambas decorrentes da circunstância de existirem diariamente duas marés que assegurariam quatro horas de laboração quotidiana ³⁹⁴. Não obstante, a descoberta e utilização das marés como força motriz parece relativamente tardia, porquanto a primeira referência conhecida a este tipo de moinho data do século XII e alude ao sul de França ³⁹⁵. Em Portugal, o primeiro moinho de maré de que há menção data de 1290 e refere-se a um engenho sito em Castro Marim ³⁹⁶. Para o século XIV, assinala-se um registo para Alcântara, em 1313 ³⁹⁷, e outro para o Montijo, em 1386 ³⁹⁸. Nos séculos XV e XVI, surgem-nos nas desembocaduras dos rios Vouga, Tejo e Sado ³⁹⁹.

- Os “moinhos de barcas”, ou seja, moinhos e azenhas móveis, instalados sobre barcas que subiam e desciam o curso dos rios e se detinham junto às povoações. Tratava-se de uma técnica possivelmente introduzida entre nós pelos muçulmanos, que conheciam e utilizavam este tipo de engenhos. Desta forma se colmatava a insuficiência da implantação de “moinhos fixos”, sobretudo o estuário do Tejo, onde existem registos deste tipo de moagem a partir do século XV ⁴⁰⁰.

No que concerne aos moinhos de vento, possivelmente trazidos para a Europa pelos muçulmanos, que os receberam da Pérsia e da China, a sua implementação e expansão europeia parece ter sido tardia. Na verdade, para a Península Ibérica cristã, só são conhecidas referências para finais do século XII.

³⁹⁴ <http://www.edinfor.pt/anc/ancmoinhos.html> (acedido em Fevereiro de 2005). O site indicado não menciona qualquer fonte ou referência de carácter histórico e/ou arqueológico que nos permita confirmar a informação veiculada.

³⁹⁵ Cf. nota anterior.

³⁹⁶ Cf. nota anterior.

³⁹⁷ Cf. nota anterior. Sobre este moinho de Alcântara, embora com data posterior (1322), cf. “Azenha” in Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário ...*, volume I, p. 700.

³⁹⁸ <http://www.edinfor.pt/anc/ancmoinhos.html> (acedido em Fevereiro de 2005).

³⁹⁹ A. H. de Oliveira Marques – *O.c.*, p. 194.

⁴⁰⁰ A. H. de Oliveira Marques – *O.c.*, pp. 194-195.

Desafortunadamente, para o espaço e tempo em foco no presente trabalho, não conseguimos encontrar qualquer referência explícita a moinhos de vento nem, na categoria dos engenhos hidráulicos, a moinhos de enxurrada, de maré ou de barcas. Temos registos de moinhos que, quer pela sua situação geográfica, quer pela sua precocidade, julgamos tratar-se de engenhos movidos a água. Em alguns casos, a referência explícita à água como força motriz afigura-se inequívoca. Assim, pelo topónimo “*Rio de Molinos*”, conseguimos depreender que esse local possuía, ou havia já albergado, engenhos de moagem movidos a água ⁴⁰¹; o mesmo se passa com o moinho de Pedaçais (c. Águeda) edificado junto a um curso de água que “*discurre pro ad Uauga*” ⁴⁰², com os moinhos de S. Cristovão (c. Aveiro) com “*sua aqua decurrente de montis cacumine qui dicitur Serra et loca que ibi sunt ad molinos edificandos*” ⁴⁰³ ou, por último, com o moinho velho de Loureiro (c. Oliveira de Azeméis), a partir do qual “*uay sse pera cima do monte como uerte agua ao porto do Espieyro*” ⁴⁰⁴. Além destes, outros moinhos existiram no território em análise como se pode depreender de cláusulas que firmavam os contratos de alienação ou locação de propriedades, ao expressarem que os novos detentores do domínio pleno ou útil do património o recebiam com os seus montes, fontes, terras rotas e por romper e, muitas vezes, com os seus moinhos. Expressões como estas inserem-se, como é sabido, num formulário contratual em voga no período medieval mas não podem, logicamente, ser alheias à realidade observada e vivida, conquanto esta não possa ser objecto de uma análise quantitativa, expressa cartograficamente, como aquela a que nos propomos seguidamente.

⁴⁰¹ *Livro Preto da Sé de Coimbra ...*, vol. I, doc. 2.

⁴⁰² *P.M.H., Diplomata et Chartae*, docs. 378 e 549.

⁴⁰³ *Livro Preto da Sé de Coimbra ...*, vol. II, doc. 345.

⁴⁰⁴ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos ...*, p. 212.

Tabela 8 - Os moinhos

DATA	TIPOLOGIA DOCUMENTAL	LOCAL	ASSUNTO/TEXTO	FONTE
1018	Venda	Recardães (c. Águeda)	“ <i>suis aquis aquarum uel sessicas molinarum</i> ” (A)	P.M.H., D.C., doc. 238
1047, Out., 13	Doação	Carvalhais (lugar da fr. de Segadães, c. Águeda)	“ <i>ecclesiam uocabulo sancto martino ubi dicent rio de molinos</i> ”	Livro Preto, vol. I, doc. 132 e Milenário de Aveiro, Vol. I, doc. 2
1050	Relação de bens	Pedaçais (lugar da fr. de Lamas do Vouga, c. Águeda)	“ <i>cum suo molino et illo fontano discurre pro ad Uauga</i> ”	P.M.H., D.C., docs. 378 e 549
1088, Fev., 11	Doação	S. Cristovão (c. Aveiro)	“ <i>cum sua aqua decurrente de montis cacumine qui dicitur Serra et loca que ibi sunt ad molinos edificandos</i> ”	Livro Preto, vol. II, doc. 345
1101, Mar., 10	Venda	S. Donato (c. Ovar)	“ <i>de molino Sancto Donato</i> ”	Documentos Medievais Portugueses, vol. III, doc. 15
1102, Fev., 17	Venda	Vilar (lugar da fr. de Válega, c. Ovar)	“ <i>cum suis sessigas molinarum</i> ” (A)	Documentos Medievais Portugueses, vol. III, doc. 56
1123, Jan., 10	Permuta	João de Ver (c. Feira)	“ <i>sesigas molinarum</i> ” (A)	Livro Preto, vol. II, doc. 401
1228, Abr.	Aforamento	Vilarinho (lugar da fr. de Cacia, c. Aveiro)	“ <i>molendino de uillario</i> ”	T.T., Antiga Coleção Especial, Lorrvão, Mç. 9, doc. 8 e Milenário de Aveiro, Vol. I, doc. 38
1284	Inquirição	Loureiro (c. Ol. Azeméis)	“ <i>moyngo uelho</i> ”	Inquirições no Julgado de Figueiredo, Mattoso et al. – A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos, 1993, p. 212
1284	Inquirição	Loureiro (c. Ol. Azeméis)	“ <i>huum mōyo</i> ”	Inquirições no Julgado de Figueiredo, Mattoso et al. – A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos, 1993, p. 213
1284	Inquirição	Ovar (c. Ovar)	“ <i>moyo</i> ”	Inquirições no Julgado de Cabanões, Mattoso et al. – A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos, 1993, pp. 222
1284	Inquirição	Guilhovai (lugar da fr. e c. de Ovar)	“ <i>huum moyngo</i> ”	Inquirições no Julgado de Cabanões, Mattoso et al. – A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos, 1993, pp. 223
1284, Mar., 19	Carta régia	Esmoriz (c. Ovar)	Lugar acima do “ <i>moyngo de pedra</i> ”	A.H.M.P., Corpus Codicum, vol. 1, pp. 393-394
1285, Maio, 26	Aforamento	Silvalde (c. Espinho)	“ <i>dous moyngos</i> ”	Mattoso et al. – A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos, 1993, pp. 228
1300, Set., 16 (B)	Aforamento	Espinhel (c. Águeda)	Carta de foro de “ <i>huuns moyngos e azenhas</i> [na ribeira de Figueiros]”	T.T., Chancelaria D. Dinis, Livro 4, fl. 18
1309, Abr., 3	Carta régia	Esgueira (c. Aveiro) e Aveiro	Um dos marcos que dividia Aveiro de Esgueira passava “ <i>sobrelo moyngo</i> ”	Milenário de Aveiro, Vol. I, doc. 58

NOTAS DA TABELA:

A) Por “*sessigas*” ou “*sesigas*”, denominadas “*sedas*” no vernáculo do século XIV, entenda-se o local de assentamento do moinho (cf. A. H. de Oliveira Marques - *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1978, p. 199).

B) Em Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário...*, volume I, p. 699, a referência a este documento surge datada de 1295. Porém analisado o diploma verificamos que se refere a Era de 1338 que, como é sabido, corresponde ao ano cristão de 1300, pelo que julgamos tratar-se de um lapso de leitura que assume o “*VIII*” romano somente como “*III*” ficando por ler o “*V*”, o que teria levado à leitura da Era de 1333, transcrita como o ano de 1295 do nosso calendário. Mais, na obra atrás mencionada e na mesma página 699, alude-se a um outro documento datado de 29 de Agosto de 1286, inserto em T.T., *Chancelaria D. Dinis*, Livro 1, fl. 175, onde se menciona uma azenha, sem, todavia, se explicitar em que local. Compulsado o documento não conseguimos detectar esta menção.

À semelhança do que acontecia com as marinhas, também a construção e manutenção dos moinhos hidráulicos era árdua e dispendiosa. Pressupunha o arranjo dos canais, a construção de zonas para represar a água, o transporte dos materiais para a construção dos engenhos, o aparelhamento da pedra, a colocação das mós e a necessária manutenção dos mecanismos de moagem⁴⁰⁵. Sendo, a mais das vezes, a madeira o material eleito para estas construções, madeira essa que, em contacto com a água, se deteriorava fácil e rapidamente, o reparo das moengas afigurava-se recorrente e exigia um esforço humano e financeiro apreciável⁴⁰⁶. Não obstante estes problemas, a zona do Baixo Vouga, dos alvares da nacionalidade até finais do primeiro quartel do século XIV, encontrava-se relativamente bem apetrechada de moinhos.

⁴⁰⁵ Georges Duby - *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, Vol. I, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 32.

⁴⁰⁶ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII ...*, p. 114.

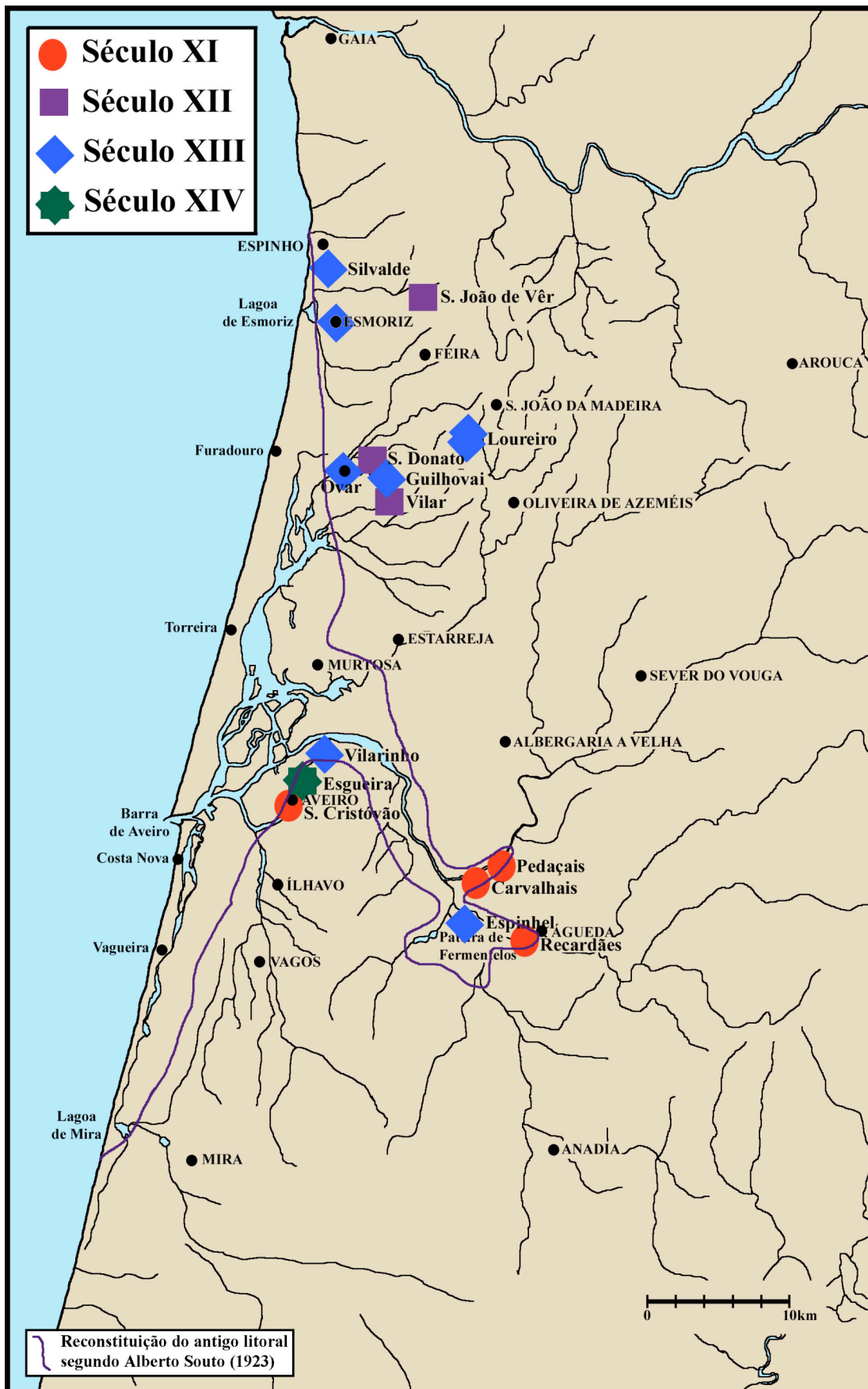


Figura 27 - Distribuição geográfica dos moinhos (por séculos)

Como se pode constatar pela figura, a maior parte dos moinhos com efectiva menção ao local onde se situavam, encontra-se no litoral coevo, ora na baía, ora no golfo. Tal facto leva-nos a aventar a hipótese de se tratarem de engenhos que beneficiavam das marés, embora não possamos suportar esta interpretação em nenhuma referência documental. Inequivocamente o que podemos constatar são registos de:

- 4 moinhos (1 no actual concelho de Aveiro e 3 no actual concelho de Águeda), para o século XI;

- 3 moinhos (1 no actual concelho da Feira e 2 no actual concelho de Ovar), para o século XII;

- 9 moinhos (nos actuais concelhos de Águeda-1, Espinho-2, Ovar-3, Oliveira de Azeméis-2 e Aveiro-1), para o século XIII;

- 1 moinho (no actual concelho de Aveiro) e 1 azenha (no actual concelho de Águeda), para o século XIV.

Data do dealbar de *Trezentos* a única menção explícita a azenhas encontrada para a área e cronologia em análise. Em 1300 deparamos com uma carta de El Rei segundo a qual ele aforava a Pedro Peres, respectiva mulher e sucessores, “*huuns moynhos e azenhas que som a par de Freelas*”, na freguesia de Santa Maria de Espinhel, do julgado de Vouga⁴⁰⁷. Esta menção pressupõe já uma distinção clara, no espírito no espírito de D. Dinis, entre os moinhos consubstanciados numa turbina primitiva de madeira e as azenhas que eram moinhos com uma roda, movida por qualquer artifício, especialmente por uma corrente de água⁴⁰⁸. No caso do Baixo Vouga, ambos os engenhos de moagem teriam na água a sua força motriz.

Parece, então, que a grande *Centúria* de implementação de moinhos no Baixo Vouga foi a de *Duzentos*, o que estará, necessariamente, relacionado com a

⁴⁰⁷ T.T., *Chancelaria D. Dinis*, Livro 4, fl. 18.

⁴⁰⁸ Esta distinção entre ambos os engenhos de moagem surge-nos em Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário ...*, volume I, pp. 698-699.

intensificação do povoamento verificado na região. Esta situação pode ser interpretada à luz da consolidação e reorganização do estado português, muito accionada por D. Dinis que aqui, como no respeitante à (re)ocupação e (re)organização da estrutura fundiária ou à apropriação de parte da produção salífera de Aveiro, deixava a sua real chancela.

Por outro lado, as estruturas nobiliárquicas, laicas e eclesiásticas, entretanto implantadas na zona, dispunham já da consolidação e pecúlio suficientes para a constituição e arreigamento de uma “indústria moageira”. Não esqueçamos que foi precisamente no século XIII que o sal de Aveiro atingiu a sua melhor fase, beneficiando de condições geomorfológicas muitíssimo favoráveis e propiciando, com certeza, avultados lucros aos detentores das marinhas. E porque não investir esses proventos na construção da dispendiosa mas altamente útil e rentável moagem de cereais? Na verdade, a zona vouguense possuía as condições necessárias para o efeito pois apresentava-se bem munida de rios e ribeiras e dispunha de portos fluvio-marítimos que facultavam o escoamento da farinha para aglomerados populacionais pouco ruralizados, onde não imperasse o plantio de cereais e que preferissem adquirir o grau já moído, obstando desta maneira à utilização das atafonas manuais e adquirindo um produto com melhor qualidade. Uma vez implantado o moinho, bastava aguardar o tempo suficiente para que este não só pagasse as despesas inerentes à sua construção e manutenção, como se tornasse lucrativo pela cobrança dos foros devidos à sua utilização, como pela colocação da farinha nos circuitos comerciais coevos, utilizando os factores de acessibilidade então disponíveis. É sobre estes mesmos mecanismos de acessibilidade e respectiva integração do Baixo Vouga nos circuitos comerciais dos alvares da nacionalidade até aos finais do reinado dionisino que nos ocuparemos seguidamente.

III.3. Integração da área nos circuitos comerciais coevos

III.3.1. Estradas, albergarias e pontes

O sucesso e eficácia do Baixo Vouga medievo procedia, em larga medida, da acessibilidade ali patenteada. Assim, a sua estruturação económica dependia da capacidade de escoamento dos produtos locais, com especial destaque para o sal, bem como da facilidade de importação de bens que solvessem as necessidades locais. Por outro lado, uma boa acessibilidade, por terra, por rio, ou por mar, se por um lado apresentava os perigos inerentes ao banditismo, à pilhagem e à pirataria (no caso dos circuitos e portos marítimos), era igualmente garantia de rápido e fácil acesso ao local em caso de alerta bélico. Feito o balanço deveria ser, apesar de tudo, uma *mais-valia* estar bem provido de traçados viários, cursos fluviais e entrepostos marítimos.

No que respeita à rede viária, muitos são as limitações com que nos deparamos quando pretendemos reconstituir o seu traçado. Carlos Alberto Ferreira de Almeida já alertava para o facto ao referir que “*a história das vias medievais é difícil, porque a viação romana está por estudar e porque é uma história de caminhos regionais (...) onde vemos que as direcções das vias romanas, conhecidas, continuam a ser seguidas na Idade Média e onde notamos que as grandes linhas viárias da época moderna são já da época românica*”⁴⁰⁹.

Recorrendo aos traçados romanos, a partir dos quais, muito provavelmente, foram decalcadas as principais vias medievais, não podemos deixar de realçar que, mau-grado a

⁴⁰⁹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida – *A Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, 1 vol., Porto, 1978 (Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policop.), p. 158.

existência de três itinerários respeitantes à zona ocidental da Península Ibérica ⁴¹⁰, apenas um se nos afigurou útil para o presente estudo. Com efeito, nos séculos III e IV da Era Cristã, desenharam-se, pelo menos, três itinerários abarcando o território peninsular, a saber, o *Itinerarium Gaditanum*, a *Tabula Peutingeriana* e o *Itinerarium Antonini Augusti*.

O mais recente traçado foi o *Itinerarium Gaditanum*, datado de ca. 330 ⁴¹¹. Aqui, porém, o segmento cartografado não abarca a região em foco neste trabalho.



Figura 28 - Parte Ocidental do *Itinerarium Gaditanum*

Ulrich Harsh - *Itinerarium Gaditanum*

In <http://www.fh-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost04/Gaditana/gad> (acedido em Março de 2005).

Por seu turno, a *Tabula Peutingeriana*, muito embora mais antiga (século III), abarcava todo o território peninsular. Todavia, o traçado respeitante à Península Ibérica, talvez por se encontrar na parte exterior do rolo de pergaminho, encontra-se totalmente

⁴¹⁰ Com maior propriedade deveríamos mencionar quatro pois, aos três itinerários que iremos referir de seguida, devemos aduzir uma outra descrição da Península Ibérica, já do período medieval, mas que, infelizmente não abarca a região aqui em estudo. Trata-se da *Descrição da África e de Espanha*, da autoria do árabe al-Idrisi (1110-1165/66), que escreveu um dos maiores trabalhos de Geografia Medieval mas que, no que concerne ao território português, tem em Coimbra o limite setentrional da sua exposição (provavelmente porque não teria percorrido terras mais a norte, em virtude de estas se encontrarem já consolidadamente sob o domínio cristão). Cf. <http://www.britannica.com/eb/article?tocId=9042038&query=idrisi&ct> (acedido em Maio de 2005) e http://penelope.uchicago.edu/Thayer/F/Gazetteer/Periods/medieval/_Texts/al-Idrisi/home.html (acedido em Maio de 2005).

⁴¹¹ Ulrich Harsh - *Itinerarium Gaditanum*, in <http://www.fh-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost04/Gaditana/gad> (acedido em Março de 2005).

danificada, sendo a sua leitura imperceptível, pelo que a sua reconstituição é feita exclusivamente com base na presunção do elemento figurativo original ⁴¹².

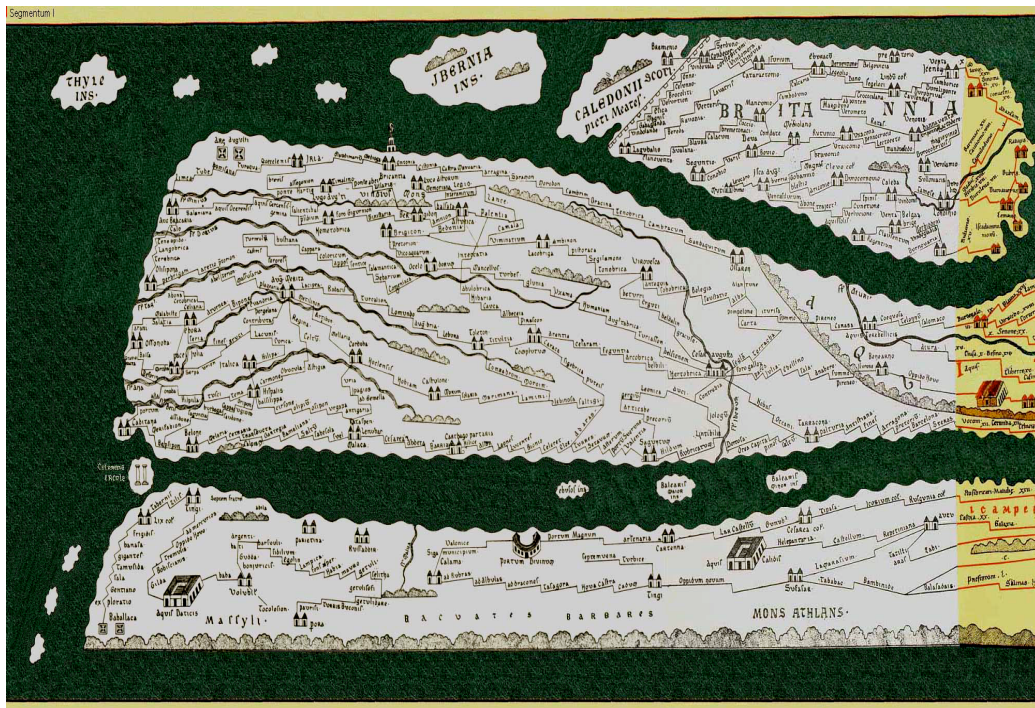


Figura 29 - Tabula Peutingeriana

Ulrich Harsh - *Itinerarium Gaditanum*

In <http://www.fh-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost04/Gaditana/gad> (acedido em Março de 2005).

Assim, foi o *Itinerarium Antonini Augusti*, originalmente escrito no século III, de que existe uma cópia medieval ⁴¹³, aquele que se nos afigurou verdadeiramente útil. Através das descrições aí incluídas e recorrendo a testemunhos arqueológicos, Pedro Soutinho procurou fixar no actual mapa de Portugal os pontos de passagem das vias romanas, reconstituindo os onze itinerários romanos patentes no diploma original ⁴¹⁴.

Havia que confrontar os elementos constantes do trecho correspondente ao Baixo Vouga com os informes constantes da documentação escrita por nós compulsada, também ela esparsa mas, ainda assim, minimamente expressiva.

⁴¹² Cf. nota anterior.

⁴¹³ Pedro Soutinho - *Vias Romanas em Portugal*, in <http://viasromanas.planetaclix.pt> (acedido em Março de 2005).

⁴¹⁴ Cf. nota anterior.

Na verdade a maioria das informações respeitantes à rede viária surge-nos de forma indirecta, constante, na maioria dos casos, de elementos suscitados para a demarcação e confrontação de propriedades, cujo registo escrito pode indiciar da importância de estradas e caminhos para os homens de então. Não negligenciemos o facto destas vias, à custa de tanto serem percorridas, serem facilmente identificáveis pela população local, por exemplo, em caso de querelas, demandas e inquirições. A sua relevância era, todavia, de ordem meramente pragmática e, em tempos medievos, nunca se compadeceu com uma descrição individualizada, ainda que fosse com fundamentação estratégica e bélica, como acontecera, outrora, com os itinerários de Antonino ⁴¹⁵. Não obstante, das fontes escritas compulsadas conseguimos extrair algumas referências ao traçado viário coevo, as quais tentamos completar com outras informações constantes de trabalhos e monografias dedicados à temática.

Começemos pelo grande eixo medieval que ligava Braga a Lisboa, passando por Coimbra e Santarém. Segundo o Abade João Domingues Arede, os “*documentos dos séculos XI e XII e de tempos posteriores acusam a existência de um caminho clássico, principal artéria do norte com o sul do país pela faixa ocidental*” ⁴¹⁶. Trata-se da impropriamente designada “estrada mourisca”, designação extensível às vias e pontes de remota antiguidade ⁴¹⁷. Na verdade, esta “estrada mourisca”, também conhecida por “estrada real” (a partir do reinado de D. Maria I) e, posteriormente, por “estrada velha” (após a construção da “estrada nacional”, em meados do século XIX) ⁴¹⁸, deverá ter sido decalcada a partir da estrada romana, apresentada nos traçados militares do imperador

⁴¹⁵ Pedro Soutinho – *O.c.* e, para o caso da zona em apreço, cf. ainda, o trabalho do Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro e, nomeadamente, a de Lisboa ao Pôrto, e a de Aveiro a Viseu, e a sua identificação por documentos escritos e monumentos históricos”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. IV, 1938, pp. 28-29.

⁴¹⁶ Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...”, p. 25.

⁴¹⁷ Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...”, p. 26 e, do mesmo Autor, “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio Ul”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. X, 1944, p. 283.

⁴¹⁸ Cf. nota anterior.

romano Antonino Pio (138-161 d.C.)⁴¹⁹. Pedro Soutinho, ao reconstituir o traçado da vetusta via militar romana, refere que “*de Cale partia a chamada «Karraria Antiqua» citada na documentação medieval, talvez de origem romana seguindo mais a poente*”⁴²⁰, apresentando para a zona em foco no presente trabalho, o seguinte percurso⁴²¹:

[proveniente de Gaia, provavelmente do cais] LOUROSIA - FIÃES - AIRAS (S. João de Ver) - MALAPOSTA DE S. JORGE – SANFINS – ESCAPÃES – CUCUJÃES - SANTIAGO DE RIBA-ÚL – ÚL - DAMONDE (Travanca) - PINHEIRO DA BEMPOSTA (por Figueiredo) – BRANCA - ALBERGARIA-A-VELHA – SERÉM – MARNEL – PEDAÇÃES – TROFA – TRAVASSÔ - ÓIS DA RIBEIRA – ESPINHEL – PIEDADE - PARADELA - BARRÔ [proseguia para Coimbra].

É possível encontrar referências escritas⁴²² que corroboram o traçado acima exposto. Tentemos seguir o percurso no sentido Norte-Sul⁴²³ evidenciando as transcrições textuais que suportam este itinerário.

⁴¹⁹ Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...”, p. 279.

⁴²⁰ Pedro Soutinho – *O.c.*.

⁴²¹ Cf. nota anterior.

⁴²² Para além das referências escritas que suportam o traçado da “estrada mourisca” parecem existir, igualmente, vestígios arqueológicos que confirmam este percurso. Para o efeito cf. Pedro Soutinho - *O.c.* e Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...”, pp. 28-29; do mesmo Autor cf. “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio UI” ..., pp. 279-294 e Joaquim Soares de Sousa Baptista – “Vestígios de Vias Romanas no Concelho de Águeda”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. VIII, 1942, pp. 93-98.

⁴²³ “Os caminhos da reconquista e da política, dos peregrinos de Santiago e de viajantes estrangeiros, como já as vias romanas, orientavam-se, predominantemente na direcção norte-sul. Os caminhos para ocidente – os do pescado, do sal e dos portos – eram muito mais seguidos e úteis aos povos locais”. (Cf. A. Ferreira de Almeida – “Os caminhos e a assistência no norte de Portugal”, separata de *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Lisboa, Actas das 1^{as}. Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 1972, p. 50).



Figura 30 - A rede viária

Adaptado de Pedro Soutinho - Vias Romanas em Portugal, in <http://viasromanas.planetaclix.pt> (acedido em Março de 2005)

Convém desde logo sublinhar que, na senda da tradição romana que designava as vias terrestre de forma diferenciada consoante a sua importância, a menção a uma estrada evidencia desde logo a sua importância porquanto os simples caminhos, carreiros e atalhos nunca assumem tal expressão ⁴²⁴. Devia tratar-se de percursos empedrados que conduziam à cidade, ao povoado, aos rios ou ao campo. Por outro lado, à semelhança do evidenciado em muitas das referências aos moinhos, também aqui “a estrada” surge como elemento caracterizador da paisagem que identificava herdades e povoados, sendo suficientemente importante e conhecida para delas se lançar mão quando se almejava expressar a localização e confrontações de determinado local ou património. Os homens de então reportavam-se, deste modo, a um elemento importante, quer a nível formal, como acabamos de enunciar, como, sobretudo, a nível pragmático, a tal ponto que se chega a enunciar “*que se alguma carreya publica é destruída na testeyra de alguma herdade e o senhor da herdade a nom quer mandar tapar vaan pela herdade sem coomha nenhuma*” ⁴²⁵. As estradas eram um bem que a todos beneficiava e que devia por todos ser preservado, mesmo que o seu curso entrasse em domínios privados.

Enunciados este pressupostos “calcorreemos” a antiga “*strata mourisca*”!

Proveniente de Gaia, a estrada avançava para sul encontrando-se uma primeira referência documental para Aldriz (actual concelho da Feira), em 1096 ⁴²⁶, quando, a propósito da venda de uma propriedade, se situa a mesma “*in villa Eldiruz subtus monturelo discurrente riuulo feuerus Portugal in terra ciuitatis sancte marie super stratam*” ⁴²⁷, isto é, do lado de cima ou a nascente da estrada ⁴²⁸. Ainda para locais que

⁴²⁴ Augusto Soares de Sousa Baptista – “Estradas Romanas do Concelho de Águeda”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. XIV, 1948, pp. 4-7.

⁴²⁵ Cit. in Augusto Soares de Sousa Baptista – “Estradas Romanas do Concelho de Águeda ...”, p. 8.

⁴²⁶ “*Elderiz*” é actualmente Aldriz, uma povoação da freguesia de Argoncilhe, concelho da Feira, in Arlindo de Sousa – *O.c.*, p. 24.

⁴²⁷ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 842.

⁴²⁸ Cf. Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...”, p. 25.

hoje em dia integram o concelho da Feira, temos mais referências a este eixo viário. Em 1196, o mesmo aparece assinalado em Lourosa (actual freguesia do concelho da Feira) a propósito da demarcação do património doado ao mosteiro de Pedroso, afirmando-se que "*parte Lourosa cum Mouri et cum Lavandeira Perosina et cum Lourosela et per strada mourisca*" ⁴²⁹. A estrada situar-se-ia entre Lourosa (a Ocidente) e Fiães (a Oriente) porquanto, em 1181, foi assinalada na venda de uma herdade em Gualtar (lugar da actual freguesia de Fiães, concelho da Feira), no "*territorio Sancte Marie subtus strata mourisca iuxta Castrum Feanes discurrente rivulo Olela*" ⁴³⁰. Prosseguindo, deparamos com um registo de 1098, inserto numa doação feita a favor do mosteiro de Pedroso, no qual se referem propriedades sitas em Portela (lugar da actual freguesia de Romariz, concelho da Feira) ⁴³¹ "*siue super strada comodo subtus illa strada*" ⁴³², ou seja, de um e outro lados da estrada ⁴³³.

Estamos efectivamente a seguir o trajecto da antiga estrada mourisca como fica claro pela referência datada de 1129, inclusa na venda de uma herdade em Escapães (actual freguesia do concelho da Feira), junto à "extrada que vadit de Colimbrie de Vimeario" ⁴³⁴. A via ligava Escapães a Coimbra, passando por Vimieira era, na verdade, a dita estrada mourisca ⁴³⁵.

Continuando para sul, surgem-nos apontamentos para a referida estrada junto a S. João da Madeira. Assim, logo em 1088, circunscrevia-se um casal então transaccionado da seguinte forma: "*como se limita pela estrada que vai desde a igreja*

⁴²⁹ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 4, doc. 26.

⁴³⁰ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 4, doc. 16. O referido *Olela* só pode ser o rio Uíma, porquanto é este que banha Fiães.

⁴³¹ Cf. nota anterior e Arlindo de Sousa – *O.c.*, p. 36.

⁴³² *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 870. O "negrito" é, obviamente, da nossa responsabilidade.

⁴³³ Cf. Abade João Domingues Arede - "Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...", vol. IV, p. 25.

⁴³⁴ T.T., *Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Documentos Particulares*, Cx. 27, Rolo 2, doc. 15.

⁴³⁵ Cf. Pedro Soutinho - *O.c.*.

de S. João, da parte do Ur”⁴³⁶, o que consigna a existência de uma via terrestre que encontrava no rio Úl, a nascente, um dos marcos identificativos do seu traçado. A esta alusão, averbe-se uma outra de 1142, onde se menciona como uma das testeiras para uma propriedade, então alienada, “*illa strata mourisca*”⁴³⁷.

Avançando, em 1145, um testamento em favor do mosteiro de Grijó colocava Azevedo (lugar da actual freguesia de S. Vicente de Pereira, no concelho de Ovar) a poente da estrada mourisca como aparece evidente na transcrição “*in uilla dicta Azeuedo subtus illam stratam mouriscam*”⁴³⁸.

Prosseguindo a marcha, o viajante medievo deparava-se com o rio Ul e com o Antuã, do qual o primeiro era afluente. Da análise da documentação escrita, nada nos permite inferir como era feita a travessia destes cursos de água. Parecem existir vestígios arqueológicos que testemunham a existência de duas pontes antigas, respectivamente, a do lugar da Pica, em Cucujães, sobre o rio Ul, e a de Macinhata de Seixa, próxima do lugar de Silvares para o Antuã⁴³⁹. O Abade João Domingues Arede aventa a hipótese de ambas as pontes serem contemporâneas da via militar romana, fundamentando a sua asserção pelas características de construção patenteadas nos vestígios encontrados para ambas as ponte e, também, por “*estes rios [Ul e Antuã, entenda-se] não serem navegáveis e, portanto, utilizáveis para pontes de barcas*”⁴⁴⁰.

Na carta de couto de Assilhó (lugar da actual freguesia e concelho de Albergaria-a-Velha)⁴⁴¹, deparamos com recorrentes menções à “estrada mourisca”, aquela que

⁴³⁶ Serafim Leite – “S. João da Madeira na Idade Média. Documentos Inéditos da Torre do Tombo”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, 1936, p. 67.

⁴³⁷ Cf. nota anterior.

⁴³⁸ *Le Cartulaire Baio-Ferrado de Grijó (XI^e-XIII^e siècles)*, Introd. et Notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971, doc. 275.

⁴³⁹ Abade João Domingues Arede - “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio Ul” ..., pp. 285-287.

⁴⁴⁰ Abade João Domingues Arede - “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio Ul” ..., p. 287.

⁴⁴¹ No original o topónimo é “*Osseloa*” (*Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, Introd. Diplomática e notas de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958,

“*currit de Portugal*”⁴⁴² (Gaia⁴⁴³). Assim, a estrada surgia, mais uma vez, como marco de referência para delimitação do supra citado couto, evidenciando-se em expressões como “*currit strada*”, “*sub strada*”, “*super strada*”⁴⁴⁴ e similares. Contudo, este diploma referencia um dado não menos importante, a saber, a instituição de uma albergaria “*in loco isto de super strada*”⁴⁴⁵ (a nascente da estrada). Estas estruturas afiguravam-se extremamente importantes no apoio e assistência a viajantes e peregrinos, mormente na Idade Média, onde escasseavam os apoios para comida e alojamento de quem se encontrasse em trânsito e onde o espectro do acometimento de salteadores era uma constante. Encontrar um local de acolhimento era uma garantia de algum conforto, tranquilidade e segurança na viagem e, por isso mesmo, deveria valorizar o percurso em que se encontrava implantado. Num período em que a assistência era implementada por particulares, laicos ou eclesiásticos, o legado e instituição e manutenção de albergarias (à semelhança do que sucedia com hospitais, gafarias e eremitérios) era considerado uma obra pia, atenuadora de pecados mundanos no Dia do Juízo Final. Daí que em muitas execuções testamentárias surjam cláusulas direccionadas às obras assistenciais. Outras vezes, porém, era ainda em vida que os fiéis (e não esqueçamos que estamos em presença de uma cultura e mentalidade marcadamente religiosas), direccionavam teres e haveres para obras que lhes permitissem almejar a salvação eterna, tanto própria como de familiares próximos⁴⁴⁶.

doc. 49), o qual foi identificado com Assilhó (cf. Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...”, p. 26).

⁴⁴² *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios ...*, vol. I, , doc. 49.

⁴⁴³ “*Sancta marina de purtugal*” é identificada com Vila Nova de Gaia, cf. P^o. Miguel de Oliveira – “A Vila de Ovar. Subsídios para a sua História até ao século XVI ...”, p. 23.

⁴⁴⁴ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios ...*, vol. I, doc. 49.

⁴⁴⁵ Cf. nota anterior.

⁴⁴⁶ A propósito refere Maria José Pimenta Ferro “*Tendo sido o amor a Deus através do amor ao próximo o expoente máximo da religião cristã, não admira que, com a expansão desta, tenha eclodido a prática fecunda da caridade.[...] É assim que, ao longo da Idade Média, nós assistimos às doações contínuas de bens imóveis e pecuniários, quer em vida, quer post mortem, como contributo para obras piedosas. Estas incidiam, geralmente, na criação ou auxílio a hospitais, albergarias, gafarias, pontes, ou então no legado de donativos destinados a sustentar pobres, englobando-se nesta palavra a pobreza envergonhada, pessoas idosas ou doentes, e peregrinos [...]*” (M. J. Pimenta Ferro – “Nótula para o estudo da assistência

Isto mesmo sucede com a albergaria do couto de Assilhó (no actual concelho de Albergaria-a-Velha ⁴⁴⁷), nascida da vontade e outorga da rainha D. Teresa que, ao coutar as propriedades de Gonçalo Eriz, concedendo-lhe a respectiva carta de couto, regulamenta a criação de “*umam albergariam quod inter me et te ponamus in loco isto de super strada pro animas nostras et parentum nostrorum*” ⁴⁴⁸. Em 1133, o filho de Gonçalo Eriz, Pelágio Gonçalves, acabou por abdicar da albergaria e de outras propriedades que recebera de seu pai, pela permuta que estabeleceu com o mosteiro de Pedroso ⁴⁴⁹.

Reiteramos a nossa opinião de que a existência de uma albergaria num determinado circuito viário deveria ser uma valorização para o mesmo reflectindo, igualmente, um afluxo de trânsito que justificava a criação desta estrutura e, por inerência, a importância do traçado a que estava adscrita ⁴⁵⁰. Nesse sentido, o eixo que ligava Gaia a Coimbra contava, se não antes pelo menos em finais da *Centúria de Duzentos*, com uma outra albergaria em *Mamoa Rasa* (sita na actual freguesia de Ancas do concelho de Anadia) ⁴⁵¹; isto é, o percurso Gaia-Coimbra apresentava locais próprios para interrupção da viagem pelo menos em dois locais que, a julgar pela distância que os media (cerca de 40-50 Kms), facultava que, mesmo a pé, se podia num só dia percorrer o trajecto entre uma e outra albergaria ⁴⁵².

hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro”, separata de *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Lisboa, Actas das 1^{as}. Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 1972, p. 371).

⁴⁴⁷ Note-se que a concordância designativa não deve ser mera coincidência, uma vez que, quase com toda a certeza, o concelho veio a assumir a designação do edifício assistencial que comportava, o qual pela sua relevância, marcará indelevelmente toda essa região

⁴⁴⁸ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios ...*, vol. I, doc. 49.

⁴⁴⁹ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 3, doc. 5.

⁴⁵⁰ Não obstante, a inquirição dionisina ao julgado de Figueiredo, em 1284, retrata a existência de uma albergaria em Castanheira, na freguesia de Avança, actual concelho de Estarreja (José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos ...*, p. 208) sem que a consigamos inserir numa qualquer estrada relevante para a época.

⁴⁵¹ Veja-se a informação inserta na “Inquirição na Terra de Vouga”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 84.

⁴⁵² Na verdade, “*ao longo dos caminhos medievais, os pobres e os peregrinos, ou quais quer viandantes, tinham uma série de casas, umas que lhes garantiam abrigo passageiro para a chuva ou para o rol da*

Junto à Albergaria de Assilhó, um pouco mais a sul, assinala-se uma nova menção à via em análise, nem podendo ser outra uma vez que o ponto de referência recaía sobre Frossos (actual freguesia do concelho de Albergaria-a-Velha). Este dado surge inserto numa doação de 1173, efectuada ao mosteiro de Pedroso, que recebeu a Ermida de S. Mamede, com todas as suas pertenças, sitas entre Angeja, Assilhó e seus termos, circunscritas pela Mamoá Negra “quomodo ex parte cum Forozos et inde vadit pella strata que vocitant de Gundisalvo Diaz subtus Mons Romariz discurrante rivulo Ansega territorio Marnele”⁴⁵³.

Prossigamos o trajecto em direcção a Coimbra para depararmos com nova referência à “estrada mourisca”, agora já em 1314, quando se delimitava um monte maninho de S. Cristóvão de Macinhata (actual freguesia do concelho de Águeda), então dado a concessão, dizendo-se “o qual monte parte pela estrada mourisca”⁴⁵⁴.

Mais meridional é a alusão à “(es)strata maiore” que percorria Pedaçais (lugar da actual freguesia de Lamas do Vouga, concelho de Águeda). No inventário dos bens Riba Vouga pertencentes a D. Gonçalo e D. Flâmula, datado de 1050 refere-se para “Padazanes” a existência de herdades que confrontam com “maiorinos de rex domno fredenando et de alia parte per estrata maiore”⁴⁵⁵. Outro diploma similar, de 1077, onde aparecem arroladas as propriedades de Pedro Gonçalves, as quais recebeu precisamente de “domno gundisaluo iben Egas et domna flamula” volta a mencionar-se como delimitação patrimonial “illa strata maiore”⁴⁵⁶. Pelo seu traçado, julgamos que esta via se integrava no circuito que temos vindo a acompanhar, a cuja designação aqui

noite e outras que lhes concediam um leito gratuito e, não raro, refeição ou elementos para ela. Entre as primeiras citaremos as capelas-abrigo, de portas sempre abertas, e, nas segundas [...] as albergarias e os hospitais” (C. A. Ferreira de Almeida – “Os caminhos e a assistência no norte de Portugal” ..., p. 51).

⁴⁵³ T.T., *Pedroso*, Cx 1, Mç 3, doc. 38.

⁴⁵⁴ T.T., *Chancelaria D. Dinis*, Livro 4, fl. 67.

⁴⁵⁵ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 378.

⁴⁵⁶ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 549.

veiculada de “estrada maior” deveria subjazer a ênfatização da importância do trajecto em causa.

A última referência à estrada mourisca, no que concerne ao espaço e cronologia em apreço neste trabalho, é feita a propósito da venda de um cortinhal ao cabido da sé de Coimbra ⁴⁵⁷. O prédio em questão situava-se em Cabanões de Riba d' Águeda (lugar da actual freguesia de Travaçô, concelho de Águeda) e nas confrontações patrimoniais explicitadas referia-se a "carreira pública" que, ao coincidir plenamente com o traçado da estrada mourisca, a ela deve equivaler.

Voltando à questão das obras e legados pios ligados ao apetrechamento da rede viária, note-se que estas não se esgotavam na criação de edifícios com carácter assistencial estendendo-se, igualmente, ao provimento de obras técnicas como sejam pontes, cais fluviais e fontanários ⁴⁵⁸. Também aqui o trecho de estrada que temos vindo a acompanhar se enquadra na prática coeva. Na verdade, a prossecução do itinerário implicava necessariamente a transposição dos rios Vouga e Águeda. Para o efeito, constatamos a existências de pontes, devidamente documentadas, mas cuja data de construção se encontra, ainda, por precisar.

Na documentação respeitante aos séculos X, XI e XII, régia ou particular, não encontrámos qualquer referência à ponte do Vouga nem tão-pouco à do Águeda. Esta lacuna ou omissão deve ser interpretada como indício da inexistência de qualquer uma das estruturas viárias porquanto, à semelhança do evidenciado para os moinhos ou para as próprias estradas principais (como a que temos vindo a analisar), “*a referência a elas, se existissem, era necessária, como indicação divisória*” ⁴⁵⁹. Também no que respeita a vestígios materiais que evidenciem a existência das referidas pontes para um período anterior ao século XIII, nada nos foi dado a perceber. Assim, tudo leva a

⁴⁵⁷ T.T., *Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Documentos Particulares*, Mç. 6, doc. 299 (5).

⁴⁵⁸ *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV ...*, p. 391.

⁴⁵⁹ Augusto Soares de Sousa Baptista – “Pontes de Vouga e do Marnel” ..., p.83.

assumir que “*a travessia da Via Militar Romana, sôbre os mesmos rios [Vouga e Águeda], tivesse sido feita, durante o domínio romano, em pontes de barcas ou em barcas de passagem, por serem ambos rios navegáveis, e que essas pontes ou barcas tivessem continuado a servir de passagem na dominação bárbara, moura e princípios da portugalense, ou da nascente nacionalidade portuguesa*”⁴⁶⁰.

A primeira alusão explícita às ditas pontes surge-nos em 1262, no testamento de D. Gonçalo Gonçalves, chantre do Porto e de Coimbra, quando o testador dispunha de um pecúlio de dez e duas libras destinados, respectivamente, “*ad Pontem de Uauga*” e “*ad pontem de Agueta*”⁴⁶¹. Mais tarde, em 1294, o bispo do Porto D. Sancho Pires, deixou estipulado em testamento a outorga de cem morabitanos velhos ou trinta libras para as sobreditas pontes, em sufrágio da alma de seus pais Robim e Esmeralda⁴⁶². Mais, o *Episcopólogo* de Pereira Novais, referindo-se a este último testamento evidencia que o bispo D. Sancho “*dexó dineros para que se acabassem las Puentes del Rio Vouga y del Agueda, en la estrada de Lisboa*”⁴⁶³. Dada a inexistência de qualquer referência anterior, a que acresce esta última menção relativa à disposição testamentária do bispo do Porto, somos conduzidas a fazer eco da opinião do Abade João Domingues Arede quando ressalta que dos documentos atrás apresentados “*se infere, pois, a antiguidade da Ponte do Vouga e da Ponte do Águeda, o espaço de tempo (sic) da sua construção, e que os referidos donativos não foram para conservação mas sim para construção das referidas pontes de pedra*”⁴⁶⁴. Efectivamente, cerca de 32 anos medeiam os testamentos a que aludimos mas, no entanto, no mais recente (de 1294) as obras das pontes ainda não estavam concluídas, caso contrário não faria sentido testar

⁴⁶⁰ Abade João Domingues Arede - “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio UI” ..., p. 289.

⁴⁶¹ *Censual do Cabido da Sé do Porto* ..., pp. 405-409. Mais se acrescenta outros montantes destinados a outras três pontes, designadamente, de *Soria, Alba e Canavezes*.

⁴⁶² *Censual do Cabido da Sé do Porto* ..., pp. 430-442. Este prelado portuense outorga, igualmente, a quantia de dez libras destinada à ponte de Canavezes.

⁴⁶³ Cit. in Abade João Domingues Arede - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro ...”, p. 26.

⁴⁶⁴ Abade João Domingues Arede - “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio UI” ..., p. 289.

verbas para a sua efectivação, pelo que podemos afirmar, com alguma segurança, que as pontes do Vouga e do Águeda, têm algures, na segunda metade do século XIII, a data de início das respectivas construções, as quais se terão prolongado para além de três décadas. Mais podemos afirmar que a ponte sobre o Vouga teria antecedido a sua congénere do Águeda, como parece depreender-se pelo facto de, nas inquirições dionisinas para o julgado de Vouga, datadas de 1282, já se fazer uma alusão à primeira destas edificações, pairando sobre a segunda um total silêncio. Com efeito, a propósito de uma vinha inscrita na freguesia de Santa Maria de Lamas, mencionava-se que esta estava “*a par da ponte*”, precisando-se mais adiante, igualmente para umas vinhas da mesma freguesia que ficavam “*a par da ponte de Vouga*”⁴⁶⁵, o que dissipava qualquer dúvida que pudesse surgir acerca da ponte em questão. Assim, somos levadas a corroborar a opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida quando sugere que “*A via romana Porto-Coimbra, pelo Vouga e Águeda, deve ter-se quebrado bastante cedo pelo derrube ou assoreamento de pontes. [...] Só no século XIII se restabeleceu perfeitamente o caminho por Águeda*”⁴⁶⁶.

⁴⁶⁵ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 82.

⁴⁶⁶ C. A. Ferreira de Almeida – “Os caminhos e a assistência no norte de Portugal” ..., p. 50.

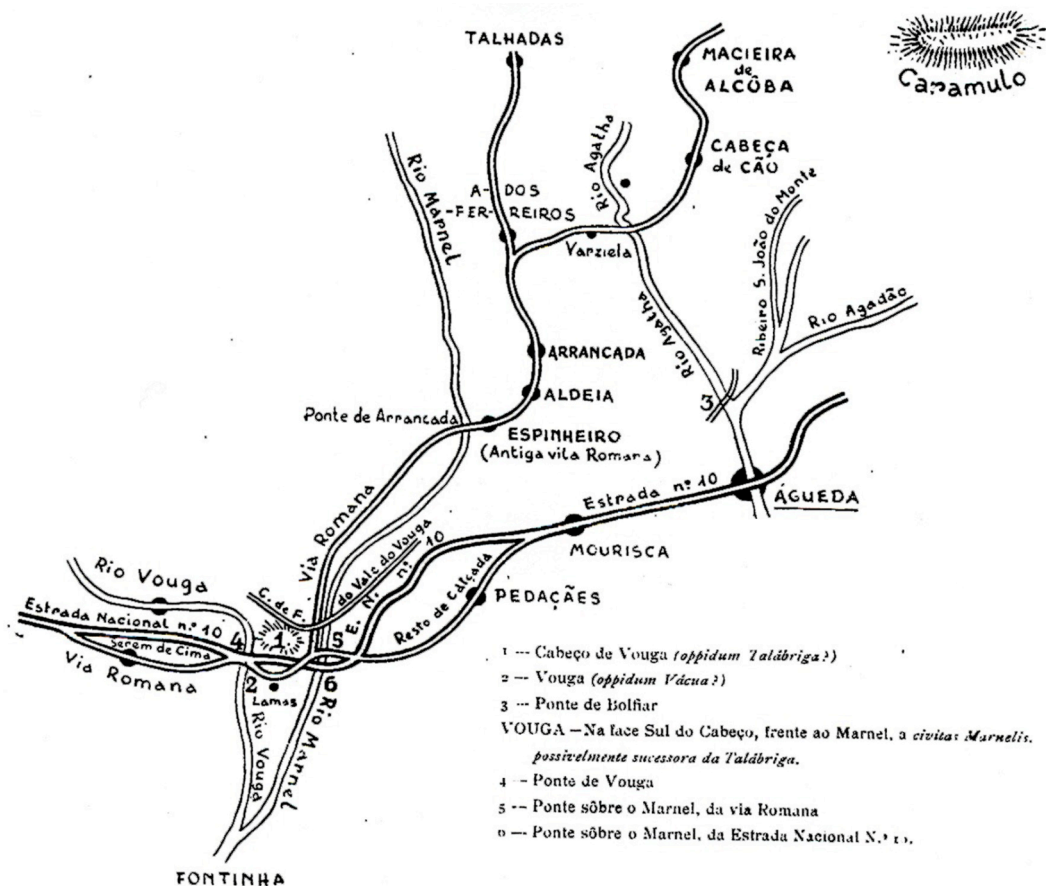


Figura 31 - Pontes do Vouga e do Águeda

Joaquim Soares de Sousa Baptista – “Vestígios de Vias Romanas no Concelho de Águeda”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. VIII, 1942, p. 97.

Terminamos a questão das pontes com as palavras de um Autor da região, ao referir “*essa estrada, no seu trajecto pela zona chamada hoje Beira litoral, atravessava o Rio Vouga e o Rio Águeda, onde foram feitas duas pontes de pedra (uma em cada rio)*”⁴⁶⁷; e daqui prosseguia para Meridião, rumo a Coimbra como se pode comprovar por um aforamento de 1286, onde se refere que a propriedade em negócio confrontava com “*a carreira que de Barro vay pera Spinel*”⁴⁶⁸, carreira esta que não pode ser outra senão a da vetusta “*estrada mourisca*”.

Pontilhado, na medida do que as *fontes históricas* permitiram, o percurso da antiga via principal que atravessava toda a região do Baixo Vouga nos primeiros séculos

⁴⁶⁷ Abade João Domingues Arede - “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio UI” ..., p. 288.

⁴⁶⁸ T.T., *Chancelaria D. Dinis*, Livro 4, fl. 182. Note-se que Barro e Espinhel são freguesias do actual concelho de Águeda.

portugueses, impressionou-nos o seu traçado rectilíneo e regular. Na verdade, “*esta economia de distância só pôde ser alcançada com o sacrifício da comodidade, com subidas e descidas que os nossos actuais meios de transporte não suportariam. As pequenas curvas são determinadas apenas pela necessidade de passagens mais fáceis nos rios ou para evitar vales profundos e encostas abruptas onde a construção seria impossível ou ao menos excessivamente dispendiosa*”⁴⁶⁹, sublinhava, já em 1948, Augusto Soares de Sousa Baptista. Tudo se submetia à operacionalidade e eficácia da circulação de pessoas e bens.

O eixo viário que temos estado a acompanhar não devia ser o único que integrava o *hinterland* do Baixo Vouga, mas era, com toda a probabilidade, o mais importante e seguro. A atestar a sua importância estão as referências atrás expostas a albergarias e pontes de pedra, só justificáveis pela intensa afluência de tráfego neste percurso, a qual justificava o investimento em construções morosas e dispendiosas que implicavam não só esforço como, também, laivos de planificação e ordenamento territorial. No que concerne à segurança, não podemos esquecer o posicionamento desta estrada. Encontrava-se bordejada por colinas, onde a defesa, desde sempre, fora mais facilitada, como se atesta pela profusão de vestígios de povoamento castrejo e romano (este último estabelecido na sequência do primeiro)⁴⁷⁰.

Na monografia intitulada “*O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*” os Autores, na senda de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (o qual referem explicitamente), aludem a outras vias de comunicação terrestres que estabeleceriam a ligação entre os principais pólos urbanos e comerciais de então⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ Augusto Soares de Sousa Baptista – “Estradas Romanas do Concelho de Águeda” ..., p. 14.

⁴⁷⁰ António Manuel S. P. Silva – *Proto-História e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral: elementos para uma avaliação crítica*, Porto, 1994 (Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada na F.L.U.P., policop.).

⁴⁷¹ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII* ..., pp.100-102 e mapa 51 (s/p.).

Neste trabalho, são referidas três estradas, todas elas seguindo paralelamente à costa e de traçado sensivelmente contíguo, sendo que a mais litoral era uma via secundária e, ambas as outras itinerários principais ⁴⁷². Na verdade, nem a documentação por nós compulsada, nem o mapa das vias medievais elaborado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida ⁴⁷³, nem os trabalhos de índole regional ou local a que tivemos acesso, nos permitem corroborar um desdobramento da “estrada velha ou mourisca”. Porém, ao invés de Pedro Soutinho ⁴⁷⁴, Ferreira de Almeida não faz coincidir o traçado da via militar romana com o da estrada medieval mas, contrariamente àquele, não apresenta argumentos nem documentos (escritos e/ou arqueológicos) que clarifiquem a coexistência de dois traçados paralelos nos primeiros séculos após a Reconquista ⁴⁷⁵. Mantemos, deste modo, a nossa convicção segundo a qual a antiga estrada Porto-Coimbra teria aproveitado o que restava do anterior traçado romano, provendo-se à sua manutenção e reconstrução, onde fosse necessário.

Já no que se refere à via secundária posicionada no extremo ocidental do traçado viário medievo, entre o cais de Gaia e a actual localidade de Ovar, julgamos perfeitamente crível que o mesmo se tivesse imposto, como parecem apontar os indícios arqueológicos encontrados na região ⁴⁷⁶.

Fazia todo o sentido a abertura de uma nova estrada, ainda que secundária, em virtude:

- da pacificação do território obviado pelo fim das peijas entre cristãos e muçulmanos;

⁴⁷² Cf. nota anterior.

⁴⁷³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida – *A Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho ...*, 1 vol., p. 159.

⁴⁷⁴ Pedro Soutinho – *O.c.*.

⁴⁷⁵ Carlos Alberto Ferreira de Almeida – *A Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho ...*, 1 vol., p. 159.

⁴⁷⁶ Cf. Figura 30 do presente capítulo.

- do crescimento da flecha arenosa a norte que, no século XIII, se encontraria em frente da Torreira ⁴⁷⁷, facultando uma enseada natural que protegia o porto marítimo de Ovar e, conseqüentemente, propiciando uma maior capacidade de protecção face a ataques de piratas e corsários ⁴⁷⁸;

- da necessidade de escoamento de produtos, sobretudo do sal, cuja produção prosperava em Cabanões a partir do século XIII ⁴⁷⁹.

Aliás, em toda a região, deveriam proliferar pequenas estradas e caminhos, que se iam implantando nos terrenos recém-formados. Assim, o crescimento de uma teia de vias complementares deveria impor-se à medida que a laguna se formava e se exploravam os recursos naturais (como o sal) que a rápida geodinâmica propiciava.

Não podemos, todavia, esquecer que aos itinerários terrestres se aduzia o tráfego marítimo e fluvial, tributário da posição costeira privilegiada na qual se inseria, aliás, a embocadura do Vouga e seus afluentes.

III.3.2. Portos/pescas e navegação (marítima e fluvial)

Tributário de uma vasta linha de costa, muito embora com uma configuração diferente da actual, o Baixo Vouga medievo afigurava-se como uma área potencialmente apta para a pesca e navegação marítimas. É indubitavelmente polémico aglutinar-se no mesmo sub capítulo a análise dos portos e das pescas, sendo estas um processo extractivo mais consentâneo com a abordagem feita acerca das formas de utilização e manipulação dos recursos naturais (como o sal ou os moinhos). Todavia, a nossa opção de agrupar portos-pescas resultou da parcimónia de registos escritos respeitantes a pescas e pescado, associada à geodinâmica do sublitoral em apreço, onde

⁴⁷⁷ Orlando de Oliveira – *O.c.*, p. 34.

⁴⁷⁸ Como o perpetrado no século XI (cf. *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 261) e a que aludiremos de seguida, quando nos debruçarmos sobre as vias de comunicação marítimas e fluviais.

⁴⁷⁹ Veja-se, supra, o que se apresentou sobre o sal.

a configuração de nichos recônditos e lagunares ou pré-lagunares propiciou, simultaneamente, a implementação de estruturas portuárias e a criação de autênticos “tanques” de águas pouco profundas nos quais a apanha das espécies estava sobremaneira facilitada. Sabemos já que em termos de morfodinâmica pontuavam, a norte, o progressivo assoreamento da lagoa de Esmoriz e, mais a Sul, o crescimento da restinga que, progressivamente, ia encerrando a grande baía com a consequente formação da laguna de Aveiro e o consentâneo enchimento do golfo interior referido por Amorim Girão ⁴⁸⁰. Estes processos foram conduzindo à formação de reentrâncias, abrigadas da agitação marítima e dos temporais, várias das quais acabaram por se equacionar na criação de portos naturais, propensores do tráfego marítimo ⁴⁸¹. A esta situação acresce que toda a área em apreço no presente trabalho era pontuada por cursos de água fluviais, de maior ou menor envergadura ⁴⁸², na altura ainda não assoreados ⁴⁸³ e, conseqüentemente, facilmente navegáveis (colmatando as eventuais carências detectadas na rede viária).

A situação costeira do Baixo Vouga lagunar, associada à proliferação de rios, riachos e ribeiras contribuiu, inevitavelmente, não só para a activação e desenvolvimento do comércio e navegação como, também, para a exploração da pesca, marítima e fluvial, que teria funcionado como complemento económico à agro-silvicultura e à produção e comércio do sal.

⁴⁸⁰ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico ...*, p. [58].

⁴⁸¹ Maria Luísa Pinheiro Blot evidencia esta situação ao referir que “*pelas características do mundo atlântico (marés muito sensíveis, ondulação forte, ventos dominantes do quadrante Norte), verificamos que os locais escolhidos para a implantação de estruturas, e de estabelecimentos de tipo portuário, aparecem, invariavelmente, ligados a cenários geográficos naturalmente abrigados*” (Maria Luísa Pinheiro Blot – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*, p. 138, in <http://www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/28> (acedido em Julho de 2006).

⁴⁸² Cf. Figura 1.

⁴⁸³ J. M. Alveirinho Dias – “A Evolução Actual do Litoral Português”, in *GEO-NOVAS - Revista da Associação Portuguesa de Geólogos*, nº 11, Lisboa, 1990, pp. 15-18.

O primeiro acidente geo-costeiro documentado para a zona em análise foi a laguna implantada imediatamente a sul de Espinho, actualmente conhecida como “Barrinha de Esmoriz”. Com efeito, um estudo geomormológico e arqueológico levado a efeito na actual carreira de tiro de Silvalde (c. Espinho), veio demonstrar a existência de uma armadilha de pesca datável dos tempos da ocupação romana (séculos I/II d.C.)⁴⁸⁴. Tal facto comprova o aproveitamento dos recursos piscícolas do território em causa o qual, à época, era ainda banhado pela água do Atlântico que entrava na laguna, como veremos de seguida, a qual ficou registada na documentação medieva como lagoa de Ovil. A primeira menção escrita à dita lagoa data de finais do século IX (mais precisamente 897)⁴⁸⁵. Referência semelhante se encontra para o século seguinte, em 922, quando Ordonho II, rei de Leão, fez uma pródiga doação a D. Gomado, bispo de Coimbra, e ao mosteiro de Crestuma⁴⁸⁶. Ao longo dos séculos XI e XII podemos encontrar novas referências à lagoa medieval de Ovil, agora insertas sobretudo em diplomas de venda ou transferência de propriedades⁴⁸⁷, os quais devem reflectir o processo de fixação e organização social e patrimonial que se começava a desenhar nesta franja do território. Não obstante, os textos começam a ser mais eloquentes de modo que se consegue apurar que a lagoa estava em contacto com o mar porquanto, numa doação que os filhos de Adosinda e Froila Godesindo fizeram ao mosteiro de Anta, em 1037, se refere explicitamente que a *villa* de Santa Cruz, em Esmoriz⁴⁸⁸, se localizava “*subtus alpe mons sagitella*⁴⁸⁹ *território portugalense discurrente ribulo que dicent lagona usque se*

⁴⁸⁴ F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – *O.c.*.

⁴⁸⁵ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 12.

⁴⁸⁶ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 25.

⁴⁸⁷ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, docs. 296, 739; *Baio-Ferrado*, doc. 267, 266 e 46; *Documentos Medievais Portugueses*, vol. IV, doc. 308 e T.T., *Mosteiro de S. Pedro de Pedroso*, Caixa 1, Maço 1, docs. 19 e 32.

⁴⁸⁸ A. C. Amaral Frazão – *O.c.*, p. 708.

⁴⁸⁹ Segundo o P^o. Aires de Amorim corresponde a Seitela-Moselos (cf. P^o. Aires de Amorim – *O.c.*, p. 231 e Arlindo de Sousa – *O.c.*, p. 38).

infundit in mare”⁴⁹⁰. O P^e. Aires de Amorim, no seu trabalho sobre a História de Esmoriz, distingue a lagoa de Ovil, corpo lagunar propriamente dito, do “*ribulo lagona de Ubile*” que identifica com o rio Maior que desaguava na *vila* da Lagoa, em Silvalde⁴⁹¹, o que não pode ser autêntico uma vez que, à data, a antiga zona lagunar de Silvalde já havia sido colonizada por espécies arbóreas⁴⁹². Quer-nos parecer que a denominação deste rio deveria estar directamente relacionada com o local onde desembocava, a saber, a laguna de Ovil. Aliás, isto mesmo nos é mencionado quando uma carta régia datada de 1284, destinada a delimitar o castro de Ovil e a vila de Silvalde salienta, a propósito das respectivas demarcações, que o rio Maior vai a direito desaguar numa lagoa que só poderia ser, obviamente, a de Ovil⁴⁹³.

Apesar do progressivo assoreamento verificado a norte, já em tempos medievos, a dimensão desta lagoa, que nos nossos dias se reparte (somente) entre Paramos e Esmoriz, era, na altura, consideravelmente superior no seu limite meridional. Com efeito, nas inquirições dionisinas de 1288 faz-se referência a uma lagoa implantada em Esmoriz e Cortegaça quando os inquiridos assinalavam, a propósito dos direitos reais, que “*(...) en huum lugar que he dele da freegesia de Esmoriz e dele da freegesia de Corteguaça, contra o mar, a huma lagoa que era devasso*”⁴⁹⁴.

Assim, ainda nos finais do século XIII a “Barrinha de Esmoriz” se espraiava entre Esmoriz e Cortegaça.

⁴⁹⁰ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 296.

⁴⁹¹ P^e. Aires de Amorim – *O.c.*, pp. 231-233.

⁴⁹² F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – *O. c.*, p. 196.

⁴⁹³ *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium Eorum Qui in Archivo Municipali Portucalensi Asservantur Antiquissimorum*, vol. I: *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1891-1912, pp. 393-394. Na demarcação de Silvalde refere-se que “*vay pello valle do Porco a direito ao rio M[aior] a huã hua lagoa que faz no rio hu chega em direito*” (*Corpus Codicum ...*, vol. I, pp. 393-394).

⁴⁹⁴ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII ...*, p. 217; P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média ...*, p. 103 e P^e. Aires de Amorim - *O. c.*, p. 105.

Apresentando esta “configuração espontânea” não é de estranhar que a lagoa tivesse funcionado como porto de navegação e de pesca em tempos medievos, fornecendo uma variedade de recursos naturais apreciável. Com efeito, detectámos um elemento toponímico que aponta no sentido da existência de um porto em Esmoriz, porquanto, na inquirição de 1248, mandada efectuar para aferir dos efectivos direitos e propriedades que o mosteiro de Pedroso ali possuía, se referia pertencerem ao mosteiro herdades situadas no “*Porto de Barcho*”⁴⁹⁵. Posteriormente, na citada inquirição régia de 1288, queixavam-se as testemunhas que a dita lagoa era devassa e “*que ujam os homens d’El Rey e os outros da terra colher o coreçil e a carregua pera cobrir as casas e o junco e a madeyra, e pescavam hi os que queriam pescar en humm porto que se hj faz (...) que devia seer d’El Rey e em que soyam pescar os homens*”, mas que Afonso Martins Madeira e João Nogueira “*queren diçir que he da onrra sua deles de Paramhos e d’Esmoriz e fazem ende onrra novamente que nom leixam hi pescar se nom per quinhom*”⁴⁹⁶. Por esta citação se depreende:

1 - O aproveitamento de recursos próprios de uma zona lacustre/lagunar, nomeadamente com a recolha de “*coreçil*” que, segundo Viterbo consistia numa “*espécie de ervanço, caniço, colmo ou palha, como castanhol, moliço, tabûa, etc., que se criam na lagoa de Paramos, que é na terra da Feira*”⁴⁹⁷, com o qual se cobriam as casas, como refere o próprio documento. Esta prática, estender-se-ia à laguna de Aveiro quando formada e da utilização do dito “*coreçil*” ou palha resultou a designação pela qual eram (e são, ainda) conhecidas as habitações típicas da região, comumente designadas por “*palheiros*”⁴⁹⁸. Além desta utilização, o “*coreçil*” seria também utilizado como fertilizante natural das terras, situação que se manteve até há

⁴⁹⁵ T.T., *Pedroso*, Cx 2, Mç 6, doc. 26.

⁴⁹⁶ Cf. nota anterior.

⁴⁹⁷ Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário ...*, volume II, p. 137.

⁴⁹⁸ Cf., v.g., P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média ...*, pp. 177-180.

relativamente pouco tempo e da qual, porque somos dessa região, ainda temos memória presente.

2 - A prática da pesca, cuja referência textual assinalada pela expressão “*pescavam hi os que queriam pescar en humm porto que se hj faz*”⁴⁹⁹ se afigura inequívoca. Note-se que a lagoa de Ovil, de águas relativamente pouco profundas, deveria constituir-se como um autêntico viveiro e “*nursery*”⁵⁰⁰.

3 - A existência de um porto ou, ao menos, um ancoradouro natural, propiciado pela configuração inerente a uma laguna, a qual dava acesso ao mar (pelas razões atrás apontadas) e, também, certamente fluvial, já que para a laguna confluíam diversos rios e pequenos regatos⁵⁰¹. Tem sido grande a controvérsia gerada em torno da questão da natureza do porto da lagoa de Ovil. Para melhor enquadrarmos o problema, lancemos mão dos testemunhos escritos e interpretações textuais.

No século XVII, o tenente-capitão António Pinto Freire, morgado de Paramos (1644-1653), “*tomou a certa altura posse judicial da lagoa, pelo que a teve de percorrer de barco e dela se introduzir no mar*”⁵⁰². Na *Memória Paroquial* de Esmoriz do ano de 1758 se refere que “*é tradição nesta freguesia de que antigamente entravam pela barrinha da lagoa algumas caravelas, de que hoje não é capaz, pelas muitas areias que o mar tem arrojado à praia*”⁵⁰³. É possível que exista algum exagero na menção de caravelas como embarcações entradas na laguna; não sabemos se a profundidade das águas admitia a penetração de embarcações de grande calado. Como quer que fosse, o que nos importa aqui sublinhar é a memória da comunicação da lagoa

⁴⁹⁹ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII* ..., p. 217; P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média* ..., p. 103 e P^o. Aires de Amorim - *O. c.*, p. 105.

⁵⁰⁰ Dada a ausência de um vocábulo português que transmita a ideia pretendida, utiliza-se aqui a palavra anglo-saxónica para expressar a concentração de espécie recém-nascidas nas águas estuarinas ou lagunares, nas quais permaneciam durante o seu crescimento, sendo que, muitas vezes, os indivíduos vivem no oceano, deslocando-se para aqui apenas para desovar.

⁵⁰¹ P^o. Aires de Amorim - *O. c.*, pp. 231-235.

⁵⁰² Cit in P^o. Aires de Amorim - *O. c.*, p. 243.

⁵⁰³ Cf. nota anterior.

com o Atlântico. Aliás, em 1842, assim era descrita esta franja costeira por um príncipe alemão de visita a Portugal, quando rotulava a Barrinha como “*um extenso e profundo braço mar*”⁵⁰⁴. Em 1912, denunciava o Marquês de Ávila e Bolama que em tempos esta laguna servira de abrigo a pequenos barcos de pesca⁵⁰⁵. Já Fernando Martins, em meados do século XX, assumia a ligação da lagoa com o mar para o período medieval, deixando o testemunho segundo o qual, à data em que escrevia, a “barrinha” ainda entrava em contacto com mar, por ocasião das marés vivas⁵⁰⁶. Em finais da década seguinte, Fernando Castelo-Branco surgia com novos elementos e afirmava que ainda no século XVI a “Barrinha de Esmoriz” comunicava directamente com o oceano⁵⁰⁷, no que fora corroborado por Jaime Cortesão que, em 1958, publicou uma relação de portos marítimos e fluviais do Portugal medievo, entre os quais se contava o de Esmoriz⁵⁰⁸.

Em nosso entender, pese embora a ausência de uma referência documental explícita que suporte a conclusão de que a lagoa estaria em comunicação com o oceano durante a Idade Média, estamos persuadidas que tal seria bastante provável, pois se em épocas subsequentes laguna e mar ainda parecem comunicar directamente, por maioria de razão, isso mesmo verificar-se-ia em finais do século XIII e inícios do seguinte, quando o processo de assoreamento da laguna se encontrava, ainda que activo, numa fase bem mais incipiente e, portanto, apresentava condições para a existência de abrigo portuário.

Mais a sul, em Cabanões (Ovar), impunha-se o porto que dominou todo o espaço do Baixo Vouga lagunar entre os alvares da nacionalidade e os finais do século XIII. Com efeito, um diploma de 1026, menciona a cedência de propriedades sitas em

⁵⁰⁴ P^o. Aires de Amorim - *O. c.*, p. 242.

⁵⁰⁵ Cf. nota anterior.

⁵⁰⁶ Alfredo Fernandes Martins – *O. c.*, p. 23.

⁵⁰⁷ P^o. Aires de Amorim - *O. c.*, p. 242.

⁵⁰⁸ Cf. nota anterior.

Cabanões e Muradões ⁵⁰⁹ (em Ovar), no curso do rio Ovar, como indemnização do resgate feito aos normandos ⁵¹⁰. Este documento constitui um dos raros legados escritos que testemunham as incursões costeiras dos povos do Norte no território que viria a tornar-se Portugal. A propósito da devastação provocada pelas incursões normandas Alberto Sampaio refere: “*Desembarcando em geral sem resistência, começavam por saquear o litoral, e quando este os não abandonava de despojos, internavam-se, praticando por toda a parte danos e crueldades. Segundo dizem os documentos, tornavam-se num verdadeiro terror, o que parece dever entender-se sobretudo até certo tempo. Privada a costa de defesa, as autoridades em regra não acudiam a repeli-los, se não depois de terem praticado grandes depredações. Posto que os cronistas só se refiram à Galiza, desses ataques não era isenta a província portuguesa nem a sua acção se limitava aqui*” ⁵¹¹. De facto, sabemos que os povos nórdicos assolaram continuamente a costa setentrional da Península Ibérica desde o reinado de Ramiro I (842-850) até ao século XI ⁵¹². Apesar da ferocidade dos seus ataques, estes incursores acabaram, todavia, por estabelecer relações amigáveis ou, pelos menos, cordiais com os povos do litoral admitindo, por exemplo, o resgate de cativos, como demonstra o episódio de 1026 ⁵¹³. O documento em questão fora bastante explícito quanto ao propósito do seu outorgante ao evidenciar “*ego Meittili Kartula venditionis facimos ad tibi Octicio de ereditate nostra própria que avemos de avolenga et de parentorum nostrorum in villa kabanones et in Muradones III^a integra subtus mons Kastro*

⁵⁰⁹ O *Muradones* medieval deverá corresponder actualmente a Muradões, sito em Ovar (cf. Arlindo de Sousa – *O. c.*, p. 33).

⁵¹⁰ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 261.

⁵¹¹ Alberto Sampaio – *O. c.*, p. 33.

⁵¹² Alberto Sampaio – *O. c.*, pp. 32-33.

⁵¹³ Refira-se uma situação anterior alusiva ao resgate das filhas de Amarelo Mestaliz, aprisionadas pelos piratas normandos quando estes, em 1015, entraram no Douro, em número avultado, e durante nove meses assolaram as terras até ao Ave, fazendo inúmeros cativos (cf. Rui Pinto de Azevedo – “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIV- Homenagem ao Prof. Paulo Merêa, Coimbra, 1973, pp. 85-88).

*Recaredi terridorio civitas Sancta Maria discorrente riu Ovar (...) pro que comparastis nobis de kaptivo mici Meitelli cum filia mea Guncina et sakastes nobis de barcas de laudomanes et dedistis pro nobis uno manto lobeno et una spada et I^o kamisso et III lenzos et una vaka et III modios de sal”*⁵¹⁴.

Este registo afigura-se extremamente valioso, não só por se tratar de um dos raros e mais precoces exemplos da transposição para texto de um acto de pirataria perpetrada contra a costa futuramente portuguesa, como também porque elucida acerca do valor do próprio resgate dos dois prisioneiros, a saber, *Meitili* e sua filha *Guntina*. Não vamos tecer grandes lucubrações acerca dos produtos entregues como preço do dito resgate. Convém, no entanto, sublinhar que através do ónus entregue em troca destas duas vidas poder-se-ia, eventualmente, aferir o estatuto social a que pertenciam evidenciando o valor económico dos bens equivalentes ao valor suas vidas ou, pelo menos, da sua liberdade. Porém, de entre os valores entregues aos normandos não podemos deixar de realçar os três moios de sal cuja importância económica era equiparável, v.g., à de uma vaca, um manto em pele de lobo ou uma espada, uma vez que com estes integra o rol de produtos entregues para a libertação dos cativos. Segundo os cálculos que temos vindo a efectuar, estamos a falar de cerca de 2.5 a 3.2 toneladas de sal⁵¹⁵ que certamente seriam resultantes de uma produção local significativa, dado que já em 929 temos registo de marinhas em Válega⁵¹⁶, localizada imediatamente a sudeste de Ovar⁵¹⁷. Aliás não faria grande sentido ir buscar sal a outra região para pagar o supra citado resgate. Assim, podemos considerar que este pode ser assumido como mais um elemento conducente à detecção do ritmo de crescimento da restinga arenosa que no

⁵¹⁴ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 261.

⁵¹⁵ Como já referimos um moio correspondia a 60 alqueires (P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média* ..., p. 8 e Inês Amorim – *O.c.*, p. 313), sendo que um alqueire equivaleria aproximadamente entre 14 a 18 quilos (“Pesos e Medidas”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, p. 71).

⁵¹⁶ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 35.

⁵¹⁷ Cf. pp. 149-153, acerca das marinhas de sal no século X e XI.

século XIII atingiria a zona da actual praia da Torreira ⁵¹⁸ e que, quer no século X, quer no seguinte, proporcionava já as condições naturais necessárias para a produção de sal no entorno de Ovar.

O documento que temos estado a seguir permite-nos avançar com a seguinte premissa: à data, nos inícios do segundo quartel do século XI, a localidade de Cabanões albergava um porto marítimo de importância considerável, sendo “visitado” por embarcações provindas do Norte da Europa, porto esse que foi viabilizado (não nos eximimos de reafirmar) pelo crescimento da restinga que, a norte, viria a delimitar a futura laguna de Aveiro e que, ao criar zonas protegidas e abrigadas da agitação marítima e dos temporais, facultava as condições para:

- a implantação de um porto natural;
- uma salicultura activa;
- uma apreciável actividade piscatória.

Relativamente à pesca, somos forçadas a concordar com o P^e. Miguel de Oliveira quando lamenta a exiguidade de informações históricas escritas que documentem esta actividade em Ovar, para a Idade Média⁵¹⁹. No entanto, parece-nos lógico que, dada a geomorfologia da zona em questão durante este período, seria normal que aí se praticassem a pesca marítima e fluvial, esta última facultada pela existência de vários cursos de água (ainda que relativamente pequenos) ⁵²⁰. A primeira referência explícita à actividade piscatória desta região encontramos-na nas Inquirições afonsinas de 1251 quando se obriga os moradores de Cabanões a entregarem ao rei todo o peixe que pescassem no dia em que o monarca estivesse na Feira (se fosse dia de pesca) bem como no dia seguinte, se houvesse novamente faina, tendo o rei direito ao seu

⁵¹⁸ Orlando de Oliveira – *O. c.*, p. 34.

⁵¹⁹ P^e. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média ...*, p. 67.

⁵²⁰ Cf. Figura 1.

respectivo quinhão ⁵²¹. A ressalva respeitante ao pagamento do tributo régio estar dependente da eventualidade de poder ou não ser feita pesca nos “*dies pescati*” leva-nos a supor que se tratava aqui da pesca no mar pois, só deste modo se explica a incerteza relativamente às condições naturais (ondulação, vento e maré) que permitissem a lida, dificuldades que, obviamente, não se colocavam se estivesse em causa a pesca fluvial. Mas esta última era indubitavelmente uma realidade local praticada, ao menos em locais mais interiores. Assim aparece atestada nas citadas inquirições de 1251, a propósito da tributação imposta pelo monarca para a localidade da Feira, quando se refere “*et trutarius qui debet matare truitas nom debet facere aliut forum et debet habere portionem de domo domini Regis in ipso die in qua eas mataverit*” ⁵²². Depende-se desta citação que o rei escolhia um funcionário (o “truteiro”) que tinha por incumbência pescar e matar as trutas destinadas ao paço régio, reservando para si uma quota parte do pescado, e ficando eximido do pagamento de qualquer outro foro ao rei. As ditas trutas eram apanhadas nos rios e riachos da zona ou, como chegam a aventar os Autores de *O Castelo e a Feira*, podiam mesmo provir de viveiros feitos em tanques especialmente destinados à cultura deste peixe ⁵²³.

D. Dinis, nas Inquirições em 1284 para o julgado de Cabanões, fez lembrar a tributação estabelecida pelo seu pai no que ao pescado dizia respeito, ao impor “*Primeiramente do mar os direitos que jazem nos registro, e do mais dam a el Rey de cada huma pinaça quando veher do mar huum cambo de pescado*” ⁵²⁴. E mais se especificava a apanha do chamado “peixe real” ao especificar-se que “*el Rey deve a*

⁵²¹ “*Et de Cabanões debent dare domino Regi totum piscatum quantum exierit in ipso die in quo Rex fuerit in Feira si fuerit dies pescati (...). Et in altero die debet habere talem quinhom de caravela sicut nimis piscator, si furit dies pescati*” (in P^o. Miguel de Oliveira – “Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria” ..., pp. 16 e 32, trad. Português e, do mesmo Autor, *Ovar na Idade Média* ..., pp. 89-90).

⁵²² P^o. Miguel de Oliveira – “Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria” ..., pp. 12 e 28, trad. Português.

⁵²³ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII* ..., pp. 88-89.

⁵²⁴ P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média* ..., p. 98, também publicado em José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos* ..., p. 222.

aver todo o pescado real que sahir no mar assy como balea e yrez e outro pexe real”⁵²⁵. Esta seria, sem dúvida, a pesca mais rentável e, por isso mesmo, os seus proventos remetiam integralmente para a coroa. Também os moluscos seriam objecto da tributação régia. Numa sentença de 1292, acerca dos direitos régios sobre os pescados de Cabanões se afirmava que “*quando matarem muitas sybhas darem duas de cada barcha e quando matarem poucas darem huã sybha*”⁵²⁶. Entendam-se por “*sybhas*” ou, em português corrente “*sibas*”, animais da família dos chocos⁵²⁷.

Todavia, a actividade piscatória do Baixo Vouga até finais do primeiro quartel do século XIV não se esgotava aqui. Não nos cansamos de chamar a atenção para o facto de a imbricada rede hidrográfica da região ter constituído uma autêntica *mais-valia*, quer ao nível da acessibilidade (através na navegação fluvial⁵²⁸) quer ao nível económico (pela extracção dos recursos fluviaes, nomeadamente piscícolas). Com efeito, um pouco mais a sul, na região noroeste do antigo julgado de Figueiredo⁵²⁹, a pesca aparece igualmente documentada. Por volta de 1257 a abadessa de Arouca, D. Mor Martins, decidiu repartir pelos habitantes locais propriedades sitas em Antuã, as quais tinham sido legadas ao cenóbio pela rainha D. Mafalda; como foro anual devido a Arouca pelas ditas propriedades contava-se a entrega de um cambo de peixe por cada barca, sempre que se fosse à pesca⁵³⁰. Por seu turno, as inquirições de 1284,

⁵²⁵ Cf. nota anterior.

⁵²⁶ Publicado em P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média ...*, p. 105.

⁵²⁷ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII ...*, p. 90.

⁵²⁸ Ainda na segunda metade do século XIV o transporte por barcas assume relevância. Isto mesmo nos é demonstrado, para Cacia (actual freguesia do c. Aveiro), através de uma carta régia de D. Pedro, datada de 1363, quando se refere que de Esgueira (igualmente, actual freguesia do c. Aveiro) chegara a notícia de que “*no termo do dito logo auia hum Rio que chamam Cacia em que andaua barca de passagem. E que ante da outra pestillencia auia hi barqueiros que mantijnham a dicta barca e que se morrerom todos na dicta pestilência E ficou a dicta barca desemparada per guisa que nenhuum nom podia passar per o dicto logo*” (*Milenário de Aveiro*, doc. 70).

⁵²⁹ “*É que o julgado de Figueiredo abrangia nesses tempos terras confinantes com a ria: a aldeia de Centeais [actual Santiais, c. Estarreja] na freguesia de S. Tiago de Beduido, S. Miguel de Fermelã com as aldeia de Canelas e Rio Seco e S. Martinho de Salreu [todas situadas no actual c. Estarreja]*”, in P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Media ...*, Ovar, p. 68.

⁵³⁰ Cf. nota anterior.

mencionam que os habitantes do julgado de Figueiredo deviam entregar para a cozinha da corte, quando o monarca aí se encontrasse, “*Lx peixotas e Xij peixotas ao alferiz e huma iguaria de pescado fresco se o ouver na terra e se nom dar ao mordomo os dinheiros por ele*”⁵³¹.

Todas estas alusões indiciam, inequivocamente, a existência de reentrâncias naturais, materializadas, à época, em portos marítimos (como em Ovil e Cabanões), bem como uma actividade piscatória activa, quer fluvial, quer marinha, em todo o entorno norte e centro do Baixo Vouga durante o período em apreço no presente trabalho.

Contudo, também a zona sul e sudeste da embocadura do Vouga medievo merece que sobre ela nos detenhamos, porquanto a sua fisionomia se apresentava bastante díspar da actual. Assim, voltemos a atentar no traçado que Amorim Girão fez desse tal golfo interior⁵³², com o fito de melhor se entender a alusão documental medieva à fisionomia costeira de povoados hoje perfeitamente interiores, como é o caso de S. João de Loure (actual freguesia do c. Albergaria-a-Velha), bem como à pescaria então praticada. Em vários dos documentos compulsados depreende-se uma descrição algo detalhada e não menos curiosa de toda uma zona ribeirinha, onde pontuava uma ilha e um porto, provavelmente de porte e importância suficientes para serem objecto de referência na demarcação patrimonial. Logo em 1025, num contrato de venda se refere o “*portu de belli et quomodo diuide de alia parte uauga per cima de illa lacona de sub porto de belli*”⁵³³ e, ainda, a “*insulla de pignero et de saualanes per ut illa conbona solent facere sancta Maria de lamas mediate integra per suos terminos*”⁵³⁴. Referências em tudo análogas surgem-nos em diplomas de 1050⁵³⁵ e 1077⁵³⁶. Neste

⁵³¹ Publicado em José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos ...*, p. 217.

⁵³² Cf. Figura 24, apresentada neste mesmo capítulo.

⁵³³ *P.M.H., Diplomata et Chartae*, doc. 257.

⁵³⁴ Cf. nota anterior.

⁵³⁵ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 3.

⁵³⁶ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 5.

último, consta um inventário de bens, onde se referem serem de avoenga “*medietate de sancta maria de lamas quomodo divide cum padazanes per illo sauuquero que sta in illa coua de riba vauga et de alia parte per illa lagona de Susana per illo bico de sub porto de belli in suo directo trans vauga*”⁵³⁷. Numa carta de venda do ano de 1108, pela qual *Mendo Franlesquiz* e sua mulher *Golegeva*, com seus filhos, vendiam a D. Maurício, bispo de Coimbra, uma herdade que possuíam em Loure, delimitava-se a mesma da seguinte forma: “[...] *et vadit per mediam illam insulam de Vauga et extremat cum Lali [...]. Et habet jacentiam in villa quam vocitant Lauri prope litus maris maris territorio colimbriensi discurrent rivulo Vauga subtus castro Marnel*”⁵³⁸. Ainda nos inícios do século XIV, mais concretamente em 1301, encontramos referência semelhante à “*insulla de Pignero et de Savalanes per ut illa combona solent facere Santa Maria de Lamas mediate integra*”⁵³⁹.

Centrando-nos desde já nos topónimos devemos identificar o “*Belli*” com “*Belhe*”, no actual concelho de Águeda⁵⁴⁰. Por seu turno, a “*insulla de Pignero*” tem vindo a ser consensualmente localizada em Loure. Porém, Arlindo de Sousa, a propósito de “*Pineiro*” remete para “*Lauro*” que identifica com Loure, muito embora situe impropriamente este local, ao integrá-lo no actual município de Águeda⁵⁴¹; já Amorim Girão, na senda de Pedro de Azevedo, nos remete para S. João de Loure, actual freguesia de Albergaria-a-Velha, o que nos parece mais consentâneo com o desenho do Baixo Vouga medieval⁵⁴².

⁵³⁷ Cf. nota anterior.

⁵³⁸ *Livro Preto*, vol I, doc. 52 e vol. II, doc. 183.

⁵³⁹ *Censual do Cabido da Sé do Porto* ..., fl. 35 vº, p.138.

⁵⁴⁰ Assim é identificado no *Censual do Cabido da Sé do Porto* (Cf. nota anterior.). Aliás, em quadras escritas sobre Águeda e o Marnel pode ler-se: “*Muitas vilas do Marnel tiveram fim; Mas o seu nome esse não se esquece nunca; Como Arraval, Ferejanas e Melares; Belhe, Palatiolo, Paço e Aurunca*”, in <http://www.geocities.com/casainho> (acedido em Maio 2005).

⁵⁴¹ Arlindo de Sousa – *O.c.*, pp. 36 e 30, respectivamente.

⁵⁴² A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico* ..., p. 64.

Deste modo, tudo indica que, sensivelmente em frente a S. João de Loure (no sentido Ocidente-Oriente) se encontrava uma ilha, integrada no tal golfo interior que era penetrado por águas marinhas. Indubitavelmente aí se praticava a arte da pesca, recorrendo às “*combonas*” ou camboas ⁵⁴³, que consistiam em artificios de pesca, armados em águas marinhas, que subindo com a maré, deixavam entrar o peixe miúdo, no preia-mar, o qual era depois recolhido ⁵⁴⁴. No dizer de Viterbo a “*combona nada mais é que pesqueira nos estuários do mar, a que chamam esteiros*” ⁵⁴⁵. Ou seja, parece inequívoca a presença de água salgada junto a Loure, muito embora não consigamos apurar quais as espécies aí pescadas. Por outro lado, nas imediações desta ilha e, possivelmente, junto a Santa Maria de Lamas (do Vouga) e a Pedações (actual c. Águeda), refere-se a existência de um porto, em Belhe, onde se deveria praticar também a pesca. Quanto à localização precisa deste porto nada podemos afirmar com total segurança. Temos, contudo, expressão documental do facto de Belhe, no último quartel do século X, se situar na margem do rio Vouga, o que nos é atestado pela declaração “[...] *belli que est in ripa de uauga*” ⁵⁴⁶. Não obstante, expressões como “*de alia parte uauga per cima de illa lacona de sub porto belli*” ⁵⁴⁷ ou “*per illa lagona de susana*” ⁵⁴⁸ “*per illo bico de sub porto de belli et in suo directo trans uauga*” ⁵⁴⁹, permitem-nos formular a hipótese do porto de Belhe se ter situado na margem esquerda do Vouga, provavelmente próximo de Santa Maria de Lamas (talvez a sul), acima do qual se formava uma lagoa (que mais não era do que o tal golfo interior) na qual se

⁵⁴³ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 257 e *Censual do Cabido da Sé do Porto* ..., fl. 35 vº, p.138.

⁵⁴⁴ Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário* ..., volume II, pp. 116-117.

⁵⁴⁵ Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo – *Elucidário* ..., volume II, p. 116.

⁵⁴⁶ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 136.

⁵⁴⁷ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 3.

⁵⁴⁸ “*De susana*” deverá constituir a forma feminina de “de susão”, ou seja “acima de...”, “sobre...”.

⁵⁴⁹ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 5.

detectava uma reentrância ou “*bico*” (na expressão coeva) onde “encaixava” o dito porto ⁵⁵⁰.

Neste contexto, o rio Vouga, assumia extrema importância; navegável em todo o seu curso inferior, desde Pessegueiro do Vouga até à sua foz ⁵⁵¹, apresentar-se-ia como autêntica “estrada fluvial”, cuja dinâmica se afigura inegável, tanto mais que se inseria, ainda, num grande golfo ou lagoa que, devido ao fácil contacto com o oceano, poderia facultar o trânsito de embarcações de relativo porte, com um calado superior ao das barcas que circulavam nos leitos fluviais, beneficiando, ainda, da entrada e permanência de espécies características de *habitats* marinhos e/ou lagunares. No seu entorno, os afluentes e canais do rio principal constituíam igual repositório de recursos piscícolas, em cujas margens se estabeleciam pesqueiros para sáveis e lampreias, muitas vezes recorrendo à represa das águas fluviais, diminuindo o caudal e chegando, até, a impossibilitar a navegação. Isso mesmo nos provaram as inquirições tiradas em 1284, no julgado de Sever, ao referirem “*Item disseron as testemuyas que ElRey perde muytos dos seus dereytos de Rio Vouga pelos canais que ser[r]am o Rio que fazem danbalas partes do Rio e nom corren os saues nem as lanpreas porque serran o Rio no Juygado de Vouga e de Sever e em muitos logares. E disseron se o Rio fosse aberto per hu a augua est mais grossa per quanto podesse hir huma barca que matariam mais pescado e averia ende ElRey o terço e as premedivas de cada cabeça que fosse ao Rio e seeria grande sa parte. Item disseron que há hy muytos logares que teen canaaes en Vouga e non dan ende a elRey nada*” ⁵⁵².

Em conclusão, dos alvares da monarquia portuguesa a finais do reinado dionisino, todo o curso inferior do Vouga, no litoral onde, posteriormente, encaixou a laguna de

⁵⁵⁰ A hipótese da existência de uma unidade portuária em “Cabeço do Vouga” (que, como sabemos equivale a Marnel ou, actualmente, a Santa Maria de Lamas) fora já equacionada por Maria Luísa Pinheiro Blot – *O.c.*, p. 141.

⁵⁵¹ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico ...*, p. 46.

⁵⁵² Publicado em P^o. Miguel de Oliveira – *Ovar na Idade Média ...*, p. 67.

Aveiro, existiam portos costeiros e de pesca, de maior envergadura (como o de Cabanões), ou mais modestos (Ovil e Belhe), por onde circulavam barcas e onde se praticava a pesca, sobre a qual, em regra, recaía a tributação régia. Reafirmamos a ideia atrás enunciada de que qualquer um dos três portos detectados, seja o de Ovil, o de Cabanões ou o de Belhe, ficaram a dever a sua existência à intensa morfodinâmica então ocorrente neste trecho costeiro, a qual propiciou a génese de zonas de carácter estuarino e lagunar protegidas da forte agitação marítima do Atlântico.

III.4. Súmula

Retomamos a citação de Guy Forquin, apresentada na abertura deste capítulo, segundo a qual “*Em todas as épocas, o meio natural apresenta linhas de resistência. O que varia de uma época para outra é o nível das técnicas utilizadas*”, para explicitar que, entre o século X e 1325, as *linhas de resistência* impostas pelo meio na região do Baixo Vouga se apresentavam extremamente atenuadas. Com efeito, a morfodinâmica então existente na franja costeira imediatamente a sul de Espinho, que propiciou a constituição e desenvolvimento de uma flecha arenosa ou restinga que rapidamente cresceu para sul, proporcionou condições ambientais cujos vastos recursos naturais foram amplamente explorados pelas populações. Foi, aliás, esta rápida morfodinâmica, associada à intensificação do povoamento, que acabaria por propiciar as condições para a formação da laguna de Aveiro. Explicitando: a constituição da laguna de Aveiro resultou:

- por um lado da implantação e crescimento da restinga, tributária das areias do Douro e outros rios minhotos e transportadas pela deriva litoral, restinga essa que viria a delimitar a laguna;

- por outro lado, a intensificação do nível de povoamento que fez aumentar o débito dos sedimentos transportados pelo Vouga (e outros pequenos rios), grande parte dos quais se foram depositando nas respectivas embocaduras, contribuindo, deste modo, para a modelação da laguna, designadamente do seu litoral interno.

Paralelamente, não podemos esquecer a conjuntura benfazeja decorrente do avanço e sucesso da Reconquista, que marchando em direcção ao sul (sublinhamos que

Coimbra foi definitivamente reconquistada em 1064), possibilitou a redinamização económica, social e administrativa nos terrenos definitivamente sob a alçada cristã.

Voltemos à citação inicial de Forquin para corroborar a importância da capacidade técnica na exploração dos recursos disponíveis. É sabido como na Idade Média eram poucos os conhecimentos nesta área. Por exemplo, ao nível agrícola, observámos no capítulo anterior, que a resposta ao aumento da procura se fez através da intensificação e alargamento das áreas produtivas o que levou, imperiosamente, a uma reorganização e reestruturação do mosaico fundiário. Não obstante, o potencial técnico coevo permitiu, à época, a exploração de um produto que veio a fazer a grandeza da região: o sal. O mais antigo registo escrito encontrado que testemunha a existência de salinas neste trecho costeiro, data de 929 e aponta para Válega (actual concelho de Ovar). Esta referência afigura-se relevante ao permitir complementar os dados conducentes à determinação do ritmo de crescimento da restinga norte da laguna de Aveiro, uma vez que a implantação de marinhas num terreno imediatamente a sul de Ovar, no século X, implica necessariamente que este litoral se encontrava já protegido da acção directa das ondas oceânicas, factor “*sine qua non*” para a indústria salífera. E como se veio a impor o chamado “sal do Vouga”! Beneficiando da sua localização geográfica, os salgados do Baixo Vouga detiveram condições excepcionais para rivalizarem e suplantarem os seus congéneres nortenhos que estavam localizados na zona terminal das bacias hidrográficas, numa região onde a pluviosidade tendia (e tende) a ser elevada, e onde as cheias e temporais se faziam (e fazem) sentir com maior intensidade, provocando a diminuição da rentabilidade das marinhas, ou mesmo a sua destruição.

A par do sal, muito embora com uma menor importância relativa, mas igualmente relevante na economia da região, há que assinalar a indústria moageira. O Baixo Vouga encontrava-se relativamente bem apetrechado de engenhos de moagem em toda a sua

extensão. Deveria tratar-se de moinhos de água que beneficiavam da profusão de cursos fluviais patentes na zona e, como a maior parte se encontrava na periferia da grande baía, beneficiava dos efeitos da maré, o que obstava aos eventuais efeitos nocivos da diminuição dos caudais de rios e ribeiras nas épocas estivais.

Quanto ao escoamento dos produtos locais, fossem o sal, a farinha, os pescados, ou outros, fazia-se através da rede viária disponível e/ou recorrendo à navegação marítima e fluvial. Na verdade, a área em apreço beneficiava de um importante eixo viário, a denominada “*strata mourisca*”, que ligava Braga a Lisboa, cujo trajecto deverá ter sido decalcado a partir das precedentes vias romanas, então reconstruídas e redesenhadas. As vias medievais foram, ainda, dotadas de equipamento, como sejam pontes (Vouga e Águeda) e albergarias (Assilhó, no actual concelho de Albergaria-a-Velha e *Mamoa Rasa* (esta no actual concelho de Anadia e portanto já fora da área espacial em análise) que viabilizavam ou facilitavam as jornadas dos viajantes. Para além desta via principal, devemos assinalar a existência de uma estrada secundária, entre Gaia e Ovar, resultante, provavelmente, da necessidade de um trajecto que obviasse ao transporte do sal cuja produção prosperava em Cabanões (Ovar), no século XIII. Além das estradas assinaladas, é razoável supor que um conjunto de novos caminhos e vias secundárias se terá imposto à medida que a laguna de Aveiro se formava e, com ela, se intensificava a exploração de novos recursos (para além do sal sublinhe-se, *v.g.*, a apanha do moliço).

A acessibilidade do Baixo Vouga não se esgota na rede viária. Torna-se imperativo realçar a enorme importância do tráfego marítimo e fluvial.

Como já referimos, o Baixo Vouga era pródigo em rios e riachos utilizados não só para a pesca como, também, para a comunicação e transporte entre as localidades. Mas mais importante que os rios, afigurou-se o oceano. A morfodinâmica costeira permitiu a

criação de, pelo menos (porque documentados), três portos naturais, a saber: Ovil (actual laguna de Paramos-Esmoriz que, ao tempo se espraiava entre Paramos e Cortegaça), Cabanões (Ovar) e Belhe (no actual concelho de Águeda). Qualquer um destes portos decorreu da evolução geomorfológica patenteada na zona, cuja dinâmica propiciou a formação de autênticos abrigos litorais que não só ligavam directamente ao oceano, como possibilitavam uma maior diversidade biológica e, conseqüentemente, a disponibilização de um maior número de espécies para pesca.

A trilogia composta por melhoria climática/geodinâmica costeira/pacificação do território, esteve na base da intensificação do povoamento e aproveitamento dos recursos naturais do Baixo Vouga que, no período em análise no presente trabalho, terá iniciado a sua “época de glória”.

CONCLUSÃO

Concluído este trabalho estamos conscientes que não esgotamos, de maneira alguma, o tema. Na verdade, o estudo diacrónico do Baixo Vouga, atendendo às suas vertentes naturais e antrópicas, afigura-se demasiado vasto para poder ser abarcado num só estudo, ainda que de parâmetros cronológicos relativamente reduzidos. Pretender a caracterização global de um espaço histórico (a ser possível) é, pelo menos, inibitório de uma contribuição para o conhecimento do mesmo, conhecimento este que pode e deve, se bem sucedido, estimular a análise e produção de outros trabalhos e novas reflexões, uma vez que em ciência nada é absoluto e definitivo.

Pretendemos agora capitalizar os elementos dissecados nos capítulos precedentes com o objectivo de evidenciar a afirmação desta paisagem histórica, pela concatenação dos elementos naturais e humanos, no sentido de intentarmos uma nova aproximação ao traçado da linha de costa medieva do Baixo Vouga. Tanto quanto sabemos, esta tarefa ainda não foi efectuada sistemática e pormenorizadamente tomando em linha de conta, juntamente com dados de cariz geológico e geográfico (o que foi intentado principalmente por Amorim Girão ⁵⁵³ e Alberto Souto ⁵⁵⁴), informes provenientes da documentação histórica escrita.

Recuando a um passado histórico não muito remoto, podemos afirmar que a costa portuguesa apresentava um traçado bastante mais articulado relativamente ao desenho quase rectilíneo que evidencia no tempo presente. Tal postulado foi já evidenciado por

⁵⁵³ Amorim Girão - *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico ...*, especialmente nas pp. 54-67.

⁵⁵⁴ Alberto Souto - *O.c.*, especialmente nas pp. 113-125.

várias áreas disciplinares, das quais aqui ressalto a História e a Geografia que, na primeira metade do século XX, através de Autores como Jaime Cortesão ⁵⁵⁵, Alfredo Fernandes Martins ⁵⁵⁶ e Fernando Castelo-Branco ⁵⁵⁷ forneceram contributos científicos relevantes para o estudo e interpretação da evolução do litoral português em tempos históricos. Na senda dos investigadores atrás mencionados, têm-se desenvolvido muitos trabalhos de modo a poder afirmar-se que “*a determinação dos casos de evolução da nossa costa está feita de modo completo ou quase completo*” ⁵⁵⁸; no entanto, “*o actual conhecimento da cronologia dessa evolução é bastante incompleto e por vezes imperfeito*” ⁵⁵⁹, o que se pode atribuir, “*em parte, às dificuldades que essa investigação encerra, [e], em parte, a que poucos estudiosos se tenham debruçado sobre ela*” ⁵⁶⁰. Tentemos fornecer a nossa modesta contribuição para o estudo desta problemática, partindo dos seguintes pressupostos:

1 - a análise de um “estudo de caso”, aqui equacionado na formação da laguna de Aveiro, devidamente enquadrada numa área mais vasta constituída pelo *hinterland* do Baixo Vouga, facilita a interpretação e sistematização dos dados, muito embora os resultados obtidos só se devam aplicar a uma escala local e regional e, por isso mesmo, parcelar;

2 – a cronologia estabelecida para a evolução de um dado trecho costeiro só é possível se forem tomados em consideração, simultaneamente, os registos naturais e essoutros provenientes das actividades antrópicas exercidas na área, por forma a que o

⁵⁵⁵ Jaime Cortesão – *O.c.*, pp. 58-100.

⁵⁵⁶ Alfredo Fernandes Martins – *O.c.*.

⁵⁵⁷ Fernando Castelo-Branco – *O.c.*; do mesmo Autor, “Tráfego Portuário e História Regional Portuguesa”, Separata das Actas do Colóquio *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 241-249; ainda deste Autor - “Evolução do Litoral Português”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 39-43.

⁵⁵⁸ Orlando Ribeiro cit. in Fernando Castelo-Branco - “Desenvolvimento da Geo-História em Portugal”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, II volume, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1986, p. 845.

⁵⁵⁹ Cf. nota anterior.

⁵⁶⁰ Cf. nota anterior.

cruzamento dos dados nos permitam a maior aproximação possível ao estabelecimento de barreiras cronológicas creíveis;

3 - é praticamente impossível determinar com rigor a data precisa da formação, ou alteração substantiva de um acidente costeiro, situação tanto mais incisiva quanto mais recuamos no tempo porque escasseiam as fontes históricas (mormente escritas), ficando o investigador limitado aos registos geomorfológicos, geológicos e arqueológicos.

Relativamente à linha de costa patente no entorno da laguna de Aveiro, podemos afirmar que, nos alvares da nacionalidade e durante os primeiros séculos portugueses, a mesma apresentava um traçado substancialmente diferente do presente, o que é absolutamente lógico uma vez que a própria laguna se encontrava ainda em fase de formação. Há que realçar, contudo, a existência de uma extensa baía marítima, onde desembocava directamente o Vouga, por terras do actual concelho da Murtosa, cuja parte meridional estava ainda francamente aberta ao mar, mas cuja parte setentrional estava já protegida da agitação marítima dominante (NW ⁵⁶¹). No sentido de pontualizar, tanto quanto possível, os locais tangentes ao litoral coevo, socorremo-nos dos elementos apurados e já apresentados ao longo deste trabalho, designadamente:

1 – a existência de portos ou ancoradouros naturais, os quais indiciam a existência de reentrâncias ou abrigos ao longo da costa que viabilizavam a sua implantação;

2 – a exploração de salinas, devidamente assinaladas na documentação escrita medieva, cuja localização pressupunha, inevitavelmente, litorais abrigados da agitação marítima mas, simultaneamente, próximos do oceano de modo a que aí chegasse, em abundância, a água salgada;

3 – a formação de ilhas (como a de “*Pignero*”, em S. João de Loure) resultantes da acumulação de sedimentos carreados mormente pelos rios e depositados nas respectivas embocaduras, sendo que a quantidade de sedimentos debitado está

⁵⁶¹ *Roteiro da Costa de Portugal ...*, p. 2-6.

directamente relacionada com as condições climáticas (cheias/secas) e com o tipo e a intensidade das actividades antrópicas praticadas a montante;

Introduza-se, agora, um novo elemento que tomámos como indicador para uma aproximação ao desenho do litoral e que radica em expressões documentais coevas como sejam o *prope littore maris* (ou expressões afins), ou *in ripa maris* constantes dos diplomas medievais. É certo que estas indicações devem ser interpretadas com bastante cuidado dado que não passam de pontos de referência, de valor variável, aparecendo, frequentemente, associadas a um monte a partir do qual, possivelmente, se avistaria o oceano que, por isso, é mencionado. Note-se que, na Idade Média, as medidas do espaço são tomadas de empréstimo ao corpo humano (polegada, pé, passo, cúbito) ou aferidas a partir da capacidade de deslocação do Homem (jornada, dia de marcha), não existindo capacidade de avaliar as grandes distâncias ⁵⁶². Todavia, este sistema permitia, ainda que, de forma imprecisa, mensurar de forma inteligível para os homens de então as pequenas e médias distâncias (embora com pouco rigor). Assim, mesmo as localidades actualmente mais continentais, assinaladas na altura como “junto à orla marítima”, não deviam estar muito afastadas do oceano ou, ao menos, dos seus montes circundantes dever-se-ia avistar o mar, só assim se entendendo serem assinaladas como *prope littore maris*.

⁵⁶² André Corvisier – *O Mundo Moderno*, Lisboa, Edições Ática, 1976, p. 20.

Tabela 9 - Elementos para o traçado do litoral entre Espinho e Mira (Século IX - Primeiro quartel do século XIV)

LOCAL	CITAÇÕES (português actual)						FONTE(S)
	Séc. IX	Séc. X	Séc. XI	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	
Anta (c. Espinho)			(1) Anta, junto à orla marítima	(2) No percurso do rio Anta e da lagoa de Ovil, junto à orla marítima			(1) <i>Livro Preto da Sé de Coimbra</i> , doc. 185 (2) <i>Cart. Baio-Ferrado</i> , doc. 43
Espinho (c. Espinho)			Espinho, no percurso do rio Vilar, junto à orla marítima				<i>P. M. H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 585
Nog.Reg. (c. Feira)			(1) Portela (Nog. Reg.) e Santa Maria da Feira, junto à orla marítima , no percurso do rio Inha	(2) Junto à orla marítima			(1) T.T., <i>Pedroso</i> , Cx 1, Mç 1, doc. 34, e <i>P. M. H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 870 (2) <i>D. M. P.</i> , vol. IV, docs. 302 e 304
Silvalde (c. Espinho)			(1) No percurso do rio a que chamam Laguna até que desagua no mar		(2) O rio Maior vai a direito desaguar numa laguna [Ovil]		(1) <i>P. M.H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 296; (2) <i>Corpus Codicum</i> , vol. 1, pp. 393-394
S. João de Ver (c. Feira)	(...) o rio corre por Figueiredo e indo pelos campos corre para a sua laguna		No percurso da laguna de Ovil, junto ao castelo de Santa Maria [da Feira]				<i>P. M. H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 291
Esmoriz (c. Ovar)	(1) Esmoriz que fica junto à laguna de Ovil	(2) A laguna de Ovil (...) junto à orla marítima	(3) Em Esmoriz no percurso do rio Maior, junto à orla marítima (4) Em Esmoriz no percurso da laguna de Ovil, junto à orla marítima	(5) No percurso do rio Anta e da laguna de Ovil, junto à orla marítima			(1) <i>P. M.H., Diplomata et Chartae</i> , docs. 8 e 12; (2) <i>P. M.H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 25 (3) T.T., <i>Pedroso</i> , Cx 1, Mç 1, doc. 19 e <i>P.M.H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 535 (4) T.T., <i>Pedroso</i> , Cx 1, Mç 1, doc. 32 e <i>P.M.H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 739; (5) <i>Cart. Baio-Ferrado</i> , doc. 46

Tabela 9 (Continuação)							
LOCAL	CITAÇÕES (português actual)					FONTE(S)	
	Séc. IX	Séc. X	Séc. XI	Séc. XII	Séc. XIII		Séc. XIV
Santa Maria da Feira (c. Feira)			(1) Sob a Serra Grande, no percurso do rio Tarouquela, junto à orla marítima; (2) Portela (Paços de Brandão) e Santa Maria da Feira, junto à orla marítima, no percurso do rio Inha				(1) P. M.H., <i>Diplomata et Chartae</i> , doc. 236; (2) P. M.H., <i>Diplomata et Chartae</i> , doc. 870
S. João da Madeira (c. S. João da Madeira)				S. João da Madeira, no percurso do rio Ul, junto à orla marítima			D. M. P., vol. III, doc. 338
Ovar (c. Ovar)		(1) No porto de Ovar (...)		(2) No percurso do rio Ovar, junto às marinhas do litoral			(1) P. M.H., <i>Diplomata et Chartae</i> , doc. 25; (2) <i>Cart. Baio Ferrado</i> , doc. 216
Cabanões (c. Ovar)			(1) Cabanões fica no percurso do rio Ovar	(2) Em Cabanões, junto à orla marítima, no percurso do rio Ovar			(1) P. M.H., <i>Diplomata et Chartae</i> , doc. 261 (2) T.T., <i>Pedroso</i> , Cx 1, Mç 2, doc. 5 e <i>D.M.P.</i> , vol. III, doc. 104
Válega (c. Ovar)			(1) Em Vilar, perto de Válega, no percurso do rio Válega, junto à orla marítima	(2) Em Vilar, perto de Válega, no percurso do rio Válega, junto à orla marítima			(1) P. M.H., <i>Diplomata et Chartae</i> , doc. 187; (2) <i>Livro Preto da Sé de Coimbra</i> , doc. 435 e <i>D. M. P.</i> , vol. III, doc. 56
Palmaz (c. Oliveira de Azeméis)				No percurso do rio Caima, junto à orla marítima			<i>Livro Preto da Sé de Coimbra</i> , doc. 461
Rio Seco “Entre Canelas e Fermelã” (c. Estarreja)			(1) Rio Seco, entre Canelas e Fermelã, no percurso do rio Antuã, junto à orla marítima	(2) Entre Canelas e Fermelã, na orla do oceano, o rio Vouga percorre a vila e entra no mar pela parte oriental (3) O rio Antuã desagua no oceano			(1) P. M.H., <i>Diplomata et Chartae</i> , doc. 557; (2) <i>Tombo do mosteiro de Grijó</i> , cit. in Miguel de Oliveira - <i>Ovar na Idade Média</i> , p. 60; (3) <i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> , pp. 2 e 4

Tabela 9 (Continuação)							
LOCAL	CITAÇÕES (português actual)						FONTE(S)
	Séc. IX	Séc. X	Séc. XI	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	
Esgueira (c. Aveiro)				(1) Perto da foz do Vouga, junto à orla marítima		(2) Caminho que vai de Aveiro para Esgueira, contra o mar	(1) <i>Mil. de Aveiro</i> , vol. I, doc. 9; (2) <i>Mil. de Aveiro</i> , vol. I, doc. 58
Belhe + Loure (cs. Águeda + Albergaria- a-Velha)		(1) Belhe acima do Vouga	(2) A ilha de Pignero (Loure) fica de uma parte e da outra parte a laguna sobre o porto de Belhe, acima do qual corre o Vouga; (3) (...) parte pela Laguna de Susana (ou susão) pelo bico de baixo do porto de Belhe e na sua direcção para o Vouga	(4) Loure é nos terrenos do Vouga, junto à orla marítima, diocese de Coimbra, no percurso do rio Vouga, acima do castro de Marnel		(5) Ilha de Pignero (Loure) (...) A laguna situa-se abaixo do Vouga e acima do porto de Belhe	(1) <i>P. M. H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 136 (2) <i>P. M. H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 378 e <i>Mil. de Aveiro</i> , vol. I, doc. 3; (3) <i>Mil. de Aveiro</i> , vol. I, doc. 5 e <i>P. M. H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 549; (4) T.T., <i>Cabido da Sé de Coimbra</i> , 1ª Incorporação, Documentos Particulares, Mç. 2, doc. 38; (5) <i>Censual do Cabido do Porto</i> , p. 183
Ribas Altas e Ilhavo (c. Ílhavo)			Ribas Altas, entre <i>Socia</i> e Ilhavo, com a praia a ocidente, no litoral				<i>Livro Preto da Sé de Coimbra</i> , docs. 302 e 307
Alquerubim (c. Águeda)			Entre Paus e Marnel, no percurso do rio Vouga, junto à orla marítima				<i>P. M. H., Diplomata et Chartae</i> , doc. 745

Com base no cômputo das informações recolhidas, sobressaem alguns dados conducentes à aproximação do traçado da linha de costa do Baixo Vouga - e seu *hinterland* - entre os séculos IX e XIV. Desde logo, salienta-se a existência de uma pequena laguna em *Ovil*, ou seja imediatamente a sul da região de Espinho, a partir de onde se desenvolveu o cordão litoral que levou à constituição da laguna de Aveiro. Existem evidências arqueológicas e geológicas que permitem atestar a sua existência já para os primeiros séculos da Era Cristã, muito embora, por essa altura, ainda tivesse

como limite setentrional a zona de Silvalde (c. Espinho) ⁵⁶³. Posteriormente, a descoberta de estratos argilo-turfosos, bem como de vestígios da presença de espécies arbóreas na região de Silvalde (imputados aos séculos IX-XI) ⁵⁶⁴, indiciam que, nos primeiros séculos portugueses, a laguna se encontrava já em fase de colmatação. No entanto, apresentava uma dimensão muito superior à actual, tendendo a fixar-se, a norte, na zona de Paramos (c. Espinho), onde ainda se encontra e a sul por alturas de Cortegaça (c. Ovar). Ao presente a vetusta laguna de Ovil está confinada ao litoral de Esmoriz-Paramos.

Entretanto, verificava-se o crescimento do cordão litoral enraizado a sul de Espinho, o qual, por volta do século XII, se tinha já posicionado em frente da actual praia da Torreira, onde se manteve a maior parte do século XIII ⁵⁶⁵. Pelo desenvolvimento desta restinga se explica a delimitação setentrional de uma grande baía, cuja existência:

- por um lado propiciou ou, ao menos, facilitou a implantação de um porto em Cabanões (c. Ovar);

- e, por outro lado, permitiu a criação e exploração de salinas imediatamente a sul deste local (em *Dagaredi*, actual freguesia de Válega, c. de Ovar ⁵⁶⁶). Desta forma, a exploração do sal foi-se incrementando ao longo das margens da referida baía, em terrenos protegidos da acção directa das ondas oceânicas mas, simultaneamente, suficientemente providos de água salgada ⁵⁶⁷. Esta situação estendeu-se ao longo de um vasto território, atingindo locais actualmente bastante interiores como sejam

⁵⁶³ F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – *O.c.*, pp. 189-196.

⁵⁶⁴ F.J.S. Alves, J.M.A. Dias, M.J. R. Almeida e R. Taborda – *O.c.*, p. 196.

⁵⁶⁵ Diamantino Antunes do Amaral – *O.c.*, p. 37. A esse propósito refere Jaime Cortesão. “Nos séculos XI e XII o Vouga era de barra aberta, e diz Edrisi que muitos navios se subiam o curso; só no segundo destes séculos começaram a tomar vulto os cordões litorais que haviam de formar a laguna de Aveiro” (Jaime Cortesão – *O.c.*, p. 65).

⁵⁶⁶ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 35.

⁵⁶⁷ Cf. o que ficou referido acerca das marinhas e do sal, no segundo capítulo da segunda parte deste trabalho.

Alquerubim (c. Albergaria-a-Velha), ou mesmo Sá (c. Águeda), o que leva a confirmar a teoria de A. Girão segundo a qual a antiga linha de costa “*tirada a partir de Esmoriz [passava] por Ovar, Estarreja, Salreu, Fermelã, Angeja, Esgueira e Aveiro até Vagos, atravessando o Vouga muito no interior*”⁵⁶⁸. Assim se compreende a alusão documental a um porto situado em Belhe (c. Águeda)⁵⁶⁹, “*in ripa de uauga*”⁵⁷⁰ ou “*per cima de illa lacona de sub porto belli*”⁵⁷¹, o que equivale a dizer que o dito porto se localizava acima do Vouga e abaixo de uma laguna, muito possivelmente constituída por uma das reentrâncias do golfo interior.

Para provir ao desenho da faixa costeira do Baixo Vouga em tempos históricos, Alberto Souto e Amorim Girão recorreram a registos geológicos e geomorfológicos⁵⁷². A estes acrescentamos agora os dados provenientes das fontes históricas escritas que, não só nos permitem confirmar o traçado litoral do supra mencionado Autor, como também ajudam pormenorizar e datar algumas das localidades costeiras, para o período compreendido entre os séculos IX e XIV.

⁵⁶⁸ A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, p. 56.

⁵⁶⁹ Cf. o que se referiu sobre este porto nas pp. 197-200.

⁵⁷⁰ P.M.H., *Diplomata et Chartae*, doc. 136.

⁵⁷¹ *Milenário de Aveiro*, vol. I, doc. 3.

⁵⁷² Na verdade, Amorim Girão fez assentar o seu traçado de linha de costa antiga quase exclusivamente em dados geológicos e geomorfológicos, excepção feita à referência histórica escrita à *Ilha de Pignero*, na actual freguesia de S. João de Loure, no concelho de Albergaria-a-Velha (A. de Amorim Girão – *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico...*, p. 64).

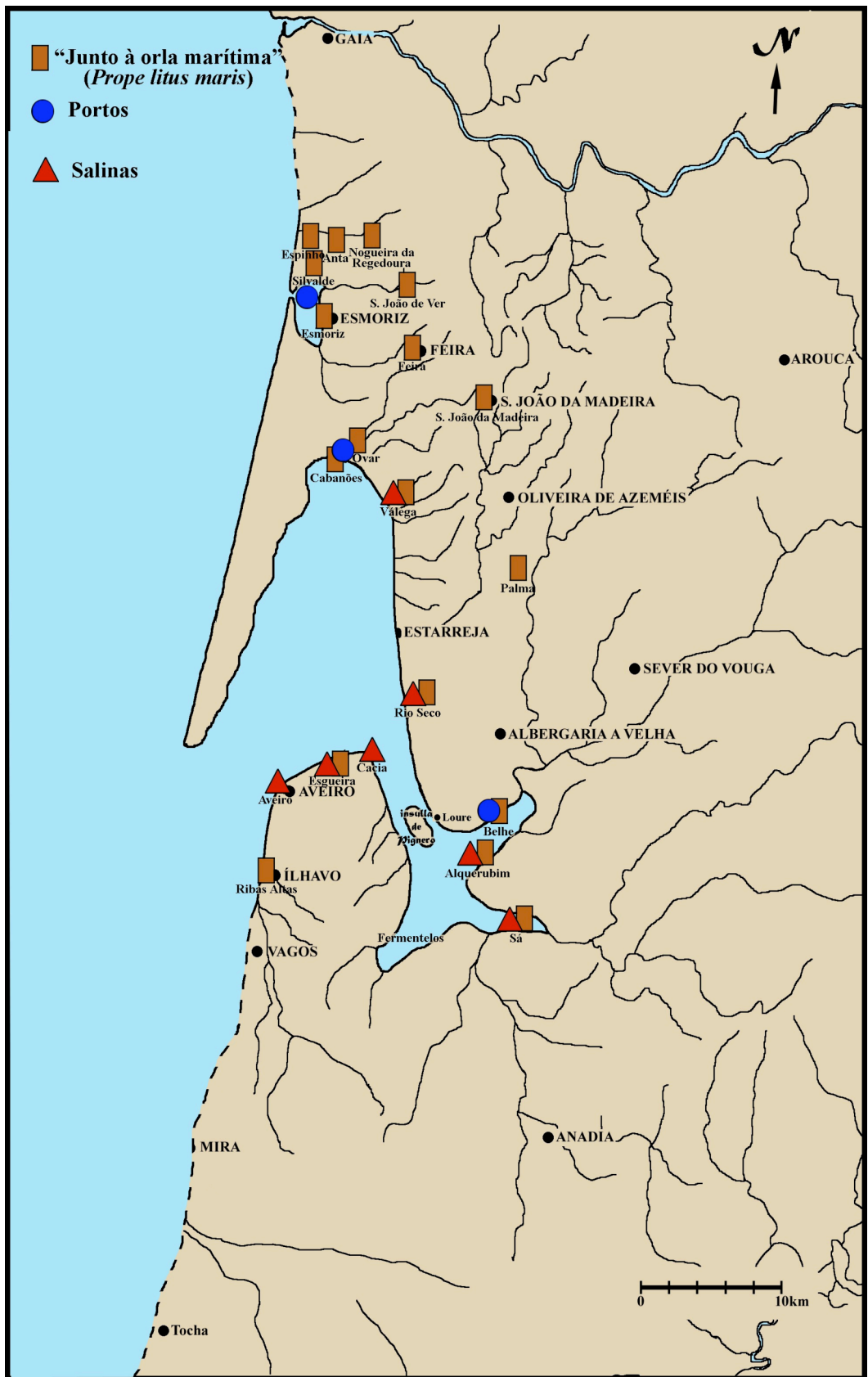


Figura 32 - Provável linha de costa (séculos IX-XIV)

Litorais como este (lagunares, assim como os estuarinos), de alguma forma protegidos, constituíram pólos de atracção para os contemporâneos, por oposição aos litorais expostos onde os perigos naturais (temporais, galgamentos e outros) e humanos (corso e pirataria e toda a espécie de ataques) afugentavam uma ocupação efectiva. Paralelamente, a população da época deve ter-se sentido atraída para uma zona costeira que se afigurava especialmente promissora ao nível de actividades económicas tão rentáveis como a salicultura, navegação/comércio (marítima e fluvial) e pesca (marítima e fluvial). Reportando-nos a este aspecto, não podemos deixar de abordar a questão da capacidade de escoamento dos produtos locais, bem como de importação de bens provenientes de outras paragens. É que a par dos portos, encontramos toda a zona sulcada pela designada “estrada mourisca” (que ligava Braga a Lisboa), *grosso modo* decalcada do Itinerário XVI referido por Antonino Pio, o que enriquecia a acessibilidade patente no Baixo Vouga, já de si facilitada pela profusão de vias fluviais que estabeleciam acesso directo às estruturas portuárias do litoral lagunar coevo. Tal facto teria uma importância extrema, sobretudo se considerarmos a relevância económica de um dos *ex libris* da região: o sal, esse mesmo que, por mero acaso (ou talvez não), floresceu ao mesmo tempo que declinava a produção das salinas nortenhas. O escoamento da produção salífera foi com toda a certeza o factor determinante para a construção de uma nova estrada que ligava a actual localidade de Ovar (*Cabanões*) ao cais de Gaia.

Por último, saliente-se que ao longo da faixa costeira em geral, especialmente nos supra-mencionados litorais inóspitos e abertos ao oceano, predominava a floresta ⁵⁷³. Esta situação só tendeu a alterar-se a partir do século XII, quando a pressão demográfica levou a um aumento da procura de madeira e lenha para as necessidades

⁵⁷³ Embora de forma sucinta, esta ideia é apresentada por Maria José Ferro Tavares – “Os sinais dos tempos: para o estudo do clima e do litoral português” ..., p. 491.

quotidianas e para o desenvolvimento do artesanato e actividades navais⁵⁷⁴. Este facto explica que as novas arroteias se tenham feito muitas vezes à custa do desbravamento de bosques e áreas florestadas, o que provocou, simultaneamente, uma diminuição das áreas de abastecimento dos produtos silvícolas e o seu paulatino afastamento do litoral⁵⁷⁵ devido ao aumento da erosão dos solos e consequente incremento do transporte sedimentar, com a resultante migração da linha de costa em direcção ao oceano.

Sendo o Baixo Vouga uma zona de implantação bastante atractiva para os homens dos séculos XI, XII, XIII e inícios da centúria seguinte, parece-nos lógico que aí se tenha verificado uma intensa desflorestação de baldios, perfeitamente espelhada na política de aproveitamento e ocupação de solos levada a termo por D. Dinis em finais do século XIII e inícios do seguinte, especialmente nas Terras de Santa Maria e de Vouga⁵⁷⁶. Na região do actual concelho de Albergaria-a-Velha, em Mesão Frio, existia um bosque assinalado na carta de couto de Assilhó, onde se institui a albergaria de Mesão Frio, em 1117, referindo-se como limites do dito couto “*terra de Sancte Marie de una parte [...] et deinde per medio Mata Talada et deinde tendit ad Mata da Vssa que ante nominata Mata Braua*”⁵⁷⁷. Tratava-se, sem dúvida, de uma zona florestada pois aí existiam veados, corsas, gamos e ursos, conforme nos é descrito pelo diploma⁵⁷⁸. Pouco depois, na Carta do Cruzado Inglês sobre a conquista de Lisboa aos mouros em 1147, este mesmo bosque foi descrito da seguinte forma “*habentur autem in continenti a Portugala usque ad insulam flumine et castra. Est Castrum quod dicitur Santae Mariae inter fluvium Doira et silvam quae dicitur medica in frigore; in cujus*

⁵⁷⁴ Nicole Devy-Vareta – “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a «coutada velha» do rei”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. I, Porto, 1985, p. 50.

⁵⁷⁵ Cf nota anterior.

⁵⁷⁶ Cf., no capítulo II, as pp. 131-133.

⁵⁷⁷ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, doc. 49.

⁵⁷⁸ Cf. nota anterior.

território requiescit beatus Donatus apostoli Jacobi discipulus; et post silvam fluvius Vouga”⁵⁷⁹. Por seu turno, a norte desta região, mais concretamente na antiga Terra da Feira, bosques e florestas deviam ainda cobrir grandes extensões do território, variando de densidade e tipos arbóreos consoante analisemos o litoral (a sul da laguna de *Ovil*), onde abundariam as árvores de pequeno e médio porte, ou o interior, de solo rochoso, onde se implantariam os grandes arvoredos⁵⁸⁰. A reminiscência dos vários tipos de floresta histórica permanece, ainda, evidenciada na toponímia local⁵⁸¹.

Em síntese, podemos afirmar que a rápida evolução geomorfológica dos terrenos do Baixo Vouga nos alvares da nacionalidade e durante os primeiros séculos do novo reino peninsular, expressa, nomeadamente, pelo crescimento de uma restinga enraizada a sul de Espinho, permitiu a criação de um trecho litoral protegido e favorável ao desenvolvimento de actividades económicas altamente lucrativas (pesca, navegação, comércio marítimo e salicultura). Paralelamente, a amenização climática consubstanciada no “Pequeno Ótimo Climático Medieval” associada ao crescimento demográfico então verificado (em parte resultante daquela), conduziram à necessidade de ocupação de novos terrenos para fazer face ao aumento da procura de bens essenciais. Com a conquista definitiva de Coimbra pelos cristãos em 1064 (e, posteriormente, com a tomada de Lisboa em 1147) estavam criadas as condições de pacificação e segurança do litoral norte, o que terá produzido enorme impacto ao nível da atracção para uma zona costeira recém-formada (ou melhor, ainda, em formação) como era a do Vouga lagunar.

⁵⁷⁹ Cit in P^e. Miguel de Oliveira - *Ovar na Idade Média ...*, p. 54.

⁵⁸⁰ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII ...*, p. 86 e os mapas 21 e 22, apresentados nas páginas finais do referido estudo.

⁵⁸¹ José Mattoso; Luís Krus e Amélia Andrade – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII ...*, p. 86 e, ainda, mapas 32 e 33 do final do trabalho.

6- ANEXOS

ANEXO I

ANEXO I.1 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO II

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1220	<i>Laurosela</i>	Lourosa (c. da Feira)		X				Santa Cruz				“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244.
1220	<i>Palmaz</i>	Palmaz (c. Oliv. Azeméis)		X						Hospital, Templo		“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 285.
1220	<i>Figueiredo</i>	Figueiredo de Susão (Lugar da Fr. Pinheiro da Bemposta, c. Oliv. Azeméis)		X	X	D. Af. .II						“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 285.
1220	<i>Carual</i>	Carvalho ? (Fr. de Romariz, c. Feira)						Santa Cruz		Hospital		“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 285.
1220	<i>Prados</i>	Prados (Lugar da Fr. Pinheiro da Bemposta, c. Oliv. Azeméis)		X				Santa Cruz				“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 243-244.
1220	<i>Auranca</i>	Avança (c. Estarreja)		X		D. Af. .II						“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 285.
1220	<i>Goto</i>	?				D. Af. .II						“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 286.
1220	<i>Auranca</i>	Avança (c. Estarreja)		X		D. Af. .II	<i>Egas Petri</i>					“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 286.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLÉ.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1220	<i>Antuana</i>	Antuã/ Estarreja (c. Estarreja)		X		D. Af. .II		Grijó	Cedofeita		“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 243-244.
1220	<i>Fermelaa</i>	Fermelã (c. Estarreja)		X		Af. .II	<i>Gonçaluo Gomez</i>	Grijó, Santa Cruz			“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 286.
1220	<i>Louri</i>	Loure (Lugar da Fr. S. João Loure, c. Albergaria-a-Velha)		X		Af. .II		Santa Cruz		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 286.
1220	<i>Alcarouui</i>	Alquerubim (Fr. . c. Albergaria-a-Velha)		X		Af. .II	<i>Fernandum Pelingrim, Domnus Fernandum</i>	Grijó, Santo Tirso, Rates		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 287.
1220	<i>Val Mayor</i>	?				Af. .II		Pedroso			“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 287.
1220	<i>Vouga</i>	Marnel, Lamas (c. Águeda)		X		Af. .II	Filho de <i>Menedo Calentino</i>	Santo Tirso	Abade de Pedroso, Arcebispo, Sé de Coimbra, Igreja de Segadães	Hospital	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 287
1220	<i>Uallongo,</i>	Valongo do Vouga (c. Águeda)		X		Af. .II	Filho de <i>Fernando Brunedo</i>	Santa Cruz		Templo	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 287-288.
1220	<i>Couelos, Crestouaes</i>	Covelos (c. Águeda)		X		Af. .II		Grijó, Santa Cruz	Valongo	Hospital	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 288.
1220	<i>Sagadaes</i>	Segadães (c. Águeda)		X		Af. .II	Herdeiros, <i>Magister Ruberte, Martinus Martini</i>	Grijó			“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 288.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLÉ.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1220	<i>Requexo,, Carragal, Oiro</i>	Requeixo, Carregal, Eirol (c. Aveiro)		X		Af. .II	<i>Petrus Martiniz, Dominicus Ege</i>	Lorvão, Santo Tirso				“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 288-289.
1220	<i>Oes</i>	Óis da Ribeira (c. Águeda)		X		Af. .II	<i>Domni Gasie menendiz, Petrus Mouro</i>	Santo Tirso				“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 289.
1220	<i>Spinel</i>	Espinhel (c. Águeda)		X		Af. .II	Juiz do Vouga, Tablião de Águeda	Lorvão				“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 289.
1220	<i>Recardanis</i>	Recardães (c. Águeda)		X		Af. .II		Lorvão	Sé de Coimbra			“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 289.
1220	<i>Agada</i>	Águeda (c. Águeda)		X		Af. .II	<i>Militibus de Borrália, Martino Vivas</i>					“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 289.
1220	<i>Avelanis de Susanis</i>	Avelãs de Cima (c. Anadia)		X		Af. .II	<i>M. Fernandiz</i>	S. Salvador de Coimbra, Santa Cruz				“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 289-290.
1220	<i>Carualaes</i>	Carvalhais (Lugar Fr. Moita, c. Anadia)		X		Af. .II	<i>Petro qui Venit, Petro Ualadares</i>					“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 290.
1220	<i>Macinata</i>	Macinhata do Vouga (Fr. c. Águeda)		X		Af. .II		Pedroso, Grijó		Hospital		“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 290.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1220	<i>Exo</i>	Eixo (c. Aveiro)		X		Af. .II		Santa Cruz		Hospital, Templo	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 290.
1220	<i>Agada</i>	Águeda de Susão (c. Águeda)		X							“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 290
1220	<i>Sancto Galios</i>	Sangalhos (c. Anadia)		X		Af. .II		Santa Cruz	Bispo de Coimbra		“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 290-291.
1220	<i>Sancto Laurentio</i>	S. Lourenço (c. Anadia)		X		Af. .II	<i>Petrus Saluati</i>		Bispo de Coimbra, Sé de Coimbra		“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 291.
1220	<i>Arcos</i>	Arcos (c. Anadia)		X		Af. .II					“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 291.
1220	<i>Erada, Ilauo, Uagos, Sorees, Milio</i>	Arada (c. Aveiro), Ílhavo (c. Ílhavo), Vagos (c. Vagos), Verdemilho (c. Aveiro) NOTA: na contagem p/concelhos assinalámos 2 registos para Aveiro, 1 para Ílhavo e outro para Vagos.		X		Af. .II		Santa Cruz		Templo	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 291.
1220	<i>Freegesia de Uila Maiore</i>	Vila Maior (Fr. c. Feira)		X				Pedroso, Canedo			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1220	<i>Freegesia de Moazelas</i>	Mozelos (Fr. c. Feira)		X				Grijó		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Freegesia de Laureiro</i>	Freguesia de Loureiro (Fr. c. Ol. Azeméis)		X						Templo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Bedoido</i>	Beduído (c. Estarreja)		X				Pedroso			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Auanca</i>	Avança (c. Estarreja)		X				Paço (de Sousa)			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Marinha de Salgeiro</i>	Marinha de Salgueiro (Lugar da Fr. de Pardilhó, c. Estarreja)		X				Vila Cova			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Cesir</i>	César (Fr. c. Ol. Azeméis)		X				Rio Tinto			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Mazada</i>	Maceda (c. Ovar)		X				Grijó, Santa Cruz, Pedroso		Hospital, Calatrava	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Ecclesia de Dagarei</i>	Igreja de Válega (c. Ovar)		X					Cedofeita, S. Pedro de Ferreira		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Anta</i>	Anta (c. Ovar)		X				Grijó			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1220	<i>Villa de Azevedo</i>	Azevedo (lugar da Fr. S. Vicente Pereira, c. Ovar)		X				Grijó			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Insula</i>	(c. Ovar)		X				Grijó			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Maceeira</i>	Maceda (Fr. c. Ovar)		X						Templo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Sarazia</i>	?								Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Freegesia de Pereira</i>	S. Vicente de Pereira (Fr. c. Ovar)		X				Grijó, Cucujães		Templo, Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia Madail</i>	Madail (Fr. c. Ol. Azeméis)		X					Cedofeita	Hospital, Templo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia Pijdelo</i>	Pindelo (Fr. c. Ol. Azeméis)		X				Refojos, Paço Sousa, Cucujães			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Bustello de Ossela</i>	Ossela (Fr. c. Ol. Azeméis)		X				Paço Sousa, Vila Cova			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Asmooy</i>	?						Santa Ovaia, Rio Covo		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1220	<i>Frigisia de Nogueira de Codal</i>	Nogueira do Cravo (Fr. c. Ol. Azeméis)		X				Cucujães		Espada	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia de Ascariz</i>	Escariz (Fr. c. Feira)		X				Rio Tinto, Cete, Pedroso		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia de Sangedo</i>	Sanguedo (Fr. c. Feira)		X				Pedroso, Paço Sousa, Várzea, Santa Cruz			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Palaços</i>	Paços de Brandão (Fr. c. Feira)		X				Pedroso			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Gayn</i>	Guetim (fr. c. Espinho)		X				Rio Tinto, Cucujães, Cete		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Uila de Laurosa</i>	Lourosa (Fr. c. Feira)		X				Pedroso	Cedofeita	Templo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Romariz</i>	Romariz (Fr. c. Feira)		X				Cete, Vilar de Frades		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Vicam</i>	?						Vila Cova		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Seitela</i>	Seitela (Lugar da Freguesia de Mozelos, c. Feira)		X				Grijó			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1220	<i>Fregisia de Oleiros</i>	Oleiros (Fr. c. Feira)		X				Pedroso, Grijó				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Leuer</i>	Lever (Fr. c. Gaia)		X				Pedroso, Bustelo				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Feaes</i>	Fiães (Fr. c. Feira)		X				Pedroso				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Gisandi</i>	Guisande (Fr. c. Feira)		X				Cete, Vilar de Frades				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Nogueira de Liuaes</i>	Nogueira da Regedoura (Fr. c. Feira)		X				Grijó, Pombeiro		Hospital		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Palácio Blando</i>	Paços de Brandão (Fr. c. Feira)		X				Grijó		Hospital		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Rada</i>	?								Hospital		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Ulveyra de Cardeal</i>	Cardeal (Lugar da Freguesia da Branca, c. Albergaria-a-Velha)		X				Cucujães		Hospital		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Rio Mediano</i>	Rio Meão (Fr. c. Feira)		X				Grijó		Hospital		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1220	<i>Fregisia de Silvaldi</i>	Silvalde (Fr. c. Espinho)		X			Bispo (Porto?)	Grijó				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Labon</i>	Lobão (Fr. c. Feira)		X				Grijó, Canedo, Pedroso, Vila Cova				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Souto</i>	Souto (Fr. c. Feira)		X				Pedroso		Templo		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Sancto Felice</i>	Sanfins (c. Ovar)		X					Bispo de Évora, S. Nicolau			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Spargo</i>	Espargo (Fr. c. Feira)		X				Grijó, Pedroso, Cucujães				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Gandera</i>	Gandara (Lugar Fr. Sanfins, c. Feira)						Grijó				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Duabus Ecclesiis</i>	Duas igrejas (Lugar da Fr. Romariz, c. Feira)		X				Grijó				“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Monazi</i>	? (Mozelos, c. Feira)								Hospital		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Scapos</i>	Escapães (Fr. c. Feira)		X				Grijó	S. Nicolau	Hospital		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1220	<i>Vila de Feira</i>	Vila da Feira (Fr. c. Feira)		X				Grijó	S. João de Ver, S. Nicolau	Calatrava, Hospital, Templo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Sancto Johanne de Vaer</i>	S. João de Ver (Fr. c. Feira)		X				Pedroso, Grijó	Igreja S ^a Maria, Bispo (Porto ?)	Hospital, Templo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Sancto Doado</i>	S. Donato (c. Ovar)		X					Bispo do Porto		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Cabaneros</i>	Cabanões (c. Ovar)		X				Grijó	Granja	Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Villa Plana Sarana</i>	Vila Chã de s. Roque (Fr. c. Ol. Azeméis)		X				Cucujães, Grijó, Rio Tinto, Cerzedelo			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Cauto de Cocuas</i>	Couto de Cucujães (c. Ol. Azeméis)		X				Cucujães, Santa Cruz			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Canedo</i>	Canedo (Fr. c. Feira)		X				Canedo Pedroso, Grijó			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	Cortegaza	Cortegaça (Fr. c. Ovar)		X						Todas as Ordens (sic)	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Lauredo</i>	Louredo (Fr. c. Feira)		X				Canedo, Grijó		Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLÉ.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1220	<i>Fregisia de Zerzedo</i>	Cerzedo (Fr. c. Gaia)		X				Grijó	Bispo (Porto?)	Hospital	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.
1220	<i>Fregisia de Sancto Martino de Draganseli</i>	S. Martinho de Argoncilhe (Fr. c. Feira)		X				Grijó, Carvoeiro			“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.
1220	<i>Fregisia de Petroso</i>	Pedroso (Fr. c. Gaia)		X				Grijó, Pedroso, Vila Cova	Cedofeita		“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.

ANEXO I.2 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO III

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1251	<i>Villa da Feira</i>	Vila da Feira (c. Feira)		X	X	D. Af. III						“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11 e 29 (trad. Português).
1251	<i>Milheiros, Villa Bona, Travanca (in parrochia de Ecclesia de Feira)</i>	Milheiros, Vila Boa, Travanca (paróquia da Feira) (c. Feira)		X	X				Igreja da Feira			“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 13 e 29 (trad. Português).
1251	<i>Erada</i>	Arada (c. Ovar)		X	X	D. Af. III	Entestantes					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 13 e 29 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Sauto</i>	Freguesia de Souto (c. Feira)		X		D. Af. III (daganhas)						“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 13 e 29 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Fornos</i>	Freguesia de Fornos (obs. Na Vila de Fornos não deve haver herdade de cavaleiros nem das ordens) (c. Feira)		X		D. Af. III (daganhas)						“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 13-14 e 29-30 (trad. Português).
1251	<i>Villa de Espargo</i>	Espargo (c. Feira)		X			Herdador					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 14-15 e 30 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Sancto Vicentio de Pereira (tem reguengo de daganhas na vila)</i>	Freguesia de S. Vicente de Pereira (c. Ovar)		X	X	D. Af. III (metade da Ínsua)				Templo		“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 11 e 30 (trad. Português).

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1251	<i>Freguesia Sancto Felice</i>	Freguesia de Sanfins (c. Feira)		X			Herdadores		Arcebispo de Brasga		“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 15 e 31 (trad. Português).
1251	<i>Scapaes</i>	Escapães (c. Feira)		X						Hospital	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 15 e 31 (trad. Português).
1251	<i>Parochia de Manoci (2 casais em presstimónio)</i>	Paróquia de Manhouce (Fr. Arrifrana; c. Feira)		X		D. Af. III					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 15 e 31 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Lourosa</i>	Freguesia de Lourosa) (c. Feira)		X	X	D. Af. III					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 15 e 31 (trad. Português).
1251	<i>Parrochia de Porzelli</i>	Paróquia de Porzelhe (Fr. Mosteiro, c. Feira)		X	X				Governador da Igreja de Porzelhe		“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 16 e 31-32 (trad. Português).
1251	<i>Sancto Iohane de Madeira</i>	S. João da Madeira (c. S. João da Madeira)		X		D. Af. III					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 16 e 32 (trad. Português).
1251	<i>Cabanões (obs. Entre os tributos régios estão sal e pescado; todas as marinhas dão foro ao Rei -pela medida de Sangalhos-, menos as que foram de Martinho Baragão e do Conde)</i>	Cabanões (c. Ovar)		X							“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 16-17 e 32 (trad. Português).

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1251	<i>Madail</i>	Madail (Fr. c. Ol. Azeméis)		X			Martim de Aragão			Hospital	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 17 e 33 (trad. Português).
1251	<i>Parrochia de Ulveira</i>	Paróquia de Oliveira (de Azeméis) (c. Ol. Azeméis)		X		D. Af. III	D. Teresa de Macinhata	Cucujães, Rio Tinto		Templo	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 17 e 33 (trad. Português).
1251	<i>Parrochia de Macinata (obs. Tem deganha em Silvares)</i>	Paróquia de Macinhata (Macinhata de Seixa, Fr. c. Ol. Azeméis)		X							“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 18 e 33 (trad. Português).
1251	<i>Parrochia de Valega</i>	Paróquia de Válega (c. Ovar)		X			Herdadores				“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 18 e 33 (trad. Português).
1251	<i>Sancto Georgio (obs. Azeveduce partia pelo Rio Uinha com Arcozelo; refer. Ao porto de Esposende)</i>	S. Jorge (c. Ovar)		X		D. Af. III					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 18 e 33 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Lobom</i>	Freguesia de Lobão (c. Feira)		X		D. Af. III					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 18 e 34 (trad. Português).
1251	<i>Monasterio de Canedo</i>	Canedo (Mosteiro) (c. Feira)		X		D. Af. III	Paio Gonçalves, mordomo da rainha	Pedroso, Canedo			“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 19 e 34 (trad. Português).
1251	<i>Ecclesia et freguesia de Canedo</i>	Canedo (Freguesia) (c. Feira)		X		D. Af. III	Herdadores, Rodrigo Henriques, Martim Canelas				“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 19-20 e 34-35 (trad. Português).

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE						FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.					
								Reg.	Sec.	Ord.			
1251	<i>Freiguesia de Auuintes (obs. O juiz de Gondomar leva aí a portagem de tudo o que viver pelo Douro)</i>	Freguesia de Avintes (c. Gaia)		X									“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 21 e 36 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Villa Plana</i>	Freguesia de Vila Chã (Fr. c. Gaia)		X									“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 21-22 e 36 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Carregosa</i>	Freguesia de Carregosa (Fr. c. Ol. Azeméis)		X		D. Af. III							“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 22 e 36-37 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Pidelo</i>	Freguesia de Pindelo (Fr. c. Ol. Azeméis)		X									“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 22 e 37 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Faiones</i>	Freguesia de Fajões (Fr. c. Ol. Azeméis)		X		D. Af. III		Rio Tinto					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 23 e 37 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Nogueira (Obs. Há deganas)</i>	Nogueira (do Cravo) (Fr. c. Ol. Azeméis)		X									“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 23 e 37 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Silvaldi (obs. O termo de Silvalde era pelo rio a correr para Paramos)</i>	Freguesia de Silvalde (c. Espinho)		X			Herdadores, Pedro Miguéis						“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 23 e 37-38 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Mahaenda</i>	Freguesia de Maceda (c. Ovar)		X									“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 23 e 38 (trad. Português).

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1251	<i>Freiguesia de Rivo Mediasno</i>	Freguesia de Rio Meão (c. Feira)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 24 e 38 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Usela</i>	Freguesia de Ossela (Fr. c. Ol. Azeméis)		X		D. Af. III		Mosteiros (sic)				“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 24 e 38 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de César (ai andavam bestas do Rei a pastar e comiam palha)</i>	Freguesia de Cesar (Fr. c. Ol. Azeméis)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 24 e 38 (trad. Português).
1251	<i>Parrochia de Ascariz</i>	Paróquia de Escariz (Fr. c. Feira)		X		D. Af. III	Herdadores, Paio Gonçalves (mord. da rainha)	Rio Tinto, Pedroso				“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 24-25 e 38-39 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Milleiros</i>	Freguesia de Milheiros (de Poiares) (c. Feira)		X				Pedroso				“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 25 e 39 (tr. Português).
1251	<i>Freiguesia de Romariz (Obs. Termo de Mouquim já 3ª parte é do rei e já foi pov. E o rei deve dá-la a cultivar)</i>	Freguesia de Romariz (c. Feira)		X	X	D. Af. III						“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 25-26 e 39 (Português).
1251	<i>Frerguesia de Pegeiros (Foro do Rei: pão pela medida de Sangalhos)</i>	Freguesia de Pigeiros (c. Feira)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 26 39 (td. Português).
1251	<i>Freiguesia de Duas Igrejas (Obs. Orei ai nada tem)</i>	Freguesia de Duas Igrejas (c. Feira)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 26 e 40 . (Port..)

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1251	<i>Freiguesia de Mozelos</i>	Freguesia de Mozelos (c. Feira)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 26 e 40 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Nogueira</i>	Freguesia de Nogueira (da Regedoura) (c. Feira)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 26 e 40 (Português).
1251	<i>Freiguesia de Sancta Maria de Lamas</i>	Freguesia de Santa Maria de Lamas (c. Feira)		X			Gonçalo Godinho					“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 26-27 e 40 (Português).
1251	<i>Freiguesia de Sancto Joanne de Veer</i>	Freguesia de S. João de Ver (c. Feira)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27 e 40 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Anta</i>	Freguesia de Anta (c. Espinho)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27 e 40-41 (Português).
1251	<i>Freiguesia de Oleiros (Obs. O Mordomo menor come em todas as casas)</i>	Freguesia de Oleiros (c. Feira)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27 e 41 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Paramos (Obs. O Mordomo menor come em todas as casas em Paramos de Baixo)</i>	Freguesiaq de Paramos (c. Espinho)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27 e 41 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Ermoriz</i>	Freguesia de Esmoriz (c. Ovar)		X								“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27 e 41 (trad. Português).
1251	<i>Freiguesia de Brandom</i>	Freguesia de (Paços de) Brandão (c. Feira)		X			Herdadores	Grijó				“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27 e 41 (trad. Português).

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1251	<i>Freguesia de Gandra</i>	Freguesia de Gandra (incorporada em Anta) (c. Ovar)		X			Rodrigo Afonso	Grijó				“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27-28 e 41 (Português.

ANEXO I.3 - POVOAMENTO A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. DINIS (TERRAS E JULGADOS)

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia Dalcrouui</i>	Freguesia de Alquerubim (c. Albergaria-a-Velha)		X		D. Dinis						“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 82.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Santa Maria de Lamas</i> (Vinhas a par da ponte do Vouga)	Freguesia de Santa Maria de Lamas (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 82.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghesia de Val Mayor</i>	Freguesia de Valmaior (c. Albergaria-a-Velha)		X		D. Dinis	<i>Pedro Piriz; Nicolau Steuayz; Steuam Rudrigit</i>	Carvoeiro				“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 82.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Macinhata</i>	Freguesia de Macinhata do Vouga (c. Águeda)		X		D. Dinis	<i>Pedro Afonso Ribeiro; Geraldo de Macinhata</i>	Pedroso				“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, pp. 82-83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Valogo</i>	Freguesia de Valongo do Vouga (c. Águeda)		X		D. Dinis	<i>D. Maria Moleer</i>					“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia dAuelaas de Susaas</i>	Freguesia de Avelãs de Cima (c. Anadia)		X		D. Dinis		Moriro				“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia da Mouta</i>	Freguesia da Moita (c. Anadia)		X		D. Dinis						“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia dArcos</i>	Freguesia de Arcos (c. Anadia)		X		D. Dinis	<i>Pay de Moles e D. Sancha de Mogofores</i>	Santa Cruz		<i>Sé de Coimbra</i>		“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia do Baro dOoes</i>	Freguesia de Óis do Bairro (c. Anadia)		X			<i>Fernão Martins da Cuna</i>			<i>Bispo de Coimbra</i>		<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 83.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia de San Loureço do Baro</i> (há duas roteas que estavam <i>in monte e in mato</i>)	Freguesia de S. Lourenço do Bairro (c. Anadia)		X		D. Dinis	<i>Fernão Martins da Cuna;</i>		<i>Bispo de Coimbra</i>		“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, pp. 83-84.
1282 (Terra de Vouga)	<i>dAryos</i>	Freguesia de Arcos (c. Anadia)		X			<i>Sancha Martins; Rodrigo Afonso</i>				“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 84.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia dAnças</i> (devem fazer uma albergaria em <i>Mamoa Rasa</i>)	Freguesia de Ancas (c. Anadia)		X		D. Dinis					“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 84.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Sanghalos</i>	Freguesia de Sangalhos (c. Anadia)		X		D. Dinis					“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 84.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia e Juyghado dlhauo e de Vaghoos e de Vila de Milo</i>	Freguesias de Ílhavo (c. Ílhavo), Vagos (c. Vagos) e Verdemilho (lugar da freguesia de Arada, c. Aveiro)		X			<i>Pedro Sem Vinho</i> (Ílhavo)	Santa Cruz (Verdemilho)			“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 84.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Santa Maria de Saa</i>	(c. Aveiro)		X		D. Dinis			Igreja de Santa Maria de Vagos		“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 84.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Aueyro</i>	Aveiro (c. Aveiro)		X			<i>D. Pedro Anes</i>				“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, pp. 84-85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Isgheyra</i> (3 cavalarias de Lorvão e 1 de Vilarinho)	Freguesia de Esgueira (c. Aveiro)		X				Lorvão; Vilarinho			“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia dEixo</i>	Freguesia de Eixo (c. Aveiro)		X			<i>Filhos de D. Domingos; Conde</i>	Grijó			“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Saniohane de Louri</i> (1 topónimo “Salimas, que era testeyra de toda a uila”)	Freguesia de S. João de Loure (c. Albergaria-a-Velha)		X		D. Dinis	<i>Estêvão Rodrigues; D. Bento</i>	Grijó; Santa Cruz	<i>Bispo de Coimbra</i>		“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Requeixo</i> (arromperam desde a igreja ao monte e valaram um lugar onde o prior fez Baceło)	Freguesia de Requeixo (c. Aveiro)		X			<i>Martim Buval</i>				“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>dOyrol</i>	Freguesia de Eiról (c. Aveiro)		X			<i>Sancha Pires</i>	Grijó			“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>dAlmeara</i>	Alumieira: lugar da (c. Águeda)		X		D. Dinis	<i>Herdadores</i>				“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, pp. 85-86.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Uilla de Trauaço</i>	Travaço: freguesia de Travaço (c. Águeda)		X		D. Dinis					“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 86.
1282 (Terra de Vouga)	<i>dOees de Riba dAgada</i>	Freguesia de Óis da Ribeira (c. Águeda)		X		D. Dinis	<i>D. Justa; Domingos Joanes; Conde; Donna Frhyli</i>				<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 86.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia dEspiel</i>	Freguesia de Espinhel (c. Águeda)		X			<i>Pedro Sem Sabor; Soeiro Meola; Conde</i>	Santo Tirso			“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 86.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia dAgada</i>	Freguesia de Águeda (c. Águeda)		X		D. Dinis			<i>Igrejas Águeda e Assequins</i>		“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, pp. 86-87.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Reregardaes</i>	Freguesia de Recardães (c. Águeda)		X					<i>Igrejas Águeda, Recardães, Espinhel</i>		“Inquirição na Terra de Vouga”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 87.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1284 (Julgado de Figueiredo)	<i>S. Uicente de Auranca</i> No lugar da ermida de Mosteiroo há 2 casais delimitados pela foz do Antoaã e foz de Carrega	Freguesia de Avança (c. Estarreja)		X	X	D. Dinis	<i>D. Egas Periz e D. Sancha</i>		<i>Pay Perez e Pay Dominguez</i>		“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 206-210.
1284 (Julgado de Figueiredo)	<i>Freeguysia de Loureyro (aldeia de Gontemil tem arroteamentos; Toucetem termos no porto de Espieyro e porto de Nouaes)</i> ; 1 moinho velho em <i>Tauillon</i>	Freguesia de Loureiro (c. Ol. Azeméis)		X	X	D. Dinis	Herdadores; <i>Stevam Perez de Toaci; Paay Gonçalujz de Auranca; Steuam Perez caualeiro</i> ; a aldeia do <i>Auelaal</i> é honra velha	Rio Tinto; Pendurada	<i>D. Giraldo, abbade de Val Myor</i>	Avis; Templo	“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 210-213.
1284 (Julgado de Figueiredo)	<i>Freeguysia de Sancta Maria de VI</i> (o castro de Ul é do rei)	Freguesia de Ul (c. Ol. Azeméis)		X			A vila de Ul é honra velha de Abril Dagarey, Lourenço Garça, Affonso Steuez e outros cavaleiros e mosteiros	Grijó			“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 213-214.
1284 (Julgado de Figueiredo)	<i>Aldeya de Centeaes, freeguysia de Santiago do Bedoydo</i>	Freguesia de Beduido (c. Estarreja)		X	X	D. Dinis	Herdadores				“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 214-215.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1284 (Julgado de Figueiredo)	<i>Poboa do Caruallal</i>	Santeais, fr. de Beduído (c. Estarreja)	X	X							“Inquirições no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 215.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Quinta em Gujlhivay</i>	Freguesia de Guilhovai (c. Ovar)		X			Cogominho e D. Joana				“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 220.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Monte de Matelas</i>	(c. Ovar)		X			D. Joana João Pires leigado fez uma marinha na testeira do monte				“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 220.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Pereira</i>	Freguesia de Vicente de Pereira de Jusã (c. Ovar)		X			D. Joana tem herdamentos das marinhas de S. Miguel e Matelas e deles leva portagem de Cabanões				“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 220.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Granja de Ozoos</i>	(c. Ovar)		X				Grijó			“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 220-221.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Figueira</i>	(c. Ovar)	X	X							“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 221.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Marinhas de Matelas</i>	(c. Ovar)		X				S. João Tarouca				“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 221.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Marinhas de Matelas a par de Sam. Miguel</i>	(c. Ovar)		X			João Pires Leigado					“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 221.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Marinha em Sapa</i>	(c. Ovar)		X				Pedroso				“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 221-222.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Aldeia de Oovar</i>	Freguesia de Ovar (c. Ovar)		X		D. Dinis	Descendentes de Rodrigo Afonso da Torre; Herdadores			Hospital		“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 222.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Entre Ulvar e Ovar (sic)</i>	Freguesia de Ovar (c. Ovar)		X		D. Dinis	João Vermuiz de Ovar	Grijó				“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 222-223.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Cortinha “arrompida” de novo</i>	(c. Ovar)		X			João Pinto					“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.			
								Reg.	Sec.	Ord.	
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Aldeia de Ozões: Herdamento de deganhas</i>	(c. Ovar)		X				Grijó			“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Granja de Ozões</i>	(c. Ovar)		X		D. Dinis					“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Aldeia de Guilhivay</i>	Freguesia de Guilhovai (c. Ovar)		X		D. Dinis	D. Joana	Grijó		Avis	“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Aldeia de Sam Doado (1 herdamento de deganha que é do Rei)</i>	S. Donato: Lugar da Freguesia e c. de Ovar (c. Ovar)		X		D. Dinis			Bispo do Porto		“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 223.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Aldeia de Sandy (tem herdaments de deganhas)</i>	Sande: Lugar da Freguesia e c. de Ovar (c. Ovar)		X		D. Dinis					“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 224.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Villa de Cabanões</i>	Cabanões: Lugar da Freguesia e c. de Ovar (c. Ovar)		X	X	D. Dinis					“Inquirições no Julgado de Cabanões”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 224.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado de Figueiredo)	<i>Parrochia Sancte Marie dUL</i> (no castro de Ul 3 casais reguengos usurpados por honra pelos descendentes de Don Fernam Perez)	Freguesia de Ul (c. Ol. Azeméis)		X		D. Dinis	Descendentes de Don Fernam Perez					“Inquirições de D. Dinis no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, 1993, p. 249.
1288 (Julgado de Figueiredo)	<i>Parrochia Sancti Iohannis de Loureyro</i> (¼ da aldeia de Touce foi usurpada por honra pelos descendentes de Lourenço Reymondiz; em Valverde 3 casais são do Rei)	Freguesia de Loureiro (c. Ol. Azeméis)		X		D. Dinis	Descendentes de Lourenço Reymondiz (em <i>Toocj</i>); Descendentes de <i>Gil Steuez</i> (em <i>Ual Uerde</i>); <i>Martim Steuaz do Auelaal (qintaa do Auelaal)</i>			Templo (5 casais na quintaa do Auelaal)		“Inquirições de D. Dinis no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 250-251.
1288 (Julgado de Figueiredo)	<i>Parrochia Sancti Uiccencij de Dulonca</i>	Freguesia de Avança (c. Estarreja)		X			<i>Rodrigo Affonso Rybeiro</i>	Grijó (lugar do Castelo)				“Inquirições de D. Dinis no Julgado de Figueiredo”, in Mattoso <i>et al.</i> - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 251-252.
1288 (Julgado de Fermedo)	<i>Parrochia Sancti Michaelis do Mato</i>	Freguesia de S. Miguel do Mato (c. Arouca)		X		D. Dinis	<i>Fidalgos, Rodrido Affonso Steuam Rodrigujz (em Beleça)</i>	Arouca; Grijó				“Inquirições de D. Dinis no Julgado de Fermedo”, in Mattoso <i>et al.</i> - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 252-253.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado de Fermedo)	<i>Parrochia Sancte Marie de Fremedo</i>	Freguesia de Fermedo (c. Arouca)		X		D. Dinis	Rodrigo Affonso Rybeyro	Grijó				“Inquirições de D. Dinis no Julgado de Fermedo”, in Mattoso <i>et al.</i> - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 253-254.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Dagaredy (parrochia de Sancta Marie de Valegua)</i>	Freguesia de Válega (c. de Ovar)		X			Cavaleiros					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 191.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Pereyra, Rial, Vilarinho e Bostelo</i>	Pereira, Real , Vilarinho e Bustelo: Lugares da freguesia de Válega (c. Ovar)		X			Fernão Fernandes Cogominho; Herdaeiros; D. Joana	Grijó; Pedroso			Avis	“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-192.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Pelagii de Oleyros</i>	Freguesia de Oleiros (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 192.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sante Maria de Malados</i>	(c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 192.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti. Vicentii Pereyra de Susaa</i>	S. Vicente de Pereira de Jusã (c. Ovar)		X			D. Joana					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 192-193.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia S. Martinho(sufra gânea de S. Vicente)</i>	S. Martinho: Lugar da Freguesia de Arada (c. Ovar)		X			Fidalgos (sic)					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 193.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Nicholay da Feyra</i>	(c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 193.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Petri de Maçada</i>	Freguesia de Maceda (c. Ovar)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in José Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 193.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi de Lourosa</i>	Freguesia de Lourosa (c. Feira)		X			Martim Peres; Herdadores	Mosteiros (sic)	Igrejas (sic)			“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 193-194.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Micaelis de Gandara</i>	Gandara: Lugar da Freguesia de Guizande (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 194-195.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia S. Cristovão de Nogueira</i>	Freguesia de Nogueira da Regedoura (c. Feira)		X		D. Dinis	Martim Anes, cavaleiro					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 195.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Chipham de Paação de Blandom</i>	Freguesia de Paços de Brandão (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 195.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sante Marie de Pidelo</i>	Freguesia de Pindelo (c. Ol. Azeméis)		X			Rui Pais “ que chamam de Priquedelo”	Mosteiros	Igrejas			“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 195.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi de Savady</i>	Freguesia de Silvalde (c. Espinho)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 196.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sante Marie de Cortegaça</i>	Freguesia de Cortegaça (c. Ovar)		X			Quinta que foi de Martim Afonso					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 196.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Petri de Ossela</i>	Freguesia de Ossela (c. Ol. Azeméis)		X			Quinta que foi de Estêvão Babali; Afonso pais e Martim de Bubal					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 196-197.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Johane de Vaer</i>	Freguesia de S. João de Ver (c. Feira)		X			Quinta que foi de Afonso Gonçalves; honra que traz Martim Pires	Grijó				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in José Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 197.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Micael de Ulveyra</i>	Freguesia de Ol. Azeméis (c. Ol. Azeméis)		X		D. Dinis	Quinta de Estêvão Rodrigues					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 197-198.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Tissi de Paramhos</i>	Freguesia de Paramos (c. Espinho)		X			2 quintãs el Paramos de Susão: de João Nogueira e Lourenço Anes; 3 casais de fidalgos	Pedroso				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in José Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 198.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sante Marie de Manhoçi</i>	Manhouce: Lugar da freguesia de Arrifana (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 198.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Martini de Moeçelos</i>	Freguesia de Mozelos (c. Feira)		X			2 quintãs de D. Sancha	Mosteiros (sic)				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 198-199.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sante Marie de Lamas</i>	Freguesia de Santa Maria de Lamas (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 199.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Petri de Vila Chã</i>	Lugar da freguesia de Arcozelo (c. Gaia)		X			Quintã de Fernão Gonçalves					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 199-200.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Santi Andree de Macinhata</i>	Freguesia de Macinhata de Seixa (c. Ol. Azeméis)		X			João Airas de Vilarinho e João Gonçalves; Gil Garcia					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 200.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Mohetis de Madayl</i>	Freguesia de Madail (c. Ol. Azeméis)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 200.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Andree de Porçelhi</i>	Prosela: lugar da freguesia de Mosteiró (c. Feira)		X			Quinta que foi de Pedro Lofa					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 200-201.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi de Rio Meyão “Ordinis Hospitalis” (sic)</i>	Freguesia de Rio Meão (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 201.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti. Félicis</i>	Freguesia de S. Félix da Marinha (c. Gaia)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 201.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Johannis de Madeyra (aldeia de casal de Eiró jaz no couto de Cucujães)</i>	Freguesia de S. João da Madeira (c. de S. João da Madeira)		X			2 quintãs: 1 Estevão Soares e 1 Pedro Viegas					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in José Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 201-202.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancte Marie de Esmoriz</i>	Freguesia de Esmoriz (c. Ovar)		X			Quintã da Torre, de Martim Rodrigues; quinta de Afonso Martins da Madeira					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 202.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Christoffori de Nogeira</i>	Freguesia de Nogueira do Cravo (c. Ol. Azeméis)		X			Quintã de Nogueira do Cravo é de Rui Pais					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 202-203.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi d’ Ul</i>	Freguesia de Ul (c. Ol. Azeméis)		X			Pedro Coelho; quinta de Vasco Esteves na aldeia de Figueiredo					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 203.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Micaelis de Souto</i>	Freguesia do Souto (c. Feira)		X			Quinta de Mendo de Souto					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 203-204.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi de Sparago</i>	Freguesia de Espargo (c. Feira)		X			Quinta de Martim Afonso					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 204.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Michaelis de Mileyroos</i>	Freguesia de Milheiros de Poiães (c. Feira)		X			Casal de João Soares, em “ <i>Gayati</i> ”					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 204-205.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Petri de Canedo de Sancti Vicentii (sic)</i>	Freguesia de Canedo (c. Feira)		X			João Teixeira; Martim Bubal e Estêvão Rodrigues; Sancha Peres de <i>Moeçalos</i> (aldeia de <i>Flamir</i>)					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 205-206.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia de Sancti Christofori de Sanguaedo</i>	Freguesia de Sanguedo (c. Feira)		X				Pedroso e Moreiro				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in José Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 206.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Georgii</i>	Freguesia de S. Jorge (c. Feira)		X				Arouca				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 206-207.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Momhetis de Guisandi</i>	Freguesia de Guisande (c. Feira)		X				Rio Tinto				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 207.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancte Eolalie de Maaceyra de Sarnes</i>	Freguesia de Macieira de Sarnes (c. Ol. Azeméis)		X			Quinta de Martim Esteves Flor do Avelar e quinta de Afonso Lourenço					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 207-208.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Isidri de Romariz</i>	Freguesia de Romariz (c. Feira)		X			Estêvão Afonso e seus irmãos; quinta de Estêvão Peres de Tofi (na aldeia de <i>Guim</i>)					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 208-209.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Momhetis de Vila Maior</i>	Freguesia de Vila Maior (c. Feira)		X			Quinta de Estêvão Todiz; Estêvão Lourenço	Grijó				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 209.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sante Marie de Feans</i>	Freguesia de Fiães (c. Feira)		X			Quinta que foi de D. Joana e agora é dos netos					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 209-210.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi de Lobon</i>	Freguesia de Lobão (c. Feira)		X		D. Dinis	Quinta de Fernão Peres Flor e outra de Egas Mendes; Paio Martins e seus irmãos; Moreirol e seus irmãos; Martim Peres	Grijó		Hospital		“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 210-211.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Salvatores de Fornos</i>	Freguesia de Fornos (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 211.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Michaelis de Duabus Ecclesiis</i>	Duas Igrejas: Lugar da freguesia de Romariz, (c. Feira)		X			Quinta de D. Maria e Rui Martins					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 211-212.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Andree de Lever</i>	Freguesia de Lever (c. Gaia)		X			Quinta de João Rodrigues e outra de João de Onter					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 212.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Martini de Escapães</i>	Freguesia de Escapães (c. Feira)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 212.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Martini de Faiões</i>	Freguesia de Fajões (c. Ol. Azeméis)		X			Quinta de Martim Rodrigues e outra dos filhos de Martim Dias					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 212-213.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Petri de Cesar</i>	Freguesia de César (c. Ol. Azeméis)		X			Paço dos filhos de Gil Garcia e outro dos filhos e netos de Afonso Bubal					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 213.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Andree de Johyam</i>	Santo André: Lugar da freguesia e concelho da Feira (c. Feira)		X			Quinta de D. Joana; honra de Lourenço Anes e seus irmãos	Abade do Bustelo				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 213-214.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Martini de Dragonçelhi</i>	Freguesia de Argoncilhe (c. Feira)		X			Pedro Garcia	Grijó				“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 214-215
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Salvatoris de Ccarregosa</i>	Freguesia de Carregosa (c. Ol. Azeméis)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al. – O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 215.

DATA e Terra ou Julgado	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	POVOAMENTO			POSSE					FONTE	
			ERMO	POV.	MIST.	REG.	LAICA	ECLE.				
								Reg.	Sec.	Ord.		
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Martini da Eirada</i>	Freguesia de Arada (c. Ovar)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 215-216.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancte Marie de Pegeyros</i>	Pigeiros (c. Feira)		X			Quinta de Pedro Afonso Ribeiro					“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 216.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Andre de Ascariz</i>	Freguesias de Escariz (c. Arouca)		X		D. Dinis						“Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira”, in Mattoso <i>et al.</i> – <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 216-217.

ANEXO II

ANEXO II.1 - IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NO BAIXO VOUGA A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO II

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1220	<i>Laurosela</i>	Lourosa (c. da Feira)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 244.
1220	<i>Carual</i>	Carvalhal ? (Fr. de Romariz, c. Feira)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 285.
1220	<i>Prados</i>	Prados (Lugar da Fr. Pinheiro da Bemposta, c. Oliv. Azeméis)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 243-244.
1220	<i>Antuana</i>	Antuã/ Estarreja (c. Estarreja)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 243-244.
1220	<i>Fermelaa</i>	Fermelã (c. Estarreja)	Grijó, Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 286.
1220	<i>Louri</i>	Loure (Lugar da Fr. S. João Loure, c. Albergaria-a-Velha)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 286.
1220	<i>Alcarouui</i>	Alquerubim (Fr. . c. Albergaria-a-Velha)	Grijó, Santo Tirso, Rates	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 287.
1220	<i>Val Mayor</i>	?	Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 287.
1220	<i>Vouga</i>	Marnel, Lamas (c. Águeda)	Santo Tirso	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 287.
1220	<i>Uallongo,</i>	Valongo do Vouga (c. Águeda)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 287-288.
1220	<i>Couelos, Crestouaes</i>	Covelos (c. Águeda)	Grijó, Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 288.
1220	<i>Sagadaes</i>	Segadães (c. Águeda)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 288.
1220	<i>Requexo, Carragal, Oirol</i>	Requeixo, Carregal, Eirol (c. Aveiro)	Lorvão, Santo Tirso	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 288-289.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1220	<i>Oes</i>	Ois da Ribeira (c. Águeda)	Santo Tirso	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 289.
1220	<i>Spinel</i>	Espinhel (c. Águeda)	Lorvão	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 289.
1220	<i>Recardanis</i>	Recardães (c. Águeda)	Lorvão	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 289.
1220	<i>Avelanis de Susanis</i>	Avelãs de Cima (c. Anadia)	S. Salvador de Coimbra, Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, vol. II, pp. 289-290.
1220	<i>Macinata</i>	Macinhata do Vouga (Fr. c. Águeda)	Pedroso, Grijó	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 290.
1220	<i>Exo</i>	Eixo (c. Aveiro)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 290.
1220	<i>Sancto Galios</i>	Sangalhos (c. Anadia)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, pp. 290-291.
1220	<i>Erada, Ilauo, Uagos, Sorees, Milio</i>	Arada (c. Aveiro), Ilhavo (c. Ílhavo), Vagos (c. Vagos), Verdemilho (c. Aveiro)	Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 291.
1220	<i>Freegesia de Uila Maiore</i>	Vila Maior (Fr. c. Feira)	Pedroso, Canedo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Freegesia de Moazelas</i>	Mozelos (Fr. c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Bedoido</i>	Beduído (c. Estarreja)	Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Auanca</i>	Avança (c. Estarreja)	Paço (de Sousa)	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Marinha de Salgeiro</i>	Marinha de Salgueiro (Lugar da Fr. de Pardilhó, c. Estarreja)	Vila Cova	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Cesir</i>	César (Fr. c. Ol. Azeméis)	Rio Tinto	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1220	<i>Villa de Mazada</i>	Maceda (c. Ovar)	Grijó, Santa Cruz, Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Anta</i>	Anta (c. Ovar)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Azevedo</i>	Azevedo (lugar da Fr. S. Vicente Pereira, c. Ovar)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Insula</i>	(c. Ovar)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Freegesia de Pereira</i>	S. Vicente de Pereira (Fr. c. Ovar)	Grijó, Cucujães	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia Pijdelo</i>	Pindeló (Fr. c. Ol. Azeméis)	Refojos, Paço Sousa, Cucujães	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Bustello de Ossela</i>	Ossela (Fr. c. Ol. Azeméis)	Paço Sousa, Vila Cova	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Asmooy</i>	?	Santa Ovaia, Rio Covo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia de Nogueira de Codal</i>	Nogueira do Cravo (Fr. c. Ol. Azeméis)	Cucujães	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia de Ascariz</i>	Escariz (Fr. c. Feira)	Rio Tinto, Cete, Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Frigisia de Sangedo</i>	Sanguedo (Fr. c. Feira)	Pedroso, Paço Sousa, Várzea, Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Villa de Palaços</i>	Paços de Brandão (Fr. c. Feira)	Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 72.
1220	<i>Gayn</i>	Guetim (fr. c. Espinho)	Rio Tinto, Cucujães, Cete	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Uila de Lourosa</i>	Lourosa (Fr. c. Feira)	Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1220	<i>Romariz</i>	Romariz (Fr. c. Feira)	Cete, Vilar de Frades	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Vicam</i>	?	Vila Cova	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Seitela</i>	Seitela (Lugar da Freguesia de Mozelos, c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Oleiros</i>	Oleiros (Fr. c. Feira)	Pedroso, Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Leuer</i>	Lever (Fr. c. Gaia)	Pedroso, Bustelo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Feaes</i>	Fiães (Fr. c. Feira)	Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Gisandi</i>	Guisande (Fr. c. Feira)	Cete, Vilar de Frades	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Nogueira de Liuaes</i>	Nogueira da Regedoura (Fr. c. Feira)	Grijó, Pombeiro	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Palácio Blando</i>	Paços de Brandão (Fr. c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Ulveyra de Cardeal</i>	Cardeal (Lugar da Freguesia da Branca, c. Albergaria-a-Velha)	Cucujães	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Rio Mediano</i>	Rio Meão (Fr. c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Silvaldi</i>	Silvalde (Fr. c. Espinho)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Labon</i>	Lobão (Fr. c. Feira)	Grijó, Canedo, Pedroso, Vila Cova	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Souto</i>	Souto (Fr. c. Feira)	Pedroso	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1220	<i>Fregisia de Spargo</i>	Espargo (Fr. c. Feira)	Grijó, Pedroso, Cucujães	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Gandera</i>	Gandara (Lugar Fr. Sanfins, c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Duabus Ecclesiis</i>	Duas igrejas (Lugar da Fr. Romariz, c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Scapos</i>	Escapães (Fr. c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Vila de Feira</i>	Vila da Feira (Fr. c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Sancto Johanne de Vaer</i>	S. João de Ver (Fr. c. Feira)	Pedroso, Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Cabaneros</i>	Cabanões (c. Ovar)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Villa Plana Sarana</i>	Vila Chã de s. Roque (Fr. c. Ol. Azeméis)	Cucujães, Grijó, Rio Tinto, Cerzedelo	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Cauto de Cocuas</i>	Couto de Cucujães (c. Ol. Azeméis)	Cucujães, Santa Cruz	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Canedo</i>	Canedo (Fr. c. Feira)	Canedo, Pedroso, Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 73.
1220	<i>Fregisia de Louredo</i>	Louredo (Fr. c. Feira)	Canedo, Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.
1220	<i>Fregisia de Zerzedo</i>	Cerzedo (Fr. c. Gaia)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.
1220	<i>Fregisia de Sancto Martino de Draganseli</i>	S. Martinho de Argoncilhe (Fr. c. Feira)	Grijó, Carvoeiro	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.
1220	<i>Fregisia de Petroso</i>	Pedroso (Fr. c. Gaia)	Grijó, Pedroso, Vila Cova	“Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria”, in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. II, p. 74.

ANEXO II.2 - IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NO BAIXO VOUGA A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. AFONSO III

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1251	<i>Parrochia de Ulveira</i>	Paróquia de Oliveira (de Azeméis) (c. Ol. Azeméis)	Cucujães, Rio Tinto	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 17 e 33 (trad. Português).
1251	<i>Monasterio de Canedo</i>	Canedo (Mosteiro) (c. Feira)	Pedroso, Canedo	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 19 e 34 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Faiones</i>	Freguesia de Fajões (Fr. c. Ol. Azeméis)	Rio Tinto	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 23 e 37 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Usela</i>	Freguesia de Ossela (Fr. c. Ol. Azeméis)	Mosteiros não especificados	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 24 e 38 (trad. Português).
1251	<i>Parrochia de Ascariz</i>	Paróquia de Escariz (Fr. c. Feira)	Rio Tinto, Pedroso	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 24-25 e 38-39 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Milleiroos</i>	Freguesia de Milheiros (de Poiães) (c. Feira)	Pedroso	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 25 e 39 (tr. Português).
1251	<i>Freguesia de Bandom</i>	Freguesia de (Paços de) Brandão (c. Feira)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27 e 41 (trad. Português).
1251	<i>Freguesia de Gandra</i>	Freguesia de Gandra (incorporada em Anta) (c. Ovar)	Grijó	“Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria”, sep. de <i>Lusitânia Sacra</i> , pp. 27-28 e 41 (Português).

ANEXO II.3 - IMPLANTAÇÃO MONÁSTICA NO BAIXO VOUGA A PARTIR DAS INQUIRIÇÕES DE D. DINIS

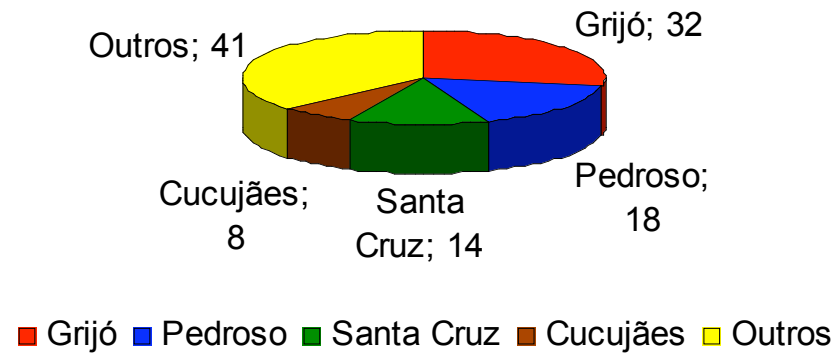
DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghesia de Val Mayor</i>	Freguesia de Valmaior (c. Albergaria-a-Velha)	Carvoeiro	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 82.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Macinhata</i>	Freguesia de Macinhata do Vouga (c. Águeda)	Pedroso	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, pp. 82-83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia dAuelaas de Susaas</i>	Freguesia de Avelãs de Cima (c. Anadia)	Moriró	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia dArcos</i>	Freguesia de Arcos (c. Anadia)	Santa Cruz	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 83.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia e Juyghado dIlhao e de Vaghoos e de Vila de Milo</i>	Freguesias de Ílhavo (c. Ílhavo), Vagos (c. Vagos) e Verdemilho (lugar da freguesia de Arada, c. Aveiro)	Santa Cruz (Verdemilho)	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 84.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Isgheyra</i> (3 cavalaria de Lorvão e 1 de Vilarinho)	Freguesia de Esgueira (c. Aveiro)	Lorvão; Vilarinho	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia dEixo</i>	Freguesia de Eixo (c. Aveiro)	Grijó	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freighisia de Saniohanne de Louri</i>	Freguesia de S. João de Loure (c. Albergaria-a-Velha)	Grijó; Santa Cruz	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>dOyrol</i>	Freguesia de Eirol (c. Aveiro)	Grijó	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 85.
1282 (Terra de Vouga)	<i>Freyghisia dEspiel</i>	Freguesia de Espinhel (c. Águeda)	Santo Tirso	<i>Inquirição na Terra de Vouga</i> , in <i>Arquivo do Distrito de Aveiro</i> , vol. IX, p. 86.
1284 (Julgado de Figueiredo)	<i>Freeguysia de Loureyro</i>	Freguesia de Loureiro (c. Ol. Azeméis)	Rio Tinto; Pendurada	<i>Inquirições no Julgado de Figueiredo</i> , in <i>Mattoso et al. – A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 210-213.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1284 (Julgado de Figueiredo)	<i>Freequysia de Sancta Maria de VI</i> (o castro de Ul é do rei)	Freguesia de Ul (c. Ol. Azeméis)	Grijó	<i>Inquirições no Julgado de Figueiredo</i> , in Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 213-214.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Granja de Ozoos</i>	Ovar	Grijó	<i>Inquirições no Julgado de Cabanões</i> , in Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 220-221.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Marinhas de Matelas</i>	Ovar	S. João Tarouca	<i>Inquirições no Julgado de Cabanões</i> , in Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 221.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Marinha em Sapa</i>	Ovar	Pedroso	<i>Inquirições no Julgado de Cabanões</i> , in Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 221-222.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Entre Ulvar e Ovar (sic)</i>	Freguesia de Ovar (c. Ovar)	Grijó	<i>Inquirições no Julgado de Cabanões</i> , in Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 222-223.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Aldeia de Ozões: Herdamento de deganhas</i>	(c. Ovar)	Grijó	<i>Inquirições no Julgado de Cabanões</i> , Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.
1284 (Julgado de Cabanões)	<i>Aldeia de Guilhivay</i>	Freguesia de Guilhovai (c. Ovar)	Grijó	<i>Inquirições no Julgado de Cabanões</i> , in Mattoso et al. – <i>A Terra de Santa Maria no Séc.XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, p. 223.
1288 (Julgado de Figueiredo)	<i>Parrochia Sancti Uiccencij de Dulonca</i>	Freguesia de Avança (c. Estarreja)	Grijó (lugar do castelo)	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado de Figueiredo</i> , in Mattoso et al. - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 251-252.

DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1288 (Julgado de Fermedo)	<i>Parrochia Sancti Michaelis do Mato</i>	Freguesia de S. Miguel do Mato (c. Arouca)	Arouca; Grijó	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado de Figueiredo</i> , in Mattoso et al. - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 252-253.
1288 (Julgado de Fermedo)	<i>Parrochia Sancte Marie de Fremedo</i>	Freguesia de Fermedo (c. Arouca)	Grijó	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado de Figueiredo</i> , in Mattoso et al. - <i>A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos</i> , 1993, pp. 253-254.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Pereyra, Rial, Vilarinho e Bostelo</i>	Pereira, Real, Vilarinho e Bustelo: Lugares da freguesia de Válega (c. Ovar)	Grijó; Pedroso	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 191-192.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi de Laurosa</i>	Freguesia de Lourosa (c. Feira)	Mosteiros	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 193-194.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sante Marie de Pidelo</i>	Freguesia de Pindelo (c. Ol. Azeméis)	Mosteiros (sic)	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 195.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Johane de Vaer</i>	Freguesia de S. João de Ver (c. Feira)	Grijó	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 197.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Tissi de Paramhos</i>	Freguesia de Paramos (c. Espinho)	Pedroso	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 198.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Martini de Moeçelos</i>	Freguesia de Mozelos (c. Feira)	Mosteiros (sic)	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 198-199.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia de Sancti Christofori de Sanguaedo</i>	Freguesia de Sanguedo (c. Feira)	Pedroso e Moreirol?	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 206.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Georgii</i>	Freguesia de S. Jorge (c. Feira)	Arouca	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 206-207.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Momhetis de Guisandi</i>	Freguesia de Guisande (c. Feira)	Rio Tinto	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 207.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Momhetis de Vila Maior</i>	Freguesia de Vila Maior (c. Feira)	Grijó	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in José Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, p. 209.
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Jacobi de Lobon</i>	Freguesia de Lobão (c. Feira)	Grijó	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso et al. - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 210-211.

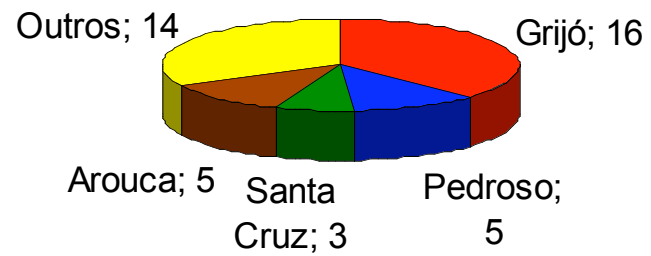
DATA	LOCAL (Topónimo Original)	LOCAL (Topónimo Actual)	MOSTEIRO	FONTES
1288 (Julgado da Feira)	<i>Parrochia Sancti Martini de Dragonçelhi</i>	Freguesia de Argoncilhe (c. Feira)	Grijó	<i>Inquirições de D. Dinis no Julgado da Feira</i> , in Mattoso <i>et al.</i> - <i>O Castelo e a Feira</i> , 1989, pp. 214-215

**Implantação Monástica nas Inquirições de
D. Afonso II
(nº referências)**



As Inquirições de D. Afonso III, ao reportarem-se, apenas, à Terra de Santa Maria, tornam-se bastante mais limitativas. No entanto, devemos assinalar que os mosteiros de Grijó, Pedroso e Cucujães voltaram a ser evidenciados, a eles se juntando os mosteiros de Canedo e Rio Tinto e desaparecendo qualquer referência específica a Santa Cruz .

**Implantação Monástica nas Inquirições
de D. Dinis (nº de referências)**



■ Grijó ■ Pedroso ■ Santa Cruz ■ Arouca ■ Outros

FONTES, BIBLIOGRAFIA e REFERÊNCIAS
ACEDIDAS ON-LINE

FONTES HISTÓRICAS

1. Manuscritas

A.1 Mosteiro de Arouca

- T.T., Mosteiro de Arouca, Gaveta 1, Maços 1, 2, 3, 4 e 6; Gaveta 3, Maço 3.
- T.T., Mosteiro de Arouca, Livro de D. Maior Martins.

A.2 Mosteiro de Grijó

- T.T., Mosteiro de S. Salvador de Grijó, Documentos Particulares, Maço 1.
- T.T., Mosteiro de S. Salvador de Grijó, Colecção Costa Basto, Livro das Doações, Tombos, Compras, Vendas, Escambos, Testamentos e outras Cousas Pertencentes à Freguesia e Couto de Grijó.
- T.T., Colecção Costa Basto, Livros 6,7,10 12 e 41.

A.3 Mosteiro de Lorvão

- T.T., Antiga Colecção Especial, Mosteiro de Lorvão, Maços 3 a 10.
- T.T., Mosteiro de Lorvão, Livro 555.

A.4 Mosteiro de Pedroso

- T.T., Mosteiro de Pedroso, Caixas 1, Maços 1 a 4; Caixa 2, Maços 5 a 8.
- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Pergaminhos Latinos do séc. XIII, Gaveta 7a, Maço Único.
- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Pergaminhos Latinos do séc. XIII, Gaveta 7, Maço Único.
- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Pergaminhos Latinos do séc. XIII, Gaveta 8, Maço 2.
- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Pergaminhos Latinos do séc. XIV, Gaveta 8, Maço 2.
- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Pergaminhos Latinos do séc. XIII, Gaveta 8a, Maço 2.
- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Pergaminhos Latinos do séc. XIV, Gaveta 9, Maço 4.

- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Coleção Gabriel Pereira, Gaveta 22, Maço 1 e Gaveta 23, Maço 2.
- A.U.C, Mosteiro de Pedroso, Pergaminhos do Cartório (1º Suplemento ao Catálogo), Gaveta 29, Maço Único.

A.5 Cabido da Sé de Coimbra

- 1ª Incorporação, Documentos Particulares, Maços 1 a 14 e Caixa 27, Rolos 1 e 2.
- 2ª Incorporação, Documentos Particulares, Maços 1 a 16.

A.6 Chancelarias

- A.5.1, T.T., Chancelaria de D. Afonso III, Livro 1.
- A.5.2, T.T., Chancelaria de D. Dinis, Livros 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

A.7 Corpo Cronológico

- T.T., Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 1.

A.8 Leitura Nova

- A.7.1, T.T., Beiras, Livro 2.
- A.7.2, T.T., Direitos Reais, Livro 2.
- A.7.3, T.T., Estremadura, Livros 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 13.
- A.7.4, T.T., Místicos, Livros 2 e 4.
- A.7.5, T.T., Padroado, Livros 1 e 2.

2. Impressas

Archivo Historico Portuguez, vol. II, Lisboa, 1904.

Censual do Cabido da Sé do Porto, Porto, Edição da Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium Eorum Qui in Archivo Municipali Portucalensi Asservantur Antiquissimorum, vol. I: *Diplomata, Chartae et Inquisitiones*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1891-1912.

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal, ed. Carlos da Silva Tarouca, 3 vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1952-1953.

Documentos de D. Sancho I (1174-1211), ed. de Rui de Azevedo, Avelino Jesus da Costa, Coimbra, Centro de História da Universidade, 1979.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares, vol. III, (1940), vol. IV, tomo I (1930), Lisboa, Academia Portuguesa de História.

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, vol. I, Introd. Diplomática e notas de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958.

História Florestal, Aquícola e Cinegética, Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (direcção e selecção de C. M. Baeta Neves, transcrição e selecção de provas de Maria Teresa Barbosa Acabado, compilação e índices de Maria Luísa Esteves), 3 volumes, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980-82.

Inquirições de D. Afonso II, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, 1936, pp. 243-244.

Inquirição “de hereditibus Ordinum”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, 1936, pp. 71-74.

Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria, in *Separata da Revista «Lusitania Sacra»*, tomo VII (1964-1966), Lisboa, 1966, pp.3-41.

- Inquirição na «Terra de Vouga» em 1282*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, Aveiro, 1943, pp. 81-88.
- Inquirições no Julgado de Cabanões*, in MATTOSO, José, KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, ed. da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993, pp. 219-224.
- Inquirições no Julgado de Fermedo*, in MATTOSO, José, KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, ed. da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993, pp. 252-254.
- Inquirições no Julgado de Figueiredo*, in MATTOSO, José, KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, ed. Estampa, 1989, pp. 206-224.
- Inquirições de D. Dinis*, in MATTOSO, José, KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, ed. Estampa, 1989, pp. 191-229.
- Le Cartulaire Baio-Ferrado de Grijó (XI^e-XIII^e siècles)*, Introd. et Notes de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.
- Livro Preto da Sé de Coimbra*, publicado por P^e. Avelino Jesus da Costa, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, vol. I (1977), vol. II (1978), vol. III (1979).
- Milenário de Aveiro*, Colectânea de Documentos Históricos, org., leitura e revisão de António Gomes da Rocha Madahil, 1^o vol., Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1959.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis Edita. Diplomata et Chartae*, vol. I, Olisipone, 1867.
- Portugaliae Monumenta Cartographica*, 6 volumes e 1 volume de Estampas, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.

BIBLIOGRAFIA

1. Dicionários, corografias, enciclopédias e monografias

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, 6 volumes, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, 18 volumes e 4 volumes de Suplemento, Lisboa - Rio de Janeiro, Verbo, 1963- 1991.

FRAZÃO, A. C. Amaral – *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 1981.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, limitada, s/d.

Monografias Hidrológicas dos Principais Cursos de Água em Portugal Continental, Direcção-Geral dos Recursos Hídricos e Aproveitamentos Hidráulicos, 1986.

Portugal Antigo e Moderno. Diccionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico, dirigido por A. S. A. B. de Pinho Leal, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1873-1890.

Roteiro da Costa de Portugal, 2ª edição, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1990.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, edição crítica por Mário Fiúza, 2 volumes, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1984.

2. Bibliografia Geral

- AHRENS, C. Donald – *Meteorology Today. An Introduction to Weather, Climate, and Environment*, 6th Edition, 1999, U.S.A., Brooks/Cole.
- AIRES-BARROS, Luís – *Alteração e Alterabilidade das Rochas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Petrologia e Geoquímica da Universidade Técnica de Lisboa, 1991.
- ALCOFORADO, Maria João; NUNEZ, Maria de Fátima & GARCIA, João Carlos – “Climate and Human Societies in Southern Portugal During the Late Maunder Minimum and the Early Instrumental Period”, in *The Second International Climate and History Conference*, Climatic Research Unit, University of East Anglia, Norwich, UK, (7-11) September, 1998, pp. 6-8.
- ALEXANDRE, Pierre – *Les climats en Europe au moyen âge: contribution à l’histoire des variations climatiques de 1000 à 1425, d’après les sources narratives de l’Europe Occidentale*, Paris, Éditions de l’Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales Paris, 1987.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de - “Salinas Medievais entre o Cávado e o Neiva”, Separata da Revista *Bracara Augusta*, Tomo XXXII – Fasc. 75-76 (87-88), Braga, 1989.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de – “ Os caminhos e a assistência no norte de Portugal”, separata de *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Lisboa, Actas das 1^{as}. Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 1972.
- _____ – *A Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, 2 vols., Porto, 1978 (Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policop.).

- ALMEIDA, Fortunato de - *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vols., Porto, Portucalense Editora, 1967-71.
- ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner – *Livro Sexto (Obra Poética)*, Lisboa, Caminho, 2003.
- AZEVEDO, Rui de - “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIV- Homenagem ao Prof. Paulo Merêa, Coimbra, 1973.
- BARRIENDOS, Mariano & MARTIN-VIDE, Javier – “Pluviometric Indices and the Construction of Climatic Series in Spain”, in *The Second International Climate and History Conference*, Climatic Research Unit, University of East Anglia, Norwich, UK, (7-11) September, 1998, pp. 8-10.
- BASTOS, Maria Rosário e AZEITEIRO, Ulisses Miranda - “A Zona Costeira Portuguesa Como Indicadora da Eficácia do Poder”, in *Discursos*, III Série, nº 2, Universidade Aberta, 2001, pp. 227-241.
- _____ e DIAS, Alveirinho – “Geodinâmica e Acções Antrópicas: dois Elementos Estruturantes na Construção da Europa”, in *Discursos*, III Série, nº 4, Lisboa, Universidade Aberta, 2002, pp. 55-80.
- BATH, B. H. Slicher van – *História Agrária da Europa Ocidental (500-1860)*, 3ª edição, Editorial Presença, 1984.
- BRAUDEL, Fernand – *A Europa*, Lisboa, Terramar, 1996.
- _____ – *Memórias do Mediterrâneo. Pré-História e Antiguidade*, Lisboa, Terramar, 2001.
- CALADO, Mariano – *Da Ilha de Peniche*, s.l., 1995.
- CARVALHO, A. M. Galopim de – *Geologia. Morfogénese e sedimentogénese*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.
- CASTELO-BRANCO, Fernando – “Alguns aspectos da evolução do litoral português”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 7/9, 1957, Lisboa.
- _____ – “Tráfego Portuário e História regional Portuguesa”, Separata das Actas do Colóquio *Papel das áreas regionais na formação histórica de Portugal*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1975, pp. 241-249.

- _____ – “Desenvolvimento da Geo-História em Portugal”, in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, II volume, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1986.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- CORTAZAR, Jose Angel Garcia de – *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.
- CORTESÃO, Jaime – *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.
- CORVISIER, André – *O Mundo Moderno*, Lisboa, Edições Ática, 1976.
- DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa. As matas medievais e a «coutada velha» do rei”, in *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. I, Porto, 1985, pp. 47-67.
- DIAS, J.A. – “Registos da Migração da Linha de Costa nos últimos 18 000 anos na Plataforma Continental Portuguesa Setentrional”, in *Actas da 1ª Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, 1985, pp. 281-295.
- _____ – *Dinâmica sedimentar e evolução recente da plataforma continental setentrional portuguesa*, Lisboa, 1987, (Dissertação de Doutoramento, policop.).
- _____ – A Evolução Actual do Litoral Português”, in *GEO-NOVAS - Revista da Associação Portuguesa de Geólogos*, 1990, pp. 15-28.
- _____, RODRIGUES, Aurora e MAGALHÃES, Fernando – “Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos”, in *Estudos do Quaternário*, 1, APEQ, Lisboa, 1997, pp. 53-66.
- _____, T., BOSKI, A., RODRIGUES e MAGALHÃES, F. – “Coast Line Evolution in Portugal since the Last Glacial Maximum until Present: a Synthesis” in *Marine Geology*, 170, 2000, pp. 177-186.
- DUBY, Georges – *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, Vol. I, Lisboa, Edições 70, 1987.
- DURAND, Robert – *Les campagnes portugaises entre Douro et Tâge aux XII^e et XIII^e siècles*, Paris, Fundação Caloute Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.

- FERRO, M. J. Pimenta – “Nótula para o estudo da assistência hospitalar aos pobres, em Lisboa: os hospitais de D. Maria de Aboim e do Conde D. Pedro”, separata de *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Lisboa, Actas das 1^{as}. Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 1972. (V. TAVARES, Maria José Ferro).
- FORQUIN, Guy – *História Económica do Ocidente Medieval*, 3^a ed., Lisboa, Ed. 70, 1986.
- GARCIA, João Carlos – *A Navegação no Baixo Guadiana Durante o Ciclo do Minério (1857-1917)*, 2 vols., Porto, 1996 (Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Univ. do Porto, policop.).
- GIRÃO, A. de Amorim – *Geografia Ilustrada*, Porto, Portucalense Editora, 1941.
- _____ – *Geografia de Portugal*, 2^a ed., Porto, Portucalense Editora, 1949-1951.
- GRANJA, H. M. – “Bacias Hidrográficas, Estuários e Lagunas Costeiras. Passado e Presente (Exemplos nas Bacias Hidrográficas no NO de Portugal)”, in *Seminário Os Estuários de Portugal e os Planos de Bacia Hidrográfica, Eurocoast-Portugal*, Lisboa, 1999, pp. 159-179.
- _____ ; RIBEIRO, I.C. ; CARVALHO, G. Soares de; MATIAS, M. Senos – “Some Neotectonic Indicators in Quaternary Formations of the Northwest Coastal Zone of Portugal”, in *Elsevier, Phys. Chem. Earth (A)*, vol. 24, nº 4, 1999, pp. 323-336.
- HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, Tomo III, Livraria Bertrand, 1982.
- JANSSEN, C. R. e WOLDRINGH, R. E. – “A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal”, in *Finisterra*, vol. XVI, nº 32, Lisboa, 1981, pp. 299-309.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy – *Histoire du climat depuis l'an mil*, 2 vols., Paris, Flammarion, 1983.
- LAMB, H. H. – *Climate, History and Modern World*, second edition, London, Routledge, 1995.
- LOUREIRO, Adolpho – *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Edições Cosmos, 1978.
- MARQUES, José – *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- _____ – “Estados do tempo e outros fenómenos na região de Braga, no século XVIII”, separata da Revista Cultural *Bracara Augusta*, Vol. L, Braga, edição da Câmara Municipal de Braga, 2001/02, pp. 97-194.
- MARREIROS, Maria Rosa Ferreira – *Propriedade Fundiária e Rendas da Coroa no Reinado de D. Dinis. Guimarães*, 2 Vols. , Coimbra, 1990 (Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra, policop.).
- MARTINS, Alfredo Fernandes – “A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa”, sep. de *Biblos*, nº XXII, Coimbra, 1947.
- MARTINS, Maria Virgínia Alves – *Margem Continental NW Ibérica: Estudo de mudanças paleoceanográficas e paleoclimáticas durante o Quaternário*, Aveiro, 2003, (Dissertação de Doutoramento em Geociências, apresentada no Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, policop.).
- MATEUS, José Eduardo – “Lagoa Travessa: A Holocene Pollen Diagram from the South-West Coast of Portugal”, in *Revista de Biologia*, nº 14, Lisboa, 1989, pp. 17-94.
- MATTOSO, José – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. I - *Oposição*, 2ª ed. (1985), vol. II – *Composição*, 4ª ed. (1991) Lisboa, Editorial Estampa.
- _____ – “Cluny, Crúzios e Cistercienses na Formação de Portugal”, in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 101-121.
- MERÊA, Paulo e GIRÃO, Amorim – *Territórios portugueses no século XI*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1948, pp. 5-18.

- OLIVEIRA, I. B. Mota, VALLE, A. J. S. F. & MIRANDA, F. C. C. – “Litoral Problems in the Portuguese West Coast”, in *Coastal Engineering*, vol. III, 1982, pp. 1951-1969.
- OLIVEIRA, P^c. Miguel A. de – *História Eclesiástica de Portugal*, 3^a Edição, Lisboa, União Gráfica, 1958.
- PORTO, Carmen Manso – *Cartografia Histórica Portuguesa. Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII)*, Madrid, Real Academia de la Historia, departamento de Cartografia e Bellas Artes, 1999.
- Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à crise do Século XIV* (Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem), vol. III de *Nova História de Portugal* (dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- Portugal. Perfil Geográfico, Geográfico* (dir. de Raquel Soeiro de Brito), 2^a edição, Lisboa, Referência/Editorial Estampa, 1997.
- RAU, Virgínia – *Estudos sobre a história do sal português*, Lisboa, Presença, 1984.
- RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann - *Geografia de Portugal*. Comentários e actualizações de Suzanne Daveau, 2^a ed. Lisboa: João Sá da Costa, 1988 - 1991.
- SAMPAIO, Alberto – *Estudos Históricos e Económicos. As Póvoas Marítimas*, vol. II, Lisboa, Editorial Vega, 1979.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as Ciências*, 11.^a edição, Lisboa, Edições Afrontamento, 1999.
- SÉNÈQUE – *Questions Naturelles*, Texte établi et traduit par Paul Oltramare, Tome I (Livres I-III), Paris, Société d'Édition *Les Belles-Lettres*, 1929.
- SILVA, Fernando Augusto Pereira da e FIGUEIRAL, Isabel – “Escavações arqueológicas em Lavra: as salinas romano-medievais da praia de Angeiras”, Separata do *Boletim da Biblioteca Pública de Matosinhos*, nº 30, 1986.
- TAVARES, António Augusto – *Civilizações Pré-Clássicas*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

TAVARES, Maria José Ferro – “Os sinais dos tempos: para o estudo do clima e do litoral português”, in Actas do Colóquio *Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos (Geologia, História, Arqueologia e Climatologia)*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004, pp. 451-515 (V. FERRO, M. J. Pimenta).

3. Bibliografia Específica

ABECASIS, Carlos Krus – *As formações lagunares e seus problemas de engenharia do litoral (contribuição para um estudo sistemático)*, Lisboa, 1961.

_____- “The history of a tidal lagoon inlet and its improvement (the case of Aveiro, Portugal)”, in *Proceedings of the Fifth Conference on Coastal Engineering*, 1955, p. 329-363.

ABRANTES, Isabel; MAGALHÃES, Fernando & DIAS, J. M. Alveirinho – “Characterisation of the surface sediments of the continental shelf and upper slope between Espinho and Aveiro”, in *Gaia*, nº 8, 1994, pp. 97-104.

ALVES, A. Lopes – “A bacia hidrográfica do Vouga”, in *Aveiro e o seu Distrito*, nº 23/25, Aveiro, 1977/78, pp. 9-13.

ALVES, Francisco J. S., DIAS, J. M. Alveirinho, ALMEIDA, Mário J. R. de & TABORDA, Rui – “A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde (Espinho)”, Separata de *O Arqueólogo Português*, série IV, 6/7, 1988-1989, pp. 187-226.

ALVES, P^o. Manuel – *Subsídios para a História de Mira*, Mira, Ed. da Paróquia de Mira, 1990.

AMARAL, Diamantino Antunes do – “A laguna: vida, morte e ressurreição de Aveiro”, in *Aveiro e o seu Distrito*, nº 6, Aveiro, 1968, pp. 34-45.

AMARAL, Luís Carlos – *S. Salvador de Grijó na Segunda metade do século XIV. Estudo de gestão agrária*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

AMORIM, Inês – *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*, ed. da Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997.

AMORIM, P^o. Aires – *Esmoriz e a sua História*, Esmoriz, ed. da Comissão de Melhoramentos, 1996.

- AREDE, Abade João Domingues - “Estradas Romanas no Distrito de Aveiro e, nomeadamente, a de Lisboa ao Pôrto, e a de Aveiro a Viseu, e a sua identificação por documentos escritos e monumentos históricos”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. IV, 1938, pp. 25-35.
- _____ - “Identificação do Rio Antuã e do seu Afluente Rio Ul”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. X, 1944, pp. 269-294.
- AZEVEDO, Rui de - “O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”, *Separata do Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1933.
- BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa - “Senhores do Marnel”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. XIII, 1947, pp. 270-278.
- _____ - “Pontes de Vouga e do Marnel”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. XIII, 1947, pp. 81-85.
- _____ - “Estradas Romanas do Concelho de Águeda”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. XIV, 1948, pp. 3-22.
- BAPTISTA, Joaquim Soares de Sousa - “Vestígios de Vias Romanas no Concelho de Águeda”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. VIII, 1942, pp. 93-98.
- COELHO, Maria Helena da Cruz - *O mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977.
- DAVEAU, Suzanne - “A história do haff-delta de Aveiro, ou...as fraquezas do nosso ensino da Geografia”, in *Finisterra*, vol. XXVIII, nº46, Lisboa, 1988, pp. 327-335.
- FERREIRA, Ó e DIAS, J. Alveirinho - “Evolução Recente Alguns Troços do Litoral Entre Espinho e o Cabo Mondego”, in *Actas do 2º Simpósio Sobre a Protecção e Revalorização da Faixa Costeira do Minho ao Liz*, Porto, 1991, pp. 85-95.
- GIRÃO, A. de Amorim - *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- LÁZARO, Dália - “Recursos hidroagrícolas da bacia do rio Vouga”, in *Aveiro e o seu Distrito*, nº 21, Aveiro, 1976, pp. 5-10.
- LEITÃO, António Nascimento - *Aveiro e a sua Laguna (Estudo Comparativo de Temas Regionais)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1944.

- LEITE, Serafim – “S. João da Madeira na Idade Média. Documentos Inéditos da Torre do Tombo”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, 1936, pp. 65-70.
- LUCCI, Luiz Fillipe de Lencastre Schwalbach - *Alterações litorais. A Ria de Aveiro*, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 1918.
- MADAHIL, A. G. da Rocha – *Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga. Terraço Subjacente à Ermida do Espírito Santo, ou da Vitória*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941, pp. 15-67.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a ordem de Cister”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XVIII, Coimbra, 1980.
- MATTOSO, José; KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia – *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, ed. Estampa, 1989.
- _____ – *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, ed. da Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa – *A administração jesuíta do mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do século XVII*, Porto, Universidade Portucalense, 1993.
- NEVES, F. Ferreira – “Origem e Etimologia de Aveiro”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, Aveiro, 1936, pp. 81-98.
- _____ – “Documentos relativos à abertura da actual barra de Aveiro”, sep. do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXII, Aveiro, 1956.
- OLIVEIRA, Orlando de – *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, ed. Câmara Municipal de Aveiro, 1988.
- OLIVEIRA, P^o. Miguel A. de - “A Vila de Ovar. Subsídios para a sua História até ao século XVI”, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, vol. I (1935) pp. 241-248; vol. II (1936), pp. 21-27 e 111-118 e, ainda, vol. VIII (1942), pp. 66-74.
- _____ – *Ovar na Idade Média*, Ovar, ed. Câmara Municipal de Ovar, 1967.
- OLIVEIROS, Albertina Valentim – “Aveiro no século XV”, in *Boletim Municipal de Aveiro*, Ano II, nº 4, Aveiro, 1984, pp. 17-30.
- REIS, Álvaro – *Ria de Aveiro. Memórias da Natureza*, Câmara Municipal de Ovar, 1993.

- REZENDE, Padre João Vieira - *Monografia da Gafanha*, 2ª Edição, Correcta e Aumentada, com prefácio do Doutor Orlando Ribeiro, Coimbra, Publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, 1944.
- SANTOS, Maria Leonor Ferraz Oliveira Silva – *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
- SILVA, António Manuel S. P. – *Proto-História e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral: elementos para uma avaliação crítica*, Porto, 1994 (Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada na F.L.U.P., policop.).
- SILVA, Maria Isabel Moreira da – *Avaliação de áreas de risco entre Espinho e o Furadouro*, Aveiro, 1997 (Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Zonas Costeiras, policop.).
- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro Medieval*, Aveiro, Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1991.
- _____ *Esgueira. A vida de uma aldeia no século XV*, Redondo, 1994.
- SOUSA, Arlindo de – *Povoamento Medieval de Entre Douro e Vouga (Fontes Toponómicas)*, Lisboa, 1961.
- SOUTO, Alberto – *Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema)*, Aveiro, Livraria João Vieira da Cunha Editora, Tipografia Minerva, 1923.
- Um Mergulho na História. O navio do século XV Ria de Aveiro A*, Ílhavo, Museu Marítimo de Ílhavo, 2004.

REFERÊNCIAS ACEDIDAS *on-line*

(com data de acesso)

1. Endereços electrónicos

<http://www.cfaraujo.eng.br/pensam.html> (acedido em Setembro de 2004)

<http://www.edinfor.pt/anc/ancmoinhos.html> (acedido em Fevereiro de 2005)

http://penelope.uchicago.edu/Thayer/F/Gazetteer/Periods/medieval/_Texts/aldrisi/home.html (acedido em Maio de 2005)

<http://www.britannica.com/eb/article?tocId=9042038&query=idrisi&ct> (acedido em Maio de 2005)

<http://www.geocities.com/casainho> (acedido em Maio 2005)

<http://bell.lib.umn.edu/map/PORTO/CAN/mainp6.html> (acedido em Julho de 2005)

<http://expositions.bnf.fr/ciel/catalan/portulan/port2.htm> (acedido em Julho de 2005)

<http://www.capurromrc.it/mappe/!0112dulcert.html> (acedido em Julho de 2005)

http://www.ethicalatheist.com/docs/flat_earth_myth_ch8.html (acedido em Julho de 2005)

http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/Naufragios/folder/TFAplus_Nazare__Pt (acedido em Abril de 2006)

<http://www.arqueotavira.com/Mapas/Teixeira/Index.html> (acedido em Maio de 2006)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese_de_Coimbra (acedido em Junho de 2006)

2. e-Books

- BLOT, Maria Luísa Pinheiro – *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*, in <http://www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/28> (acedido em Julho de 2006)
- CONDE, Bartolomeu – O Rio Novo do Príncipe. Causas e Vantagens da sua construção em 1815, in <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/bconde/Pg005100.htm> (acedido em Maio de 2006)
- DIAS, FERREIRA & PEREIRA – *Estudo Sintético de Diagnóstico da Geomorfologia e da Dinâmica Sedimentar*, in <http://w3.ualg.pt/~j dias/JAD/ebooks> (acedido em Junho de 2005)
- HARSH, Ulrich - *Itinerarium Gaditanum*, in <http://www.fh-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost04/Gaditana/gad> (acedido em Março de 2005)
- MOLEIRO, M. – *The Art of Perfection* in http://www.moleiro.com/facsimile/AM/pt/Atlas_Miller.html (acedido em Julho de 2005)
- SOUSA, Martin - *Samuel Maia: do prazer-sabor do vinho ao calor da literatura (seduções na obra do médico-escritor de Viseu)*, in http://www.ipv.pt/millennium/16_spec4.htm (acedido em Maio de 2005)
- SOUTINHO, Pedro - *Vias Romanas em Portugal*, in <http://viasromanas.planetaclix.pt> (acedido em Março de 2005)
- VISBECK, Martin - *The North Atlantic Oscillation*, in <http://www.lido.columbia.edu/NAO> (acedido em Janeiro de 2003)
- VRIES, Danny de – *Burgundian Historical Climate Date*, in http://www.unc.edu/deps/anthro/french/projects/climate/data_histclim (acedido em Junho de 2005)
- WHITFIELD, Peter – *The Charting of the Oceans*, Califórnia, Pomegranate Artbooks, 1966 in http://terra.antiqua.free.fr/cartes_monde_auteurs.html (acedido em Julho de 2005)